



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Francisco Canella

Entre o local e a cidade: memórias e experiências de duas gerações de moradores da periferia urbana em Florianópolis (1990-2010)

Rio de Janeiro

2011

Francisco Canella

**Entre o local e a cidade: memórias e experiências de duas gerações de moradores da
periferia urbana em Florianópolis (1990-2010)**

Tese apresentada, como requisito parcial
para a obtenção do título de Doutor, ao
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Universidade do Estado do Rio
de Janeiro.



Orientadora: Prof^ª. Dra. Márcia Pereira Leite

Rio de Janeiro

2011

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CCS/A

C224e Canella, Francisco
Entre o local e a cidade: memórias e experiências de duas gerações de moradores da periferia urbana em Florianópolis / Francisco Canella. – 2011.
278 f.

Orientadora: Maria Pereira Leite.
Tese (doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.

1. Movimentos sociais – Florianópolis (SC) - Teses. 2. Periferias urbanas – Florianópolis (SC) - Teses. I. Leite, Maria Pereira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 304(816.4)

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Francisco Canella

**Entre o local e a cidade: memórias e experiências de duas gerações de moradores da
periferia urbana em Florianópolis (1990-2010)**

Tese apresentada, com o requisito parcial
para obtenção do título de Doutor, ao
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Universidade do Estado do
Rio de Janeiro.

Aprovada em: 30 de setembro de 2011.

Banca examinadora:

Prof^ª. Dra. Márcia Pereira Leite (Orientadora)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof^ª. Dra. Cíntia San Martin Fernandes

Faculdade de Comunicação Social - UERJ

Prof^ª. Dra. Lia de Mattos Rocha

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof. Dr. Luiz Cesar Queiroz Ribeiro

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

Prof. Dr. Paulo Krischke

Centro de Filosofia e Ciências Humanas - UFSC

Prof^ª. Dra. Sandra de Sá Carneiro (Suplente)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof. Dr. Luis Carlos Fridman (Suplente)

Departamento de Sociologia - UFF

Rio de Janeiro

2011

DEDICATÓRIA

A meus pais:
Aristides e Gerda

AGRADECIMENTOS

No final de cinco anos de trabalho, são muitas as pessoas a quem desejo expressar minha gratidão.

À Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), que viabilizou o meu afastamento das atividades docentes para a dedicação integral ao trabalho exigido pela tese. Em especial, agradeço ao apoio e à atenção da equipe da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Agradeço ao apoio e incentivo de meus colegas da FAED, em especial aos queridos colegas do Departamento de Ciências Humanas, por todo apoio institucional e pelo espírito de solidariedade com o qual sempre pude contar. E aqui fica uma menção especial a Fernando Fernandes de Aquino, que partiu enquanto eu redigia as últimas linhas desta tese. Em suas palavras e atitudes, que sempre foram de generoso incentivo ao nosso trabalho, encontro uma bela tradução do sentimento de apoio e torcida de meus colegas de departamento.

Ao Programa Entrelaços, Ivone Perassa e Nadir Azibeiro, com quem os diálogos e o acompanhamento cotidiano nas iniciativas práticas tanto me ensinaram e muitas portas me abriram. Naquele rico ambiente de troca entre professores, bolsistas, jovens e antigos moradores, tive a oportunidade de trabalhar com Giovani Moraes do Nascimento, na época acadêmico do curso de história. A seriedade, sua determinação e compromisso deixaram suas marcas no programa; sua ausência se faz sentir para todos os que com ele puderam conviver. Além da lembrança de uma das melhores parcerias que tive no plano profissional, ficou também a saudade de um grande amigo.

A Denise, Tito, Gláucia, Flávia e a toda a equipe de bolsistas envolvidos nas ações do Programa Circulando. O estar junto, compartilhar experiências, trocar impressões, refletir de modo sincero e comprometido sobre o difícil cotidiano das pessoas com quem atuávamos foi de fundamental importância no complexo trabalho de construção desta tese.

Aos colegas e amigos do Laboratório de Estudos da Cidade (FAED/UDESC), pela acolhida institucional na reta final deste trabalho, mas principalmente pelas oportunidades de interlocução, tanto em eventos acadêmicos quanto em conversas cotidianas. Abraços a Emerson Campos, Reinaldo Lohn e Luís Felipe Falcão.

Aos moradores e moradoras da Nova Esperança, pela abertura, disponibilidade e sinceridade na relação que mantivemos e cultivamos ao longo desses anos. Em especial, a Melita Maria Marques, que nunca poupou esforços no sentido de abrir portas ao trabalho de pesquisadores e extensionistas que, como eu, se dirigiam ao bairro Monte Cristo. Agradeço igualmente a Dinarte Veridiano da Costa e a Cláudio Machado.

A Márcia Leite, pela atenção e pelo competente trabalho de orientação nesses anos de curso de doutorado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ, em especial aos professores com quem tive a oportunidade de dialogar e aprender. Ao pessoal da secretaria, pelo apoio e atenção, particularmente diante das dificuldades encontradas pelo fato de estar morando em outra cidade durante boa parte do período do curso de doutorado.

A Silvia Grando, pelo apoio nos contatos junto aos órgãos públicos que tratam da questão urbana em Florianópolis. O acesso a dados que objetivamente contribuíam para a elucidação dos problemas propostos pelo trabalho de pesquisa dependem, muitas vezes, da orientação precisa e pontual de profissionais sérios e comprometidos. Assim, fica o agradecimento a Rogério Miranda, da Secretaria Municipal de Habitação, da Prefeitura de Florianópolis. No IBGE de Florianópolis, agradeço a atenção dispensada pelos servidores da Supervisão de Disseminação de Informações.

A Loureci Ribeiro e Elisa Silva, que gentilmente cederam as fotografias de seu acervo pessoal, as quais compõem o anexo dessa tese.

A Juarez Segalin, pelo dedicado, competente e paciente trabalho de revisão textual.

Finalmente, quero agradecer à minha família. A produção de uma tese torna-se, por vezes, um trabalho muito solitário e, nesses momentos, sempre encontrei conforto na relação tão amorosa que muito nos une. A aproximação dos últimos anos foi particularmente especial e trouxe um conforto que se traduziu na energia necessária para chegar ao final do árduo trabalho. A meus pais, Aristides e Gerda, meu muito obrigado por tudo, como à Cláudia, ao Chico, à Sofia, à Luísa, à Marta, à Júlia, à Marina e ao Mário.

Tratando-se de família, não tenho como não agradecer de modo igualmente especial à Hedy, pelo acolhimento tão familiar, atencioso e carinhoso, o que fez do período em que estive morando no Rio de Janeiro uma experiência bastante feliz e agradável. Do mesmo

modo, não há como não registrar a gratidão pelo afeto, acolhimento e incentivo à ala mineira da família – Jacira, Sérgio e Eliane, Anderson e Bel, Gisele e Marconi, sobrinhos e sobrinhas. Beijos e abraços a todos e todas!

E à minha companheira de todas as horas, Gláucia. Companheira em todos os sentidos e em todas as horas, compartilhando as dificuldades de toda ordem que nos colocam a momentos de pressão. Agradeço por ter estado sempre junto, acompanhando, incentivando e torcendo pelo meu trabalho, “abraçando as minhas causas” ao fazer, de meus escritos, leituras fundamentais para chegar ao final dessa caminhada de alguns anos. Mais que o agradecimento, a felicidade de ter uma vida em comum.

RESUMO

CANELLA, Francisco. *Entre o local e a cidade: memórias e experiências de duas gerações de moradores da periferia urbana em Florianópolis (1990-2010)*. 2011. 275 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

Esta tese investiga as memórias e experiências de duas gerações de moradores de uma localidade da periferia urbana de Florianópolis, cidade cujo crescimento nas últimas décadas tem sido acompanhado pelo aumento dos espaços de pobreza. A pesquisa com os atores sociais aqui investigados permitiu vislumbrar os mecanismos que operaram a mudança das relações de sociabilidade de seus moradores e em suas práticas de inserção na vida urbana, que transitaram, ao longo do período, da organização coletiva (na época em que constituíam o movimento sem-teto) para a melhoria de suas condições de vida às estratégias individuais. A premissa é que as experiências dessas duas gerações podem ser mais bem compreendidas se analisadas na articulação do nível local com a esfera pública da cidade. Para tanto são analisados o desenvolvimento urbano recente de Florianópolis, a produção de seus espaços de pobreza e a dinâmica conflitiva daí advinda, bem como a percepção deles sobre seu espaço, tomando como referência as categorias a partir das quais esse espaço foi por eles historicamente elaborado. Neste processo, construíram um idioma de ação no qual a categoria comunidade teve grande centralidade. A investigação foi desenvolvida por meio de uma metodologia baseada em entrevistas e, principalmente, a partir da observação direta, realizada ao longo de atividades de pesquisa e de extensão como professor da universidade. Com relação à primeira geração, a tese evidencia como a memória ressignifica no presente as experiências de participação política vivenciadas no passado. As análises revelam como essa ressignificação se relaciona com deslocamentos no sentido do político, os quais estão relacionados às mudanças nas condições de vida moradores e ao novo lugar simbólico ocupado pelas localidades de periferia de Florianópolis. Com relação à segunda geração, a investigação demonstra em que medida se distingue da anterior na sua forma de inserção no mundo da cidade, examinando tanto o campo de possibilidades que a eles se abre quanto seus projetos e escolhas. Enquanto a primeira geração desenvolveu no passado intensas práticas associativas, percebeu-se na nova geração a desvalorização dos espaços de articulação coletiva e o enfraquecimento dos laços de sociabilidade no plano local da comunidade. Suas trajetórias de vida, que tiveram como ponto em comum a participação em projetos socioeducativos, revelaram uma inserção diferenciada tanto no mercado de trabalho como na vida da cidade, o que fica bastante evidente quando comparados com outros jovens do bairro, que convivem com o desemprego e com a dinâmica da violência. A participação em projetos socioeducativos e o ingresso em estágios para iniciação ao trabalho, além de proporcionar outra integração com a vida da cidade, fez com que desenvolvessem novos laços na localidade. Em tal contexto, o fortalecimento de laços locais, quando ocorre, pode ser entendido como resistência a uma inserção cada vez mais individualizada no social.

Palavras-chave: Memória. Movimentos sociais. Gerações. Segregação urbana. Florianópolis.

ABSTRACT

This thesis investigates the memories and experiences of two generations of dwellers on Florianópolis outskirts, where the growth has been followed by an increase in poverty spaces in the last decades. The research with the social actors here analyzed allowed to see the mechanisms that operated the chance of the sociability relations among the residents, and in their urban life insertion practices, which transited, along the period, from the collective organization (when they constituted the “homeless movement”) for the improvement of their quality of life to the individual strategies. The premise is that those two generations’ experiences could be better understood if analyzed in the articulation of the local level with the public sphere of the city. For that, Florianópolis recent urban development, the production of its poverty spaces and the consequent conflictive dynamics, as well as the perception of the residents of their spaces were analyzed, taking as reference the categories from which that space was historically been elaborated by them. In this process, they built an action language, in which the community category was greatly central. The investigation was developed by means of a methodology based on interviews and mainly from the direct observation carried out along the research and extension activities as university professor. In relation to the first generation, the thesis evidences how the memory re-signifies in the present the experiences of political participation lived in the past. The analysis shows how that re-signification is related with the displacements in the political sense, which are connected with the changes in the conditions of life of the dwellers and the new symbolic place occupied by Florianópolis peripheral locations. Concerning the second generation, the investigation demonstrates to which extent that generation differs from the former in its way of insertion in the world of the city, examining both the range of possibilities open to them and their projects and choices. Whereas in the past the first generation developed intense associative practices, with the new generation the devaluation of the collective spaces of articulation and the weakening of the sociability ties were realized in the community local plan. Their life trajectories, which had in common the participation in socio-educative projects, revealed a differentiated insertion both in the work market and the life of the city, which becomes quite evident when compared with the other youngsters of the neighborhood, who cope with unemployment and the dynamics of violence. The participation in socio-educative projects and the admission in training to begin working, in addition to offer distinct integration with the life of the city, make them to develop new bonds in the community. In such context, the strengthening of the local bonds, when true, may be understood as resistance to a more and more individualized social insertion.

Key words: Memory. Social movements. Generations. Urban segregation. Florianópolis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Bairros das áreas central e continental de Florianópolis. À esquerda, o bairro Monte Cristo.	21
Foto 1 – Vista aérea de Nova Esperança e seu entorno.....	22
Foto 2 - Nova Esperança.....	22
Gráfico 1 – Crescimento Populacional x Crescimento de PIB em Florianópolis.....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Crescimento do número de favelas e da população moradora em favelas da região continental e insular	74
Tabela 2 – População residente não-natural dos municípios da Área Conurbada de Florianópolis.....	75
Tabela 3 - População até 18 anos.....	126
Tabela 4 - População acima de 18 anos.	126

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	NOVOS TEMPOS, NOVOS OLHARES: A DISCUSSÃO CONCEITUAL	29
1.1	A análise no plano local	33
1.2	A cidade e a localidade: a articulação do local com o plano macrossocial	41
1.3	Os jovens e a questão geracional	51
2	FLORIANÓPOLIS: CIDADE QUE SEGREGA?	55
2.1	As mudanças no espaço urbano	57
2.1.1	<u>O espaço urbano: antecedentes históricos</u>	57
2.2	Os espaços de pobreza	66
2.3	Os conflitos na cidade	76
3	APRESENTANDO A NOVA ESPERANÇA: MEMÓRIA, DISPUTAS SIMBÓLICAS E SENTIDOS DE COMUNIDADE	88
3.1	Um movimento vitorioso	92
3.2	Os significados da vitória	103
3.3	O que fazer depois de realizado o sonho?	108
3.4	Lembranças do passado e sentidos do presente	111
4	A NOVA ESPERANÇA HOJE	117
4.1	Localização e topografia da nova esperança	117
4.2	Os moradores e as moradoras da nova esperança	118
4.2.1	<u>As famílias da nova esperança – a chefia feminina</u>	120
4.2.2	<u>A nova geração da Nova Esperança</u>	125
4.3	As instituições locais e os espaços de sociabilidade dos moradores	127
4.3.1	<u>As instituições públicas: a escola</u>	127
4.3.2	<u>As instituições públicas: o posto de saúde</u>	132
4.3.3	<u>O comércio</u>	133
4.3.4	<u>Os espaços de lazer</u>	135
4.3.4.1	Nos vazios do lazer	136
4.3.5	<u>A circulação</u>	138
4.3.6	<u>Espços associativos</u>	141
4.3.6.1	A luta pelo Parque Metropolitano	142
4.3.6.2	A Cooperarte	147
4.4	A Nova Esperança na cidade	149

5	AS TRAJETÓRIAS DA PRIMEIRA GERAÇÃO	154
5.1	A cidade, o local e suas heterogeneidades	154
5.2	As trajetórias da primeira geração	160
5.2.1	<u>A história de Elisa</u>	160
5.2.2	<u>A história de Luís Carlos</u>	164
5.2.3	<u>A história de Janete</u>	174
5.2.4	<u>A história de Marta</u>	183
5.3	Sobre a primeira geração	190
5.3.1	<u>Vidas em comum?</u>	190
5.3.2	<u>Sobre a vida no coletivo</u>	192
5.3.3	<u>Da Nova Esperança para a cidade</u>	195
6	AS TRAJETÓRIAS DE VIDA E A CIDADE (II) – OS JOVENS	197
6.1	As trajetórias dos jovens	201
6.1.1	<u>Renato: a autoestima elevada</u>	201
6.1.2	<u>Letícia: entre sair ou ficar</u>	206
6.1.3	<u>Roni: uma nova mentalidade</u>	212
6.1.4	<u>A responsabilidade de Gilberto</u>	218
6.1.5	<u>Nicole, o respeito e a comunidade</u>	222
6.2	A segunda geração: articulando as trajetórias	227
6.2.1	<u>Os projetos e a educação dos jovens: um novo <i>habitus</i></u>	227
6.2.2	<u>Circulação: o local como resistência</u>	232
6.2.3	<u>O local e a cidade: o enfraquecimento dos laços</u>	236
7	CONCLUSÕES	242
	REFERÊNCIAS	248
	ANEXO	258

INTRODUÇÃO

Florianópolis tem consolidado nas últimas décadas uma imagem de cidade repleta de belezas naturais, dotada de excelente qualidade de vida. Ilha paradisíaca, cercada de praias e com ares provincianos, há muito que a “vocalização turística” da pacata cidade vem sendo apontada como o caminho a seguir para seu desenvolvimento. O slogan “Ilha da Magia”, empregado até mesmo em placas de sinalização, traduz o forte apelo turístico da capital turística do Mercosul.

Enquanto grandes capitais brasileiras há tempos enfrentam os desafios do crescimento acelerado e da inserção na economia global, Florianópolis, cidade de porte médio, até meados dos anos 1990 não se deparava com os mesmos problemas. Esta realidade justificou o esforço de setores da cidade em produzir a invisibilidade da pobreza e dos conflitos urbanos. Com isso, oculta da história da cidade toda uma série de processos sociais, junto com os atores que os protagonizaram.

É desses atores que trata a tese, recuperando a história de personagens cujas vivências já haviam sido tema de minha dissertação do mestrado, defendida no início dos anos 1990. Nela, tratei de conflitos urbanos, discutindo como movimentos sociais em Florianópolis se inscreveram numa conjuntura nacional de luta por seus direitos e por melhoria da qualidade de vida. Os personagens, à época sem-teto, que lutavam coletivamente pela conquista de um lugar para morar, eram parte da análise de um conjunto maior de atores em confronto com o aparato estatal municipal. Tiveram importante papel na democratização na dinâmica da política municipal, constituindo novos direitos e abrindo espaço para novos atores na cena política. Voltarei a esse ponto nos capítulos deste trabalho. Por ora, interessa destacar que os sem-teto obtiveram vitórias, construindo uma imagem de passado que contrasta substancialmente com a imagem atual.

Florianópolis mudou muito nos últimos vinte anos. Em 1991, contava com 255.390 mil habitantes; no Censo de 2000, a população era de 342.395 habitantes; em 2010, chegou 421.240 mil habitantes. Este considerável aumento¹ é apenas parte dos novos contornos

¹ Apesar do Índice de Desenvolvimento Humano elevado e da alta renda per capita, a distribuição de renda é bastante desigual e injusta. Como bem observa o geógrafo Wendel Henrique, no período em que a Região Metropolitana de Florianópolis teve seu maior crescimento (1991-2000) aumentou a apropriação de renda pelos mais ricos, mas diminuiu

assumidos pela cidade. Florianópolis mudou seu perfil, passando de cidade provinciana a importante polo turístico, incluído na rota de celebridades internacionais. Outros movimentos sociais passaram a agitar a cena política da cidade, como o dos estudantes (secundaristas e universitários) que lutavam pelo passe-livre no transporte coletivo da capital. Movimentos como os protagonizados pelos sem-teto saíram de cena, o que acarreta importantes consequências para esta pesquisa. Uma dinâmica política marcada pelo esvaziamento da esfera pública cidadina tem constantemente inibido a presença de uma multiplicidade de atores sociais que, de formas diversas e desiguais, já foram mais presentes e atuantes. Mudou a vida na cidade; uma das marcas dos novos tempos passa pelos registros nos quais ocorrem as lutas sociais na esfera pública.

O objetivo do presente trabalho é discutir tais transformações. A perspectiva que assumo parte da premissa de que as mudanças por que passou a cidade lhe dão outra visibilidade se examinadas à luz das trajetórias dos atores que as vivenciaram.

Pretendo aqui investigar duas gerações de moradores de uma localidade da periferia de Florianópolis, cujo crescimento tem sido acompanhado pelo aumento dos espaços de pobreza. A pesquisa e a convivência por duas décadas com a cidade permitiram vislumbrar os mecanismos que operaram a mudança das relações de sociabilidade de seus moradores e suas práticas de inserção na vida urbana, que transitaram, ao longo do período, da organização coletiva para melhorar suas condições de vida às estratégias individuais.

Se, como foi afirmado acima, as trajetórias de vida iluminam as mudanças na cidade, a recíproca também é verdadeira: o destino social desses jovens e seus familiares pode ser mais bem compreendido analisando a relação com o espaço da cidade, seja em nível local, seja na relação com a esfera urbana. A discussão sobre a dinâmica de Florianópolis permite elucidar os novos parâmetros em que ocorre a experiência dos atores sociais enfocados.

Assim, partindo das trajetórias de vida de jovens de periferia urbana, o presente estudo tem em vista compreender os novos parâmetros da experiência de sua inserção na vida da capital. Para tanto, investigo as práticas e representações que constituíram a experiência de cidade da geração dos jovens e sua diferença com relação à geração anterior.

entre os mais pobres a apropriação de renda. “Com relação ao rendimento, 50% da população de São José, Palhoça e Biguaçu ganham entre 3 e 10 salários mínimos, enquanto em Florianópolis esta proporção cai para 40%, mas 43% ganham mais de 10 salários mínimos”. Tal desigualdade entre os municípios indica aponta uma das características desses novos contornos (que discutirei com mais detalhes no capítulo 3), que é a expansão dos espaços de pobreza, não tanto nas antigas periferias de Florianópolis, mas principalmente nos municípios vizinhos.

A análise dos significados que compuseram as experiências da primeira geração (a que ocupou e fundou a localidade objeto do presente estudo) é investigada pela recorrência à memória dos moradores dessa primeira geração. Além de uma reconstituição da experiência passada, o recurso à memória, ao evidenciar os contrastes estabelecidos nos depoimentos entre passado e presente, possibilita compreender os significados presentemente estabelecidos acerca da vida no plano local.

Para dar conta desses objetivos, analiso aqui uma série de questões relativas às especificidades da trajetória dos jovens de Nova Esperança, tendo como contraponto a experiência da geração de seus pais: que tensões e ambivalências são por eles vivenciadas na localidade em questão? Como se coloca a questão da autonomia individual em um contexto de precariedade material e qual seu campo de possibilidades? Que sentido de pertencimento experimentam com relação ao local de sua moradia? Como circulam na cidade e dela se apropriam? O que sua circulação pelos espaços urbanos e sua apropriação podem revelar sobre a segregação socioespacial em Florianópolis? O que as escolhas, as práticas e estratégias, se comparadas com as da geração de seus pais, indicam sobre as mudanças na localidade e nas dinâmicas de segregação urbana?

Ao buscar responder a essas perguntas, meu objetivo é compreender o processo através do qual a localidade Nova Esperança substantivamente se modificou na cidade. Minha hipótese é de que tais mudanças tenham influído na alteração das sociabilidades e das formas de inserção dos moradores na vida da cidade. As sociabilidades marcadas pela organização coletiva e pelo espírito de união transformaram-se, a partir do crescente desenvolvimento, pela ação desses atores, por suas estratégias individualizadas de inserção. Como isso acontece é o que pretendo investigar, analisando as práticas e representações dos moradores de duas gerações do bairro desde a época da ocupação.

Este estudo foi desenvolvido com base em um grupo específico e bastante particular de moradores: os que, em diferentes contextos, tiveram participação nos espaços públicos locais. Entendam-se, por primeira geração, os antigos moradores que participaram do movimento de ocupação e os que depois viriam a participar de espaços locais, como a associação de moradores e grupos culturais (de oficinas de artesanato, grupos folclóricos, etc.). Por jovens, ou segunda geração, os que foram incorporados ao estudo e participaram

intensamente nos projetos de extensão ali desenvolvidos pela Udesc². Não se trata, pois, de um estudo de todos os moradores da localidade, uma vez que não me seria possível dar conta da heterogeneidade desse grupo social. A escolha se justifica pelo fato de as possibilidades e limites de inserção dos moradores de áreas periféricas e degradadas no espaço social da cidade constituírem um dos eixos de minha análise. O outro eixo, complementar, incide sobre a análise de suas escolhas, projetos e estratégias de ação individual e/ou coletiva a partir do campo de possibilidades abertas. No caso específico dos jovens, busquei um conjunto de moradores que compartilharam experiências comuns em suas trajetórias de vida, que diziam respeito a propostas de inserção na cidade exatamente por serem jovens tipificados, por sua proximidade com a violência, como um segmento “em risco”.

Da universidade à comunidade: a inserção no campo de pesquisa

A aproximação com o objeto da pesquisa precisa ser entendida à luz da motivação que me trouxe a Florianópolis para dar início a um curso de mestrado no final da década de 1980. É a partir deste contexto que é possível refletir acerca da escolha do tema de pesquisa. Saía da cidade de Porto Alegre sem uma idéia exata do que seria pesquisado no mestrado, embora tivesse uma direção, dada pelo contexto político e intelectual da cidade. Concluía a graduação em História no final de uma década de grande efervescência política e cultural. Ao longo dos anos de universidade, eu havia me tornado militante das mais variadas causas: ecológica, estudantil, de movimento de bairro, sindical, de educação popular e político-partidário. Resultou da minha aproximação com as Ciências Sociais. Ao longo da graduação em História, cursara disciplinas em que lera os clássicos da Sociologia, em especial Marx, e também seus críticos. Em década de "crise do marxismo", tanto no movimento político como na academia, buscávamos alternativas a um modelo envelhecido e engessado de pensar e de intervir no social. Creio que a intervenção prática nos motivava nessa direção: era cada vez mais difícil prosseguir atuando com práticas tão autoritárias e formas de intervenção tão burocráticas como aquelas conduzidas pelas lideranças de organizações marxista-leninistas. Isto, naturalmente, conduzia a uma crítica teórica, que vinha das mais variadas fontes,

² No Programa Entrelaços do Saber foram desenvolvidos todo um conjunto de ações de extensão (projetos e cursos), voltados para educação e cidadania, que envolviam distintas áreas, envolvendo lazer, arte e esporte, por um lado; capacitação, por outro lado (tal como em oficinas de informática e cursos de guia de turismo); e educação e cidadania (tal como nas oficinas de sexualidade e nos projetos de apoio à organização comunitária)

misturadas em qualquer discurso que refutasse o “velho”: Guattari, Reich, Foucault, Castoriadis, Walter Benjamin, Morin, Rosa Luxemburgo. Mesmo leituras que escapavam ao campo das ciências sociais, como Fritjof Capra, Carl Jung, Lao-Tsé, Alvin Toffler, eram assimiladas com grande interesse pela minha geração universitária.

Foi desse caldo de uma nova cultura política (que emergia no meio estudantil), que tinha como característica distintiva muito mais “saber o que não queria” do que propriamente um projeto alternativo, que mudei de cidade para fazer o mestrado em um curso de Sociologia Política, cujas principais linhas de pesquisa relacionavam-se aos chamados Novos Movimentos Sociais e à Ecologia Política.

O trabalho de campo que realizei desenvolveu-se em duas frentes: associações de moradores de camadas médias e de “comunidades do interior da Ilha” (como eram chamadas as “comunidades” de pescadores) aglutinadas em torno de uma federação de entidades comunitárias, por um lado; por outro lado, um conjunto de atores, envolvendo uma população extremamente empobrecida, articulada em torno do movimento dos sem-teto.

Minha dissertação apoiou-se em uma abordagem dos movimentos sociais que se sustentava num referencial crítico ao autoritarismo presente nos fundamentos teóricos do marxismo-leninismo³. A crítica era ao mesmo tempo epistemológica e política; tinha forte influência de Paulo Freire e de toda uma postura anarquista-cristã presente em muitos militantes influenciados pela Teologia da Libertação que atuavam em Florianópolis⁴. Tomava-o como uma manifestação de autonomia dos movimentos sociais e sua capacidade de criação histórico-social⁵, não sujeita a determinações histórico-estruturais como querem análises marxistas mais ortodoxas. Com um “ethos militante”, penso que fui “contaminado” pelo campo, em razão da situação extrema em que se encontravam aquelas pessoas, da força e da entrega a uma causa dos religiosos e de muitos que apoiavam o movimento, do modo como conseguiam causar incômodo à autoritária e provinciana elite florianopolitana e também em razão do acolhimento que tive pelos integrantes do movimento. Nesse contexto, minha escolha metodológica foi pela observação participante: em pouco tempo, enquanto

³ As análises foram desenvolvidas principalmente a partir de Cornelius Castoriadis (1982) e Edward Thompson (1981).

⁴ Cujas influências mais evidentes, em termos de orientação política e da atuação desses militantes, vinham da obra de autores como Enrique Dussel (1986) e Gustavo Gutiérrez (2000), além do próprio Paulo Freire.

⁵ E nessa crítica intelectual a “Instituição imaginária da sociedade,” de Cornelius Castoriadis (1982), teve uma importância decisiva nas minhas pesquisas.

pesquisava, também carregava tábuas na área de ocupação, participava de reuniões, colaborava das mais variadas formas com o movimento. Não me propus a realizar uma etnografia, talvez pelo receio, na época, de que a observação participante se convertesse em "participação observante". No entanto, a experiência de campo acabou conferindo um "olhar etnográfico" sobre os processos dos quais participei. Embora não tenha incorporado ao texto qualquer passagem de cunho mais etnográfico, por ter assumido uma perspectiva mais política dos problemas de pesquisa (privilegiando um olhar mais informado pela Sociologia Política), a abordagem do objeto foi claramente influenciada por técnicas etnográficas de investigação.

É importante ressaltar que, quando realizei essa pesquisa, recém chegava à cidade para fazer mestrado. Não conhecia a cidade. Trazia questões políticas de um estudante de outra cidade, Porto Alegre. Olhando hoje, com certo distanciamento, percebo o quanto isto interferiu nas minhas escolhas quanto à forma de abordagem do tema.

Primeiro, porque meu foco foi uma temática política, concentrada principalmente na relação Estado - movimentos sociais. Embora os pressupostos teóricos fossem voltados para a questão da subjetividade dos agentes e para a particularidade de seus processos, meu estudo desses aspectos correspondeu muito mais a uma derivação das relações macro-sociais. Não analisei o nível microscópico dos conflitos; privilegiando um olhar mais político para a relação entre lideranças e poder público, em detrimento da análise da dinâmica cotidiana dos moradores (mesmo que incluindo alguns elementos dessa dinâmica, resultado da experiência de campo acima descrita).

Segundo, com um gradual afastamento do movimento, passei a assumir uma posição mais crítica diante do modelo de ação proposto por muitos dos seus líderes e assessores. Considerava que o mesmo era fundado em um certo autoritarismo e em uma postura pouco dialógica. Percebia esse autoritarismo principalmente no terreno das práticas, e como sendo proveniente muito mais do recurso ao carisma e às pequenas práticas cotidianas de manipulação e controle do que propriamente da teoria e do discurso por eles veiculados. Era uma percepção geral relativa a um conjunto de lideranças que falavam em nome do movimento popular, ou comunitário, e não uma crítica particular àqueles com quem tinha trabalhado durante o campo da dissertação (com relação a esses, não houve qualquer problema de ordem política ou ética; em razão disso, é que me foi possível retomar os trabalhos na mesma localidade oito anos depois). Ao mesmo tempo, começava a formular críticas ao utopismo cristão, considerando-o em si autoritário (na verdade, eu passava a ver

toda utopia como contendo em si elementos autoritários, ou, como diria Leszek Kolakowski, totalitários⁶. Tal crítica vinha nas entrelinhas de minha dissertação de mestrado (Canella, 1992). Como decorrência disso, eu assumia cada vez mais uma posição acadêmica, aliada a um certo ceticismo político originado, em grande parte, daquilo que Eder Sader (1988) se referiu como “promessas não cumpridas dos movimentos sociais”. E, nesse ceticismo, minhas reservas eram grandes com relação a um discurso pautado (e orientado) por um comunitarismo que exaltava de modo acrítico virtudes da comunidade. Percebia nisso os germes de um dogmatismo autoritário⁷. Não que a dissertação conduzisse a conclusões pessimistas com relação ao papel político desempenhado pelos novos atores sociais em Florianópolis. Com um olhar fortemente influenciado por Castoriadis (1982) – o mesmo autor que inspirou Eder Sader em sua obra aqui já referida – percebia nas práticas desses atores um forte conteúdo democrático. Analisava suas ações como instituintes de novas relações políticas e de novos significados, resgatando a democracia como processo auto-instituinte. (CANELLA, 1992, p. 149). E, embora uma série de questões práticas relacionadas a circunstâncias de vida tivesse me afastado deste campo de estudos, olhando retrospectivamente posso afirmar que essa crítica também contribuiu para meu distanciamento.

Outras questões que passaram a se colocar no debate sociológico também redefiniram minha relação como pesquisador com o meu campo. O percurso da Nova Esperança foi de exemplo de experiência bem sucedida dos movimentos sociais na cidade a, com o passar dos anos, área degradada, uma vez que as condições de vida da localidade se deterioraram, e seus moradores passaram a sofrer os problemas comuns a todas as localidades pobres da periferia urbana de Florianópolis. A aposta que fazia como pesquisador na época de meu mestrado, e também como militante, caía por terra: o potencial transformador dos movimentos sociais parecia não ter se concretizado, ou, no mínimo, apresentava limitações bastante evidentes em termos de constituir uma base para a articulação de novas ações coletivas, ainda que em

⁶ O filósofo polonês Leszek Kolakowski em seu combate ao que denomina como *pensamento utópico* estende sua crítica ao marxismo, discordando frontalmente das crenças que o sustentam: a crença de que o futuro já estaria ao alcance de todos; a crença numa essência humana perfeitamente identificável (a “verdadeira natureza humana”), em oposição à sua natureza empírica contingente; a crença em um método de pensamento e ação que conduziria a uma sociedade perfeita e livre de conflitos e insatisfações (KOLAKOWSKI, 1985, p.75). Kolakowski define a *mentalidade revolucionária* como sendo “a atitude espiritual, caracterizada pela crença, particularmente forte, na possibilidade de uma salvação total do homem...”, aproximando-a, assim, ao domínio da religião (1985, p.7).

⁷ No entanto, deixo claro que a dissertação não chegou a conclusões pessimistas com relação ao papel político desempenhado pelos novos atores sociais em Florianópolis. Com um olhar fortemente influenciado por Castoriadis (1982) – o mesmo autor que inspirou Eder Sader em sua obra aqui já referida – percebia nas ações desses atores, instituintes de novas relações políticas e de novos significados, uma tentativa de resgatar a democracia como processo auto-instituinte. (CANELLA, 1992, p. 149)

circunstâncias específicas. Minhas atenções passaram a se concentrar na "face oculta dos movimentos sociais" (EVERS, 1984). A essa época, muitos estudiosos dos movimentos sociais, refletindo sobre experiências similares, também mudaram seu foco de análise das práticas, projetos e formas de organização dos movimentos para temáticas relacionadas à cotidianidade dos atores sociais, às suas dinâmicas culturais, à identidade dos sujeitos coletivos, à cultura política dos movimentos, à subjetividade das chamadas "classes populares". Na verdade houve um esgotamento, não propriamente do tema, mas da forma de abordagem dos movimentos sociais, bem como de seus pressupostos teóricos.

A este respeito, vale citar Vera Telles, para quem a desestabilização das referências e parâmetros que conduzem o debate intelectual deve ser entendida na sua relação com os eventos políticos de cada época. Assim foi com o debate sobre cidade, em que a discussão acadêmica do período sempre esteve muito imbricada com o debate político⁸, quando versões mais deterministas formuladas com base na noção de contradições urbanas (CASTELLS, 2000) deram lugar a uma tematização que enfatizava as dimensões culturais e identitárias da dinâmica das cidades e dos conflitos urbanos (TELLES, 2006, p. 37). É no diálogo com esse conjunto de novas referências (compartilhando das preocupações de Telles) que se situam as principais indagações dessa tese. Na medida em que tais indagações que perpassam essa tese, hoje, reportam-se a uma dimensão temporal na qual estive implicado e na qual os parâmetros de análise eram outros, considero importante proceder a um breve relato de minha trajetória em campo, que é ao mesmo tempo um retrato de meu percurso intelectual em torno de questões transformadas em tema da presente pesquisa.

⁸ Com relação a esse debate intelectual, predominante nos anos 1970 e 1980, Vera Telles destaca que as polêmicas e divergências *faziam sentido* (*grifos meus*): os fatos, eventos e processos eram tematizados como questões pertinentes. Ao contrário do debate atual, marcado pela desestabilização das referências pelos quais se pensa o país e "pelo estilhaçamento do pensamento crítico", tais polêmicas faziam "do urbano e da cidade o ponto de condensação de um conjunto de questões que falava do país, de sua história e suas destinações possíveis" (TELLES, 2006, p. 40). Na década de 1990, especialmente a partir de sua segunda metade, marcada pela desregulamentação neoliberal, pela financeirização da economia e pela revolução tecnológica, a equação antes estabelecida entre trabalho, direitos e cidadania foi quebrada, alterando o cenário da ação coletiva, onde a própria noção de superação (fundante do debate das décadas anteriores) acabou se perdendo (TELLES, 2006, p. 42). Assim, a autora deixa a pergunta: "com quais parâmetros, ou a partir de quais parâmetros, colocar sob perspectiva crítica o atual estado de coisas"? (TELLES, 2006, p. 43).

O percurso dessa pesquisa: em campo, pensando a cidade e alguns de seus atores

Já se vão vinte anos desde aquele primeiro contato com os personagens do presente trabalho, na década de 1980, quando com eles convivi. Enquanto eles, sem-teto, acampavam em barracos de lona, eu trabalhava na minha dissertação de mestrado (CANELLA, 1992): nela, tratava da relação entre movimentos sociais e Estado, analisando especificamente os processos de negociação entre eles e a prefeitura que, por muitas pressões, lhes cedia um pedaço da Coloninha, em terreno Cohab-SC (empresa de economia mista responsável pela construção de moradias populares no estado), que para eles era uma Nova Esperança.

Muitos anos depois eu retomaria o contato, agora não mais para estudar a ocupação, mas, apesar de haverem recebido terreno e construído suas casas em mutirão, enfrentavam agora o fenômeno da exclusão. Seu movimento anterior, vitorioso sob qualquer aspecto que se considerasse, vinte anos depois não passava de uma velha lembrança.



Mapa 1- Bairros das áreas central e continental de Florianópolis. À esquerda, o bairro Monte Cristo.
Fonte: IBGE, IPEA. Extraído de Miranda (2001).

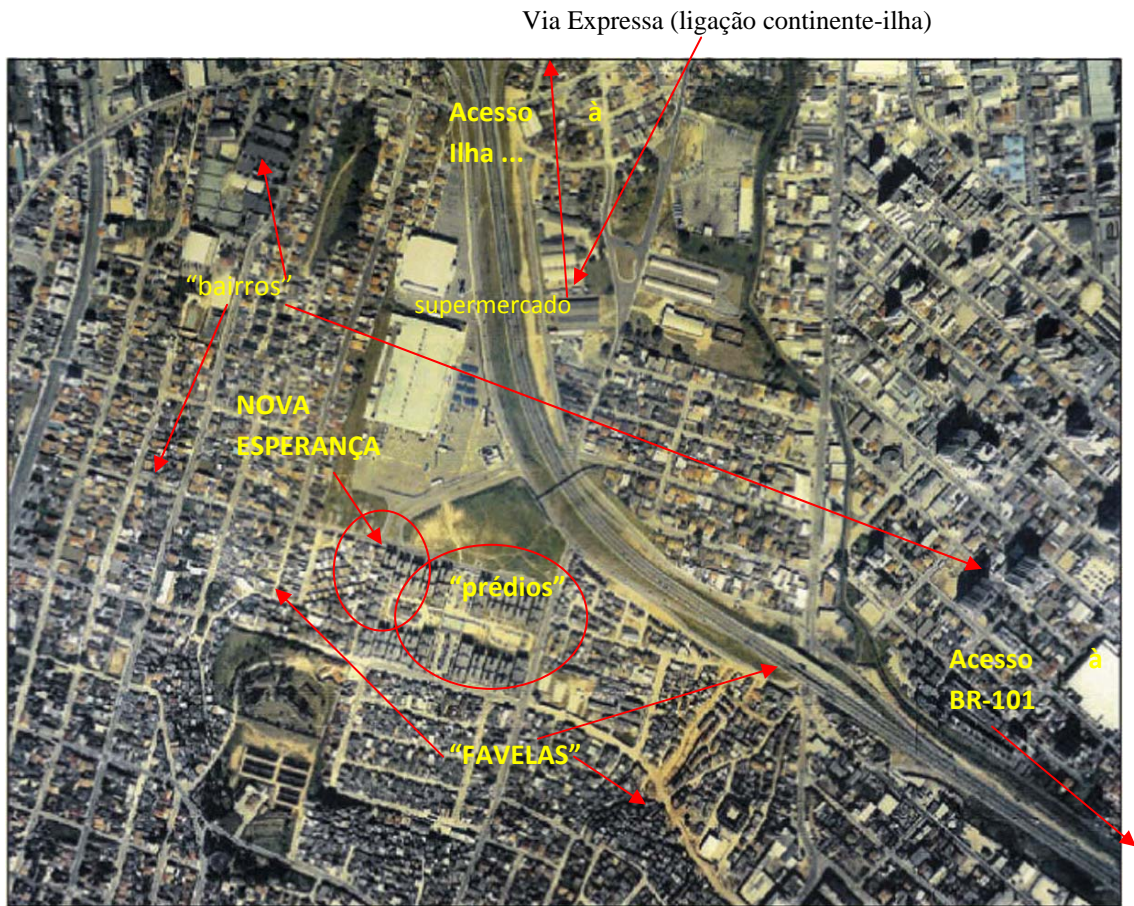


Foto 1 - Fotografia aérea de Nova Esperança e seu entorno⁹
 Fonte: Azibeiro (2006).



Foto 2 - Nova Esperança
 Fonte: Azibeiro (2006).

⁹ Na foto acima, duas observações merecem destaque: o tamanho reduzido da “comunidade Nova Esperança”; a sua localização numa área limítrofe entre “bairros” (camadas médias) e “favelas”. Foto extraída de Azibeiro (2006: 165)

À época, eu celebrara a vitória na disputa em torno dos significados que se pretendiam estabelecer sobre a cidade, como destaquei em minha dissertação:

Assim, o que é importante resgatar deste processo é que é radicalizando a sua ação que o MST [Movimento dos Sem-Teto] consegue, a um só tempo, instituir nos espaços públicos o debate em torno dos seus direitos e efetivar, na prática, as suas reivindicações, que eram sistematicamente rejeitadas pelos aparatos estatais (CANELLA, 1992, p. 117).

Eu havia tomado parte deste processo de diferentes maneiras. Primeiro, como observador, neutro, atento à sociologia. Aos poucos, até como estratégia de inserção no campo para o desenvolvimento de minha pesquisa de mestrado, e por simpatizar com a causa, passei a participar mais, aliei-me às lideranças e fiz delas "informantes" de minha pesquisa, entrei em seu cotidiano e meu contato com eles prolongou-se para além do final do trabalho de campo. Depois, os encontrava ocasionalmente, em contatos esporádicos, os quais foram se tornando mais sistemáticos a partir do momento que comecei a atuar como professor na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Em 1999, eu já contava com uma equipe de universitários bem-estruturada, da qual faziam parte antigas assessoras do movimento. A Nova Esperança, porém, já não era mais aquela. Já não contava com a organização comunitária anterior, nem com a antiga motivação por demandas coletivas. Muitas casas, em quase uma década de uso, encontravam-se deterioradas. Os problemas da agora já eram os de qualquer outra localidade empobrecida da periferia da cidade. O sucesso de suas conquistas, que outrora distinguira seus atores na cidade, já não existia. O movimento, agora mera sombra do passado, constituía apenas parte do repertório de histórias de alguns moradores antigos e saudosistas.

Na época da retomada de contato com a Nova Esperança canalizei toda minha perplexidade face à nova configuração da localidade em um artigo em que fazia o seguinte diagnóstico, que mais parecia um desabafo:

Mesmo não sendo favelados, as condições de vida não se alteraram (pelo menos para a grande maioria dos moradores). Se o processo coletivo garantiu habitação digna, não mudou o nível de renda, não mudou o grau de escolaridade e continuaram os antigos sem-teto a viver numa cidade que cresce sem evitar exclusões. Aliás, aumento da atividade turística não implicou em melhoria das condições de vida da população empobrecida. Talvez em razão de uma memória que remete ao passado todas as positivities, os moradores da Nova Esperança ao definirem o presente, o fazem ressignificando a experiência de viver coletivamente, agora conferindo-lhe uma série de atributos negativos: o desemprego, a falta de união, a pobreza, a violência, as drogas. Se um passado os diferencia, o presente os iguala às outras comunidades empobrecidas (CANELLA, 2000, p. 20).

Minha retomada de contato com moradores da Nova Esperança deu-se inicialmente no âmbito dos projetos de extensão universitária antes referidos, que visavam a reorganizar os espaços de articulação coletiva. Não detalharei os fatores que concorreram para o fracasso dessas tentativas. O que ora interessa é que tais esforços não foram bem-sucedidos. Uma mudança de foco dos projetos ocorreu como consequência de um crescente convívio com os seus moradores. Estando mais atentos às suas demandas, os integrantes dos projetos de extensão passamos a concentrar as ações em cursos de formação profissional e em atividades de lazer, arte e esporte¹⁰. Esta nova orientação encontrou nos jovens seu público privilegiado. O mais importante era a percepção de que em torno desses projetos educativos se estabelecia uma estratégia de inserção na vida da cidade, assim como de um espaço alternativo de sociabilidade, que ocupava os espaços deixados por antigas formas locais de organização e promoção.

Assim, para desenvolver minha pesquisa de doutoramento na Nova Esperança, busquei como informantes não apenas as antigas lideranças da ocupação, os antigos moradores da localidade¹¹, mas também (e principalmente) a geração dos filhos dos que haviam realizado a ocupação. Até meu retorno, um longo período se havia passado. Mudanças demais haviam ocorrido na cidade, na vida do grupo pesquisado e também no percurso e nos interesses do pesquisador. Meu olhar sobre o tema e as questões da cidade também mudara. Não era mais um recém-chegado à cidade grande, mas um morador que vivia na capital como professor, universitário e pesquisador. Nessa condição, achei necessário proceder a um histórico não só dos elementos factuais da realidade delimitada como objeto da pesquisa (o que farei em capítulo específico), mas também da minha própria trajetória em campo empírico.

Quanto aos atores sociais e políticos que protagonizaram as lutas daquele período, registrava as mais variadas situações: muitos prosseguiam morando na localidade; outros haviam mudado pouco tempo depois da conquista das casas; outros, mais recentemente. Com relação aos assessores, haviam tomado os mais variados caminhos. Alguns se encontram

¹⁰ Os diferentes projetos que aconteciam na localidade, por vezes de forma um tanto fragmentária (visto que reuniam professores de diversos centros da universidade, com diferentes objetivos e orientações pedagógicas), quando adquiriram maior organicidade passaram a ficar institucionalmente abrigados em torno do Programa Entrelaços do Saber, cujos objetivos e características detalharei mais adiante.

¹¹ Embora a designação corrente para Nova Esperança seja *comunidade* (correspondendo a uma categoria nativa, pois empregada tanto pelos moradores do bairro como por aqueles que a frequentam e a ela se referem – assessores de ONGs e movimentos, universitários, agentes estatais, mídia), faço aqui a opção opto pelo emprego do termo *localidade*. Tal escolha se justifica por razões de ordem teórica, as quais serão explicitadas no próximo capítulo.

inseridos em outros espaços de atuação política, inclusive institucionais, ocupando cargos em governos ou em ONGs ligadas a diferentes esferas do poder público.

Em campo, caminhando pela Nova Esperança

A pesquisa foi desenvolvida entre 2008 e 2010. No entanto, os dados que servem como referência para a análise das décadas referidas foram reunidos durante o contato estabelecido em dois períodos. Inicialmente, durante o curso de mestrado, entre 1989 e 1991. Nessa fase, embora tenha acompanhado reuniões e ações, o grupo dos sem-teto era apenas parte de um conjunto maior de atores investigados num contexto mais amplo das preocupações daquela dissertação. Algumas entrevistas foram realizadas, mas o mais importante foi o fato de que, nesse período, estabeleci contato direto com sua realidade, o que, com o conhecimento de pessoas, foi de grande importância para o desenvolvimento posterior de outros trabalhos.

Após alguns anos (a partir de 1999), retomei contato com os moradores daquela localidade. Na condição de professor, coordenando projetos de pesquisa e de extensão e/ou participando deles, retomei as reflexões sobre o tema dos movimentos sociais urbanos e das práticas de organização popular. Além da realização de entrevistas individualizadas e da aplicação de questionários, passei também a lançar mão da técnica da observação direta, escrevendo um diário de campo.

A partir do início do doutorado, além de uma prática de registro de campo mais rigorosa e sistemática, retomei a técnica de entrevistas realizadas em 2008 e 2009. Foram diversas entrevistas com doze moradores da localidade (normalmente, mais de uma entrevista por morador). Realizei entrevistas semi-estruturadas, com roteiro normalmente adaptado em função do interesse específico sobre cada entrevista, situação bastante comum em razão do conhecimento que tinha acerca da maioria deles e do objetivo de reconstituição de suas trajetórias de vida.

As observações de campo sempre foram favorecidas pelo acesso possibilitado por meu vínculo com projetos de extensão universitária. Por conta disso, foram incorporadas até 2010, quando já havia iniciado a redação do texto da tese.

Os projetos me forneceram a oportunidade de circular entre os moradores em diferentes espaços. Algo distante de um ponto de observação neutro: sendo professor, com intervenção na área, eu era uma “figura carimbada”; sabiam de que lugar e poder social eu falava quando a mim se dirigiam. Mas o fato de estar em projetos, retomando o meu antigo lugar na localidade, também conferiu certas vantagens do ponto de vista da pesquisa. Estar nessa posição trouxe-lhe alguns benefícios. Em muitas situações, aproximou-me deles, favorecendo o acesso a espaços e o contato com dinâmicas normalmente impossíveis na posição de observador neutro. Foram acompanhamentos de atividades de projetos de extensão universitária, reuniões de associações locais (associação de moradores, cooperativa de artesanato), de bairro (Carmocris¹² e conselho de associações e Ufeco¹³) e eventos comunitários (evento de integração do Monte Cristo, passeata pelo Hospital Florianópolis). A observação e o acompanhamento também incluíram reuniões de negociação com órgãos públicos (audiências públicas da Assembleia Legislativa, reuniões com a presidência da Cohab, com a Secretaria Municipal do Continente e com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional, além de reuniões do conselho local de Saúde).

Na medida em que a pesquisa envolve um exame da trajetória de atores, e não apenas o estudo de suas ações presentes, é importante observar que, para uma análise que incorpora a dimensão temporal (constituindo um dos eixos de análise da tese), foi de grande importância o recurso a todo um conjunto de fontes secundárias, especialmente uma série de estudos realizados no âmbito acadêmico (teses, dissertações, artigos científicos, monografias de conclusão de curso) por abordarem diferentes questões discutidas na temporalidade abarcada pela tese. Nesse conjunto de referências, inclui-se necessariamente minha dissertação de mestrado, pela reavaliação crítica das análises nela contidas e pela incorporação de depoimentos colhidos na época.

Com relação a essa dimensão temporal, cabe ainda uma última observação. Minhas primeiras análises sobre essa localidade, conforme descrevi no parágrafo anterior, tiveram por objeto questões por mim desenvolvidas numa localidade que surgiu das ações coletivas, empreendidas pelo movimento dos sem-teto entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, conquistaram seu lugar na cidade em meio a uma efervescente conjuntura, marcada por muitos movimentos sociais, os chamados movimentos populares, que estendiam a luta por

¹² CARMOCRIS: Conselho de Associações da Região do Monte Cristo.

¹³ UFECO: União Florianopolitana de Entidades Comunitárias.

direitos sociais ao terreno das questões urbanas e ganhavam diferentes denominações conforme a configuração especificamente assumida em cada contexto particular: movimento de luta pelo solo urbano, movimentos de moradores, luta contra a carestia. Os atores aqui enfocados se inscreviam numa conjuntura cujos parâmetros sobre o político e a cidade eram outros. Foi naquela época que iniciei meus contatos com o que agora constitui meu campo de pesquisa. Resulta disso a preocupação em recuperar a trajetória não só dos moradores, mas do analista e suas análises. Assim, foi partindo de muitas das preocupações e questões suscitadas pelo percurso acima exposto que nessa tese retomo aquela experiência para analisar a trajetória dos moradores da localidade e sua relação com a cidade.

O presente trabalho se estrutura em seis capítulos. O primeiro, é dedicado a uma discussão dos principais conceitos a que recorri na análise de meus dados de campo, buscando explicitar as referências teóricas que me guiaram na construção desta tese. Procuo fundamentar, a partir desta discussão conceitual, a articulação entre diferentes níveis de análise - local e macrossocial - que busquei desenvolver neste trabalho.

O segundo capítulo apresenta um breve histórico da cidade de Florianópolis, analisando seu desenvolvimento urbano recente, a produção de seus espaços de pobreza e a dinâmica conflitiva daí advinda. Busco compreender em que medida este processo de crescimento segrega segmentos de sua população.

No terceiro, enfoco a história da localidade estudada, Nova Esperança, compreendendo sua fundação à luz da dinâmica das contradições urbanas explicitadas no capítulo anterior, mas incorporando também um olhar etnográfico, fruto tanto de minha inserção no campo à época da ocupação, como dos relatos de seus moradores e das análises já produzidas sobre essa história (teses, dissertações e artigos). A análise incorpora ainda um elemento fundamental para a compreensão da dinâmica de segregação: a percepção dos moradores sobre seu espaço, tomando como referência as categorias a partir das quais esse espaço é pensado. À medida que o passado ganha centralidade nos depoimentos dos moradores recolhidos durante a pesquisa de doutoramento, discorro sobre a memória dos moradores da Nova Esperança.

O quarto capítulo apresenta um quadro acerca do que acontece hoje em Nova Esperança: sua dinâmica organizacional, suas sociabilidades, a situação de trabalho de seus moradores, seus dados de escolaridade. Busco explorar, ao analisar essas dimensões contemporâneas da vida dos moradores, as escolhas e estratégias que desenvolvem no plano

da ação individual e da ação coletiva como possíveis respostas à situação-problema apresentada no final do capítulo anterior.

O quinto capítulo é dedicado à análise das histórias de vida da geração mais velha dos moradores de Nova Esperança (dos que vivenciaram o processo de ocupação e integraram o movimento dos sem-teto), visando compreender sua experiência de cidade. Discuto suas histórias de vida, examinando a trajetória de cada ator, suas representações sobre vários temas da vida cotidiana, seus projetos e estratégias de ação ao longo do tempo. Busco, assim, compreender as sutilezas do processo vivenciado aqui entendido não como uma determinação inescapável de suas vidas, mas como parte da experiência vivida, a partir da qual hoje elaboram sua condição de moradores da localidade e da cidade, fazem escolhas e determinam seus rumos e estratégias de ação.

No sexto e último capítulo, dedicado aos jovens da localidade, procuro discutir em que medida essa geração se distingue da anterior na sua forma de inserção no mundo da cidade, examinando tanto o campo de possibilidades que a eles se abre quanto seus projetos e escolhas. O capítulo analisa, portanto, o modo como representam o seu local de moradia e a cidade, a forma como circulam por esses espaços e como se relacionam com as instituições locais.

Retomo, na conclusão deste trabalho, as hipóteses que orientaram seu desenvolvimento, procurando fazer um balanço crítico acerca das mudanças nas relações das duas gerações de moradores com a cidade. Mais do que explicar o porquê, identificando causas precisas e pontuais para as ações dos atores sociais implicados nesse estudo, procuro refletir sobre as peculiaridades do processo aqui estudado e sobre como ele se liga a outros processos que envolvem espaços de pobreza e sociabilidades de seus atores sociais.

1 NOVOS TEMPOS, NOVOS OLHARES: A DISCUSSÃO CONCEITUAL

É na busca por novas referências intelectuais e parâmetros para a ação que deve ser situada a perplexidade que senti com o estado de coisas encontrado na Nova Esperança, anos depois da ocupação e da conquista das casas. A ruptura na relação entre moradia, trabalho e cidade, e suas consequências, como analisara Telles, configura um diagnóstico válido também para Florianópolis. A periferia que alimenta histórias como as da Nova Esperança se inscreve nesses novos marcos da urbanização brasileira. No entanto, o modelo clássico de periferia, formada por um contingente de migrantes provenientes diretamente do campo, não se verifica no caso desse bairro. Ele corresponde muito mais ao tipo de periferia que emerge num período marcado por emprego precário, informalidade do trabalho, desemprego, muito mais do que por uma realidade em que o morar na periferia representava um lento mas progressivo e seguro caminho de integração ao mercado e à cidade. Ao mesmo tempo, consequência da nova situação de desorganização e desarticulação, deixam de figurar no cenário alternativas que tenham como ponto de partida iniciativas de organização dos moradores, restando apenas projetos, articulados, na maioria, pelo terceiro setor ou por políticas focalizadas voltadas aos chamados excluídos da cidade.

Por mais de dez anos, a cidade foi se transformando, obrigando-me, como pesquisador, a responder a todo um novo conjunto de perguntas que transcendem o debate conceitual. No que Florianópolis está se transformando? De que modo vem ocorrendo o processo de metropolização da cidade¹⁴? Que forças sociais ditam o seu crescimento e que consequências tem ele para a população das áreas mais pobres? Que lugar se destina às periferias na divisão socioespacial da cidade? Que hierarquias existem nessa divisão da cidade?

¹⁴ De acordo com o IBGE (2002), a região metropolitana é “uma área instituída por legislação estadual e constituída por agrupamentos de municípios limítrofes, com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”. Interessado em compreender o fenômeno da metropolização de Florianópolis, o autor assume a perspectiva de que o termo envolve “a construção de vínculos entre os lugares, não reconhecendo fronteiras administrativas e produzindo um aglomerado metropolitano com alta densidade de áreas construídas, conurbadas e interrompidas” (GODINHO ; MENDONÇA *apud* HENRIQUE, 2007, p. 63). Importante destacar que uma das conclusões do autor é que “a institucionalização da Região Metropolitana de Florianópolis, assim como as outras cinco criadas no Estado de Santa Catarina, foi baseada em critérios políticos e não em definições geográficas, urbanísticas ou conceituais” (*idem*, p. 63). No contexto dessa tese, o emprego do termo em Florianópolis justifica-se por fazer referência ao crescimento da cidade ditado por projetos de setores que assumem como modelo o ideal de se chegar a uma metrópole.

Esta tese não elege como foco central o desenvolvimento urbano de Florianópolis, mas não pode prescindir de um recorte sobre os aspectos que em sua dinâmica socioespacial produzem segregação de segmentos da população, em especial daqueles em se situam os moradores da Nova Esperança. De outro lado, não se pode igualmente prescindir de uma análise dos atores que, no plano político, historicamente produziram essa dinâmica, e dos mecanismos de resistência dos atores particularmente afetados por essa dinâmica.

Diante dessa nova configuração, minha escolha foi de realizar dois movimentos: um, em direção à compreensão de aspectos macroscópicos da cidade, visando a elucidar sua dinâmica excludente para melhor situar os moradores da localidade que pretendo investigar. Outro, de natureza mais etnográfica, em direção à compreensão das práticas e dos significados no plano dos agentes, investigando suas trajetórias temporais, trabalhando no plano local, para explicar a inserção e os modos particulares de relacionamento dos moradores com a cidade, em suas mais variadas dimensões – a vizinhança, o entorno do bairro e a cidade propriamente dita.

Responder às questões postas pelo plano macrossocial da cidade significa compor o cenário no qual se movem os atores aqui enfocados; mais que isso, significa incorporar à análise o espaço social que constitui esses atores, e que serve como chave explicativa para muitos dos processos sociais que vivenciam, forças contra as quais têm que lidar em silenciosos e cotidianos enfrentamentos.

No caso do plano local, a análise permite compreender a mudança nas relações de sociabilidade, as quais, diferentemente do passado (quando eram pautadas pela centralidade da participação política), têm sua dinâmica definida pelas mesmas questões que maculam a imagem das localidades que constituem os "espaços de pobreza" da cidade: violência, problemas de infraestrutura, criminalidade, tráfico de drogas, guerras de gangues, desemprego, mau atendimento dos serviços públicos, etc.¹⁵ Pretendo, com isso, unir as dimensões macro e microssocial. Compreender não só as relações, representações e práticas estabelecidas no plano local da vizinhança, no âmbito do bairro em que moram, mas também no espaço mais amplo da cidade onde vivem e circulam. Com isso, é possível vislumbrar que

¹⁵ No período de formação da localidade, tais questões poderiam existir, mas de modo menos intenso, ofuscadas pela centralidade e pela grande visibilidade das conquistas a que nos referimos anteriormente.

mecanismos da divisão socioespacial da cidade constroem sua ação, ou de que modo suas práticas interpõem resistência a estes limites. Em outras palavras, procuro situar a subjetividade dos atores nas relações objetivadas das estruturas urbanas. Neste contexto, a apreensão das representações dos moradores acerca de si mesmos e da sua relação com a cidade deverá ser feita de modo articulado à divisão socioespacial em que procuram se inserir.

As representações serão sempre entendidas como parte da experiência dos moradores, entendendo-se por experiência o modo particular como os atores sociais elaboram as relações por eles vivenciadas nas diferentes dimensões da sociedade. Recorro, aqui, à noção de experiência elaborada por E. P. Thompson. Por meio dela, o historiador inglês procurou articular a subjetividade dos atores - as classes sociais - com as determinações estruturais:

As classes sociais acontecem à medida que os homens e mulheres vivem suas relações de produção e experimentam suas situações determinantes dentro do 'conjunto de relações sociais' com uma cultura e expectativas herdadas, e ao modelar essas experiências em formas culturais (THOMPSON, 1981, p. 45).

Trata-se de um conceito (ou de uma noção) de junção, com o qual busco elucidar o modo como as determinações estruturais são vivenciadas pelos sujeitos históricos. A subjetividade é, nessa perspectiva, apreendida na sua relação direta com a prática social dos atores. Apresenta a vantagem de evitar a polarização estrutura–sujeito, do mesmo modo que o faz Norbert Elias ao tratar da relação indivíduo–sociedade.

A estrutura e a configuração do controle comportamental de um indivíduo dependem da estrutura das relações entre os indivíduos. A base de todos os mal-entendidos no tocante à relação entre indivíduo e sociedade reside no fato de que, embora a sociedade, as relações entre as pessoas, tenha uma estrutura e regularidade de tipo especial, que não podem ser compreendidas em termos do indivíduo isolado, ela não possui um corpo, uma 'substância' externa aos indivíduos (ELIAS, 1994, p. 56-57).

Assumir essa perspectiva sociológica permite tomar a ação dos atores nas suas singularidades (e mesmo naquilo que eles podem apresentar de inusitado e de imprevisível), e não como algo já predeterminado pelo lugar a eles conferido pelo esquema teórico adotado, conferindo uma maior atenção à novidade presente nos processos e nas tramas de significados por eles mesmos engendradas ao longo do período compreendido pelo presente estudo. Assim, a análise da vida cotidiana abre-se à percepção da singularidade das experiências dos atores investigados.

Nos conflitos em torno do solo urbano, em que o movimento dos sem-teto teve papel fundamental, a abertura de brechas nos esquemas de controle e repressão e a conquista de espaços políticos provocaram questionamentos nas relações e hierarquias da cidade. Novos espaços políticos foram instituídos a partir da ação destes personagens que emergiram das contradições urbanas e das tramas políticas da cidade¹⁶. Foi estabelecida uma nova relação entre o morador e as instituições do Estado, entre os pobres e a política. O esforço de compreensão intelectual para o que é eminentemente novo deve partir da escuta atenta do seu objeto, e não da obediência a esquemas teóricos que conferem um lugar preestabelecido a ele e o encaixam num sistema previsível de ações.

Assim procurei proceder na tentativa de elucidar o momento em que os sem-teto ingressaram na cena política da cidade. O esforço em compreender como vivenciaram suas experiências à época que integravam o movimento, a forma como se relacionavam com suas lembranças - tais questões não poderiam ser respondidas por meio de esquemas teóricos preestabelecidos. A busca por algum sentido para suas experiências e lembranças, em meio à tamanha diversidade de relatos, só me foi possível por meio do exercício da escuta atenta das falas e da leitura cuidadosa de suas ações.

O caso da ocupação configurou-se como algo totalmente novo no conjunto de experiências daqueles moradores empobrecidos de Florianópolis (convertidos à situação de não-moradores: os sem-teto)¹⁷. Depreendeu-se, de seus próprios depoimentos, a percepção de que naqueles meses vivenciaram uma situação-limite. Neste sentido, acreditei ser bastante profícuo abordar esse movimento nos termos de Victor Turner (1974), em que o momento da ocupação e as suas consequências poderiam ser concebidos como um momento de liminaridade, em que as estruturas, os elementos que conferem ordem às suas vidas e ao mundo, e estabelecem hierarquias, foram suspensos. Seria também um daqueles momentos em que o movimento teve a capacidade de revelar os significados velados do político encarnado no social (SLATER, 2000). Posteriormente, as relações se reacomodaram, mas, como sugere a observação de Wacquant (2005), devemos buscar novas formas de

¹⁶ Sobre esse processo, é interessante o estudo de Eder Sader, *Quando novos personagens entraram em cena* (1988), que trata da emergência dos movimentos populares em São Paulo na conjuntura do período final do regime militar (1964-1985), no qual a abordagem da novidade não se restringe à presença de novos atores na cena política, mas é analisada no múltiplo registro de novos fazeres políticos que instituem novos significados na esfera pública.

¹⁷ Sobre isso, ver Canella (1992), Franzoni (1993), Lüchmann (1991) e Muller (1992).

compreender a complexidade de algo que não é estático nem uniforme, como foi o caso dessa relação entre Estado e moradores dessa comunidade.

1.1 A análise no plano local

Assim, diante do projeto de compreender, de modo articulado e coerente, a relação entre as representações dos moradores de uma localidade da periferia urbana de Florianópolis e as relações socioespaciais que se desenvolvem na cidade e nas quais estão inseridos, a tarefa de elucidar o plano local é essencial. Dentro desse propósito, um primeiro passo consiste em definir conceitualmente o plano local.

No caso dessa pesquisa, esse plano corresponde ao menor espaço onde se desenvolvem as interações entre os atores investigados, ou seja, a *comunidade Nova Esperança* (utilizo aqui a expressão nativa). Se há uma designação nativa presente no termo *comunidade*, é necessário, por um lado, precisar qual o seu referente empírico, a que unidade social se refere, e, por outro, discutir sob quais categorias é possível analisar essa dimensão. O primeiro aspecto será aprofundado nos capítulos seguintes (3 e 4), quando discuto tanto o processo que fez surgir a localidade e sua história ao longo de duas décadas, como sua caracterização contemporânea. Por ora, discuto sob quais categorias pensar essa dimensão e como elas se articulam com a percepção dos moradores.

O ponto de partida consiste numa série de sugestões metodológicas que Löic Wacquant aponta para o pesquisador das cidades na apresentação do livro "*Os condenados da cidade*", que nos parecem bastante úteis. Primeiro, ele observa a importância de se distinguir “os *conceitos folclóricos* e os *conceitos analíticos* que a pesquisa deve construir” (WACQUANT, 2005, p. 10).¹⁸ O autor alerta para o risco de alguns conceitos que circulam internacionalmente, “que não são apenas inadequados para serem importados, mas também não têm validade nas realidades urbanas de seu próprio país”. É o caso do conceito de

¹⁸ Na mesma direção, Ribeiro e Lago (2001) procuram investigar a relação entre bairro e favela no Rio de Janeiro, seguindo os caminhos analíticos trilhados por L. Wacquant: "Seguindo as pegadas de L. Wacquant (2000), a nossa tarefa comportaria as seguintes etapas: (i) identificar as categorias do senso comum com as quais se produz discursos mais ou menos eruditos sobre as favelas e seus congêneres (mocambos, baixada, etc.); (ii) re-construir a história destas categorias, procurando identificar quais as suas funções no “sistema de classificação da sociedade brasileira”, ou seja, nas formas hegemônicas pelas quais as divisões e desigualdades sociais são representadas, que podem ser de isolamento, separação e reserva de força de trabalho (146).

underclass ou da noção de *gueto*, “que são mais metáforas que ocultam diferenças estruturais e funcionais fundamentais” (WACQUANT, 2005, p. 11).

Na presente pesquisa, um dos conceitos folclóricos¹⁹ que se apresentam é o de *comunidade*. Termo largamente empregado nas ciências sociais²⁰, comunidade esteve muito presente no vocabulário das lideranças do movimento sem-teto que deu origem à Nova Esperança, a autodenominação *comunidade* foi utilizada numa época em que esse termo não era empregado com frequência para fazer referência a áreas urbanas habitadas por população pobre, em Florianópolis. Contemporaneamente, *comunidade* foi incorporada também ao discurso da mídia e dos agentes estatais, bem como ao discurso acadêmico, para se referir às localidades pobres da cidade²¹. Tal emprego pode mascarar a posição inferiorizada em que é colocada no conjunto de imagens instituídas acerca da cidade (um eufemismo para o termo favela), servindo como rótulo mais positivo e menos estigmatizante. No entanto, justamente por mascarar aspectos negativos, o conceito folclórico pode ter um efeito de positivação de uma localidade e seus atores e ser incorporado ao linguajar das lideranças²². No caso da Nova Esperança, o emprego do termo esteve presente desde o período mais remoto da organização

¹⁹ Do mesmo modo que *comunidade* pode ser metodologicamente tomada como sendo um *conceito folclórico*, pode ser também pensada como constituindo uma *categoria nativa*, pois se refere ao conjunto de noções, categorias, conceitos que compõem o vocabulário dos grupos pesquisados e conferem sentido aos seus universos de representações.

²⁰ Para um autor como Robert Nisbet, comunidade é a ideia-elemento “mais fundamental e de mais largo alcance da sociologia” e sua redescoberta, no século XIX tem a mesma importância que teve a ideia de contrato na Idade da Razão. Ideia corrente nas ciências sociais, a oposição (estabelecida por Tönnies) dos pares conceituais comunidade versus sociedade (*Gemeinschaft* vs *Gesellschaft*) tem servido para explicar a transformação das sociedades rurais em urbanas e, por homologia, das sociedades tradicionais em modernas. Largamente empregado por uma sociologia de orientação funcionalista, comunidade e sociedade constituem pares conceituais opostos, mas complementares, uma vez que existe entre eles uma relação de continuidade: a transformação ocorre através de um continuum que vai das sociedades tradicionais para as modernas, do rural para o urbano, do incivilizado para o civilizado, do simples para o complexo, tal como é possível encontrar em Robert Redfield (1949). O mesmo pode ser verificado em Louis Wirth (1973), para quem a *associação*, fundada sobre a afinidade racional dos interesses individuais, prepondera sobre a *comunidade*, que é definida sobre a classe ou ao status. Esta perspectiva de análise é bastante criticada pela sociologia urbana marxista. Para citar um exemplo, Manuel Castells, no seu clássico livro *A questão urbana* (2000), dedica um capítulo e várias passagens da obra a sua crítica.

²¹ Tal categoria migrou do campo político dos movimentos sociais para outros campos, como o das políticas sociais e o dos meios de comunicação. Tem sido empregada como eufemismo, quando reportagens da grande mídia pretendem veicular conteúdos positivos com relação às áreas pobres da cidade. Normalmente, isso ocorre quando pretendem conferir visibilidade a projetos sociais e iniciativas voltadas para a integração social dos moradores dessas localidades. Processo similar tem ocorrido com a noção de periferia. Guaciara Freitas (2009) discute em seu artigo como o termo “periferia” foi assimilado ao discurso da mídia brasileira para designar de forma genérica o lugar onde vivem os pobres. Pode, assim, também ser pensado com um conceito folclórico (nos termos de Wacquant).

²² Sobre isso Lícia Valladares faz a seguinte observação: "Ao mesmo tempo, o uso da palavra comunidade é um subterfúgio muito usado pelas ONGs, pelas associações de moradores, pela política pública, mas é uma palavra que escamoteia os conflitos internos na favela. Acho estão sempre em disputa duas visões da favela: a favela como campo de batalha e a afirmação da positividade da favela." (2006). Seu emprego, no caso da favela carioca, pode ser remontado ao início do século XX, e é atribuído pela autora à transposição da ideia de comunidade de Canudos (tal como analisado por Euclides da Cunha – autor amplamente lido pelos intelectuais cariocas do início do século XX) para as nascentes favelas do Rio de Janeiro (VALLADARES, 2000, p.11)

da ocupação, compondo, até hoje, o que se pode designar como o idioma de ação²³ das lideranças e dos moradores. Com o emprego do termo *comunidade* articulavam-se internamente e apresentavam-se na esfera pública, construindo uma identificação que os distinguia da ideia de favela e do estigma da pobreza. Assim, tal noção merecerá uma especial atenção nessa pesquisa quanto a seu significado e a seu potencial articulador, fazendo-me atento ao que possa revelar em termos das relações instituídas na história da localidade.

Na sua segunda observação metodológica, Wacquant destaca a utilidade de se distinguir entre a condição social da área a ser investigada, sua posição no sistema hierárquico da sociedade e a função que exerce na organização social da metrópole. Isso evitaria o risco, por exemplo, de se empregar o rótulo favela para áreas muito distintas entre si, incluindo desde áreas pobres que continuam sendo "abrigos sólidos de integração da classe trabalhadora" até "enclaves de *marginais* marcados pela experiência do estigma do grupo e da mácula coletiva" (WACQUANT, 2005, p. 11). Para a investigação aqui proposta, tais distinções ajudariam a elucidar o que o termo comunidade encobre ou, para além da representação dos moradores e da cidade acerca da "comunidade", quem exatamente é a localidade no contexto social mais amplo, seja em termos materiais, seja em termos simbólicos. Com isso, contribuem para a percepção de diferenças no que é aparentemente tomado como pobreza de modo monolítico, não permitindo a distinção de dinâmicas bastante diferenciadas entre si.

A mesma cautela metodológica vale para a relação entre as teorias interpretativas (e suas categorias analíticas) e a realidade que se pretende investigar. Todo um vasto e reconhecido material que trata da questão urbana tem como referência empírica aglomerados urbanos que podem ser classificados como metrópoles. É desse referencial que emerge grande parte das teorias e do arcabouço conceitual disponível para discutir as cidades. No presente caso, sendo Florianópolis uma cidade de porte médio, a relação entre as categorias analíticas e o plano empírico deve ser tomada muito cuidadosamente. Para isso, apoio-me na observação de Marcelo Lopes de Souza, segundo o qual "é preciso notar que, entre uma cidade pequena e uma metrópole, não há apenas (se bem que, sob alguns aspectos, haja *também*) um *continuum*;

²³ A ideia de idioma de ação é formulada por Carlos Steil (2002), que, em seu estudo sobre uma comunidade quilombola (Rio das Rãs, na Bahia), mostra como um conflito em torno das terras ao ser transformado em questão étnica aciona novas categorias, as quais, assentadas em traços socioculturais, passam a "condensar um outro universo de valores e sentidos que se tornam mobilizadores de práticas e lutas sociais".

existem igualmente *bifurcações*, ou seja, rupturas qualitativas” (SOUZA, 2000, p. 31). Ou seja: pode ser arriscado pensar as periferias de Florianópolis sem que se tome o devido distanciamento crítico, a partir das mesmas referências pelas quais são pensadas, por exemplo, as favelas cariocas. Segundo observação desse autor, o próprio tamanho das duas cidades pode diferenciá-las não apenas quantitativamente, mas qualitativamente. Do mesmo modo, o debate sobre a metropolização de Florianópolis deve levar em consideração essas diferenças e resguardar as particularidades do processo no plano local.

Assim, na pesquisa, a escolha foi evitar a polêmica no emprego de termos como favelas ou comunidades, optando pelos termos periferia ou espaços de pobreza para designar a localidade investigada, no conjunto de outras localidades que se inscrevem na realidade de Florianópolis sob as mesmas características, mas considerando a sua não-homogeneidade. Há, por trás desses espaços de pobreza, significativas diferenças que as trajetórias dos moradores, cotejadas com outros dados, ajudam a elucidar. Com relação ao termo periferia, mesmo considerando as observações sobre a sua imprecisão, optei por empregá-lo por dois motivos: é um termo largamente empregado entre os atores investigados e no campo acadêmico; não remete às imprecisões e homogeneidades do termo comunidade nem às especificidades do fenômeno da favela, do qual a realidade aqui parece se afastar significativamente.

A última sugestão de Wacquant consiste em especificar o grau e a penetração do Estado nessas áreas relegadas e o tipo de relação que seus moradores estabelecem com as suas instituições e seus agentes. Para o autor, tal relação não é estática, nem "uniforme ou adequadamente traduzida pela generalizante expressão 'clientelismo'", pois "a ação coletiva desses pobres gera compreensões novas e laços multitrancados que abrem espaço para autonomia e críticas sociais" (WACQUANT, 2005, p. 11).

Nas primeiras abordagens acerca da Nova Esperança²⁴, em estudos de caráter mais exploratório, optei por empregar o termo nativo "comunidade". Tal escolha se justificava pela coincidência entre a unidade social a ser estudada e o território por eles ocupado. Lembro que, em razão de seu histórico, os limites geográficos da Nova Esperança, onde as casas surgiram com um coletivo de moradores, uma vizinhança bem-definida favorecia esse emprego. Além disso, tratava-se de uma categoria de autoidentificação dos moradores, muito presente no

²⁴ Refiro-me aqui ao período que se inicia alguns anos após a dissertação de mestrado, a partir de 1999-2000, quando passei a concentrar meus esforços de investigação (aliado a ações de extensão universitária) na localidade da Nova Esperança. Na dissertação, a análise da ocupação que deu início à Nova Esperança constituiu apenas uma parte da análise do conjunto do movimento dos sem-teto.

vocabulário cotidiano de todos por estar o seu emprego fortemente enraizado na história da localidade. Por meio dela, buscavam construir uma autoidentificação que os distinguisse da indignidade da condição de favelados e atentar para o componente da união coletiva que os caracterizava. O próprio nome oficial da associação local é *Associação dos Moradores da Comunidade Nova Esperança*. Por esses motivos, naquele contexto não me preocupei com as implicações teóricas da utilização do termo *comunidade* para a coletividade que investigava.

No entanto, o aprofundamento (e o prolongamento) dos estudos nessa coletividade apontou para a necessidade de um olhar mais atento relativamente a este emprego e a suas implicações teóricas e metodológicas. Acerca disso, Magnani emprega a expressão "tentação da aldeia" para se referir ao quanto continuam tentadoras as imagens para circunscrever o entorno de uma pesquisa com personagens identificados e conhecidos no interior de fronteiras bem-definidas (2003, p. 11). Também numa perspectiva crítica a esse conceito, Isaac Joseph afirma que a cidade é tudo menos o lugar de formação de uma comunidade. Segundo ele, "apreender os bairros, notadamente os bairros desfavorecidos... a partir da cidade, é pensá-los no plural, justamente porque situados (territórios, redes, comunicações) em um plano de consistência que os autoriza a permanecer urbanos" (JOSEPH *apud* TELLES, 2006, p. 75).

Do mesmo modo, Leeds (LEEDS ; LEEDS, 1978) criticou o uso de comunidade como objeto de estudo, tomando-a como uma unidade socioestrutural. Contestou esse autor que ela se pudesse constituir numa forma de microcosmo de uma espécie de macrocosmo, que seria a sociedade. Para Leeds, a utilização equivocada do termo comunidade tem a ver com os estudos antropológicos voltados à investigação de tribos, os quais permitiam trabalhar com amostras que serviam para descrever uma "cultura total" ou sociedade total. No entanto, a transferência deste método para o estudo de sociedades complexas, estudando localidades tomadas como comunidades e pensadas como amostras representativas da sociedade total, se revelou inadequado, pois não lidava com a unidade sociocultural da sociedade complexa como tal (estado territorial ou país), que seria o análogo da localidade-comunidade tribal (LEEDS ; LEEDS, 1978, p. 27-8). Leeds argumentou ser uma falácia considerar que esse microcosmo seja estruturado como o macrocosmo, não havendo relação de homologia entre ambos.

Mesmo o estudo de cada tipo de comunidade não nos daria tal descrição, pois não forneceria um "quadro das inter-relações destas localidades, ou seja, das estruturas macroscópicas e sua dinâmica". Tudo que se pode aproveitar são traços comuns: seria um

inventário totalmente estático de traços a caracterizar toda a unidade territorial do macrocosmo.

Leeds optou pelo emprego do termo localidade em lugar de comunidade, por este se referir a etnografias de lugares específicos. Para ele, os estudos difundidos sobre comunidade, no contexto de sociedades complexas, são, na verdade, estudos de localidades. Assim o autor definiu localidade:

O termo 'localidade', todavia, refere-se, no contexto das distribuições geográficas humanas, aos loci de organização visivelmente distintos, caracterizados por coisas tais como um agregado de pessoas mais ou menos permanente ou um agregado de casas, geralmente incluindo e cercadas por espaços relativamente vazios, embora não necessariamente sem utilização" (LEEDS ; LEEDS, 1978, p. 31).

Localidades são pontos nodais de interação²⁵, caracterizando-se por possuírem "uma rede altamente complexa de diversos tipos de laços", desde laços de parentesco, amizades, parentesco ritual, vizinhança, até relações mais ou menos impessoais em associações (LEEDS ; LEEDS, 1978, p. 33). Anthony Leeds nos fornece a seguinte definição de localidade:

Os *loci* de organização visivelmente distintos, caracterizados por coisas tais como um agregado de pessoas mais ou menos permanente ou um agregado de casas, geralmente incluindo e cercadas por espaços relativamente vazios, embora não necessariamente sem utilização (LEEDS ; LEEDS, 1978, p. 31).

As localidades são também por ele definidas como *entidades ecológicas*, na medida em que suas populações estão relacionadas a alguma extensão de território, possuindo alguns recursos, mesmo que mínimos, como, por exemplo, o trabalho humano, e podem ser diretamente ordenadas em áreas e atividades diversas.

A vantagem do emprego desse termo é que desobriga o pesquisador da tarefa de dar uma unidade mínima ou máxima de organização à 'comunidade', ou ter que discutir os seus limites, onde começa e onde termina a comunidade, ou debater o seu *status ontológico*. Ao invés disso, Leeds atenta para a extrema flexibilidade e fluidez da organização social da localidade:

²⁵ A definição de *ponto nodal de interação* pode ser aproximada com o que Mayol denomina como a *prática do bairro*, por ele definida como a inserção que torna possível, através de um sistema de obrigações e reconhecimentos, a vida em um bairro, entendendo-o como um meio social. "A prática do bairro é uma convenção coletiva tácita, não escrita, mas legível por todos os usuários através dos códigos da linguagem e do comportamento [...] Um contrato, portanto, uma 'coerção' que obriga cada um para que a vida do 'coletivo público' - o bairro - seja possível para todos" (1996, p. 47).

Em suma, a organização social da localidade pode ser vista como um sistema altamente flexível de adaptação humana. Sua extrema flexibilidade e fluidez de organização, sua complexidade não-mapeada e não-especificada (ou poder-se-ia dizer, não racionalizada e não burocratizada) permite-lhe uma ampla gama de respostas para uma variedade de acontecimentos, contextos e exigências quase infinita (LEEDS ; LEEDS, 1978, p. 34).

A referência empírica dessa pesquisa (aquilo a que nos referimos como *comunidade Nova Esperança*) encontra correspondência na categoria *microárea* (categoria trabalhada por Leeds), ou pode se aproximar dela podendo também ser identificada com a noção de *pedaço*, de Magnani, como fez Alvito (2003) em seu estudo sobre a favela de Acari, no Rio de Janeiro. Magnani assim define pedaço:

O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, Porém, mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade (MAGNANI, 1998, p. 116).

*Comunidade, pedaço ou microárea é aquela parte menor da localidade, mas talvez por isso mesmo mais significativa em termos de relações de sociabilidade do que a própria noção de localidade*²⁶.

A microárea, segundo Alvito, “encerra em si uma rede de relações firmemente entrelaçadas, cujo ponto de partida é a vizinhança”, entendendo-a num sentido bastante restrito, na medida em que é composta de algumas dezenas de casas e famílias (ALVITO, 2003, p. 193). As microáreas de vizinhança é que servem de suporte quase exclusivo a uma série de atividades. Alvito cita como exemplo a formação de um time de futebol (ALVITO, 2003, p. 193). No caso da Nova Esperança, além dos times de futebol, as atividades desenvolvidas pela universidade eram pensadas tendo como base a *comunidade*. Quando eram incluídas pessoas da vizinhança, era comum muitos dos participantes da comunidade levantarem a discussão acerca das prioridades da Nova Esperança – mesmo quando eram vizinhos da localidade vizinha Santa Teresinha, bastando atravessar uma rua pra chegar até lá.

Alvito destaca toda a sorte de relações de sociabilidade que se desenvolvem nas microáreas: os casamentos, os laços de amizade e vizinhança, os laços de parentesco, (incluindo aí o parentesco ritual, expresso nas figuras dos “compadres” e “comadres”); as redes de solidariedade (a ajuda mútua, o “adianto”). Na microárea, estabelecem-se formas de

relações sociais pelas quais são definidos os papéis do homem e da mulher no espaço público e no doméstico, e onde se definem os elementos que conferem boa reputação moral ao homem e à mulher (ALVITO, 2003, p. 194-5). Todos esses aspectos são observados pelo autor em Acari.

Podemos também verificar o quanto a Nova Esperança é o espaço em que se desenvolvem relações dessa mesma natureza. Ela pode ser considerada uma microárea dentro da localidade do Monte Cristo. Muitos vizinhos são compadres; as visitas acontecem no interior da comunidade (há toda uma liberdade no "entra-e-sai" da casa de um para a de outro, entre aqueles que se consideram amigos), principalmente entre as mulheres, cuja visibilidade nos espaços públicos locais é relevante. Não circulam nos bares, que não é visto pelos moradores como sendo um espaço "para mulheres". Mas as mulheres estão na rua: elas têm forte presença pública – estão na Associação de Moradores; atuam como lideranças e são as que mais estabelecem contato com o "povo de fora", com o "pessoal da universidade", com organizações não-governamentais.

Ao mesmo tempo, verifica-se um elevado número de famílias monoparentais, chefiadas por mulheres. Parece ser comum, em caso de separação, o homem procurar um novo lugar para morar, deixando a casa própria para a mulher e o abrigo dos filhos²⁷. O espaço fora de casa, onde as pessoas permanecem paradas em frente às cercas ou muros que separam os terrenos, ou por onde fazem as caminhadas, circulando de um ponto a outro, é circunscrito aos limites da Nova Esperança. A restrição na circulação tem aumentado em razão da dinâmica do tráfico de drogas. As próprias crianças preferem frequentar outras escolas do que a que se localiza entre a Novo Horizonte e a Chico Mendes, embora seja mais próxima de suas casas. Alternativamente, as crianças e os jovens escolhem escolas fora do bairro, mas a uma distância que possa ser percorrida a pé, situadas no bairro vizinho de Capoeiras.

Assim, a compreensão da dinâmica de sociabilidades no interior de uma microárea, como a que se pretende investigar aqui, tem na questão da circulação um importante indicador do uso cotidiano do espaço. Esse tipo de questão é explorado em trabalhos como os de Magnani, que desenvolve noções como as de *trajeto* e *circulação*²⁸. Tais noções permitem

²⁷ Sobre isso, ver o trabalho de Cláudia Fonseca (1995).

²⁸ As noções trabalhadas por Magnani correspondem a pedaço, trajeto, mancha, pórtico e circuito.

apreender, para além da relação estabelecida pelos moradores com o território que lhes é próprio e lhes serve como ponto de referência (o espaço do bairro, da comunidade, da vizinhança), a relação com os espaços mais abrangentes da cidade. Também conferem maior visibilidade ao modo como cotidianamente os moradores da localidade estabelecem relações e se apropriam de espaços que têm como lugar o bairro e a cidade.

Magnani pergunta-se sobre o que ocorre com esses mesmos atores em outros espaços da cidade, que não só os da vizinhança, tal como o centro da cidade, espaços marcados por outras regras. "Como se estabelecem, aí, as redes de sociabilidade, já não marcadas por relações de vizinhança ou por práticas compartilhadas no horizonte do dia-a-dia"? (MAGNANI, 2002, p. 22).

A vantagem desse tipo de abordagem é que permite perceber os atores em sua multiplicidade:

Entretanto, contrariamente às visões que privilegiam, na análise da cidade, as forças econômicas, a lógica do mercado, as decisões dos investidores e planejadores, proponho partir daqueles atores sociais não como elementos isolados, dispersos e submetidos a uma inevitável massificação, mas que, por meio do uso vernacular da cidade (do espaço, dos equipamentos, das instituições) em esferas do trabalho, religiosidade, lazer, cultura, estratégias de sobrevivência, são os responsáveis por sua dinâmica cotidiana. Postulo partir dos atores sociais em seus múltiplos, diferentes e criativos arranjos coletivos: seu comportamento, na paisagem da cidade, não é errático mas apresenta padrões (MAGNANI, 2002, p. 18).

Mesmo sem a pretensão de envolver na análise todas as dimensões listadas por Magnani, assume-se aqui o pressuposto de que a multiplicidade dos atores corresponde também à multiplicidade de usos do espaço, ou de vivências da cidade. É importante destacar que interessa, no quadro da atual pesquisa, que a cidade seja analisada como produto da ação dos atores, e não os atores tomados como produto de determinações estruturais, ou de uma "inevitável massificação", nas palavras de Magnani. É por essa via que podemos estabelecer conexões entre o plano local e a o plano macrossocial da cidade.

1.2 A cidade e a localidade: a articulação do local com o plano macrossocial

A compreensão das relações entre localidade e espaço cidadão exige esse trabalho de identificação das categorias pelas quais os atores sociais constroem sua percepção do real, o seu sistema de classificação acerca do espaço que habitam e por onde circulam. Ao mesmo

tempo, exige do pesquisador o esforço no sentido de dissecar alguns âmbitos das práticas em que se ancoram essas representações (questões que têm como cenário privilegiado o âmbito local). É preciso também examinar como a localidade se inscreve no espaço maior, constituído pela cidade, e como este interfere na sua dinâmica. Nessa relação entre o micro e macro, entre o espaço maior da cidade e o nível local, o pressuposto é de que não existam dinâmicas estanques, mas toda uma complexidade de interconexões, como bem demonstrou Leeds na sua crítica ao emprego analítico do termo comunidade - a separação entre os níveis é apenas de ordem analítica.

Assim, pretendo elucidar como os moradores (as) da Nova Esperança se relacionam, em suas práticas cotidianas, com a cidade e outros espaços extralocais. A cidade, mais do que o cenário em que se desenvolvem as práticas cotidianas dos moradores, deve ser entendida como objetivação do espaço social. O que não exclui considerar a cidade como produto da ação e das intenções dos atores, mas incorporar à análise aqueles elementos que constroem a ação dos atores, que impõem limites à sua ação. Negligenciar esse aspecto seria advogar um espaço social concebido como produto de uma vontade ilimitada, resultado da ação sem constrangimentos dos atores sociais²⁹. Ao contrário, proponho pensar que os usos que os atores fazem do espaço da cidade devem ser vistos também como resultado de dinâmicas conflituosas e de hierarquias preestabelecidas às suas vontades e iniciativas.

Com o objetivo de situar os atores sociais no espaço da cidade, tentando identificar qual o seu lugar nas hierarquias e divisões existentes na cidade, recorro ao conceito de espaço social formulado por Bourdieu.

Pode-se assim representar o mundo social em forma de um espaço (a várias dimensões) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto de propriedades que actuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder neste universo. Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço (BOURDIEU, 1989, p. 134-5).

²⁹ Assim, vejo a possibilidade de conciliar o referencial de Bourdieu com o de autores que trabalham na perspectiva da ação dos atores, como Magnani. A compreensão que temos de Bourdieu é orientada pelo olhar de Carlos B. Martins (1990), que descreve seu projeto intelectual como uma tentativa de superar dicotomias entre ator e estrutura; entre um modo de conhecimento objetivista e um modo de conhecimento fenomenológico; entre um subjetivismo sartreano, marcado por um voluntarismo ativista, onde a ação é tomada como um universo imaginário de possíveis, dependente da resolução ditada pela consciência dos sujeitos e uma sociologia durkheimiana, que prioriza regularidades que se expressam em termos de *estruturas, leis, sistemas de relações*.

O social é, nesta perspectiva, concebido como um espaço multidimensional. Tal como em Magnani, o conceito de espaço social permite postular os atores em seus múltiplos e distintos arranjos coletivos. Identificando a sua posição relativa nesse espaço, evita-se analisar os atores sociais limitando-os a apenas uma dimensão de suas vidas, que é a da relação estabelecida com seu local de moradia, a vizinhança, a cidade: ou seja, utilizando-se este conceito, transcende-se a simples condição de morador, permitindo perceber os agentes na sua multiplicidade, como moradores, estudantes, trabalhadores, membros de uma igreja, de um partido, de um time de futebol, dirigentes de associação de moradores, etc.

Os conceitos propostos por Bourdieu incorporam a inter-relação dessas dimensões, tal como as homologias entre espaço social e o espaço geográfico, mas também evitam o risco de tornar absoluto o peso explicativo de variáveis geográficas – o que ocorreria caso enquadrássemos os agentes apenas em sua condição de moradores. Por exemplo, no caso do grupo investigado, embora possam ser nivelados na condição de moradores (por habitarem uma mesma área, em casas de condições similares), estabelecem hierarquias pela ocupação profissional, distinguindo-se entre aqueles que têm como ocupação um trabalho honesto e aqueles que "mexem com drogas", o "pessoal do movimento".

Embora não se constitua por dimensões coincidentes, o espaço social tem seu efeito no espaço geográfico. Em cidades como o Rio de Janeiro, na oposição centro–periferia, a oposição favela-bairro é representativa da homologia a que se refere Bourdieu entre espaço social e espaço geográfico (BOURDIEU, 1989, p. 138), podendo inclusive operar como simbolização do espaço social³⁰.

A estrutura do espaço social se manifesta, em contextos mais diversos, sob a forma de oposições espaciais, o espaço habitado (ou apropriado) funcionando como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social. Não há espaço em uma sociedade hierarquizada que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e sobretudo mascarada pelo efeito de naturalização que implica a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural: as diferenças produzidas pela lógica histórica podem assim parecer surgidas da natureza das coisas (é suficiente pensar na idéia de “fronteira natural) (BOURDIEU, 1989, p. 160).

³⁰ A pesquisa de Luiz Cesar Queiroz Ribeiro e Luciana Lago sobre a oposição entre favela e bairro no Rio de Janeiro é bastante ilustrativa dos argumentos de Bourdieu, de que mesmo não coincidindo completamente, espaço geográfico e espaço social encontram suas correspondências, por exemplo, na desigual distribuição de diferentes espécies de capital no espaço geográfico.

Com isso, as divisões territoriais não são naturalizadas, nem tomadas como unidades autônomas, evitando-se incorrer nos equívocos apontados por Leeds em sua crítica ao emprego analítico de noções como a de comunidade.

Assumir tal perspectiva de análise tem três importantes implicações para esta pesquisa: primeiro, o reconhecimento de que os relacionamentos que ocorrem em um espaço social são organizados a partir de hierarquias – que encontram tradução no espaço urbano; segundo, que essas hierarquias (e relações conflitivas) são mascaradas pelas "simbolizações espontâneas" do espaço social, e "seu efeito de naturalização"; por fim, que a questão da segregação urbana pode ser analiticamente bem explorada a partir desse referencial teórico, pois podemos pensar em termos de distância social, proximidade entre vizinhos, afastamento, diferenciação.

A idéia de diferença, de separação, está no fundamento da própria noção de espaço, conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem, como acima, abaixo e entre. Várias características dos membros da pequena-burguesia, por exemplo, podem ser deduzidas do fato de que eles ocupam uma posição intermediária entre duas posições extremas, sem serem objetivamente identificáveis e subjetivamente identificados com uma ou com outra (BOURDIEU, 1996, p. 18).

A noção de distinção, largamente explorada por Bourdieu em outros textos, diz respeito a relacionamentos que, para existirem, pressupõem o compartilhamento de sentidos entre os atores envolvidos:

De fato, a idéia central é que existir em um espaço, ser um ponto, um indivíduo em um espaço, é diferir, ser diferente; Mais precisamente (...), uma diferença, uma propriedade distintiva, (...) só se torna uma diferença visível, perceptível, não indiferente, socialmente pertinente, se ela é percebida por alguém capaz de estabelecer a diferença – já que, por estar inscrito no espaço em questão, esse alguém não é indiferente e é dotado de categorias de percepção, de esquemas classificatórios, de um gosto, que lhe permite estabelecer diferenças, discernir, distinguir – entre uma reprodução e um quadro ou entre Van Gogh e Gauguin" (BOURDIEU, 1996, p. 23).

Assim, ao discutir a relação entre os moradores da Nova Esperança e outros espaços da cidade, devemos considerar que nem toda diferença segrega, mesmo que existam hierarquias. No entanto, elas separam. Ou seja, não tomo como ponto de partida a existência de segregação - na realidade, trata-se de uma questão a ser investigada. Não é claro em que medida a presença de instituições supralocais, como a universidade, ou a escola, não colaboram no sentido de promover uma maior integração dos membros da localidade à vida

da cidade. Colocar essa questão não significa negar a existência de hierarquias, e de hierarquias que separam e se manifestam espacialmente na diferenciação entre as diversas áreas da cidade.

Com relação às hierarquias e à distinção, é possível ainda incorporar, para fins analíticos, as noções de *discriminação* e *preconceito*, muito empregadas nos discursos das lideranças, sob o conceito de *estigma*, na acepção de Goffman. Segundo esse autor, o estigma estabelece uma relação impessoal com o outro; o sujeito não surge como uma individualidade concreta, mas como representação circunstancial de certas características típicas da classe do estigma, com determinações e marcas internas que podem sinalizar um desvio, mas também uma diferença de identidade social. O estigma é um atributo que produz um amplo descrédito na vida do sujeito. Em situações extremas, é chamado "defeito", "falha" ou desvantagem em relação ao outro; isso constitui uma discrepância entre a identidade social virtual e a identidade real. Para os estigmatizados, a sociedade reduz oportunidades, esforços e movimentos, não atribui valor; impõe a perda da identidade social e determina uma imagem deteriorada, de acordo com o modelo que convém à sociedade.

São estas diferenciações que se pretende analisar na relação entre localidades de periferia e cidade em Florianópolis, tomando como base as práticas e as representações dos atores. Isso impõe um refinamento das categorias com as quais discutimos a questão da exclusão e da segregação.

Preocupado com a questão do isolamento dos pobres das correntes principais da sociedade (*mainstream*), o sociólogo uruguaio Ruben Kaztman (2001) analisa os espaços urbanos segregados, procurando definir algumas categorias de análise para melhor examinar a questão da distância social nas cidades. Para tanto, ele distingue diferenciação espacial, segmentação espacial e segregação espacial. A *diferenciação* designa diferenças nos atributos de duas ou mais categorias sociais; a *segmentação* agrega à diferenciação a referência à existência de barreiras para a passagem de uma categoria ou outra; por sua vez, a *segregação* agrega à diferenciação e à segmentação uma referência à vontade dos membros de uma ou outra categoria de manter ou elevar a separação entre si.

Kaztman percebe como uma das mudanças recentes na estrutura social o isolamento dos pobres das correntes predominantes da sociedade. Para ele, os processos sociais que atuam para produzir tal resultado seriam: o aumento da proporção da população com vínculo precário e instável com o mundo do trabalho; a progressiva redução dos espaços públicos que

possibilitam o estabelecimento de contatos informais entre as classes em condições de igualdade; a crescente concentração dos pobres em espaços urbanos segregados. Ou seja, nos processos sociais recentes, a localização dos pobres na estrutura social varia de acordo com a integração ao mercado de trabalho, o acesso a serviços de qualidade e o grau de segregação residencial.

Um indicador da segregação residencial pode ser encontrado na fragilização dos laços sociais no plano local. Aqui, vale retomar algumas reflexões de Wacquant. Embora seus estudos estejam voltados a sociedades avançadas do capitalismo ocidental, suas análises acerca dos meios através dos quais novas formas de desigualdade urbana e marginalidade se têm generalizado nas cidades contemporâneas podem contribuir na elucidação de alguns processos presentes nas periferias urbanas brasileiras. Ele identifica quatro lógicas estruturais³¹ que abastecem a nova marginalidade urbana – uma, em particular, nos interessa aqui, que é a que governa a dinâmica espacial e é marcada pela concentração e estigmatização.

Junto com a estigmatização territorial vem uma pronunciada diminuição do senso de comunidade que costumava caracterizar as classes trabalhadoras locais mais antigas. Agora, o bairro não oferece mais um escudo contra as inseguranças e as pressões do mundo exterior; perderam-se uma paisagem familiar e reconfortante assim como propósitos coletivos e formas de reciprocidade. Ele se torna um espaço de competição e conflito, um campo de batalha repleto de perigos para a prova diária de sobrevivência e fuga. Esse enfraquecimento de laços comunitários baseados no território acarreta, por sua vez, um desvio para a esfera do consumo privado e para estratégias de distanciamento ("Eu não sou um deles") que minam ainda mais as solidariedades locais e confirmam percepções depreciatórias da vizinhança (WACQUANT, 2005, p. 195-6).

Mesmo considerando as diferenças entre os fenômenos de exclusão social entre países do capitalismo avançado e países periféricos³², alguns elementos apontados por Wacquant podem perfeitamente ser incorporados à reflexão que pretendo desenvolver aqui. A autoimagem negativa da localidade expressa nos relatos de muitos moradores da Nova Esperança, a constante referência à violência, as narrativas pautadas pelo medo e perigo, as

³¹ As outras três são: a dualização ocupacional e o ressurgimento da desigualdade social (a dinâmica macrosocial); a dessocialização do trabalho assalariado (a dinâmica econômica); a reconstrução do Estado de Bem-Estar (a dinâmica política).

³² Sobre a necessidade de guardar as particularidades existentes nas periferias das cidades brasileiras, cujos processos são bastante diferenciados das sociedades avançadas, Luiz C. Queiroz Ribeiro (2005), ao comentar a obra de Wacquant, critica as investigações que concluem, apressadamente, pela "guetificação das favelas brasileiras". No entanto, observa que um aspecto interessante da análise de Wacquant para a nossa reflexão reside na relação entre violência e segregação urbana, onde o isolamento, a falta de visibilidade aliada à busca de reconhecimento pelo uso da violência física acentua a situação de segregação e marginalização.

reclamações quanto ao individualismo e à indiferença dos vizinhos revelam igualmente um processo de enfraquecimento dos laços locais.

Isto coloca a necessidade de analisar, no plano local, todo o processo que envolve a mudança na noção de pertencimento. Talvez esse sentimento (expresso no termo *comunidade*) só tenha sido possível como uma “construção de lugar” de um movimento social que precisava de uma referência para se constituir como sujeito e viabilizar as relações entre seus membros em uma conjuntura muito específica. No decorrer dos anos, fizeram-se valer as hierarquias e divisões existentes na cidade, pelas quais seus membros são inseridos (ou não) em suas relações, com suas consequências no plano local. A cidade, para muitas análises, parece conduzir a esse processo de abandono das referências locais. A mobilidade, tal como em Foote Whyte (2005), parece pressupor o abandono do local. É esse o movimento indicado pelos jovens³³ no caso aqui investigado. Se confirmada essa tendência, isto pode apontar, por um lado, para a existência de um padrão segundo o qual o crescimento da cidade conduziria ao predomínio de relações de sociabilidade marcadas pela impessoalidade, tal como nas análises de Simmel (1979) sobre o a metrópole, e pela atitude blasé. Por outro lado, seria um indicador da redução de importância âmbito local na vida das cidades, seja por se estar tornando inviável para seus moradores, seja por ocupar cada vez menos espaço na sociabilidade das pessoas. A este respeito, Bauman (2003) destaca a fragilidade do local em tempos de globalização. Parafraseando-o, a questão remete a pensar o "local do frágil" na sociedade atual. Nesta pesquisa, estamos, portanto, indagando sobre qual o lugar do frágil na cidade. O que faz, afinal, Florianópolis com suas áreas pobres?

Isto remete a duas ordens de questões. Considerando que a fragilidade está diretamente relacionada à presença limitada do Estado nesses espaços da cidade (ou até mesmo ao seu abandono), torna-se necessário avaliar seu grau de penetração (tal como sugerido por Wacquant), analisando a relação estabelecida pelos moradores com os agentes estatais. Não é minha intenção desenvolver uma análise institucional, investigando de modo sistemático, criterioso e exaustivo o uso e as percepções dos moradores dos espaços institucionais, mas incorporar ao projeto da tese o tipo de relação que seus moradores estabelecem com as instituições e seus agentes, o que significa elucidar como os moradores da Nova Esperança se relacionam, em suas práticas cotidianas, com a cidade e outros espaços

³³ O questionamento, nesse caso, é se o abandono das referências locais, no caso da Nova Esperança, implicaria também assumir a atitude *blasé*, tal como descrita em Simmel, abrindo também as portas para um novo *habitus*?

extralocais. De acordo com Wacquant, essa relação não é estática nem uniforme, pois depende dos atores sociais, cuja ação, autônoma e imprevisível, coloca sempre a possibilidade de criação de novos laços e novas compreensões críticas (WACQUANT, 2005, p. 11): a importância de um olhar direcionado à ação no plano local, confrontando análises que produzem a invisibilidade da ação dos atores por os focar apenas na ordem pública da esfera cidadina. Como observa Zaluar (2009), baseando-se em Albert Hunter (1985), o diagnóstico pessimista de muitos autores decorre exatamente da análise apenas na esfera metropolitana, marcada pelo encontro entre estranhos e diferentes, mais formal e impessoal, além de estar sujeita ao maior controle do Estado. Sugere então a incorporação da tipologia de Albert Hunter, que distingue três ordens sociais: a privada, a paroquial e a pública. Em sua análise, a vida pública e as instituições políticas enfraqueceram-se, reduzidas a uma relação de troca de impostos por serviços públicos, mas considera a importância da existência de uma ordem intermediária entre a ordem privada e a ordem pública. Observa que é nessa ordem intermediária, a paroquial, que residiria a dificuldade de controle social por parte do Estado (HUNTER, 1985, p. 238-239). Discutindo a desordem social nessa esfera, o autor destaca a desarticulação do Estado com a ordem paroquial:

É com base nessa interpretação que Zaluar questiona:

É nessa esfera intermediária que devemos procurar as medidas do controle social que o Estado não pode nem deve exercer, por ser meramente coercitivo, impessoal, formal. Como esta ordem paroquial (ou vicinal) se transformou, se organizou e se manteve até hoje? Como e onde podem as localidades interferir nas políticas públicas para diminuir os riscos de viver em metrópoles, globais ou não, mas todas altamente diferenciadas e conflitivas?(ZALUAR ; RIBEIRO, 2009, p. 177).

É partindo dessa compreensão que questiono o papel das instituições locais, tal como a associação de moradores e outras formas de organização criadas em âmbito local ou atuantes no espaço local. Como aprofundarei mais adiante, a escola, no modo como se configura na realidade aqui investigada, é uma das instituições que fazem a mediação entre o plano local (o paroquial, na terminologia de Hunter) e o público. No entanto, neste caso, mais do que uma análise da instituição escolar frequentada pelos jovens enfocados no presente estudo, o interesse se concentra na experiência vivenciada pelos jovens e na forma como avaliam o seu papel em suas vidas.

O outro conjunto diz respeito à discussão conceitual acerca da questão social. Para Castel, a questão social é “uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o

enigma de sua coesão e procura conjurar o risco da sua fratura” (CASTEL apud KOWARICK, 2009, p. 58). É o mesmo sentido empregado por Vera da Silva Telles:

A questão social é o ângulo pelo qual as sociedades podem ser descritas, lidas, problematizadas em sua história, seus dilemas e suas perspectivas de futuro. Discutir a questão social significa um modo de se problematizar alguns dos dilemas cruciais do cenário contemporâneo: a crise dos modelos conhecidos de welfare state (que nunca se realizou, é bom lembrar), que reabre o problema da justiça social, redefine o papel do Estado e o sentido mesmo da responsabilidade pública; as novas clivagens e diferenciações produzidas pela reestruturação produtiva e que desafiam a agenda clássica de universalização de direitos; o esgotamento do chamado modo fordista de regulação do mercado de trabalho e que, nas figuras atuais do desemprego e trabalho precário, indica uma redefinição do lugar do trabalho (não a perda de sua centralidade, como se diz correntemente) na dinâmica societária, afetando sociabilidades, identidades, modos de existência e também formas de representação (TELLES, 2006, p. 46).

Pretendo lidar com a questão social a partir da noção de vulnerabilidade, na conceituação de Robert Castel. Pensando a partir de dois eixos, o econômico e o social, Castel constrói um modelo que procura envolver situações que possam ser classificadas em graus que partam de um extremo de emprego estável até desemprego constante, passando por estágios de trabalho precário (eixo econômico). Há situações que partem da plena inserção social (com laços de sociabilidade primária preservados, relações de vizinhança) e vão até a fragilização desses laços, podendo atingir o extremo do isolamento em casos de retraimento da pessoa ao universo domiciliar. A vulnerabilidade seria a situação de precariedade no trabalho e de fragilização da sociabilidade primária. Não seria o estágio extremo, que é o da desfiliação, marcado pelo desemprego e pelo desenraizamento, isto é, pela perda de raízes no cotidiano do trabalho, do bairro, da vida associativa.

Pensada a partir da crise de uma sociedade europeia industrializada, a sociedade francesa, naquilo que Castel denomina de crise da sociedade salarial, a adequação do esquema conceitual por ele proposto para fins de análise da realidade das cidades brasileiras pode ser polemizada. É o que faz Kowarick, observando que no Brasil não se teve a mesma realidade de uma sociedade salarial, a qual “pressupõe um campo de conflitos, negociações e conquistas estruturado em instituições sociais e políticas solidamente constituídas” (KOWARICK, 2009, p. 86), tal como na França. No entanto, afirma ser possível falar em desenraizamento da condição de assalariado formal, situação que se constata no Brasil nos índices de aumento do desemprego e na quantidade de mão-de-obra sem carteira assinada. Tal situação, como veremos, constitui uma das principais demandas da população em realidades como a aqui analisada.

Nessa fragilização de laços de sociabilidade primária, há fortes reflexos sobre a autopercepção dos moradores, na forma como se pensam. De acordo com Telles, há uma

redefinição na dinâmica societária, visível no modo como afeta as sociabilidades, as identidades, os modos de existência e as formas de representação. No presente caso, um dado originado de pesquisas anteriores, já referido, a recorrente referência dos moradores ao passado incide diretamente sobre uma das principais escolhas teórico-metodológicas da investigação: a discussão em torno da memória, incorporando-a como mecanismo operativo no exame dos atores em questão. A escolha é trabalhar com a perspectiva de Beatriz Sarlo, para quem a operação de retorno do passado, mais do que momento libertador da lembrança, constitui-se para aquele que a faz muito mais como “uma captura do presente” (SARLO, 2007, p. 9).

No entanto, a opção por trabalhar com a perspectiva de Sarlo não exclui a atenção a todo o conjunto de questões apontadas pelo debate historicamente estabelecido nas ciências humanas acerca da memória³⁴, trazidas à análise dos depoimentos dos atores aqui investigados. No conceito de memória coletiva de Durkheim (2006), tal como no seu conceito de representações coletivas, que ressaltam os elementos que conferem coesão à sociedade, tomando-as como formas estáveis de compreensão coletiva, a ênfase é dada à “força quase institucional da memória coletiva, à duração, à continuidade e à estabilidade”, como bem observa Pollak (1989, p. 3). Sobre isso, Halbwachs já apontava a necessidade de negociação entre memórias individuais e memória coletiva, abrindo caminho para a tendência atual focada nos elementos disruptivos e conflitivos da memória, em detrimento da homogeneidade, continuidade e da estabilidade (POLLAK, 1989, p. 4). Pollak destaca como as lembranças individuais se mantêm vivas e são transmitidas no quadro de relações de sociabilidade afetiva ou política, fora dos mecanismos da sociedade englobante (POLLAK, 1989, p. 9). A memória tem o seu papel na tentativa de reforçar sentimentos de pertencimento de grupos, podendo ser estes uma nação ou uma pequena aldeia. A função de manter a coesão interna exige o trabalho de fornecimento de um quadro de referências e de pontos de referência. Tal operação, que Pollak denomina de enquadramento da memória e serve para a sua justificação e seu controle, pressupõe a existência de testemunhas autorizadas. Ainda com relação a este trabalho de enquadramento da memória, Pollak (1989, p. 11) observa dois aspectos: alimenta-se de material fornecido pela história, ou seja: não pode ser totalmente arbitrária, embora seja seletiva na sua reconstrução. Há uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos que se sucedem na história, pois está em jogo na

³⁴ Tal debate desenvolve-se a partir de alguns textos seminais, como de Emile Durkheim (2006), Maurice Halbwachs (1990) e Michael Pollak (1989 e 1992). Destaco aqui apenas alguns pontos de tal debate.

reconstrução da memória o sentido da identidade individual e do grupo (POLLAK, 1989, p. 11). Tais questões, ao serem aqui muito rapidamente apontadas, não pretendem desqualificar ou minimizar a importância de um debate muito mais longo e profundo em torno do tema memória, mas pontuar de modo objetivo os aspectos suscitados pelos depoimentos dos moradores e que conduziram a minha análise sobre as lembranças dos entrevistados.

1.3 Os jovens e a questão geracional

A experiência de acompanhamento de um grupo de jovens da Nova Esperança, através dos projetos de extensão universitária antes referidos, tem proporcionado uma boa oportunidade para pensar os parâmetros sob os quais, em novos tempos, se colocam as ações, sejam individuais ou coletivas, de moradores de áreas pobres e periféricas de nossas cidades. O pressuposto é de que as condições locais do fazer político e da relação com a cidade se expressem diretamente no comportamento da nova geração. A centralidade da juventude na localidade, tornando este segmento alvo das atenções da pesquisa, evidenciou o caráter processual da segregação em curso na localidade, fazendo com que a análise da experiência de atores sociais, em sua dimensão temporal, não possa prescindir da questão geracional.

Para muitos moradores, o processo de participação numa ocupação (incluindo em suas experiências o mutirão, as práticas associativas e as mobilizações por melhoria da localidade) representou a ruptura com relações clientelistas (de agentes políticos e estatais) e filantrópicas ou assistencialistas (desenvolvidas por instituições religiosas ou órgãos estatais de assistência). No entanto, no momento seguinte (meados da década de 1990), as mudanças que ocorriam nas suas sociabilidades vieram acompanhadas pela retomada de antigas práticas clientelistas, ou pela ausência de qualquer forma de assistência. A virada do século foi acompanhada por novas presenças, agora de uma variada gama de projetos encaminhados principalmente pela ação de entidades do terceiro setor, de ONGs e da universidade. Não mais políticos clientelistas, não mais associação de moradores ou mobilizações coletivas, mas *projetos* passaram a marcar forte presença no âmbito estritamente local.

Sintomaticamente, no caso da Nova Esperança, foram os jovens que mais tiveram participação nesses projetos. Sua participação majoritária estava relacionada às mudanças na localidade e na cidade, revelando outros mecanismos de socialização e, pela natureza de suas

demandas, novas exigências de inserção no mundo do trabalho. Esse fato põe em evidência a dimensão temporal da dinâmica da segregação. Tal dimensão será, assim, mais bem explorada por meio da incorporação do segmento específico dos jovens, comparando-o ao da geração que protagonizou as lutas no período da ocupação e do mutirão para a construção das casas. Na verdade, mais que incorporar o segmento específico dos jovens, pretendo analisar a relação geracional, comparando as gerações como forma de elucidação das mudanças nas sociabilidades e das mudanças na relação localidade–cidade. Os jovens constituem o segmento socialmente mais vulnerável, como as estatísticas têm constantemente confirmado: é o setor mais sujeito à criminalidade, com maiores índices de mortes por homicídio, com maior índice de desemprego. Por isso, é objeto de muitas das políticas públicas mais recentes. E, na esteira delas, emergiu nos últimos anos um discurso público muitas vezes conectado à política de segurança: "envolver os jovens em atividades para evitar que caiam no crime". Um cotidiano marcado por uma convivência muito próxima à criminalidade - ou nas "franjas da criminalidade", expressão empregada por Machado e Leite (2008) - faz com que mesmo aquelas famílias cujos jovens mantêm distância da criminalidade tenham por essa aproximação.³⁵ Os discursos das políticas públicas são pautados por um tom integracionista, cuja meta, mais do que atender às demandas juvenis, parece ser o de evitar que sejam fonte de problemas urbanos.³⁶

Foi em atividades de natureza socioeducativa (por meio de atividades de extensão universitária) que, de alguma maneira, se inseriam nesse contexto de preocupação com a juventude (mesmo que não compactuando com muitos dos objetivos e com o conteúdo dos discursos acima mencionados), que passei a estabelecer um contato mais estreito com os jovens aqui investigados. Com eles, no cotidiano dos projetos, foram feitos alguns questionamentos acerca da relação com a cidade, do significado de ser morador de uma área pobre de Florianópolis.

³⁵ A questão de como interpretar essa relação morador–grupos criminosos suscita polêmicas. Um olhar apressado sobre ela favorece leituras que identificam essa convivência como cumplicidade do morador com o crime, ocultando desses moradores a existência de uma forçada submissão, pela violência, ao crime, como bem argumentam Machado da Silva e Márcia Leite (2008), criticando, por exemplo, a visão que perpassa trabalhos como o do jornalista Zuenir Ventura, *Cidade partida*. Igualmente elucidativos desse debate são os trabalhos de Alba Zaluar (2004), Eloísa Guimarães (1998), Fátima Cecchetto (2004) e Luís Eduardo Soares (2000).

³⁶ A questão de políticas voltadas aos jovens, mais do que responder a uma questão de direitos, parece situar-se no âmago da questão contemporânea da gestão das populações, tal como analisada por Foucault. Sobre o tema juventude, direitos e cidadania, ver Miguel Abad (2002) e Helena Abramo (1997).

A inclusão desse segmento na análise, procedendo ao exame atento de suas trajetórias (e comparando-as com a geração dos pais), permite avaliar as rupturas e permanências numa localidade, o modo como seus mecanismos de socialização se transformaram (ou não) ao longo do tempo. Trata-se, afinal, da segunda geração de moradores da localidade. Suas trajetórias são bastante enriquecedoras por revelarem tanto o que a cidade proporciona aos jovens de áreas pobres, quanto por permitir a compreensão de sua relação com a localidade onde nasceram e cresceram. A pesquisa analisa suas trajetórias nas diferentes esferas e dimensões no espaço social de Florianópolis, suas representações e o modo como se inserem nas hierarquias da cidade.

Para tanto, é necessário compreendê-los a partir da condição específica por eles vivenciada. A condição juvenil é aqui definida pela maneira como uma sociedade constitui e significa esse momento do ciclo de vida. Como afirma Alberto Melucci, “as pessoas não são jovens apenas pela idade, mas porque assumem culturalmente a característica juvenil através da mudança e da transitoriedade” – ou seja: a juventude deixa de ser condição biológica para se tornar definição simbólica.

A compreensão da condição juvenil remete a uma série de questões das quais pretendo apenas apontar os principais eixos da discussão.

O primeiro conjunto de questões diz respeito ao significado de ser jovem na sociedade contemporânea. Partindo do princípio de que juventude não tem sempre o mesmo significado, variando de sociedade para sociedade, sua compreensão relaciona-se diretamente com uma nova experiência do tempo. No entanto, a pergunta visa especificamente aos jovens de localidades empobrecidas das periferias urbanas de países como o Brasil. Com relação ao que Alberto Melucci refere como suspensão do compromisso estável, como fica, nessa condição, a juventude do segmento aqui estudado?

Dessas questões decorre o segundo conjunto de perguntas: neste contexto, em que as biografias se tornam cada vez menos previsíveis, em razão da nova experiência de tempo, é fundamental indagar como se coloca para os jovens aqui investigados a questão das escolhas. Dentro disso, como estas escolhas se articulam com as suas trajetórias, e em que campo de possibilidades³⁷ elas se desenvolvem?

³⁷ A abordagem a partir das noções de escolhas e campo de possibilidades é feita a partir da categorização proposta por Gilberto Velho (1999), como será discutido nos capítulos 5 e 6.

Por fim, cabe questionar como se dá, na realidade específica do campo pesquisado, a relação entre as gerações, analisando em que medida a nova geração assume os papéis sociais prescritos pela geração anterior, tomando como marco as suas referências cronológicas.

Limito-me, por ora, a apontar as questões que definem a abordagem do tema, preferindo desenvolvê-las nos capítulos em que discuto especificamente as duas gerações da localidade (capítulos 5 e 6).

2 FLORIANÓPOLIS: CIDADE QUE SEGREGA?

Nesse capítulo pretendo discutir em que aspectos a dinâmica socioespacial de Florianópolis tem historicamente produzido processos segregativos, e como os movimentos que esboçaram resistência a essa dinâmica lidaram com as estruturas de poder que viabilizaram um determinado modelo de cidade.

O movimento que fez surgir a Nova Esperança foi emblemático das mudanças pelas quais passou Florianópolis. Os processos conflitivos que o crescimento urbano provocou na cidade encontravam expressão nesse tipo de movimento. Embora o maior crescimento da cidade tenha ocorrido entre as décadas de 1950-1970, nesse período ele acompanhou as médias nacionais das grandes cidades brasileiras, seguindo uma tendência de crescimento urbano que encontrava nas intensas migrações campo-cidade sua principal causa. No entanto, mesmo que em ritmo menos acelerado do que nas décadas anteriores, é no período entre 1980 e 2000 que Florianópolis tem um crescimento acima das médias nacionais³⁸.

É nesse peculiar contexto demográfico que os conflitos sociais em torno do solo urbano começam a ter lugar em Florianópolis: até então inexistentes na cidade, nos anos 1980 esses conflitos vão tomando corpo, cada vez mais ocupando espaços na cena da cidade, principalmente em lutas direcionadas à regularização das terras ameaçadas de despejo, ou em áreas cujo processo de reivindicação encaminhava-se no sentido da regularização dos terrenos. A cidade crescia, e novos (e indesejados) atores colocavam-se em cena na cidade.

Antes de iniciar a análise do movimento propriamente dito, pretendo concentrar a análise em dois aspectos que se constituem em pré-condições para a compreensão de suas trajetórias posteriores ao movimento: 1) as mudanças no espaço urbano, fundamentais para compreender as condições de vida dos moradores na cidade e 2) as mudanças nos movimentos sociais, elucidando uma dimensão muito específica de suas sociabilidades (e que

³⁸ O crescimento populacional 1991-2000 foi de 3,34% ao ano, enquanto a média nacional foi de 1,63% ao ano. Especificamente no período 1996- 2000 foi de 5,6% ao ano, muito superior à média do crescimento populacional brasileiro. (IBGE, 1991, 1997, 2000) Sobre o crescimento da população em Florianópolis e o aumento das periferias, consultar o artigo de Maria Inês Sugai, “Há favelas e pobreza na “Ilha da Magia”?” (2009). Dados sobre o fluxo da migração rural/urbano em direção aos municípios da Grande Florianópolis, sistematizados por Walter A. Casagrande, demonstram que entre 1959 e 2003 o período de maior crescimento ocorreu entre os anos 1986 e 1991 (CASAGRANDE, 2006).

muito marcou suas histórias): a organização política comunitária. Tal será a tarefa desse capítulo.

Entre a ocupação e os dias de hoje, a cidade mudou muito. Florianópolis é uma cidade de médio porte, situada no sul do Brasil, capital do estado de Santa Catarina com uma população de 396.723 habitantes (IBGE, 2007). Nas duas últimas décadas, cresceu de 290 mil (1990) para quase 400 mil habitantes em 2008. De cidade tida como provinciana, converteu-se em importante pólo turístico, capital que passou a ser incluída na rota turística de celebridades internacionais. Outros movimentos sociais ingressaram na cena pública da cidade - como o dos estudantes (secundaristas e universitários) na luta pelo transporte coletivo – enquanto outros perderam espaço ou mesmo desapareceram (é o caso do movimento de ocupações organizadas promovidas pelos sem-teto).

Enquanto eram identificados como parte de um movimento que se destacava na cena política da cidade os moradores da Nova Esperança ocuparam um importante lugar simbólico na cidade – neles eram depositadas expectativas que iam desde a mudança na correlação de forças do jogo político da cidade a até mesmo esperanças de realização de um projeto emancipatório. No entanto, quando cessado o movimento, suas condições de vida os reduziram ao lugar simbólico destinado aos pobres e aos moradores das áreas degradadas da cidade.

São essas transformações que no período de vinte anos afetaram não só a vida da cidade, mas também o cotidiano dos moradores da Nova Esperança que pretendo discutir na primeira parte do capítulo³⁹. Assim, precedido por um breve histórico de Florianópolis, apresento as principais mudanças ocorridas no espaço urbano, focalizando especialmente o período que vai da segunda metade do século XX até a primeira década do século atual. Em seguida discuto uma das principais conseqüências destas mudanças, que é a expansão dos espaços de pobreza. Por fim, a dinâmica política da cidade diante do surgimento de novos atores na cena política, os movimentos sociais.

³⁹ Essas transformações não se reduziram às dimensões espaciais e demográficas, mas tiveram implicações também na sua dinâmica política. No entanto, mais que explicar as causas, a intenção é elucidar as dinâmicas, compreender o processo, investigar *como* os acontecimentos tiveram seus desdobramentos até chegarmos à situação atual. Em coerência com o um dos objetivos do trabalho, que é o de traçar as histórias de vida, o estudo estará sempre atento às conexões entre a macroestrutura e os atores sociais, com as implicações desses processos na vida prática dos atores aqui enfocados. Suas histórias têm a ver com suas escolhas, por isso o exame atento das suas trajetórias de vida não exclui um olhar para o modo como a cidade se desenvolveu, com um padrão de crescimento desigual e segregador.

2.1 As mudanças no espaço urbano

2.1.1 O espaço urbano: antecedentes históricos

No passado colonial, Nossa Senhora do Desterro (nome original de Florianópolis) teve importante papel estratégico e militar, ligado aos interesses da coroa portuguesa em suas disputas pela região do Prata com o Reino de Espanha. Assim, grande parte de seu desenvolvimento esteve relacionado ao comércio decorrente das atividades portuárias (decorrentes de seu importante papel estratégico e militar, posto que se situava a meio caminho da capital da colônia e a bacia platina, alvo dos interesses e disputas entre as coroas portuguesa e espanhola).

Até o final do século XVII Nossa Senhora do Desterro manteve-se como um povoado com apenas algumas dezenas de moradores⁴⁰. Foi no século XVIII que recebeu a mais significativa leva populacional, com a chegada de imigrantes provenientes das Ilhas de Açores. Ao longo do século XIX, as funções administrativas influenciaram o crescimento populacional (lento e pequeno) de Desterro. Por não ser uma cidade industrial, Desterro pouco produzia, dependendo de importações. Assim, mais por ser um porto incluído na rota entre Rio de Janeiro e Bueno Aires do que pela sua capacidade de consumo (dada a sua pequena população), Desterro se firmava centrada na atividade comercial – portuária. O setor social com maior importância era, nesse contexto, o dos comerciantes, normalmente também proprietários de pequenas embarcações, que faziam navegação de cabotagem pela região, vendendo suas mercadorias pelos diversos pontos do litoral.

Voltada para o mar, a cidade crescia, tendo como seu centro dinâmico a área situada ao longo da baía sul, onde se localizavam os atracadouros das embarcações. Lá se encontravam desde a década de 1830 ruas pavimentadas. Ao longo do século XIX, as principais edificações foram sendo construídas de frente para o mar (CECCA, 57). Do mesmo modo, o relacionamento da cidade com o mar foi fazendo surgir trapiches, quebra-mares e aterros. Além do centro histórico, existiam as freguesias situadas no interior da ilha, que centralizavam e reproduziam a mesma estrutura administrativa do município.

Mas no final do século XIX o porto de Desterro começava a dar seus primeiros sinais de enfraquecimento: com a modernização das embarcações (a entrada em cena dos barcos à

⁴⁰ De acordo com Corrêa (2005, p. 40), a fundação da póvoa da Ilha de Santa Catarina data de 1673.

vapor), de maior calado, as águas rasas de suas baías começaram a ser um impeditivo para a expansão das atividades portuárias. Apenas com a Primeira Guerra Mundial, por ser um porto de importância estratégico-militar, houve uma retomada do fluxo comercial, fato esse que impulsionou a construção civil na cidade, fazendo surgir mais edificações no centro da cidade. (PERES, 1994, p.441). No entanto, a tendência predominante foi de decadência das atividades portuárias. Além da questão técnica acima mencionada, o porto da antiga Nossa Senhora de Desterro (cujo nome foi convertido para Florianópolis desde 1894) sofria a concorrência de outros portos que tiveram condições de se modernizar, como os de Itajaí e São Francisco do Sul, que se encontravam também em posição geográfica privilegiada para o escoamento da produção agrícola das colônias de imigrantes europeus, as quais vinham crescendo desde a metade do século XIX. Deste modo, como observou Lino Peres, “passado o apogeu dos transportes marítimos, com a expansão da industrialização via transporte rodoviário, Florianópolis, sem conexão direta por terra com os grandes centros econômicos do país, se fecha sobre si mesma” (PERES, 1994, p. 441)

Nem mesmo a construção da ponte Hercílio Luz, concluída em 1926, trouxe o progresso esperado, pois resolvia apenas a relação entre a parte insular e o continente, sem proporcionar a almejada integração regional, uma vez que inexistiram iniciativas que ampliassem o sistema de comunicação terrestre no plano regional. Com isso, diminuía ainda mais a importância econômica da capital catarinense no cenário regional, isolada dos grandes centros e afastada do circuito mais dinâmico da economia nacional, que se industrializava a passos largos.

Após revolução de 1930, ocorreu uma expansão das atividades públicas. Crescia a população e a cidade prosseguia incorporando os núcleos antigos, tanto na parte insular como na parte continental. Na parte continental, na baía sul, foi criado o Balneário de Coqueiros - nos termos de Milton Santos (1994), um bairro de amenidades, para onde se dirigiu durante algumas décadas a elite local. Com isso, dava-se início a um processo de valorização imobiliária da região. Enquanto isso, a atividade portuária seguia declinando.

O crescimento foi retomado apenas nos anos 1950. No plano interno, na dinâmica entre os diferentes atores, a cidade vivia nessa década um momento de inflexão, quando importantes escolhas referentes ao seu futuro estavam sendo postas em disputas. Reinaldo Lohn discutiu em sua tese como dos desdobramentos do Plano Diretor configuraram-se diferentes projetos de futuro, os quais se revelaram de modo mais nítido nas diferenças entre a

cidade imaginada pelos urbanistas encarregados da elaboração do Plano Diretor e a cidade desejada pela elite local. Segundo ele, enquanto os urbanistas, inspirados nas concepções de Le Corbusier (1984), orientaram-se para a projeção de um futuro industrial para Florianópolis, setores que compunham o bloco de poder local apostavam no turismo como alternativa para a cidade (leia-se: como alternativa para seus interesses na cidade). Prevalecendo essa segunda alternativa, as conseqüências práticas mais importantes foram que em lugar de um eixo de desenvolvimento que se daria no sentido noroeste – sul, partindo do continente, onde se concentrariam as atividades industriais, em direção à ilha, o mesmo acabou por se concentrar na ilha, privilegiando o eixo norte, rumo às praias e ao desenvolvimento turístico.

Outra conseqüência importante foi com relação ao centro da cidade. Para os urbanistas encarregados de elaborar o Plano Diretor, a ilha deveria manter sua ligação com o mar, uma vez que não era apropriada ao desenvolvimento das atividades industriais. Concentrar-se-ia no comércio e na administração, e o centro deveria converter-se em espaço cultural e universitário.

No entanto, tornado o turismo opção quase exclusiva de desenvolvimento, desencadeou um vigoroso processo de especulação imobiliária, onde a abertura de novas rotas, investimentos públicos em vias de acesso, em equipamentos urbanos e obras de infraestrutura passaram a conduzir a agenda de prioridades dos governantes. Isso impulsionou uma significativa elevação de preços de áreas que anteriormente não tinham qualquer valor no mercado imobiliário⁴¹. As próprias terras comunais (ou de uso comum), que como observa Nazareno Campos (1991) foram importante parte integrante da formação socioespacial açoriana, “acabaram cercadas sem nenhuma produção, certamente à espera de valorização imobiliária” (1991, p.153).

Florianópolis passava então a assistir a um desenvolvimento mais acelerado do setor da construção civil e do capital imobiliário, a ponto de ter sua fisionomia urbana alterada. Mudanças na legislação, autorizando a construção de prédios mais altos, tornavam a cidade cada vez mais verticalizada, especialmente no centro e na Avenida Beira Mar Norte. Mais do

⁴¹ Como morador de Florianópolis, já ouvi inúmeros relatos sobre a troca de terras por “barcadas de peixe” – expediente que muitos antigos moradores lançavam mão quando necessitavam de dinheiro em espécie. Nessas áreas a terra, em função do incremento da economia do turismo, teve enorme valorização. No entanto, quando no passado ocorreu uma maior monetarização da economia, o abandono da agricultura em prol da pesca conduziu a uma diminuição do preço da propriedade.

que isso, a cidade espalhava-se horizontalmente, em direção aos municípios vizinhos (São José, Palhoça e Biguaçu), iniciando um processo de conurbação⁴².

A criação de novos órgãos públicos, ou a expansão dos já existentes (bancos estatais, universidades, companhias estatais ligadas à geração de energia, comunicações e abastecimento d'água) provocava também um significativo incremento populacional, o que, por sua vez, provocava a ampliação da rede de serviços e do comércio. Aliado a isso, a migração do campo para a cidade também fazia aumentar a população de Florianópolis (PERES, 1994, p. 48-9).

No que toca ao continente, a ampliação do sistema viário, visando conectar a ilha ao continente, se deu por três principais eixos (PERES, 1994, p. 455-6). Ao norte, pela Avenida Fúlvio Aducci em direção à saída norte para a BR 101, expandindo a área residencial periférica, o que conduziu à valorização dos imóveis em bairros como o Estreito (Florianópolis) e Barreiros (São José). Esses bairros cresceram com contingente de novos moradores que chegavam para trabalhar em Florianópolis, além de antigos moradores que se deslocaram da ilha em razão da expansão das obras públicas (quando foram desalojados), ou pela pressão exercida pela expansão imobiliária. Desenvolveu-se ali uma zona industrial e um comércio atacadista, de pequenos “portos secos”, segundo Lino Peres (1994, p. 456). A BR 101 também favoreceu a integração entre os municípios de Biguaçu (localizado ao norte de Florianópolis) com São José e Palhoça.

Três vias passaram a fazer a ligação de Florianópolis no sentido oeste: a Avenida Ivo Silveira, a Rua Santos Saraiva e, posteriormente, a BR 282 (conhecida no trecho que liga a ponte à BR 101 como Via Expressa).

Ao sul, a Avenida Engenheiro Max de Souza integrou o bairro de Coqueiros, o qual já vinha se desenvolvendo desde a década de 1940 como área de elite, reforçando o turismo na área e tornando o bairro quase exclusivamente residencial. Em sua periferia, surgiam áreas residenciais de moradores mais pobres.

⁴² Segundo Nelson Popini Vaz (1991), os quatro eixos que desenharam a rede urbana de Florianópolis: gestão estatal (ampliação dos serviços públicos); sistema viário; setores imobiliário, comercial e turístico; valorização da terra urbana, “efeitos de aglomeração”: localização urbana.

Desse modo foram desenhados os novos contornos da área conurbada de Florianópolis, formando o que na linguagem técnica dos urbanistas é denominado como Aglomerado Urbano de Florianópolis (AUF) (PERES, 1994, p. 456). A região continental tornou-se hegemonicamente urbana, com o uso do solo cada vez mais comercial ou residencial.

Ao longo da década seguinte, nos anos 1970, a expansão da malha urbana de Florianópolis se deu sob o forte impacto de grandes obras públicas de infraestrutura. As principais foram a Ponte Colombo Sales (que reforçou a conexão rodoviária), o aterro da baía sul (que passou a abrigar prédios públicos e facilitou o tráfego de veículos para o sul da ilha) e a Av. Beira Mar Norte (que se tornou o principal acesso para as praias do norte ilha, criando um corredor rápido externo às vias de circulação que atravessam o centro e o bairro da Agrônômica). (PERES, 1994, p. 458)

Tais iniciativas governamentais obedeciam ao espírito da época, isto é, traduziam as tendências econômicas e políticas da conjuntura nacional. Fortemente influenciada pela ideologia desenvolvimentista que orientava as ações dos governos militares, as três obras acima citadas tinham em comum a grandiosidade dos investimentos, sempre enormes gastos públicos, e cuja magnitude normalmente provocava sérios impactos ambientais. Planejadas e executadas de modo centralizado, sem nenhum estudo de impacto ambiental e sem qualquer consulta a outros setores sociais, traduziam com perfeição o autoritarismo do regime militar.

Lino Peres (1994) faz as seguintes críticas a essas obras públicas. Eram antieconômicas e antissociais, porque além de gerarem enorme dívida pública, não resolvia prioridades públicas como o saneamento, por exemplo. Eram de natureza seletiva, pois avenidas como a Beira Mar Norte, ao priorizarem o transporte individual, tornavam-se de uso de uma parcela minoritária da população, evidenciando o seu caráter privado (PERES, 1994, p. 458-462). Como obras de grande escala, que desconsideravam o uso de tecnologias de baixo impacto, podem também ser criticadas pela sua natureza antiambiental. Além do mais, a destruição da paisagem histórica e visual e a fragmentação no espaço urbano provocadas por elas revelam uma natureza anticultural. Finalmente, reproduzia a ideologia da modernização a qualquer custo, por priorizar o automóvel e o consumo seletivo.

Tais mudanças transformavam a feição de Florianópolis, que perdia seus ares pacatos e provincianos, adquirindo cada vez a aparência de uma moderna metrópole, legitimando-se na vocação turística da ilha. No entanto, a opção pelo turismo traduzia-se numa cidade

cercada de aterros, que isolavam a população do mar. De acordo com o historiador Reinaldo Lohn (2002) o sentido geral do planejamento, (previsto pelo Plano Diretor de 1952), foi alterado direcionando a expansão urbana através da Avenida Beira Mar Norte, via privilegiada de acesso às valorizadas praias do norte da ilha.

Este processo de afastamento do mar que aos poucos foi sendo constituído nas práticas urbanas de Florianópolis, não foi fruto de uma “necessidade” ou uma “imposição” do crescimento da cidade. A tentativa dos planejadores, em 1952, de manter a paisagem marítima junto ao centro, demonstra que havia a possibilidade e que, certamente, a cidade poderia ter optado por outra forma de crescimento que não aquela que acabou sendo imposta a partir da década de 1970. O automóvel e as vias voltadas para a ponte já haviam dado um primeiro sinal de rompimento com o mar. Mas foi com a opção precipua e uma tomada de posição política pela velocidade rodoviária, que a cidade viu ser constituído um futuro sem mar e sem as sociabilidades daí decorrentes. A partir deste momento de ruptura, quem olhasse o horizonte desde a praça XV ou o Largo da Alfândega, não mais veria a superfície marítima e os barcos dos clubes de remo, mas uma planície composta por pistas de rolamento, muitos automóveis e um espaço que foi ocupado por um parque projetado por Burle Marx, mas que jamais chegou a ser integrado devidamente à espacialidade urbana de Florianópolis. Ao invés da linha d’água, a cidade ficou circunscrita por uma rede de auto-estradas (LOHN, 2002, p. 286-287)

As escolhas eram, assim, as dos grupos dominantes, conduzindo a cidade na direção de seus interesses. Nas palavras de Reinaldo Lohn, “*a cidade ganhava os contornos e caminhos pretendidos pelos seus grupos dominantes, valorizando os investimentos em novos loteamentos*”. (LOHN, 2002, p. 288). Se as elites locais já controlavam o poder nas instâncias governamentais, passavam a incorporar o controle de terras como novo mecanismo de empoderamento na cidade⁴³.

Em resumo, a cidade cresceu até o início dos anos 1950 em torno do centro histórico, que foi se tornando gradativamente mais dinâmico e centralizador das atividades, consolidando-se como centro dinâmico da região. Entre as décadas de 1950 e 1970, ocorreu um crescimento periférico à parte central da ilha, tanto no centro, como na área mais à leste, atrás do maciço do Morro da Cruz, e também na área continental. A partir da década de 1970, obras de grande escala dinamizaram o crescimento da cidade, especialmente em direção às praias, mas mudando substancialmente as feições da cidade. Nas décadas seguintes, Florianópolis dará seqüência a esse padrão de crescimento, desigual e socialmente excludente (PERES, 1994, p. 462).

⁴³ Como bem observa esse Lohn, “havia a conjugação das duas formas de controle político em Florianópolis, isto é, governo e terra”. (LOHN, 2002, p. 317-318).

Nos anos 1990, começa a receber levadas cada vez maiores migrantes, muitos deles de alto poder aquisitivo, atraídos pela propaganda em torno da qualidade de vida de uma capital sem os problemas das grandes metrópoles, e dotada de uma boa infraestrutura urbana, serviços, comércio, além de belas praias. Projetos de grandes obras, prioridade ao transporte individual e de elite (marinas), turismo internacional, obras de grande impacto sócio-ambiental prosseguem na ordem do dia de setores empresariais e administradores. A organização desses setores atinge um nível de articulação que irá culminar em campanhas publicitárias que atacavam, por meio de propagandas pagas nos meios de comunicação locais, todos aqueles que se levantam contrários a tais projetos encaminhados durante a gestão municipal de Esperidião Amin (1989 – 1992).

A virada do século irá testemunhar o prosseguimento desse modelo voltado para grandes obras e para a transformação da cidade em metrópole. É construída a Via Expressa Sul sobre um novo aterro na ilha, que isolou ainda mais os antigos moradores dos bairros Saco dos Limões e Costeira do Pirajubaé das suas atividades de pesca., praticamente acabando com essa forma de sobrevivência na região⁴⁴. Na parte continental norte, a tentativa de resolver o problema do tráfego de veículos também encontrou solução num novo aterro, enquanto que na parte continental sul o município vizinho de São José já havia, alguns anos antes, se encarregado de fazer o seu aterro. Enquanto isso, as propostas de investimento na melhoria do transporte coletivo permanecem engavetadas⁴⁵.

Ao mesmo tempo continuaram intensificando-se os investimentos para o norte da ilha. Recentemente, ocorreu a transferência do centro administrativo do governo do estado para a SC 401 (principal via de acesso para as praias do norte). Com isso, o centro histórico da cidade ficou mais esvaziado em muitas de suas funções e também como espaço de sociabilidade⁴⁶. É o que pode ser exemplificado com o carnaval, tratado como um problema

⁴⁴ Em algumas partes, a distância do local de moradia desses antigos pescadores até a praia, aumentou em mais de 500 metros. Para amenizar as críticas ao projeto, a prefeitura cadastrou os pescadores da área e construiu ranchos de pesca e trapiches. No entanto, isso não evitou a anunciada morte da pescaria no local: a maioria acabou vendendo seus ranchos, em transações informais, agora convertidos em espaços de lazer de finais de semana de moradores de outras partes da cidade, que se reúnem para fazer churrascos, festas, passeios de barco ou pescarias de lazer.

⁴⁵ Embora intensamente debatido, e incorporado como proposta de alguns candidatos a prefeito e governador (e mesmo parte do programa de governo de uma gestão municipal), o transporte hidroviário nunca saiu do papel. Mesmo com uma pequena distância separando a ilha do continente em sua parte mais central e movimentada (a maior ponte, a Pedro Ivo Campos, tem pouco mais de 1200 metros), não existe qualquer transporte hidroviário coletivo atravessando as calmas águas da baía da ilha de Santa Catarina.

⁴⁶ Lohn relaciona as ações governamentais e iniciativas de setores empresariais para transformar a cidade num produto de mercado ao esvaziamento de alguns espaços de sociabilidade pública. (Lohn): "Ações governamentais e projetos de grupos

de segurança pública. Bastante freqüentado por segmentos sociais os mais variados, o carnaval nas ruas do centro da cidade era uma das festas populares mais tradicionais de Florianópolis. Em décadas anteriores, a festa acontecia de modo intenso todos os dias, do final de tarde até o final da madrugada. Ao longo da última década foi gradativamente sendo esvaziado, mediante o expediente de obrigar o encerramento da festa em horários cada vez mais cedo, e mediante a diminuição de pontos de concentração animados por bandas carnavalescas. Ficou cada vez mais reduzida a esporádicas manifestações: saída de um tradicional bloco no final tarde de sexta; desfile de blocos de sujos na tarde de sábado; o desfile de *drag queens* (o Pop Gay) na noite de domingo, agora transferido para uma área do centro da cidade, porém mais isolada, a Praça dos Três Poderes, lugar pouco habitual e distante do uso cotidiano dos moradores da cidade; e o desfile das escolas de samba na noite de segunda, que ocorre na Passarela do Samba, em lugar também isolado e fechado aos não pagantes. Quando questionados acerca disso, o a alegação das autoridades invariavelmente tem sido a segurança. Sob esse pretexto, na última edição a realização ou não do carnaval no centro histórico ficou condicionado à palavra final do comandante do policiamento da capital.

O resultado é que a maioria dos moradores que querem participar de festas tem se deslocado para as festas de rua do interior da ilha (nas áreas de balneário, já freqüentada por turistas, tais como na Lagoa da Conceição ou em Santo Antônio de Lisboa) ou para os carnavais fechados de clubes e bares.

Para além das disputas eleitorais, a articulação dos setores interessados nesse padrão de crescimento urbano, que privilegia o consumo, o turismo e o transporte individual, prossegue mesmo que por meios ilegais. Em 2006, investigações da Polícia Federal, que ficaram conhecidas como Operação Moeda Verde, trouxeram à tona um esquema de venda de licenças ambientais. A partir da intermediação de vereadores, técnicos responsáveis de órgãos ambientais eram subornados para emitirem licenças ambientais em áreas protegidas pela legislação. Normalmente, os beneficiados eram empreendimentos hoteleiros e comerciais, tais como dois shopping center.

Políticos e empresários conhecidos da cidade foram presos. Mais do que um simples desvio na normalidade institucional, pois a corrupção chega a ser rotineira em casos

empresariais transformam a cidade num produto de mercado. Para tanto, instrumentos socioculturais vêm sendo empregados no sentido de promover a adesão social à imagem mercadológica construída. Ao mesmo tempo, diversos espaços, em especial o centro histórico da cidade, são esvaziados como locais privilegiados de sociabilidade pública”.

envolvendo investimentos vultosos, a importância das figuras envolvidas no escândalo, bem como a reação indignada da imprensa local contra a operação e as manifestações exaltadas do governador do estado em defesa de muitos dos presos, revelavam uma concepção segundo a qual a legislação ambiental era anacrônica diante das necessidades de desenvolvimento econômico.

Mesmo com mudanças na composição político-partidária das diferentes administrações, ao longo da última década (2001 -2010) a cidade prosseguiu no mesmo padrão de crescimento projetado nas décadas anteriores.

Os investimentos públicos que promoveram o crescimento de Florianópolis beneficiaram a poucos. Florianópolis cresceu, mas de modo desigual, reforçando o poder de uma classe e gerando exclusão social. Os efeitos do processo de modernização voltaram-se contra a população: as transformações econômicas incidiram sobre o espaço urbano afetando antigos modos de viver da população nativa. Ao impor novas formas de sociabilidade, as quais se estabeleceram a partir de novos ordenamentos e disposições sobre o viver na cidade, as mudanças na cidade produziram exclusões e segregaram regiões. Ao estabelecer como e onde construir, a disposição das casas, os tipos de moradia, o ordenamento das vias públicas, as regras de convivência nos espaços públicos, a nova ordem que se consolidou em Florianópolis fez com que alguns grupos sociais não mais encontrassem respaldo para suas antigas formas de viver.

Por outro lado, a valorização dos bens imóveis de muitas regiões do município intensificou o parcelamento das terras (o que eliminava o uso rural da terra) e um processo de especulação imobiliária que acabou por empurrar moradores nativos de seus bairros para outras áreas mais periféricas. Além do mais, as obras públicas provocaram também o deslocamento de muitos moradores de suas localidades de origem para outras.

Com relação aos antigos moradores, alguns permaneceram, combinando pesca artesanal com trabalhos urbanos, como vigias ou na construção civil⁴⁷. Muitos foram para o centro (encostas dos morros), mas pressão demográfica com a chegada de migrantes pobres do interior. Assim, se deslocam para o continente. Mesmo as áreas pobres da ilha começam a sofrer um processo de especulação imobiliária. Aprofunda-se, assim, a diferenciação entre

⁴⁷ Sobre isso, o documento do CECCA, em seu capítulo 8. “Para onde vão os antigos moradores”, fornece maiores detalhes sobre o destino social dos antigos moradores de Florianópolis diante de suas transformações (CECCA, 1996, p. 169-172).

ilha e continente, sendo esta identificada como área pobre da cidade, enquanto a parte insular como a rica. Como coloca Luiz F. Pimenta, "a lógica especulativa de valorização do preço da terra foi, certamente, a grande responsável pela divisão acentuada entre ilha e continente". (PIMENTA, 2005, p. 39).

Sobre essas conseqüências sociais que acompanharam o crescimento de Florianópolis, e que são constitutivas do mesmo processo que alçou Florianópolis a destino turístico nacional e internacional, é que vamos nos dedicar a partir de agora. Como se desenvolvem os espaços de pobreza de Florianópolis e em sua área conurbada é contar um pouco da história dos personagens desta tese.

2.2 Os espaços de pobreza

Nos últimos anos a cidade tem crescido de maneira bastante acentuada, Um forte crescimento econômico acompanha a evolução demográfica, como se pode verificar na curva do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), no gráfico abaixo, produzido por Rogério Miranda. (MIRANDA, 2010, p. 28).

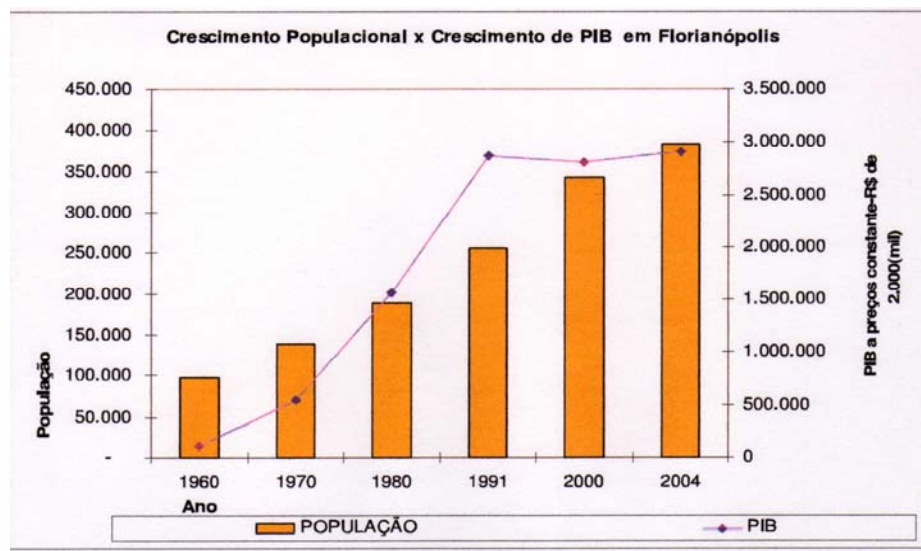


Figura 1 – Gráfico – Crescimento Populacional x Crescimento de PIB em Florianópolis
Fonte: IBGE, IPEA.

Florianópolis é considerada uma cidade com boa qualidade de vida. No entanto, esse padrão de crescimento relaciona-se diretamente com o crescimento dos espaços de pobreza na cidade. Os pobres são personagens centrais desse crescimento. Assim, interessa aqui perguntar onde localizam-se esses espaços de pobreza? Ou onde moram os pobres de Florianópolis? A história dos moradores investigados ocorre exatamente no início desse período em que o crescimento populacional atinge índices que colocam Florianópolis acima da média nacional.

Há uma identificação comum na cidade de que a parte rica de Florianópolis localiza-se na ilha. Morar na ilha agregou o significado de morar bem. Uma característica importante do município é o fato de situar-se quase que na sua totalidade (97%) em uma ilha (IPUF, 2002). A parte continental integra a Região Conurbada com outros três municípios (Palhoça, São José e Biguaçu). Maria Inés Sugai (2009, p. 165) critica a identificação de Florianópolis como reduzindo-se à “ilha”, em razão dos significados e processos que ela encobre, pois invisibiliza a pobreza e glamouriza a riqueza. No entanto, em que pese a grandeza territorial da ilha, e que sua ocupação tenha começado por ela, a fatia continental teve importante papel ao longo de sua história. Atualmente, 26% da população habitam os bairros localizados no continente. A invisibilidade produzida sobre ele tem a ver com escolhas relativas ao desenvolvimento de Florianópolis, as quais reforçam uma hierarquia entre os diferentes espaços e uma segregação entre os moradores. Morar na ilha é sinônimo de prestígio social, signo de distinção, independente da área onde se vive, mesmo que, como veremos, uma série de territórios de pobreza existam na parte insular de Florianópolis.

Como foi colocado anteriormente, entre as décadas de 1950 e 1970, Florianópolis inscrevia-se na mesma dinâmica de crescimento das outras cidades brasileiras, acompanhando as médias nacionais, cujo aumento populacional podia ser creditado às intensas migrações campo-cidade do período. As demandas geradas desse processo e os subsequentes investimentos do poder público e do setor privado aumentavam o mercado de consumo na cidade. No entanto, também começou a ficar mais evidente a existência dos problemas sociais, os quais se distribuíam desigualmente no espaço. Como veremos, o crescimento veio ocorrendo pela sua periferia, com expressiva participação dos municípios da área conurbada.

Nas décadas de 1980 e 1990 o crescimento de Florianópolis é menos acelerado do que nas décadas anteriores, mas acima das médias nacionais. Uma característica da expansão da Região Metropolitana pode ser destacada pela observação do crescimento dos municípios

vizinhos, da área conurbada de Florianópolis, como São José, Biguaçu e Palhoça. Seus dados populacionais revelam um crescimento da região metropolitana que se dá pela periferia⁴⁸. Em 1960, Florianópolis abrigava 58,20% da população da área conurbada, hoje abriga 49,26% da população dessa mesma área.

O mapeamento das áreas de pobreza permite a percepção de que é em algumas áreas específicas que se concentra essa população na cidade. Com relação à terminologia, cabe aqui uma observação.

Tratamos aqui não só de favelas, mas de espaços de pobreza. A discussão em torno do que é favela, e da classificação das áreas que podem ser consideradas favelas é bastante complexa. Destaco que esse termo não é nativo. Vem acompanhado de uma discussão que envolve tanto as políticas sociais, como as ciências sociais e a divulgação feita pela mídia⁴⁹. Favela é uma designação bastante genérica, comumente utilizada para definir aglomerações habitacionais de baixa renda, em condição fundiária irregular, ocupação espontânea da terra e com carência de infra-estrutura (ABIKO et al., 2009).

Mas essas características podem ser bastante variáveis. Por exemplo, uma característica comum é a pobreza de sua população. No entanto, como observa Rogério Miranda, o nível de pobreza é bastante variável não só entre favelas. Uma favela recente de periferia tende a ser mais pobre do que uma favela mais antiga e consolidada. Outra característica bastante variável é a carência de infra-estrutura⁵⁰. A estas poderia se acrescentar a malha viária totalmente irregular e mais tantas outras (SOUZA, 2003).

O Programa de Alojamento Humano da ONU define favela como um aglomerado urbano que combina as seguintes características: acesso inadequado à água potável, acesso inadequado à rede de saneamento, habitações precariamente construídas, excesso de

⁴⁸ Tomando-se pelo termo periferia não apenas o afastamento geográfico de um centro urbano, mas também o afastamento social.

⁴⁹ Lícia Valladares, em seu livro *A invenção da favela* (2005), traça uma evolução do fenômeno da favela desde a sua origem, identificada nos cortiços do século XIX, com toda a reação de rejeição e preconceito contra ela, até as mudanças para estratégias visando o controle do fenômeno, passando pela sua positivação (“a favela enquanto comunidade”), ao ser apropriada tanto por setores da Igreja como pelos cientistas sociais, e chegando na favela como fenômeno midiático.

⁵⁰ Um bom exemplo do emprego genérico do termo e de suas características variáveis é a Cruzada São Sebastião, localizada no Leblon, zona sul do Rio de Janeiro. Por todos os moradores é designada como favela, mas possivelmente pela sua origem (os moradores vieram removidos de uma antiga favela, a Favela do Pinto) e pela sua população de baixa renda: os prédios de apartamentos onde moram são de propriedade jurídica regularizada, possuem infraestrutura de água, luz, saneamento, localizam-se numa avenida asfaltada, dentro da malha viária oficial da cidade. No entanto, a área é conhecida como favela.

moradores e ausência ou precariedade dos títulos de posse ou de propriedade (UN-HABITAT, *apud* MIRANDA, 2010, p. 19).

Tal discussão se faz necessária pois muitos dos estudos dos espaços de pobreza da cidade utilizam-se em seus diagnósticos da conceituação de favela.

Um estudo realizado em Florianópolis pelo IPUF, em 1987, procede a um levantamento de espaços de pobreza valendo-se da denominação de área carente:

Consideramos áreas carentes aqueles bolsões populacionais onde 70% das famílias têm renda média familiar igual ou inferior a três salários mínimos. Estas áreas, além da carência sócio-econômica, apresentam carências que exigem tratamento alternativo, visto estarem quase sempre localizadas em regiões problemáticas do ponto de vista da urbanização (IPUF, *apud* MIRANDA, 2010, p.19)

Atualmente esse órgão lida com suas áreas de pobreza a partir da denominação de ZEIS, Zonas de Especial Interesse Social.

As ZEIS são áreas ocupadas por assentamentos habitacionais populares onde se aplicam normas específicas para a regularização fundiária, urbanização e edificação, as quais se superpõem às normas gerais do Plano Diretor (Lei Complement. 207/05 art. 1º, § 1º)
Zonas urbanas que podem conter áreas públicas ou particulares, ocupadas por população de baixa renda ou passíveis de urbanização, onde há interesse público de minimizar o custo do acesso à terra urbana e/ou promover a regularização fundiária, por meio da flexibilização dos parâmetros urbanísticos de uso, ocupação e parcelamento do assentamento.

Para o IBGE, favela é um conjunto de no mínimo 51 unidades habitacionais em terreno alheio, dispostas em geral de forma desordenada, a maioria carente de serviços essenciais (CEM, 2007).

A urbanista Maria Inês Sugai, que realizou um levantamento das áreas de favela de Florianópolis (2009: 167), observa que se seguirmos a classificação do IBGE, muitas áreas que constituem espaços de pobreza na cidade ficariam excluídas: todos os aglomerados que tiverem menos de 50 domicílios deixariam de ser considerados favelas. Concordando com Maricato (2006), a autora observa que embora as favelas possuam várias características, talvez a mais marcante seja seu status jurídico na qualidade da ocupação de terras, sejam terras públicas ou privadas. Por tal motivo, o critério empregado por Sugai para definir as áreas de favela foi o estatuto jurídico da terra.

Portanto, prefiro aqui adotar a denominação de espaços de pobreza do que favelas, por considerar que o que está em discussão não é uma forma específica de construção e/ou de

configuração de uma localidade, mas o modo como a cidade territorializa a sua pobreza⁵¹. Isso impõe a necessidade de expor os critérios empregados por cada fonte ao construir seus dados relativos à realidade da cidade, o que será aqui feito na medida em que tais critérios estiverem claros nas fontes utilizadas.

Sugai (2009) destaca três momentos que demarcam de forma mais evidente e intensa essa territorialização da população pobre em Florianópolis.

Inicialmente, temos um processo que é endógeno, de formação de áreas de pobreza a partir da própria população local. Logo após a abolição da escravidão, a população de libertos passou a habitar a área central próxima ao Rio da Bulha (canal que contornava o centro da cidade, separando-o das adjacências das encostas que compõem o Maciço do Morro Cruz). Com as obras de urbanização da área central do início do século XX, paulatinamente esses moradores foram sendo deslocados em direção às encostas do morro. Além das conseqüências de serem desalojados de suas habitações, tais populações sofriam todo o estigma que partia do discurso médico-higienista. E, para além da estigmatização, sofriam com as intervenções que as práticas orientadas por esse discurso provocavam em suas vidas. Era uma questão de tratar os pobres, cuidar de sua higiene, modificar seus hábitos, nocivos à convivência comum numa cidade que deveria se orientar por uma moralidade e por regras de convivência burguesas. É o que podemos ler no trabalho do médico Osvaldo Cabral (que veio a se transformar num dos mais importantes historiadores de Santa Catarina).

É preciso educar o povo. É necessário que se incuta no espírito dos habitantes do paiz noções elementares de hygiene, de medicina preventiva, tornar accessível á sua comprehensão o espirito de certas leis em pról do saneamento, a bem da saúde de todos, facilitando a accitação das medidas postas em pratica, desembaraçando a acção dos que tem o dever de zelar pela saúde pública (...) Comprehendidas as vantagens e a necessidade destas medidas, o povo será o mairo auxiliar dos Governos na grande obra, em locla conveniente e apropriado, em boas condições de aeração e illumination, afastará dellas os insectos e os parasitos, usará de todos os meios de preservação da própria saúde, educará os filhos na pratica de hábitos de saúde, alimentar-se-á convenientemente e, si doente, saberá apellar para os que poderão curar, afastando-se da pratica de actos extranhos, absurdos, tão espalhados hoje em dia". (CABRAL, 1929, p. 11).

O discurso médico-higienista incidia sobre as questões habitacionais, sobre as práticas cotidianas, sobre a educação, cobrando e remetendo sua implementação a autoridade dos

⁵¹ Tal diversidade de critérios existentes na literatura e nas fontes pesquisadas impõe a necessidade de expor os critérios empregados por cada fonte ao construir seus dados relativos à realidade da cidade, o que será aqui feito na medida em que tais critérios estiverem claros nas fontes utilizadas.

governos. Posteriormente, a questão da habitação popular foi transformando-se numa questão de urbanistas, o discurso médico-higienista perdendo espaço para o discurso urbanista. Cada vez mais a questão da moradia popular foi se convertendo em uma política social. Começam então a ser construídos conjuntos habitacionais destinados às classes populares. O modelo seguido é o das cidades-jardim. Assim, os pobres vão gradativamente sendo expulsos para outras áreas, distantes daquelas por onde habitam e circulam as elites e as camadas médias. Os planos diretores em diversas cidades seguiram o modelo do Plano Agache, implantado na então capital federal do Rio de Janeiro⁵². Em decorrência foram implementadas políticas de saneamento e expulsão dos pobres para fora do espaço de circulação urbana das elites e classes médias⁵³

Nos anos 1960, com migração rural-urbana intensificada (é o período em que as cidades brasileiras mais crescem, formando muitas das atuais metrópoles regionais), acentua-se o déficit habitacional em muitas cidades. Em Florianópolis, a ocupação das encostas do Maciço do Morro da Cruz cresceu significativamente com a intensificação do fluxo migratório campo – cidade. Essa população que chegava para viver em Florianópolis se dirigia também para áreas periféricas da parte continental.

No plano das políticas habitacionais, é dada uma resposta a um problema considerado típico das sociedades industriais. Assim é tratada a questão da moradia popular, em uma fase em que o país se industrializava a passos largos, e em que domina o cenário do pensamento social e das políticas o paradigma do desenvolvimento industrial. Mesmo em Florianópolis que, como vimos, não tem sua economia transformada por uma industrialização significativa, o déficit habitacional é também bastante elevado (a cidade havia crescido muito, acompanhando as médias nacionais), e aqui o problema é tratado do mesmo modo, dentro de uma lógica de um Estado centralizador. As políticas habitacionais durante o período militar

⁵² O que Robert Pechman (1996) designa como sendo “processo de circulação intercontinental de ideias urbanísticas”, ao analisar as transferências e traduções das ideias urbanistas nos anos 1920, é válido também para outras cidade brasileiras. Do mesmo modo que o Rio de Janeiro “importa” as ideias urbanistas, outras cidades fazem o mesmo tendo como inspiração o Plano Agache - tal como Lohn observa com relação a Porto Alegre (LOHN, 2002, p. 316). Exclusão das classes populares: modo como as elites lidaram com as áreas pobres, os projetos de moradia popular. Lohn: 306-316: a desruralização planejadores da cidade do futuro pretenderam intervir nas práticas comuns de construção ainda predominantes entre os habitantes de Florianópolis (p. 306).

⁵³ Reinaldo Lohn analisa como, no contexto da instauração de uma moralidade burguesa, foram implementadas políticas de aformoseamento, saneamento e expulsão dos pobres para fora do espaço de circulação urbana das elites e classes médias. A ordem era higienizar e desruralizar Florianópolis, favorecendo a criação de hábitos e condutas que afastassem antigos práticas populares do espaço urbano, tal como a criação de animais e quintais com hortas e pomares. Nesse processo, a questão da habitação popular foi cada vez mais se tornando uma questão de política habitacional a ser conduzida pelo Estado, ao mesmo tempo em que se desenvolvia cada mais uma esfera de intimidade de tipo burguês, com a casa tornando-se um espaço totalmente separado da rua e da vida pública (2002, 306 – 315).

ficaram a cargo dos governos estaduais, Assim, em vários estados são criadas empresas de economia mista, que seguiam um mesmo formato, e que deveriam planejar e implementar soluções para o problema da moradia, especialmente nas cidades. Em Santa Catarina é criada a COHAB em 1964.

Os projetos criados por essas companhias habitacionais tiveram como característica comum a homogeneidade das construções. Colocavam em prática a imposição de uma forma de morar que evidenciava a leitura autoritária feita pelos arquitetos, urbanistas e planejadores desses conjuntos habitacionais. O modo como compreendiam as suas necessidades, sem estabelecer qualquer diálogo com os destinatários da demanda, e condenando-os ao isolamento social, sem incorporar os seus gostos e preferências. Mesmo quando bem intencionados, revelavam uma total ignorância com relação às suas culturas.

Além do mais, no caso de Santa Catarina (como também em muitos outros estados da federação), os investimentos foram insuficientes para dar conta de uma demanda cada vez mais crescente, com um déficit habitacional que só fazia crescer. A chegada de uma população de camadas médias em Florianópolis também contribuía para aumentar a especulação imobiliária. Por essa perspectiva, não soa como tão surpreendente a perturbação da ordem da pacata Florianópolis pelos movimentos dos anos 1980, quando a cidade registra seus primeiros conflitos em torno da questão do solo urbano.

Na década de 1990 intensifica-se o processo migratório, acompanhado do aumento das desigualdades sociais no contexto conurbado. Merece especial atenção esse segundo aspecto, pois como observa Maria Inês Sugai (2009, 169), o crescimento das desigualdades é concomitante à elevação do rendimento médio da população de Florianópolis. No documento produzido pelo IPUF, “Perfil das Áreas Carentes do Município de Florianópolis”, de 1993, é apontado um percentual de 12,6% da população vivendo em condições extremamente precárias. Destes um elevado percentual era composto por moradores cuja origem era Florianópolis ou seus municípios vizinhos. Muitos se deslocaram dos distritos que foram se convertendo em balneários, em razão da valorização do solo nessas regiões, sujeitas à intensa especulação imobiliária. Parte significativa dos que compuseram as primeiras ocupações eram antigos moradores que sofreram com a lógica especulativa estabelecida na cidade na ocupação do solo urbano.

Suas condições de vida se tornaram mais precárias, tanto para os que permaneceram, mas que tiveram que abandonar suas antigas atividades pesqueiras e/ou agrícolas, ou

passaram a combiná-las com trabalhos urbanos, como vigilantes ou na construção civil, como para os que acabaram por abandonar suas localidades nativas, indo morar em outros bairros da cidade. Normalmente se deslocaram para áreas bem mais distantes de seus bairros de origem e mais desvalorizadas, mas mais próximas dos empregos e equipamentos urbanos. Muitos foram habitar as encostas dos morros que circundam o centro da cidade, as comunidades do Maciço do Morro da Cruz, ou os morros da Costeira do Pirajubaé, próximo às vias de acesso ao sul de ilha.

Na década que se inaugura com a virada do século, constata-se a elevação do número de assentamentos. Não só isso, mas também o aumento do adensamento nas favelas, principalmente no continente. Segundo o IBGE, 67,8% dos chefes de família da área continental recebiam até dois salários mínimos. (Sugai, 2009: 169). A economia da cidade não acompanhava o crescimento da população. Entre 2000 e 2004 houve uma variação positiva do PIB da cidade (3,90%), mas como a população da cidade cresceu 13,02%, o PIB per capita sofreu uma redução (-6,57%). Contrastando com as médias do País, que ficaram em 2,78, da região Sul 7,27 e de Santa Catarina 5,28%, esse indicador (crescimento do PIB per capita), permite compreender que os últimos anos para Florianópolis foram particularmente dramáticos. Tal distorção tem se apresentado no espaço da cidade. Segundo censo de 2000, o rendimento médio da população do Bairro Monte Cristo é de R\$ 518,07, enquanto em Jurerê Internacional é de R\$ 3952,75.

“A pesquisa Infosolo, em 2004, confirmou a existência de 61 assentamentos informais apenas em Florianópolis. Constatou outras 110 áreas de ocupação irregular nos municípios da área conurbada: 67 em São José, 27 em Palhoça e 16 em Biguaçu. Totalizavam 171 favelas e assentamentos consolidados informais cujos habitantes representavam mais de 14% da população da área conurbada de Florianópolis⁵⁴. A maior concentração de favelas ocorria na área central da Ilha, ao redor das encostas do Maciço Central, onde foram contabilizadas 21 favelas e assentamentos consolidados.” (SUGAI et al apud SUGAI, 2009).

Rogério Miranda (2009) observa que as dimensões espaciais ocupadas por esses espaços de pobreza são pequenas se compararmos com a população que os habita. A área

⁵⁴ O Dados do CEM (2007) mostram um percentual muito próximo da pesquisa INFOSOLO acerca da população de Florianópolis que moram em espaços de pobreza (13%). A comparação com outras cidades como Porto Alegre (16%), Rio de Janeiro (24%) e São Paulo (14%), revelam que Florianópolis não é tão paradisíaca como se pensa.

urbanizável do município é de 186.98 km² (IPUF, 2002), porém a fração ocupada por favelas da área urbanizável é de apenas 3.59 km² ou 1.92% (TR 009, 2008; TR 019, 2008), embora os habitantes das favelas constituam 13% da população. Isso mostra o adensamento das favelas. Enquanto a densidade média é de 14.747 habitantes por quilômetro quadrado nas favelas e na parte urbanizável do distrito sede, no lado insular é de 8.169 habitantes por quilômetro quadrado (TR 009, 2008). (MIRANDA, 2009, p. 38- 39). “As favelas da parte continental, por exemplo, encontram-se bem mais adensadas que as da área central.” Outros dados de pobreza relativos ao continente corroboram a existência de uma desigualdade entre as duas partes da cidade.

Tabela 1 - Crescimento do número de favelas e da população moradora em favelas da região continental e insular

Região	Nº de Moradores	% de Moradores	Soma acumulada
Região Central	18.884	37%	37%
Região Norte da Ilha	7.055	14%	50%
Região Sul da Ilha	10.550	20%	71%
Região do Continente	15.113	29%	100%
Soma	1.601	100%	

Fonte: MIRANDA, 2010, p. 38.

Além disso, a tabela revela que a concentração da pobreza se dá em torno das áreas centrais da cidade. Há um crescimento que ocorre pelas periferias. Observando a área conurbada, vemos que dos quatro municípios, Florianópolis é o que possui a menor taxa de crescimento.

As intensas disputas pela ocupação do solo urbano, a distribuição desigual dos investimentos públicos e a ausência de políticas que garantam o direito à moradia vêm ampliando o processo imobiliário especulativo, dificultando o acesso à terra pela população de menor renda e reproduzindo as desigualdades socioespaciais e os processos segregativos (SUGAI, 2009, p. 166)

Tabela 2 - População residente não-natural dos municípios da Área Conurbada de Florianópolis

Municípios	1980	1991	1996	2000
Florianópolis	68.436	99.432	128.743	165.892
São José	49.379	77.255	92.345	117.988
Palhoça	5.866	30.352	38.264	50.973
Biguaçu	5.868	11.133	15.188	20.607
Total	129.549	218.172	274.540	355.460

Fonte: MIRANDA, 2001.

Em Florianópolis, o que se assistiu foi um padrão de segregação que evoluiu do clássico centro *versus* periferia, para um padrão que acentuou a separação entre as áreas ocupadas pelas moradias das classes mais populares e aquelas ocupadas pelas classes mais privilegiadas. Se até metade do século as elites concentravam-se na área central da cidade, a abertura de um eixo em direção ao norte e ao leste da ilha que gradativamente foi garantindo maior acessibilidade ao centro da cidade, deslocou parte da elite da cidade para essas localidades⁵⁵. Aos poucos também foram se deslocando para esses bairros serviços especializados e comércios, estimulados por investimentos públicos que garantiram melhor infraestrutura e um melhor sistema viário, este voltado principalmente para o transporte individual (o automóvel). “Com o deslocamento progressivo dos serviços e equipamentos urbanos na direção das áreas de mais alta renda, a localização das outras classes vai se tornando progressivamente (relativamente) pior”. (SABOYA, 2009). A concentração das áreas de pobreza na parte central da cidade relaciona-se com essa difícil acessibilidade para as classes menos favorecidas, dependentes de um transporte coletivo caro e de baixa qualidade. Enquanto isso os investimentos concentram-se no eixo viário norte, inclusive com a transferência do centro administrativo do estado para a principal rodovia que dá acesso ao

⁵⁵ Como observa Villaça, [...] os bairros das camadas de mais alta renda tendem a se segregar (os próprios bairros) numa mesma região geral da cidade, e não a se espalhar aleatoriamente por toda a cidade. [...] Se o principal móvel da segregação fosse a busca de posição social, do status, da proteção dos valores imobiliários, ou proximidade a ‘iguais’, bastaria haver a segregação por bairro[...]; uns ao norte, outros a oeste, outros a leste e outros ainda ao sul da metrópole. Isso não ocorre, porém. (VILLAÇA, 2001, p. 150). É preferível, como observa Saboya (2009), “controlar os investimentos públicos em uma área relativamente pequena, o que não seria o caso se essas áreas estivessem espalhadas pela cidade. A criação de um conjunto pequeno de vias arteriais já é suficiente para atendê-la”. A criação de centros de serviços voltados para o consumo exclusivo dessas classes, tais com restaurantes, antiquários, delicatessens, casas noturnas, não seria viável se disseminada por toda cidade. Tais benesses urbanísticas, que envolvem muitas vezes elevados investimentos públicos, acabam por induzir a um menor investimento nas outras áreas da cidade.

norte da ilha, como bem demonstrou Maria Inês Sugai em sua tese de doutoramento (SUGAI, 2003).

2.3 Os conflitos na cidade

As análises centradas nas investigações de Lohn (2002) e Peres (1994) contribuem na elucidação dos mecanismos de um poder que se traduz espacialmente no controle das terras, que os mecanismos de poder das elites locais produzem um espaço urbano. Portanto, a compreensão das contradições e conflitos na cidade passa pela análise da produção do espaço urbano, elucidando os atores e os mecanismos do confronto com as elites locais e seu projeto de poder na cidade.

O projeto econômico que fez crescer Florianópolis deixou de incluir em seus benefícios materiais a pobreza, mas porque, para além disso, produzia a sua invisibilidade, impondo um novo estilo de vida à sua população, mais afinado ao projeto econômico voltado para o turismo. Na invisibilidade se vislumbra um dos mecanismos de poder dessas elites. Esconder a pobreza era fundamental para produzir a visibilidade do novo estilo de vida, no qual o consumo assumiu papel preponderante, e encontrou nas camadas médias seu ator privilegiado. Novos comportamentos, que conduziam ao consumo, eram estimulados, e se traduziam também no desenho da cidade, especialmente na busca por moradia em áreas nobres do eixo viário norte da ilha.

A adesão das camadas médias a essas novas ordenações na cidade manifestava-se no turismo e no consumo. Mas também politicamente. Não acontece à toa o enfrentamento dos movimentos com uma cidade tão conservadora. O conservadorismo, mais do que uma característica inerente às cidades pequenas, ou cidades pacatas (deduzindo dessa característica uma aversão naturalizada a agitações de qualquer ordem) consiste numa produção de significados que se dá a partir de práticas determinadas. O golpe militar e os anos que se seguiram a ele foram reveladores disso. As incertezas e instabilidades de um período de crise como o do governo João Goulart eram combatidas com promessas de estabilidade e de um estilo de vida pautado pelo consumo.

Sobre os dias que antecederam o golpe em Florianópolis, Valmir Martins chama a atenção para o caráter pacato da cidade naquela época. Segundo sua descrição, era uma cidade que costumava-se dizer “que todos conheciam todos”, e onde um simples acidente de bicicleta virava capa de jornal. (MARTINS, 131). Seu caráter pacífico e a inexistência de conflitos mais significativos (exceção feita ao movimento estudantil⁵⁶) foi atribuída por este autor ao fato de não ser Florianópolis uma cidade industrial. Havia, em contrapartida, uma série de iniciativas de setores civis nas movimentações favoráveis ao golpe, tanto por parte da elite da cidade como de populares.

Os integrantes do Círculo Operário participaram de um episódio de queima de livros de uma banca que vendia livros “subversivos” (ou, segundo um jornal da época, “livros essencialmente marxistas e esquerdistas”). Tal episódio, narrado em detalhes por Martins, ocorreu por iniciativa e planejamento de um vereador da cidade.

As articulações contra o governo João Goulart contaram também com as manifestações da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), que publicavam manifestos com apelos pela família e pela democracia contra o comunismo. As mulheres da CAMDE, membros da elite local, encarregaram-se de organizar a Marcha da Família com Deus pela Liberdade em Florianópolis.

Também era notória a participação dos jornais locais. Como exemplo, cabe o registro da forma como o ato criminoso da queima da livraria foi noticiado. Segundo o jornal “A Gazeta”, o acontecimento foi um ato legítimo do povo florianopolitano, que com sua manifestação dava “provas sobejas da sua fibra de democrata” (138). Tais iniciativas tinham por trás o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), fundado no final dos anos 1950.

O combate ao comunismo e à subversão assim traduzia-se em Florianópolis como adesão da população (especialmente a classe média) à Marcha da Família com Deus em Defesa da Liberdade; na perseguição ao PCB e ao PTB; na queima de livros em pleno praça central. Nestes episódios, a cidade não se revelou tão pacata assim.

O silenciamento político dos opositores criou terreno fértil para a produção da invisibilidade social da pobreza. Isso resultava de uma estratégia na qual se estabeleciam formas institucionais de controle sobre as iniciativas populares.

⁵⁶ Mas que também contava com a presença de setores conservadores, ligados à UDN, que polarizavam com os estudantes do PCB.

Em Florianópolis, especialmente nas regiões mais afastadas do centro da cidade,, como nas praias, existia já uma antiga instituição mediadora entre as comunidades e a prefeitura, a Intendência. O intendente é um representante da prefeitura em localidades, que tem por objetivo mediar a relação dos moradores com o prefeito na obtenção de serviços e melhorias na localidade. Normalmente conhecido e respeitado na em sua localidade, as relações do intendente com os moradores é pautada pelos valores e costumes da cultura local, respeitando as tradições e hierarquias locais. (CECCA, 1996, p. 172-175).

No entanto, em conformidade à orientação centralizadora dos governos militares, Santa Catarina, se insere no Programa Nacional de Desenvolvimento Social Assim, é criada uma nova instituição, que deveria aprofundar essa relação entre os espaços de organização locais e o governo: os conselhos comunitários. As justificativas, presentes em documentos como relatórios e pareceres, se sustentam na necessidade de uma maior integração povo – governo, buscando uma participação tutelada. O caráter instrumental é evidente, pois se buscava com os conselhos uma maior eficácia na relação do administrador com os problemas no nível local. Ao menos, é o que fica explicitado nos documentos da época (RIBAS Jr, 1977, p. 15 -19).

Nas décadas de 1960/1970, não havia registros de conflitos políticos em torno das conseqüências geradas pela lógica especulativa que se estabelecia na cidade. Mas a cidade aumentava em população, e cresciam em seus problemas. Assim, essas ações de criação de conselhos comunitários, iniciadas já num contexto em que os descontentamentos com os governos militares começavam a se explicitar, traduzindo em respostas organizadas da sociedade, podem ser lidas como uma antecipação às iniciativas espontâneas de organização da sociedade⁵⁷. A estratégia era antecipar-se aos problemas, aproximar-se das comunidades, dentro de uma característica do Estado moderno, que toma para si a tarefa de administração e gestão de população (FOUCAULT, 1986).

As relações dos bairros com o prefeito eram mediadas pelos conselhos (FANTIN, 1997, p. 171). Desse modo foi produzida uma cidade pacata. O que parecia uma estratégia bem sucedida, a partir de uma arquitetura institucional bem montada, na verdade não ficou isenta de conflitos.

⁵⁷ Em 1977, ano em que entra em vigor a legislação que criou os conselhos, o Brasil pós-milagre econômico vivencia um ressurgimento de mobilizações vindas da sociedade civil, tais os movimentos organizados nos bairros, grande parte sob influência da Igreja, tais como o Movimento contra a Carestia, além do movimento estudantil e um ressurgimento do movimento sindical.

“Já em 83 e 84 alguns conselhos, como o da Lagoa e do Mont Serrat, começam a fazer oposição à prática de controle exercida pelas instâncias burocráticas do poder municipal e estadual”. (FANTIN, 1997, p. 167)

Em muitos bairros, seja por influência dos setores progressistas da Igreja, seja por influência de moradores mais politizados (muitos deles, novos moradores de camadas médias), a escolha por formas de organização mais livres, livres da tutela burocrática de governos autoritários. Assim, por volta de 1983 e 1984 surgem as primeiras associações de moradores e, até 1990, já são inúmeras as associações de moradores, conforme relata Fantin (FANTIN, 1997, p. 172 -173)

Por essa mesma época os conflitos em torno da questão do solo urbano vão emergindo, principalmente em lutas direcionadas à regularização das terras ameaçadas de despejo, ou em áreas cujo processo de reivindicação encaminhava-se no sentido da regularização dos terrenos, como no caso das lutas empreendidas pelos moradores do Morro do Horácio e do Morro da Penitenciária, ambos localizados na parte central da Ilha entre o centro e os bairros da Agrônômica e da Trindade.

Após a eleição de Edson Andrino, prefeito da oposição que se elegeu respaldado por várias forças (incluindo dissidências do PT) os movimentos sociais tomam impulso na cidade. A sua agenda de compromissos de campanha é sugestiva disso. A contrapartida social a essa abertura institucional às reivindicações populares foi a criação de uma entidade que aglutinasse todas as organizações de bairro de Florianópolis. Foi então criada a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias, a Ufeco. Participaram intensamente da sua fundação militantes ligados ao PMDB e ao PT, além do PDT, PCB, PSB e PC do B.

No entanto, setores representativos das localidades mais pobres, aqueles voltados principalmente para a luta em torno do solo urbano, sentindo-se minoritários na Ufeco, resolveram criar um fórum à parte, o Conselho de Associações de Moradores. Na verdade uma estratégia para preservarem a sua unidade, a qual foi sendo construída a partir da ação da Igreja progressista. Tal escolha deve ser entendida a partir do papel da igreja na organização de uma população sem qualquer anterior experiência associativa no plano político. Da mesma forma que em outras cidades brasileiras, em Florianópolis a organização desse setor da população, residente em bairros pobres, pode ser creditada a membros da igreja católica, muitos deles remanescentes da Ação Católica (JUC, JOC, JAC), que, com o respaldo dos Concílios de Medellín e de Puebla, passam a criar as CEBs. Ainda nos primeiros anos da

década de 1980 agindo de forma isolada nos bairros pobres da cidade, gradativamente vão obtendo maior penetração junto aos seus moradores. Obtém o apoio da já consolidada Sociedade Alfa-Gente, que atuava há longa data nos morros da capital. Mais tarde, padres e estudantes do ITESC, passaram atuar de modo mais articulado na criação de um trabalho junto às periferias, sendo decisivos na criação de associações de moradores e no encaminhamento de suas lutas.

De um modo ou de outro, estarão presentes na criação de ONGs como CAPROM, CEDEP, CECCA. O primeiro surgiu como apoio às lutas em torno do solo urbano. O segundo, voltado para projetos e apoio a iniciativas de educação popular. O último, como entidade de reflexão e pesquisa em torno de temas como cidadania e meio ambiente, conforme detalha Maristela Fantin.

A sociedade civil florianopolitana encontrava-se mais organizada em finais da década de 1980 e início da década de 1990. Tal como na Grande São Paulo analisada por Eder Sader, novos atores haviam entrado em cena - mesmo que numa cidade consideravelmente distinta e com personagens socialmente diferenciados. O otimismo com a nova conjuntura fica bem registrado nessa passagem do livro de Maristela Fantin:

... os anos entre 82 e 92, iniciados com a luta pela anistia, reforma partidária, fim da censura, luta pela democratização da sociedade e do Estado, terminaram com muitas conquistas e abertura de novos espaços e alternativas. A atuação das diversas associações de moradores, dos movimentos, dos partidos políticos, dos sindicatos, da ONGs, marcam as experiências desse período em Florianópolis. Ganham espaços os diversos sujeitos sociais e políticos, movidos por diferentes interesses e com diferentes projetos com suas faces contraditórias no interior dos conflitos urbanos (FANTIN, 1997, p. 181-2).

Assim, foram encaminhadas muitas lutas contra diversas iniciativas que antes não encontravam maior resistência, como nos grandes projetos apoiado por setores empresariais e pelos partidos conservadores. Expressão maior desses conflitos foi a campanha dos auto-intitulados “amigos de Florianópolis” em oposição aos “contra”, como citado anteriormente.

O modelo de desenvolvimento estava longe de ser um consenso. Novos e indesejados moradores encabeçavam as lutas. Afinal, foi o modelo por eles adotado que trouxe esses novos moradores. Mais que isso, produzia conflitos como os que ocorriam em torno do solo urbano. Culminaram nas ocupações organizadas. Elas podem ser analisadas como uma combinação de uma maior organização da sociedade civil com as contradições do modelo adotado pelas elites locais: a maior pressão na ocupação do solo produzia na população mais pobre da cidade, como vimos nas páginas anteriores, uma disputa por locais de moradia. Os

problemas habitacionais não tinham a ver apenas com a chegada de novos migrantes atraídos pela riqueza e facilidades prometidas por uma cidade que crescia aos olhos de todos. Os deslocamentos da população nativa ficavam expressos nos números contabilizados pela organização do movimento.

O sucesso das ocupações organizadas pode ser atribuído à forte rede de apoio com que contaram os sem-tetos. Entre eles, muitos novos moradores das camadas médias que haviam migrado recentemente para Florianópolis. A fala de uma liderança do movimento sindical, colhida em depoimento a Edaléa M. Ribeiro é reveladora disso:

... a chegada de pessoas de outros locais, em Florianópolis, foi determinante. A contribuição das visões de mundo que reuniram aqui paulistas, gaúchos, cariocas, pessoas que viveram na década de 70... que isso está acontecendo, aqui, agora, aconteceu na década de 70 em outras localidades, do ponto de vista metropolitano... estes vieram somar a uma condição crítica que ajudou no processo e na educação política da população nativa (...). A diversidade de pensamento oferecida pela chegada de novos habitantes, talvez, tenha sido uma das questões mais importantes para a sobrevivência dessa cidade, para a criação de uma outra perspectiva, ou para a destruição daquela elaboração hegemônica da elite tradicional da cidade” (depoimento a RIBEIRO, 2005, p. 225-226).

Exageros à parte, pois como foi visto a cidade produzia suas lideranças contestadoras da elite local, o fato é que a influência na política de novos moradores foi sentida na cidade. Mas não foi difícil para os setores conservadores da cidade, então tentando retomar a prefeitura, identificar uma candidatura, mais ligada aos movimentos sociais, com os “estrangeiros”. Na campanha para prefeitura de 1996, quando a Frente Popular tentava eleger seu sucessor, a oposição encabeçada por Ângela Amin lançou mão da polaridade entre “estrangeiros” e “nativos”, estimulando nos moradores nascidos em Florianópolis um sentimento de expropriação de suas coisas, entre elas a política. Tal como a campanha dos “amigos de Florianópolis”, tal iniciativa, em que pese seu tom altamente xenófobo, não foi obra apenas de uma coordenação de campanha, mas contou com o apoio de setores expressivos da grande imprensa local.

Os movimentos vinham produzindo uma outra visibilidade da cidade e de seus problemas. Ao longo dos anos 1990, prosseguiram em suas lutas contra grandes projetos, onde uma das lutas mais emblemáticas foi a desenvolvida contra a construção da marina da Barra da Lagoa. No entanto, não conseguiram estabelecer uma rede mais sólida, e as ações acabaram se dispersando.

No plano da política institucional, no início da década de 1990 a eleição da Frente Popular aprofundou a abertura de espaços para experiência de participação em conselhos gestores, com a criação de orçamentos participativos. Permitiu um ganho maior de

experiência, atendendo ao que era uma histórica reivindicação dos movimentos sociais. Mas muitas das lideranças envolvidas nesses processos avaliaram a participação em tais espaços políticos como uma experiência que desarticulou os movimentos. As lideranças, tornadas representantes, afastavam-se de suas bases, uma vez que ficavam comprometidas com rotinas altamente burocráticas e de poucos resultados imediatos⁵⁸. Muitos consideraram que os movimentos foram manipulados pela prefeitura. Segundo as críticas de Telles e de F. Oliveira, os movimentos foram sendo engolidos pela dinâmica de participação nesses conselhos. É nesses termos que Edaléa Ribeiro (2005) faz um balanço da década:

O que se percebe, ao longo da década de 90, é que os movimentos sociais passaram por diversos momentos: iniciando com o auge dos movimentos de massa advindos dos anos 80, passando pela fragilização e pulverização, inclusive com o desaparecimento de certos movimentos, principalmente aqueles que tinham suas bases na população mais empobrecida, e encerrando a década em uma tentativa de rearticulação (RIBEIRO, 2005).

Como bem coloca a autora, ao final da década não havia mais qualquer força organizativa nesse movimento. Para muitos, isso teve a ver com a falta de uma proposta para a cidade por parte do Caprom. Outros analistas relacionam a desarticulação das mobilizações coletivas ao isolamento, ao fato de não terem se articulado com a Ufeco: na tentativa de se fortalecer e não perder sua identidade, o movimento acabou por se isolar.

Na década que se inaugura com a virada do século, assiste-se a um enfraquecimento das organizações comunitárias. Embora exista o debate em torno da crise dos movimentos sociais, perspectiva que tem sido muito criticada por diversos autores, tais como Gohn, talvez seja prudente pensar em não em termos de crise dos movimentos, mas de mudança nos seus contornos. Muitos militantes passaram a atuar em ONGs, outros nos governos, especialmente no federal, com vitória do PT de Lula no em 2002. Outro aspecto diz respeito aos seus contornos: movimentos que passam atuar em redes, redesenhando a sociedade civil do novo milênio. É o que observa Ilse Sherer-Warren:

A sociedade civil organizada do novo milênio tende a ser uma sociedade de redes organizacionais, de redes inter-organizacionais e de redes de movimentos e de formação de parcerias entre as esferas públicas privadas e estatais, criando novos espaços de governança com o crescimento da participação cidadã. As redes de movimentos sociais possibilitam, nesse contexto, a transposição de fronteiras territoriais, articulando as ações locais às regionais, nacionais e transnacionais; temporais, lutando pela indivisibilidade de direitos humanos de diversas gerações históricas de suas respectivas plataformas; sociais em seu sentido amplo, compreendendo o pluralismo de concepções de mundo dentro de determinados limites éticos, o respeito às diferenças e a radicalização da democracia através do aprofundamento da autonomia relativa da sociedade civil organizada.. Essa é a nova utopia do ativismo: mudanças com engajamento com as causas sociais dos excluídos

⁵⁸ Tomo por base os depoimentos colhidos e analisados por Edaléa Ribeiro (2005).

e discriminados e com defesa da democracia na diversidade (SCHERER-WARREN, 2006, p. 126-127).

O que parece marcar de modo decisivo a nova conjuntura é a institucionalização dos movimentos. No caso dos atores aqui investigados, a inserção institucional parece ter ocorrido para os mediadores. Muitos dos religiosos e ex-religiosos passaram a desenvolver sua militância em outros espaços, a partir de ONGs ou outras associações, dinamizando fóruns (Fórum do Maciço), atuando de modo mais articulado ao poder público (especialmente após a eleição de Lula para presidente) e criando redes de associações civis. Para alguns analistas, e na reflexão desses mediadores, estariam se adequando ao novo contexto de democratização, e a uma sociedade onde os paradigmas dos movimentos seriam agora radicalmente diferentes. Para outros analistas, como Gohn (2003), o que define o novo contexto seria o processo de globalização.

Embora possam ser criticados por terem se tornados atores paraestatais, na verdade tal dinâmica pode ser interpretada de modo mais produtivo a partir da observação de Laclau (1996), de que contemporaneamente, onde ocorre uma radicalização do processo democrático, tem se verificado o apagamento da distinção entre sociedade civil e Estado, pois o próprio avanço da democracia passou a exigir políticas que respondem às demandas dos movimentos da sociedade civil.

No entanto, se é possível fazer a leitura das ONGs ligadas aos movimentos em Florianópolis como compondo esse cenário apontado por Laclau, Edaléa Ribeiro (2005) observa que nesse contexto (ao qual a autora se refere como sendo de democratização e globalização) o movimento de bairro, especialmente dos setores mais empobrecidos, é o que tem encontrado maiores obstáculos à sua ação. Há uma evidente dificuldade em realizar a leitura desse novo processo. Talvez pelo seu perfil sociológico, por serem pouco escolarizados, com maior dificuldade de inserção em espaços que exigem habilidades como o debate intelectual, a boa retórica, a capacidade associativa, a disponibilidade de tempo para participação, o diálogo constante com autoridades.

Assim, essa mudança de contornos (relacionada com a mudança no fazer político dos movimentos), implicou na perda de espaço para muitas antigas lideranças dos moradores mais pobres. Houve a perda de espaço político das lideranças locais. O reconhecimento é aos mediadores - as lideranças só são reconhecidas, incorporadas em sua legitimidade de representantes, passando por esse filtro. Lideranças locais deixaram de ser reconhecidas como

representantes das demandas locais. Os problemas sociais passaram a ter por parte das autoridades, por parte da imprensa, um interlocutor oficial, em detrimento daquelas lideranças locais que lutavam para assumir esse papel.

Se introduzirmos aqui a distinção estabelecida por Chantal Mouffe (apud SLATER, 2000, p. 512) entre o político (que envolve todas as práticas relacionadas à dimensão antagonista que é inerente a toda sociedade humana) e a política (que se refere ao conjunto de práticas, discursos e instituições que estabelecem uma ordem e organizam a vida social), teremos um interessante instrumento analítico para dessa situação de atores estatuídos. De acordo com essa distinção, a política seria a pacificação do político, o qual, por sua vez é o espaço da subversão, do questionamento, oposição, recusa e resistência. Como o político nunca é totalmente superado, a tarefa de pacificação (ou de despolíticação) que cabe à política será sempre inconclusa, inacabada. Na mesma direção, Arditi observa que a política tem seu próprio espaço público, mas o político pode se desenvolver em qualquer área do social. Há, portanto, no caso em questão, uma escolha por participar de espaços mais institucionalizados, uma inserção na política (nos espaços públicos instituídos). Mas como bem observa Slater (2000, p. 513) a natureza dessa relação entre político e política é interativa. Um movimento de forte sentido político institucionaliza-se em espaços da política, e nisso consiste o alargamento da fronteira da política - o que converge com a tese de Laclau sobre o apagamento das fronteiras (1996, p. 7) - com as demandas geradas por um processo de radicalização da democracia pelos movimentos sociais sendo incorporadas no âmbito do Estado.

Para as lideranças dos bairros, comparando os dois momentos históricos, houve uma perda significativa no plano de sua ação local. Se considerarmos o alargamento das fronteiras do político, a perda do lugar privilegiado como interlocutores com o Estado, deixando de ser portadores das demandas de moradores, significou um encolhimento do político, se entendermos o político como o âmbito do da subversão, do questionamento e, portanto, da criação histórica. O eixo da relação do Estado com a sociedade civil desloca-se, como observa Maria da Glória Gohn, “do agente para a demanda a ser atendida” (2010, p.21). O atendimento da demanda conduz o Estado a assumir a sua resolução por meio de políticas sociais, o mais das vezes em parcerias com organizações civis, institucionalizando as ações coletivas, onde as ONGs (e outras formas de associações civis, como Oscips) desempenham o papel de mediadores.

desaparece da ação coletiva justamente por ser capturada por estruturas políticas – de cima para baixo, na busca de coesão e de controle social (GOHN, 2010, p. 21).

Perderam a possibilidade de realizar a oposição, a recusa e a resistência e, com isso, de estabelecer novos significados ao que é político na cidade, ao contrário de duas décadas atrás, quando eram bem sucedidos na tarefa de inserir seu conteúdo na “guerra de interpretações”. Ocorre, portanto, uma disputa velada no campo da política entre ONGs e lideranças comunitárias para definir quem será o interlocutor com o Estado. Na verdade, uma relação complexa e tensa entre esses novos atores sociais, que atuam no Terceiro Setor nos mais variados projetos sociais, ou em políticas públicas voltadas para organizações populares, e aquelas lideranças que atuam nos antigos espaços de organização locais (associações de moradores). Segundo Gohn, e como pode ser constatado na dinâmica específica de Florianópolis, as duas formas de mobilização coexistem e se entrecruzam: “um trabalha o campo do conflito e o outro o campo da cooperação e integração social” (2010, p. 27), sendo que na segunda o aspecto estratégico/instrumental prevalece, pois prioriza-se a resposta às demandas dos excluídos socialmente. Se é possível pensar essa nova relação entre Estado e sociedade civil tal como sugerido por Laclau e Slater - como um alargamento da democracia, via a institucionalização das demandas de setores antes excluídos da política - é possível também dizer que no momento em que passam a ser identificados com a *política*, deixam de incorporar o *político*. Perdem, assim, a força instituinte (de novas relações, de novos significados), ficando a sua atuação restrita ao plano da política instituída, e sujeitos à regulação normativa do Estado.

A incorporação do cultural, que conduziu a uma política de identidade, em lugar da identidade política fortaleceu a apologia das diferenças. Joanildo Burity observa que as questões culturais e identitárias entram como uma forma de se promover a "ampliação" da esfera pública, a qual consistiria num campo de articulação entre atores estatais, sociedade civil e atores empresariais.

Apoiados por diferentes atores internacionais – agências multilaterais, organismos da cooperação bilateral ao desenvolvimento, organizações da sociedade civil – esses distintos campos 'compraram', nos anos de 1990, o discurso da exclusão como uma narrativa objetiva da realidade brasileira e passaram a defender o que seria o óbvio oposto da exclusão: a inclusão social (BURITY, 2006, p. 47).

A inclusão tornou-se um significante flutuante, articulado pelo discurso da terceira via: significante vazio, ponto nodal de um discurso hegemônico, tal como observa Burity. Para

além disso, a *inclusão continuou sendo pensada em chave econômica pela grande maioria dos atores políticos, no poder o fora dele*. Trata-se de promover o crescimento econômico.

À luz de uma crítica às políticas de inclusão social, Burity percebe nessa ampliação da esfera pública um movimento que à esquerda, conduz à ampliação para além do conflito capital-trabalho e do produtivismo e da economia; à direita, para além do providencialismo estatal e da regulação legal e política. De todo modo, cooptam o dissenso e a pluralidade, reduzindo o problema à sua dimensão econômica, numa perspectiva despolitizada e homogeneizadora do problema - “sempre cabe mais um” (BURITY, 2006, p. 52)

Com isso, os movimentos sociais perderam em criatividade, em potencialidade transformadora. Para tanto, basta ver entre os moradores do Monte Cristo as transformações na dimensão cotidiana, e a situação dos espaços de organização coletiva⁵⁹.

Na medida em que as demandas locais encontraram acolhida nas políticas focalizadas ou nas organizações do terceiro setor, ficaram as associações cada vez mais reduzidas em seu papel de representantes de uma coletividade, restando-lhes o jogo da política tradicional, com suas limitações, com seus clientelismos, reativando seus papéis como cabos eleitorais.

Além de deslegitimar as políticas de bem-estar social, essa nova concepção de cidadania produz uma desarticulação social, seja pela privatização dos cidadãos-consumidores, seja pelo deslocamento da polaridade capital-trabalho para uma sociedade pluralista em que diferentes grupos concorrem pelo atendimento de seus interesses.

Como em muitas outras cidades brasileiras, em que pese o conjunto de problemas ligados à gestão das cidades e a questão da moradia, o movimento de bairro em Florianópolis encontra-se desarticulado. Movimentos como os de luta pelo solo urbano encontram-se igualmente paralisados. Talvez a chave para a compreensão esteja nessas matrizes explicativas expostas acima. Há o argumento de que os atores dos movimentos tenham se deslocado da esfera dos movimentos para a esfera estatal, muitas vezes tornando-se agentes paraestatais, o que seria uma conquista, ou um avanço da democracia. No entanto, tal reflexão será melhor desenvolvida à luz do exame de um caso concreto (não é intenção desse trabalho discutir uma proposição mais geral acerca dos movimentos sociais no Brasil), e poderemos ver que tal proposição não é tão simples assim, principalmente se considerarmos a perspectiva

⁵⁹ O que será explorado no capítulo 4: as formas organizativas e as condições de vida atuais dos moradores, em comparação com vinte anos atrás.

dos atores sociais envolvidos, sua cultura política e as sociabilidades ali produzidas sob essas novas relações.

Para tanto, será necessário proceder a dois passos: o primeiro será o de elucidar o processo histórico de duas décadas nas quais, a partir de uma luta social, foi engendrada uma “comunidade”. O outro passo consiste em analisar detidamente que comunidade é essa, hoje, o que aconteceu com seus atores e com o lugar pelo qual lutaram na cidade. Fazer isso, aliando um olhar diacrônico a uma perspectiva sincrônica, considerando tanto o ponto de vista político, como coletividade, como das suas sociabilidades (suas características sociais e demográficas, sua relação com a cidade, seus sistemas de classificação, o modo como representaram suas histórias, sua memória). É a tarefa dos dois próximos capítulos.

3 APRESENTANDO A NOVA ESPERANÇA: MEMÓRIA, DISPUTAS SIMBÓLICAS E SENTIDOS DA COMUNIDADE

A emergência dos movimentos sociais e o crescimento da cidade fizeram com que os anos 1980 mudassem a imagem de Florianópolis como cidade pacata e provinciana. Nas palavras de Maristela Fantin (1997, p. 166), Florianópolis “foi deixando de ser uma cidade ‘aparentemente tranquila’ para se tornar um foco de protestos e de negações”. A mudança pode ser atribuída à nova conjuntura, marcada por inúmeras greves, que tinham como ponto de partida a UFSC (estudantes, técnicos e professores), ou sindicatos, como o dos eletricitários e dos bancários.

Punha-se em movimento um novo conjunto de atores, colocando na ordem dia da política nacional as mais variadas questões. Em Florianópolis, exemplo dessa diversidade foi o movimento ecológico. Embora ainda incipiente, mas contando com uma instância de organização, o Movimento Ecológico Livre (MEL) encaminhava a discussão acerca do desenvolvimento urbano da cidade, como na luta que envolvia o Plano Diretor dos Balneários. O interessante é que essas lutas articulavam um conjunto amplo e diversificado de atores, dispostos a intervir nos rumos da cidade, mobilizando não só ecologistas, mas também associações de moradores, como a Associação de Moradores da Lagoa da Conceição (Amola) e a Associação de Moradores de Sambaqui (Amos) (FANTIN, 1997, p. 170).

As associações de moradores independentes, não tuteladas pelo Estado, eram ainda de força quase inexpressiva⁶⁰ no conjunto da cidade. Alguns estudos documentaram muito bem como, nos bairros, iniciativas no sentido de uma busca de maior independência criaram importantes resistências contra as tentativas de controle estatal. As associações de moradores eram alternativas de fuga desse controle. Surgia então a União Florianopolitana de Entidades

⁶⁰ O que, nos bairros, prevalecia, em termos de organização da população no plano local, eram os conselhos comunitários, controlados pela máquina burocrática do Estado. Kátia Müller (1992) destaca “o papel desempenhado pela ação governamental e pela Igreja Católica no fomento das mobilizações comunitárias. Durante o governo de Konder Reis (1975-1978), em um decreto assinado em 1977, foram definidos a criação e o funcionamento dos conselhos comunitários (28). Dentro do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) havia o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos (1975). “Tal política buscava uma base de legitimidade social, antecipando ao mesmo tempo mecanismos que possibilitassem um controle das formas de organização da população”. Em Santa Catarina, foi criado o Programa Estadual de Estímulo e Apoio à Criação e Funcionamento dos Conselhos Comunitários, desenvolvido pela Secretaria de Ação Comunitária (SAC). No governo seguinte, ficou ligado à Fundação Catarinense de Desenvolvimento da Comunidade (Fucadesc), extinta em 1987, quando o PMDB assumiu o governo do estado. Sobre isso, ver a dissertação de Simone Matos Machado: “O processo de formalização jurídico-institucional dos Conselhos Comunitários em Florianópolis: um caso de oposição sistemática” (1990).

Comunitárias (Ufeco), congregando associações de bairros mais centrais da cidade, ou então do interior da ilha, nas tradicionais comunidades pesqueiras, muitas delas convertendo-se em movimentados balneários. No entanto, a Ufeco não agregou associações dos bairros mais pobres, embora seu impulso de formação tenha vindo a partir da vitória eleitoral contra os setores mais conservadores. Essas áreas se organizaram em outra entidade (como já exposto no capítulo anterior), que reunia associações cujas demandas estavam mais relacionadas à luta pela terra e à regularização fundiária. Este grupo passou a ser conhecido como “Periferia”, ou o grupo da Periferia - o nome oficial era Conselho de Associações e caracterizavam-se por enfatizar sua autonomia frente ao Estado e aos partidos políticos.

É importante observar que embora essa característica a afastasse de alianças, com outros setores (sendo, por isso, criticadas como “basistas” ou “puristas”), por outro lado, como observou Paulo Krischke, com o não engajamento em negociações e a preservação de sua autonomia⁶¹, “a ‘Periferia’ realiza uma conscientização significativa acerca das demandas que defende, entre os seus membros e a opinião pública em geral” (2003, p.151). Ações de enfrentamento direto, de grande visibilidade, cujo impacto provocava o debate nos meios de comunicação e na cidade como um todo: É por esta estratégia que se torna possível compreender a consolidação da luta pelo solo urbano, no qual as ocupações foram seu resultado mais evidente e exitoso.

De acordo com informações constantes do capítulo anterior, a luta pela terra ocorria em localidades nas quais moradores que ocupavam áreas irregulares eram ameaçados de despejo. Em 1984-1985, a partir de lutas nos morros do Horácio, da Penitenciária, da Mariquinha, na Praia do Forte, além do Mocotó e da Caixa d’Água, surgiam nessas localidades associações de moradores (FANTIN, 1997, p. 170). Nesse processo, teve importante papel a Igreja progressista, tal como destacado pelo estudo citado.⁶²

O agravamento do déficit habitacional em Florianópolis aumentava o problema da ocupação irregular de terrenos. Somava-se a isso a chegada à cidade de desabrigados das

⁶¹ Mesmo conduzindo a um relativo isolamento, foi estratégico a esse setor não estabelecer alianças, mantendo-se separado da Ufeco e de negociações com o Estado e com empresários. A análise de Krischke (2003, p. 150-151) sobre a não participação da Periferia numa comissão para tratar de assuntos referentes ao solo urbano é bastante elucidativa sobre isso: enquanto preservavam a sua autonomia, valiam-se da presença da Ufeco em tal comissão para receberem informações que a beneficiavam em suas ações. Em minha dissertação de mestrado (CANELLA, 1992) analisei sob essa perspectiva tal divisão no processo de organização das entidades comunitárias de Florianópolis.

⁶² Nos bairros mais pobres, a Igreja progressista se fazia presente por meio das comunidades eclesiais de base (CEBs) com origem na Ação Católica. Além delas, havia também a atuação das religiosas da Congregação das Irmãs Fraternidade Esperança e dos padres e estudantes de Teologia do Instituto Teológico Santa Catarina (Itesc) (FANTIN, 1997, p. 164-169).

cheias do Vale do Itajaí que, cansados de aguardar por promessas de solução para o problema, transferiam-se para a capital a fim de pressionar as autoridades estaduais e obter algum tipo de assistência social. Agregados em torno da Igreja, acabaram por fundar o Centro de Apoio e Promoção do Migrante (Caprom).

Os conflitos, inicialmente isolados, foram adquirindo maior organicidade, com as lideranças de diferentes localidades articulando-se entre si. As ações passaram a ser mais e mais conjugadas ao esforço de atores ligados à Igreja Católica (pastorais e comunidades eclesiais de base) de organizar esses moradores pobres. Esses atores, inseridos nos bairros onde se desenrolavam os conflitos e comprometidos com eles, funcionavam efetivamente como mediadores, pois os conectavam com outros setores da sociedade (como universidade, advogados, militantes de outros movimentos, sindicatos), os quais, através da imprensa, divulgavam sua causa e pressionavam a prefeitura. Sob influência da Teologia da Libertação, o movimento assumiu um caráter politicamente progressista e passou, em pouco tempo, a protagonizar ações de enfrentamento com a prefeitura e outros órgãos públicos. Numa postura mais agressiva, superando a mera resistência às ações de despejo⁶³, o grupo que se organizava em torno do Caprom optava pelas ocupações organizadas.

O processo de organização demandou tempo e foi cercado de muitos cuidados. Para tanto, os assessores e apoiadores do Caprom realizavam reuniões com moradores de rua procurando organizá-los, proporcionando-lhes outra formação política, fazendo com que, de acordo com Nadir Azibeiro, se transformassem de mendigos em sujeitos que reivindicavam direitos (AZIBEIRO, 2006, p. 166). O primeiro passo foi conquistar a confiança de suas bases. Numa prática por muitos criticada como assistencialista, trataram de resolver necessidades imediatas e urgentes de alimentação, vestuário e saúde. Era a forma de “ganhar confiança para entrar na comunidade”, segundo membro da assessoria do Caprom (CANELLA, 1992, p. 96). Também evitavam atender a problemas individuais; apenas as demandas coletivas eram atendidas, reforçando com isso o senso de coletividade do grupo, diminuindo a possibilidade de divisões internas. Outro passo foi introduzi-los em experiências de enfrentamento com as autoridades. Com relação a esse aspecto, é interessante o relato de uma das lideranças⁶⁴. Após reuniões em que discutiam seus problemas e listavam as

⁶³ Como afirma Franzoni, era uma forma de passar de uma postura meramente reativa para uma postura mais agressiva.

⁶⁴ De acordo com depoimento que me foi concedido durante a realização da pesquisa que resultou na minha dissertação de mestrado (CANELLA, 1992).

principais necessidades, faziam junto às autoridades responsáveis uma tentativa de solução. Normalmente, procuravam entidades de assistência, como a LBA, a Ladesc⁶⁵ e a Secretaria Estadual de Bem-Estar Social. Numa ocasião, foram buscar cestas básicas, cuja existência era negada pelo dirigente maior da instituição. Como já tinham aprendido a desconfiar, obrigaram o tal diretor a mostrar todo o prédio. Acabaram encontrando as cestas básicas escondidas em um velho banheiro, o último lugar não vistoriado pelo coletivo, e do qual o dirigente dizia não saber onde estavam as chaves. Sob pressão, acabou tendo que as encontrar, “porque o pessoal por comida mata”, disse a narradora deste acontecimento. O depoimento ilustra como era feito o trabalho educativo com a base do movimento: ao perceberem a mentira de uma autoridade, desmistificavam a imagem que tinham dos políticos e funcionários estatais.

Ao mesmo tempo, articulavam-se a entidades da sociedade civil, como os Centros de Defesa dos Direitos Humanos e a Articulação Nacional do Solo Urbano (AZIBEIRO, 2006). A estratégia evoluiu da pressão às autoridades para a organização de ações coletivas de ocupação de terrenos.

A primeira ocupação organizada aconteceu em julho de 1990, em um terreno público localizado às margens da Via Expressa (via principal de ligação entre a BR-101 e a ponte que dá acesso à ilha), dando origem à Novo Horizonte. A área era destinada à construção de habitações populares, que vinha sendo protelada sob a alegação de falta de recursos. Assim, o movimento se revestia de legitimidade, visto que o terreno ocupado já tinha uma finalidade social, sendo eles mesmos seus destinatários.

Dessa forma surgiu em Florianópolis o movimento dos sem-teto. Sua emergência ocorreu num contexto de explosão de movimentos, inscritos numa conjuntura nacional de luta por direitos e por participação, cujos reflexos foram sentidos na Constituição de 1988 e no amplo processo de mobilização da sociedade civil em torno do encaminhamento de emendas populares às leis orgânicas municipais. Não foi sem razão que Ana Amélia Silva designou o final dessa década como a conjuntura da cidadania, por configurar “um espaço público onde não somente são criados novos direitos, mas onde procura-se, por várias formas, incluir o direito de participação pública” (SILVA, 1980, p. 8)⁶⁶.

⁶⁵ Respectivamente: Legião Brasileira de Assistência e Liga de Apoio ao Desenvolvimento Social de Santa Catarina.

⁶⁶ Sobre essa conjuntura, ver também Paoli e Telles (2000).

Nas páginas a seguir conto a história da localidade, com especial atenção ao modo como, no seu processo de surgimento - através das lutas do movimento dos sem-teto -, ela foi construída graças à mobilização de todo um conjunto de categorias, valores e sentimentos, a que denomino de idioma de ação do movimento. Em seguida, discuto como, anos depois, em um contexto que já não era mais o de luta por moradia, os moradores, ao lembrarem o passado, conferem novos sentidos ao presente. Finalmente, explorando a diversidade de atores (quando analiso mais detidamente os depoimentos de dois moradores), mostro como esses sentidos de presente se articulam com suas experiências de vida na condição de moradores da cidade.

3.1 Um movimento vitorioso

A ocupação ocorreu em novembro de 1990, apenas quatro meses depois da ocupação da Novo Horizonte. O local escolhido foi a Colônia, bairro de classe média, localizado na área continental de Florianópolis. Uma descrição mais detalhada desses dias é interessante para elucidar os sentimentos e o porquê da memória tão recorrentemente atualizada.

Os ocupantes formavam um grupo bastante heterogêneo. Eram provenientes de diferentes regiões; em comum, apenas a condição de pobreza. Nadir Azibeiro, com base em dados de um levantamento realizado pelo Caprom em 1990, informa que 17,3% eram naturais de Florianópolis, 6,7% vinham de Imaruí (pequeno município da região sul do estado), 5,5% de Criciúma (sul de Santa Catarina), 6,7% de Francisco Beltrão (oeste do Paraná), 5,3% de Pato Branco (oeste do Paraná) e 14,7% de outros estados. À época da ocupação, apenas 5% residiam fora da Grande Florianópolis; 65% já moravam na capital havia pelo menos dez anos, compartilhando da experiência de pobreza. De acordo com o levantamento apresentado pela estudiosa, o grupo era constituído inicialmente por 60 famílias, das quais 20 não conseguiam mais pagar o aluguel; 15 moravam com parentes; 20 moravam em casas cedidas; cinco famílias moravam em barracos em fase de demolição para construção de um posto de gasolina (na Via Expressa). No entanto, apenas 48 participaram da ocupação. “As outras não tiveram coragem ou disposição para enfrentar as dificuldades e os riscos daquela noite” (AZIBEIRO, 2006).

A articulação prática para a ocupação envolveu toda uma preparação específica. Além da discussão política, era necessário um cuidadoso planejamento para a realização da ocupação.

As reuniões do CAPROM foi sensacional, eu me lembro muito quando... nós aprendemos tudo, menos que o pessoal... nós fomos bem preparados! Nós quando ocupamos, tinha o pessoal que falava, que podia dar reportagem, nós tínhamos o pessoal da saúde, se tivesse, dava uma dor de barriga, o chazinho que ia fazer, nós tínhamos o pessoal da água. Nós tínhamos o pessoal que ia resolver depois com os vizinhos a luz. Nós ocupamos com tudo organizado. A única coisa que a gente não programou – que nós ocupamos na quinta, na sexta pra sábado e no sábado de manhã os bode velho já tavam em cima da gente. A gente tava preparado até segunda-feira, e à noite também, que a gente ocupou, que a polícia ia tá no local, a gente também não veio preparado para a polícia naquele dia... Meu Deus! (JANETE, 2009).⁶⁷

Embora esse processo todo, a uma só vez político e pedagógico, desse segurança ao grupo, não evitou os imponderáveis da realidade prática. É o que já consta do depoimento acima. O sucesso dependeu também da experiência e da agilidade do grupo diante de situações inesperadas. Na verdade, o grupo que ocupou a Nova Esperança herdava a experiência acumulada anteriormente. Decorrem desse aspecto as narrativas sobre a ocupação que ressaltam a tensão, o nervosismo, o medo do dia da ocupação. Previstas 60 famílias, no dia da ocupação apresentaram-se apenas 48: as outras desistiram pelo medo de enfrentar o risco da ocupação. Tal ação envolvia risco; não havia garantia de sucesso. Alguns dos ocupantes já haviam passado por experiência anterior de fracasso⁶⁸.

O dia da ocupação foi marcado pela tensão, dentro de uma preparação que não poderia contar com falhas. Eram vários caminhos que deveriam seguir um roteiro, recolhendo os ocupantes e suas mudanças (as quais, de modo bastante disciplinado, deveriam conter exatamente os itens básicos para dar conta do início do acampamento). No caminho, defrontavam-se com dificuldades, como ter de subir as ladeiras íngremes dos diferentes morros onde viviam os participantes do movimento. Mesmo com todo o planejamento, era preciso lidar com o imponderável, como quando um caminhão desistiu, obrigando a apertarem as mudanças em menos caminhos, tendo de improvisar num momento

⁶⁷ Cfr. entrevista concedida a Francisco Canella. Florianópolis, 7 ago. 2009.

⁶⁸ Assim narrou Luís Carlos uma tentativa fracassada de ocupação: “*Aí morando lá em cima na Conselheiro Mafra a gente acabou conhecendo a Ivone. Então nós começamos a freqüentar as reuniões lá em cima no Monte Serrat... [pausa pra eu fechar a porta]. Então a gente começou a freqüentar as reuniões no Monte Serrat, a Mariane era pequena, a gente já subia o morro com ela no colo, né? E aí, aonde a gente pretendia ocupar uma terra que seria lá na Caeira do Saco dos Limões. [...] E quando nós chegamos lá pra ocupar a terra, com enxada, pá, a mulher e a criança, a polícia já tava esperando lá. Risos. [...] Aí quando a gente tava chegando com a enxadinha nas costas, “que vocês querem aqui? Vieram ocupar o terreno?” Aí até foi engraçado: “Não, não, eu tô procurando um servicinho, um terreninho pra carpir...” [...] Aí a coisa acabou dispersando um pouco, né? Aí depois a gente começou a retornar às reuniões lá retorno às reuniões do CAPROM. Aí nós já tava no centro, aí nós freqüentava as reuniões lá” (LUÍS CARLOS, 2009).*

emergencial, ou quando uma família não ajudava a carregar a própria mudança no caminhão, atrasando os trabalhos.

Conseguiram resolver os problemas e, no final da tarde, estavam todos concentrados com os caminhões no pátio de uma igreja próxima ao local da ocupação, esperando o anoitecer para então iniciar a operação. Quando chegou a hora, já noite, chovia. As famílias tinham os seus lotes anteriormente demarcados e, de acordo com uma ordem preestabelecida (para evitar confusões e atropelos), seguiam em pequenos grupos para o terreno.

Já fazia uma hora que estavam lá, e tudo corria conforme o previsto. Foi quando, por denúncia de um dos vizinhos, chegou a polícia⁶⁹. O que até então tinha sido organização e planejamento, se transformou repentinamente em caos, conforme o relato de uma das ocupantes e principal liderança naquela organização.

A única coisa que a gente não programou, o próprio... Nós ocupamos na quinta, na sexta pra sábado, no sábado de manhã os bode velho já tava em cima da gente. A gente tava preparado até segunda-feira. E à noite também que a gente ocupou, que a polícia ia pro local [...], a gente não tava preparado pra polícia. Meu Deus do céu! O pessoal começou a cavar, os vizinhos chamaram, veio oito carro da polícia. A gente tava lá no Prim. [...] O pessoal tava lá, nós tava no Prim... Tinha sido combinado o seguinte, tá: 'o Canella é morador da C. Então vamo lá, arrumamo o barraco do Canella, com toda a assessoria'. Tinha pra cada morador, não pra cada barraco, cada morador dez assessoria. Assessoria tinha demais, tinha muito mais assessoria, tinha dez pra mim, tinha dez pro Édson, dez pro outro. Então vamo lá, preparamos a barraca do Zezinho, chamamo o Zezinho com a família e botamo na barraca. Aí tinha os arquitetos, marcaram todos – isso foi o programado: cada um ia ter o seu terreno, a saída da rua tudo direitinho. Tudo com... como e que ele dizia? E assim foi feito, começado. Quando, daqui a pouco...

Dez horas, depois das dez horas da noite, todo mundo de lanterna. Depois das dez horas da noite, a polícia veio. Era depois das oito, começaram a ver movimento... [...] Ia uma família por vez, né? Iam arrumar tudo direitinho. Pelo menos era o projeto, né? Quando gritaram: "ou vocês ocupam agora ou nunca mais!" Ohh! Ali, ali embaixo, saindo da casa das irmãs do Prim, tinha uma vala, eu fui com um tênis novinho, que eu tinha comprado, um short azul que eu tinha vindo pra Palhoça pra pegar o caminhão... já perdi meu tênis, teve um monte de gente caindo. Tinha uma vala que corria, aqui, assim, e eu tava aqui... lá, o meu canto era lá, tinha dentro da vala. [...] Chovendo, chovendo... Chuva pouca... chuva pouca, mas tinha chuva. [...] E ainda foi melhor que Novo Horizonte. Novo Horizonte foi no mês de junho, um frio que Deus me perdoe, dia 27 ou dia 28 de junho. Mas a nossa foi melhor. "Ou agora ou nunca", e aí todo mundo se amontoou, foi as freiras... [...] Oito carros. O Lázaro tava de mãos abertas, assim - nem era deputado, nem nada – de mão... "Nós não somos bandidos"... Folgado, aquele mané folgado, lá no meio da polícia... Pra segurar a polícia. E corremo todo mundo... tinha muita gente, muita gente. Olha, na nossa ocupação [...] na verdade eu acho que deveria ter, brincando, brincando, umas três mil pessoas (JANETE, 2009)⁷⁰.

Foi com esse depoimento, entremeado de muitas informações, fazendo referências a diferentes aspectos que ocorriam simultaneamente, nessa forma esbaforida de contar os

⁶⁹ Segundo Azibeiro (2006, p. 182), em que pese toda organização do movimento, não haviam percebido a existência de um pelotão da polícia militar a menos de quinhentos metros de onde acontecia a ocupação.

⁷⁰ Depoimento concedido ao autor em agosto de 2009.

acontecimentos, que Janete procurou traduzir o calor da hora, a confusão que foi aquele momento em que tudo estava em jogo e no qual tiveram que rapidamente agir. Em meio ao caos instalado, deu destaque à quantidade de pessoas presentes na ação de ocupação do terreno. Ao longo de sua fala, mais de uma vez fez questão de ressaltar essa presença, compartilhando sua surpresa com o entrevistador. Mesmo considerando a contabilidade exagerada da informante (fala em três mil pessoas), outros depoimentos confirmam a presença de muita gente, apoiando e armando as barracas na noite e durante todo o dia seguinte.

A relevância conferida a este fato, sentido por muitos dos ocupantes como uma surpresa, leva a considerar dois importantes aspectos do movimento. Primeiro, a existência de uma significativa rede de apoio a um movimento que introduzia novas formas de encaminhamento os conflitos na cidade. Na verdade, não só nesses primeiros dias, mas também ao longo de todo o processo de negociação por moradia, o apoio da rede constituída ao longo dos anos se fez sentir de modo decisivo. Ela aparecia na forma em que se fazia necessária, seja pela mobilização massiva de muitos militantes (como na noite da ocupação), seja de forma mais especializada em questões específicas (como na assessoria jurídica, em reuniões ou na discussão de projetos das casas). O movimento se transformava num patrimônio da cidade, ou de uma parte da cidade, insatisfeita e crítica, historicamente excluída do poder em Florianópolis. Novos ventos sopravam, mudando sua paisagem - para muitos, um vendaval, de efeitos danosos, que destruía o que já havia sido construído há muitos anos; para outros, o anúncio de um novo tempo, cujos melhores resultados seriam colhidos em 1992, quando a prefeitura seria então conquistada.

Se a existência de uma rede de movimentos elucida as razões do sucesso do movimento e destaca um importante elemento das características dos movimentos que se configuravam nessa virada de década, este fato deve também ser resgatado em outra dimensão: a dos significados para os atores políticos. O modo como Janete e outros envolvidos procedem em seus relatos não esconde o espanto com a presença e a participação de estudantes, políticos, advogados, professores, além dos vários religiosos que eram referência em suas paróquias e na cidade. Uma vez, a primeira em suas vidas, tornavam-se protagonistas. Se aos olhos da cidade a ideia de uma rede de movimentos se fazia realidade, na percepção dos moradores tal movimentação os colocava em um patamar de importância, num lugar de destaque que lhes conferia uma centralidade que eles, ilustres anônimos, jamais haviam sonhado alcançar um dia. A surpresa, o tom de espanto em suas falas ao relatarem “a montoeira de gente” que os acompanhava está relacionada com o fato de se verem como

personagens centrais de uma trama, de se terem sentido atores centrais nos acontecimentos da cidade. Quando os mais humildes moradores, despossuídos até mesmo do mais básico, que é um lugar para morar, conquistam tamanha visibilidade, é possível referir-se a um momento de inversão das hierarquias.

Mas voltemos à agenda dos acontecimentos, em que novas questões se oferecem à reflexão. O dia seguinte à ocupação reservava novas emoções. Janete conta que era encarregada da água, mas que a ligação não havia sido feita à noite. De dia, quando foram com o pé de cabra levantar as lajotas para puxar a água, chegaram a polícia e o pessoal da Secretaria do Continente. Um tradicional político local era o secretário. Segundo o depoimento de Janete, chegou logo gritando e, procurando intimidar, perguntava: “Sabe quem eu sou?” O relato de Janete é interessante por revelar que tinham aprendido a enfrentar situações de conflito. Ao perguntar quem era o chefe, os ocupantes responderam que quem tinha chefe era índio. Perguntou quem os havia trazido, de que interior tinham vindo, ao que Janete respondeu dizendo que o prefeito que a havia despachado tinha sido o de Florianópolis, porque ela é da Prainha. Diante dessa resposta, o secretário disse que era mal-educada, e então ouviu dela que era trabalhadora, e que a cidade não tinha projeto habitacional. Ele disse que ia tirá-los dali, que ia levá-los para um ginásio, visto que eram organizados, tinham nome, eram a comunidade Nova Esperança, que eram trabalhadores, não eram bandidos. Então o secretário os intimou a comparecerem à sede da Secretaria do Continente.

Pouco tempo depois, dirigiram-se à secretaria, cujo prédio ficava nas imediações do terreno ocupado. Foi quando lá chegaram que muitos dos ocupantes se deram conta dessa vizinhança. Estrategicamente, apresentaram-se sem o apoio dos seus assessores. Apenas uma das irmãs os acompanhou. Na reunião, além de uma grande parte do *staff* da prefeitura, o próprio prefeito esteve presente. Não se intimidaram. Em meio à grande confusão (como relata Janete: “Olha, foi um pandemônio... todo mundo disse besteira, todo mundo falou junto”), desenvolveu-se a discussão, mas os ocupantes não se intimidaram. Ao contrário, acionavam o seu aprendizado, pautados por uma linguagem dos direitos. Um dos ocupantes disse que a cidade não tinha política de habitação, que eles construíam a cidade e não tinham direito a morar – “questão que era muito discutida nas reuniões”. Contrapor o seu discurso era a forma de não se intimidar, de não perder o controle da situação.

A estratégia da prefeitura era removê-los para um ginásio. Para tanto, queriam os dados dos moradores, a começar pelos seus nomes. Recusavam-se a dar os nomes. Haviam

aprendido a não confiar nas autoridades. O prefeito Bulcão Viana coordenava a reunião e pressionava para obter uma relação com o nome dos ocupantes; ameaçava despejá-los pela força policial. Então Janete deu um nome falso, que todos os companheiros de ocupação perceberam, pois sempre brincava com as iniciais de seu nome. Em sequência, todos fizeram o mesmo. Nesse momento, valeu a esperteza não só de Janete, mas de todos outros ocupantes, que passaram também a dar nomes falsos.

Os sem-teto então não responderam as perguntas do prefeito e de seus assessores, disseram que eram apenas uma comissão. O princípio democrático da representação servia para que tivessem tempo de articular seus passos. A reunião foi rápida, Janete não permitiu que se avançassem as negociações, dentro de uma estratégia de ganhar tempo. A comissão da ocupação retornou apenas à tarde, com Fritz, renomado advogado de causas populares. Chegando acompanhados, ouviram o comentário: “Já trouxeram mais gente, né?” Ao que Janete manifestou-se: “Prefeito, quem fala pela gente agora é o nosso advogado”. “Fale com meu advogado.” Expressão comum para quem usufrui de uma cidadania de direitos e possui recursos sociais para tanto. Muito estranha para os ocupantes e deles distante, era agora incorporada ao repertório coletivo e às suas estratégias. Articulavam, assim, um capital social comum.

De todos os apoios, o mais importante era o da Igreja. Ou, mais do que importante, a Igreja (no seu setor progressista) situava-se além da categoria dos apoiadores; era constitutiva do próprio movimento. Afinal, os sem-teto só surgiram como um coletivo organizado, tomando iniciativas coletivas, a partir do trabalho de agentes religiosos. Mais do que conferir legitimidade ao movimento, algo importantíssimo no contexto da conservadora Florianópolis, a Igreja teve seu papel mais importante no plano interno, fortalecendo ou mesmo criando o sentimento de união dos ocupantes. E isto se devia à dinâmica que imprimiam internamente na organização desse grupo, bem evidenciada em suas celebrações coletivas. A antropóloga Tereza Franzoni acompanhou um desses momentos, quando, no sexto dia da ocupação, foi programado um culto ecumênico, que contou com a presença de três padres católicos e um pastor protestante. O desenrolar da celebração foi relatado com riqueza de detalhes: desde o processo de organização do culto, quem estava presente, à distribuição do espaço entre os participantes até os diferentes momentos da celebração e o que ela procurava expressar como ritual. Analisando a partir da perspectiva de Turner como ritos de reversão de status, Franzoni destaca as inversões produzidas nessa celebração:

Se os moradores haviam chamado as autoridades terrenas para expulsar os ocupantes, o culto procurava mostrar que as autoridades religiosas e celestiais estavam ao lado dos ocupantes. Se a lei dos homens não os reconhecia, lei de Deus, conforme diziam as leituras e orações, estava ao seu lado, só ela era justa e certa, estava acima de todas as leis. Conforme a lei de Deus, a terra era de quem nela plantava, de quem nela morava. As falas do culto invertiam a posição em que estavam colocados os ocupantes, apresentava-os do lado da lei e dava-lhes a razão (FRANZONI, 1993, p. 80).

A ocupação era interpretada como um “sinal de Deus”, de que “aqui na terra [e não mais no céu] outra sociedade, mais justa, mais humana e mais digna” estaria sendo construída (FRANZONI, 1993, p. 81). A situação de sofrimento comprovava que o caminho da verdade (“a verdade de Deus”) estava sendo seguido pelos ocupantes. Durante o culto, foi aberto um momento para depoimentos dos que tinham vindo dar apoio aos ocupantes. Além de expressarem solidariedade, reafirmavam a confiança na vitória, elemento tido como fundamental naquele momento para o grupo não desistir da luta.

No final, foram chamados ao altar os ocupantes. Traziam palavras escritas em pequenos cartazes de papel que expressavam os “pecados” que conduziam a uma sociedade injusta: concentração de terras, ganância, poder da polícia e da prefeitura, fome. Depois disso, os cartazes foram queimados diante de todos. Mas, como bem observou Franzoni, ardiavam nas chamas da fogueira também os pecados do movimento: desunião, falta de organização, falta de perseverança das lideranças.

Buscar o fortalecimento do movimento por meio de apoios externos, organizar atos que dessem mais visibilidade à causa dos sem-teto eram tarefas fundamentais naqueles dias tensos das primeiras semanas de ocupação. Também se fazia mais do que necessário despertar o sentimento de união, fortalecer a coesão do grupo, que agora se convertia numa comunidade. Nisso foi mobilizado todo um repertório de signos que envolviam a luta, e que podiam se conectar a uma expressão religiosa, por meio de um ritual que já não seguia a tradicional liturgia cristã. Os primeiros embates, e toda a tensão que os acompanhou nos primeiros dias de acampamento, foram apenas um prenúncio do que viria nos próximos meses. Tiveram de permanecer em torno de um ano acampados em barracas de lona, com crianças e sob forte vigilância policial. Viviam literalmente em uma situação de cerco, sitiados. No início, até para trazer comida era difícil.

No entanto, esta pressão obrigou o movimento a desenvolver habilidade de trabalhar nos interstícios do poder, aprendendo a dominar as regras que definiam os embates políticos. Na medida em que, num país como o Brasil, a existência de direitos legais não significava uma garantia do gozo pleno desses direitos pelos cidadãos, pois dependem da categoria de

cidadão que o está acionando, colocava-se para os sem-teto o desafio de fazer valer o seu direito de permanecer na ocupação contra o arbítrio dos agentes da lei. Percebiam, então, que só fariam valer seus direitos por meio da articulação com outros agentes que os apoiassem, e que poderiam, pela sua posição de poder, confrontar os agentes da lei e fazer valer esses direitos. Aprenderam, assim, a se articular com quem tem o poder. Em uma ocasião, quando sofriam a ameaça de despejo por parte da polícia, souberam acionar a imprensa e uma deputada (Luci Choinacki, do PT), conseguindo evitar a demolição da ocupação.

A habilidade em manipular códigos, em captar o sentido do jogo, passou a ser cotidiana, e condição de sucesso da resistência. Havia uma ordem judicial que impedia que melhorassem os barracos, mas eles, posto que o objetivo era permanecer naquela área, contrariavam a ordem. Melhorando as casas, embora não estivesse resolvido se o lugar definitivo da ocupação seria a Coloninha, consolidavam o lugar como seu, dificultando futuras ações de despejo na hipótese de não chegarem a qualquer acordo quanto a uma área para habitar (ali ou em qualquer outro lugar). Também evitavam que, em função das precárias condições de (sub) moradia, os ocupantes desistissem. As ações para melhoramentos nos barracos contavam com a estratégica proximidade da casa das irmãs. Lá estocavam o material, que era levado para o acampamento apenas na ausência de vigilância policial. Após algum tempo de convivência com a ostensiva ronda policial na área, passaram a identificar os policiais que eram simpáticos ao movimento. Assim, contavam também com as vistas grossas dos encarregados da vigilância da área. Ampliavam o domínio da situação a partir de uma curiosa dialética: identificação dos componentes de repressão contra o movimento, elemento que, além de poder ser utilizado, favorecia o conhecimento dos elementos postos em jogo.

Em uma ocasião, o subsecretário (definido por Janete como “um galego istepô, lá, terrível, terrível”, dada a sua rigidez e brutalidade no trato com os integrantes do movimento), acompanhado do coronel da polícia militar, ameaçou de despejo os moradores, pois, afinal, não estavam cumprindo o acordo, já que os barracos estavam sendo melhorados (o que era, de fato, claramente perceptível). A resposta das lideranças foi de que se a ordem do policiamento era para impedir a entrada de material de construção na ocupação, a ordem estaria sendo descumprida pelos seus comandados. Desafiavam a autoridade do coronel questionando: “Quer dizer então que seus subordinados não estão cumprindo as suas ordens”? O controle e a repressão favoreciam um contato que lhes permitia aprender a lógica de funcionamento da hierarquia militar pelos ocupantes das casas e a utilizá-la a seu favor.

No entanto, nem tudo era sucesso nas tentativas de fortalecer o movimento por meio de articulações. Além disso, tinham que conviver com as hostilidades dos vizinhos de classe média. De parte de muitos desses houve mesmo reações extremadas, pelo medo da desvalorização de suas propriedades e receio de ter que conviver com uma vizinhança favelada. Além de acusarem seus novos vizinhos “*de sujar a área*” e “*de ser tudo bandido*”, muitos moradores passaram a fazer ameaças, criando uma situação de tensão naqueles dias, como conta ainda a mesma personagem: *A gente fazia plantão, todo mundo tinha uma hora de ficar de vigia. Geralmente ficava um ou dois por espaço, mas a gente fazia a revisão com todo mundo pelo medo, mesmo. Se eles tinham medo da gente, a gente tinha medo deles também* (JANETE, 2009).

Tentaram obter apoio da vizinhança, até com a intermediação das irmãs que as apoiavam, mas não foram bem-sucedidos. Ela conta das outras reuniões, das dificuldades com os moradores na reunião do Conselho, quando quiseram avançar na irmã Gema. Acusaram-na de apoiar bandido, sem-vergonha, ladrão, que iam roubar nas casas deles. Não fosse a Ivone, tinham batido naquelas mulheres que avançaram na irmã Gema, o que teria sido pior para o movimento: “*Aí mesmo que iam dizer que a gente era bandido*”. Essa reação da vizinhança irá calar fundo no sentimento de exclusão dos moradores da Nova Esperança, como veremos no próximo capítulo. Mas se a rejeição da vizinhança fortalecia, por um lado, o estigma, por outro fortalecia as posições em favor do movimento, pois cobravam da prefeitura algum tipo de encaminhamento. Desse modo, o movimento resistia ao despejo e encontrava suas brechas para a resistência.

Além dessa pressão dos moradores da Coloninha, outro fator contribuiu para desencadear um processo de negociação. A área ocupada estava destinada, nos projetos da prefeitura, à construção de uma importante avenida que faria a ligação entre bairros continentais, além da previsão da construção de equipamentos coletivos (área de lazer) nas imediações da futura via. De qualquer modo, a negociação foi marcada por tensão e constante ameaça de repressão policial no cumprimento de uma possível ação de despejo.

A evolução da situação dava cada vez mais visibilidade à ocupação, passando a dividir opiniões na cidade e denunciando descasos das autoridades. Veio à tona a existência de um Fundo Municipal de Integração Social que, devendo ser acionado para beneficiar a população pobre pela desapropriação de terrenos para a construção de moradias populares e/ou

regularização fundiária, na verdade estava sendo subutilizado⁷¹. Alinhavam-se, de um lado, diferentes setores da sociedade florianopolitana, formando um considerável grupo de apoio aos sem-teto (muitos deles, desde os primeiros dias da ocupação): políticos de diferentes partidos, professores e estudantes universitários, advogados e militantes ligados aos direitos humanos; a Igreja Católica (que se pronunciou pública e oficialmente em apoio ao movimento); igrejas protestantes. A própria imprensa local dava a sua contribuição (mesmo que não oficialmente, mas por equipes de reportagem prontamente presentes nos momentos de ameaça de despejo ou de violência policial), revelando simpatia pelo menos por parte dos que atuavam na mídia da cidade. Teresa Franzoni demonstra, em sua dissertação de mestrado, que os fluxos existentes entre diversos atores da prefeitura e diferentes setores da rede de apoio aos sem-teto (aquilo que designa como relações perigosas) foram decisivos para os resultados alcançados pelo movimento:

Viveram um período relatado como difícil, dada a precariedade material, mas rico pelas resposta que tiveram capacidade de dar, com seu esforço organizativo e a peculiar sociabilidade que precisaram desenvolver para tanto. Enquanto isso, e graças a isso (ao fato de sua resistência ser organizada e consistente), as negociações tiveram um encaminhamento favorável ao movimento, que conseguiram a cessão de terrenos da COHAB-SC (empresa de economia mista responsável pela construção de moradias populares no estado), em outra área da região continental da cidade (considerada pela maioria dos ocupantes como melhor localizada que a Colônia, por ser mais próxima ao centro da cidade). Delimitaram os lotes, a partir de um processo de discussão coletiva e democrática, e ergueram as suas casas em regime de mutirão. As casas foram construídas em lotes considerados amplos para os padrões de moradia populares. Foram, ao total, 50 casas, sendo que uma ficou reservada para ser uma sede comunitária. O projeto foi realizado e acompanhado na sua execução por professores e estagiários da Universidade Federal de Santa Catarina. Muito destacado pelas lideranças na época, o sucesso da ocupação devia-se à força comunitária (FRANZONI, *ibid.*).

As histórias narradas pelos moradores sobre o tempo do mutirão são carregadas de emoção. Costumam ressaltar, em seus depoimentos, o esforço coletivo, as casas construídas por seu próprio trabalho, o espírito de união que animava o grupo. Conseguiram com a prefeitura o pagamento da alimentação para quem estivesse trabalhando. Após o estaqueamento do terreno, as casas seriam construídas com a tecnologia de tijolos de traval-blocos, que facilitava a construção das paredes e das casas, podendo então ser construídas no regime de mutirão. Após isso, os trabalhos mais especializados seriam executados por uma empresa de engenharia.

Os mutirões eram realizados sob rígida disciplina. Todos trabalhavam, inclusive as pessoas com menos capacidade física ou habilidades para o serviço de construção (em muitos

⁷¹ De 3.500 famílias que buscavam regularizar a sua situação, até aquele momento apenas 158 tinham sido beneficiadas com desapropriação de terrenos (CANELLA, 1992, p. 116).

casos, mulheres, ou pessoas mais idosas), pois dariam conta de trabalhos de retaguarda, como ajudar na limpeza da área. As mulheres assumiram, em sua maioria, os trabalhos ditos masculinos de virar a massa e assentar os tijolos. Todos estavam sujeitos a um horário a ser cumprido nos finais de semana. Se chegassem quinze minutos atrasados, perdiam o dia.

Apesar das dificuldades, muitos relatos nos reportam aqueles dias de forma bem humorada, tal como os de gente que ficava dormindo enquanto deveria trabalhar. Recordo da conversa de Luís Carlos⁷² com outro morador sobre Sabonete, apelido de um dos ocupantes, que se tornou figura folclórica porque estava sempre com um sabonete e uma toalha embaixo dos braços para que, quando chamado a trabalhar, pudesse alegar que estava indo tomar banho e retornaria em breve. A história da ocupação e do mutirão é frequentemente reavivada por relatos que amenizam as dificuldades pelo recurso à lembrança do cômico e do folclórico. Observa Azibeiro: “Aguçada a memória, vêm à tona episódios agora até divertidos, mas que à época não tiveram nenhuma graça” (AZIBEIRO, 2006, p. 184).

Ao mesmo tempo, uma série de pequenos conflitos é esquecida, aflorando apenas quando indagados sobre o assunto: “Não havia brigas? Quais foram os desentendimentos?” Apenas aí emergem os depoimentos acerca de conflitos. Há uma filtragem do tempo, que acaba positivando o passado. Disso se pode concluir que, embora os houvesse, os conflitos não eram significativos, talvez porque, em suas avaliações, não prejudicavam o processo. Apesar deles e das diferenças, conseguiram atingir o objetivo final. Embora desapareça de seus relatos, pude constatar que essa memória é acionada quando no presente ocorrem conflitos. Mas voltaremos a isso mais adiante. O que importa destacar, por ora, é que o significativo foi a vitória.

3.2 Os significados da vitória

A época “embaixo das lonas” revestiu-se de um significado especial: as dificuldades eram superadas pela união entre os ocupantes, que se traduzia na forma como empregavam o termo comunidade, de grande centralidade no repertório discursivo dos sem-teto. Falamos do

⁷² Luís Carlos estava com 44 anos quando o entrevistei em 2009. Outras informações, cfr. entrevista a Francisco Canella em jul. 2009.

início dos anos 1990, quando não era muito comum os bairros pobres ou favelas se autodenominarem comunidade. Atento à dinâmica de organização dos ocupantes, percebia que essa noção tinha forte conteúdo mobilizador, compondo o idioma de ação do movimento. Na observação direta que realizei à época, concluí que dessa noção de comunidade se podia extrair todo um conjunto significados: comunidade implicava existência de um conjunto articulado de pessoas, discutindo e trabalhando unidas na organização dos moradores. A união que caracteriza a comunidade deveria obedecer a um critério de democracia interna: construía-se em oposição ao Estado, percebido como antagonista externo, contra o qual organizavam as lutas e ao qual dirigiam suas reivindicações. A negação do Estado tinha como contrapartida a autonomia da comunidade, que deveria buscar formas de autogestão para resolver os seus problemas para constituir-se em sujeitos efetivos de seus destinos.

Foi com base nesses princípios que, durante o período de ocupação e nos primeiros anos após a conquista das casas, conseguiram manter uma intensa mobilização coletiva, alimentada por uma utopia de cidade baseada na união dos moradores, cuja continuidade se traduzia, por exemplo, na recusa, nos anos seguintes, em não organizar uma associação de moradores centralizada, de acordo com os moldes tradicionais, optando pelo funcionamento através de comissões por rua da localidade. Uma comunidade unida era diferente de um simples conjunto de moradores, pois teria de considerar os laços existentes entre eles. Sua organização política deveria traduzir e representar esses laços. Uma das assessoras justificava a não-existência de uma associação de moradores dizendo “...é um período que eles têm de realmente se tornar comunidade, não é? Porque até ali é um grupo que se agrupou e cada um de um lado...” (CANELLA, 1992, p. 92).

A forte presença de religiosos na condução do movimento teve papel fundamental na difusão do sentimento de união comunitária. O caráter político era claramente permeado de elementos religiosos: os valores e os discursos veiculados tornavam-se muitas vezes visíveis em práticas que assumiam a forma de rituais, como cultos ecumênicos e romarias. Além da celebração relatada no item anterior, a participação em manifestações dessa natureza era bastante frequente durante todo o período da ocupação e nos primeiros anos de existência da Nova Esperança.

A antropóloga Teresa Franzoni, que acompanhou o cotidiano dos sem-teto durante o período em que estavam acampados, observando manifestações, reuniões e celebrações,

relacionou-os com a noção de liminaridade de Victor Turner (1974). Tal raciocínio fica mais evidente se relacionarmos o modo como o termo comunidade era empregado.

Aplicando-o, como fez Franzoni, à celebração dos cultos, a análise da noção de *communitas* permite perceber, nos relatos dos moradores, os elementos que Turner identifica nos fenômenos liminares: “a mistura de submissão e santidade, de homogeneidade e camaradagem” (1974, p. 118). O sacrifício que vivenciavam conduziria à passagem para uma vida melhor. Nesse processo, a união comum dos moradores era o meio que permitiria superar as dificuldades daqueles tempos. O sofrimento e a recusa do prazer conviviam com a união em torno de uma causa comum. No entanto, a sociabilidade estabelecida num contexto de *communitas* em muito se diferenciava daquela que se desenvolveu após a conquista das casas, quando a reafirmação da ordem se traduziu na privatização das relações e na desarticulação das práticas coletivas. Como observei em recente artigo sobre a localidade (CANELLA, 2010), o sentimento de perda da união coletiva teria ocorrido em razão da tentativa de prolongar o que é transitório, o momento de *communitas*, quando o cotidiano já era vivenciado como estrutura, que é permanente.

Foi nesse contexto, situação que pode ser descrita como liminaridade, que a noção de comunidade adquiriu centralidade no discurso das lideranças do movimento. Em minha dissertação de mestrado, desenvolvi um tópico intitulado “O discurso do CAPROM” (CANELLA, 1992, p. 89–94), com o qual buscava situar e compreender “este novo personagem” ou, mais precisamente, os valores e objetivos políticos que conferiam unidade ao grupo (89). Pelas entrevistas, identifiquei uma série de elementos ressaltados nas falas dos integrantes do movimento, desde os sem-teto propriamente ditos aos assessores. Com relação a estes últimos, prestava especial atenção na fala dos que estabeleciam maior proximidade com os sem-teto, pois considerava que eles tinham papel fundamental no processo de consolidação e conformação do idioma de ação do movimento. Mereceu destaque a frequência com que as lideranças empregavam a categoria *comunidade* em seus discursos. O termo abrigava mais de um sentido. A partir de uma observação atenta, tanto das entrevistas como dos múltiplos contatos cotidianos (conversas, reuniões) (CANELLA, 1992, p. 94), cheguei a algumas conclusões sobre suas representações:

- a comunidade implicava a existência de um conjunto articulado de pessoas, que discutiam e trabalhavam unidas na organização dos moradores;

- a união que caracterizava a comunidade devia obedecer a um critério de democracia interna;
- revelavam, em relação a Estado, percebido como um antagonista externo, um conteúdo de forte oposição e de negação, contra o qual organizavam as lutas e dirigiam suas reivindicações;
- a negação do Estado tinha como contrapartida a autonomia da comunidade, que deveria criar formas de autogestão para resolver os seus problemas para, deste modo, se tornarem sujeitos efetivos do processo no qual estavam inseridos.

Com relação a este último ponto, cabe ainda observar que esta negação devia ser entendida como um componente utópico, pois meio e finalidade. Isso pode ser percebido na seguinte fala de uma das assessoras do movimento:

É porque a luta nunca pára, nunca vai acabar. Mesmo que a gente consiga o terreno, sempre vai ter coisa pra gente conseguir. Agora tem a creche... então sempre vai ter isto aí: tem creche, tem praça, tem um movimento aqui dentro da comunidade... tem alfabetização... Então, tudo isso aí que pode entrar, depende de uma luta que vai continuando, que vai crescendo... (CANELLA, 1992, p. 91–2)

A análise feita na dissertação evidenciava o forte conteúdo político: predominava, naquele momento, o significado em torno do termo união, postulada no sentido da existência de objetivos comuns. O contexto favorecia o entendimento desse sentido político: a comunidade tem origem direta num movimento, com uma demanda pontual, que é o acesso à moradia.

No entanto, eram pessoas sem prática política anterior, que dialogavam com a nova realidade a partir de um conjunto de valores e sentidos provenientes do universo da religião⁷³ (na medida em que aqueles que os organizavam e lhes davam suporte, os assessores, eram principalmente religiosos). Assim, atuavam “religiosizando a linguagem política e politizando

⁷³ Esse movimento inscreve-se numa linha de continuidade com aquela tendência que já se manifestava nas experiências da igreja nas bases desde o período militar. Estudos como os contidos na coletânea organizada por Paulo Krischke sobre a atuação da ala progressista da Igreja Católica nas periferias urbanas provocavam uma reavaliação acerca da relação entre Igreja e sociedade no Brasil. Tais estudos, em especial o artigo de Paulo Krischke, evidenciavam o quanto naquele contexto a força das comunidades, envolvendo toda sua motivação para a luta, originava-se dos específicos entrelaçamentos entre religião e política (KRISCHKE, 1986).

a linguagem religiosa”, como diria Novaes (apud LEITE, 2004) ⁷⁴. Nesse processo, o apelo a sentimentos como união, justiça, solidariedade, era muito forte, e sempre associado ao universo da política.

Finalmente, é importante enfatizar que as mulheres nesse movimento tiveram uma participação destacada, característica que continuou ao longo de toda história da comunidade, a ponto de alguns observadores externos a caracterizarem como uma “comunidade de mulheres”. Tal protagonismo se fez sentir nos mais variados planos da vida social local: na organização da ocupação, no enfrentamento com as autoridades e nas reuniões de negociação, nos trabalhos braçais durante o mutirão para a construção das casas, na organização de eventos comunitários (como festas, jantas, celebrações) e nas práticas político-associativas. É comum se ouvir comentários, em tom de brincadeira, do tipo: “os homens daqui são tudo uns molengas” ou, “se não fossem as mulheres...”.

Desse processo todo, bastante rico pelas variadas dimensões de significados que apresenta, o significado mais importante refere-se ao da vitória do movimento. Movimento vitorioso: assim considerado na época, assim é lembrado nos dias de hoje. Primeiro, porque consolidou importantes conquistas para um setor historicamente excluído das decisões da cidade. Segundo, porque garantiu condições dignas de habitação e, ao mesmo tempo, afrontou os setores que não desejavam sua presença na cidade. Terceiro, porque a composição do grupo denunciava uma realidade dissonante em relação à imagem que se veiculava de Florianópolis⁷⁵. Cabem então algumas considerações sobre este significado de vitória. Analisaremos mais detidamente esses três aspectos.

Consolidou importantes conquistas para um setor historicamente excluído das decisões da cidade. A política havia sido altamente excludente. Com os governos militares, houve uma forte perseguição aos militantes de esquerda. Além do mais, no período final dos governos

⁷⁴ Márcia Leite (2004) analisa no Rio de Janeiro movimentos contra a violência informados por uma religiosidade difusa, que se caracterizam por se apoiarem e fazerem apelo aos sentimentos, tais como “medo, indignação, revolta, dor, esperança, solidariedade”. Segundo Novaes, é exatamente o recurso aos sentimentos que distingue esses movimentos, surgidos nos anos 1990, daqueles das décadas de 1970 e 1980. Leite observa que sentimentos, como o de perda, convertem-se, nesses movimentos, em capital simbólico que qualificam lideranças. Se observarmos o movimento dos sem-teto e a forma como, no caso aqui analisado, combinou elementos políticos com um imaginário e rituais religiosos, veremos que o apelo aos sentimentos (de solidariedade, de união, de esperança) teve um papel central na organização, formação e mobilização política do coletivo. Mesmo que referidos na década de 1980, pela centralidade conferida à mobilização dos sentimentos (mesmo que sob outra forma e conteúdos), os movimentos ligados às CEBs e pastorais da Igreja Católica podem ser analisados como precursores dos movimentos contra a violência.

⁷⁵ Sobre as imagens e significados em disputa em Florianópolis na década de 1990, consultar o livro de Fantin, *A cidade dividida* (2000).

militares, nos anos 1970, houve uma tentativa de controle de setores populares urbanos, cooptando lideranças e evitando o surgimento de formas autônomas de organização popular – era uma estratégia de antecipação, porque a emergência de sujeitos autônomos, os novos personagens a que se refere Sader, já vinham gradualmente ocupando a cena e ameaçando o projeto de transição. A conjuntura, como se viu no capítulo anterior, era de transição. As iniciativas do movimento dos sem-teto, além de fazer surgir um sujeito autônomo sobre o qual as autoridades não conseguiam exercer controle, contestavam a ordem, com invasões e ameaças à propriedade e ao poder de decisão exclusivo da elite da cidade.

A vitória garantiu condições dignas de habitação e, ao mesmo tempo, afrontou os setores que não desejavam sua presença na cidade. Ter resultados efetivos era um estímulo à luta e à organização autônoma dos moradores. Mostrava que os movimentos eram efetivos, que não estavam assentados apenas em utopias e em críticas ideológicas – a ação dos movimentos, a luta, resolvia os problemas que as políticas e os políticos não haviam resolvido. As conquistas dos sem-teto afetavam diretamente o projeto de cidade das elites. Passavam a construir uma cidade indesejada, incorporando interesses, demandas historicamente negadas em seu projeto excludente do desenvolvimento da cidade.

A composição do grupo denunciava uma realidade que destoava da imagem que se propagava de Florianópolis. Com relação a este último aspecto, é importante observar que o grupo de sem-teto não era constituído apenas por migrantes vindos diretamente do campo, empurrados para a cidade por ilusões ou promessas de uma vida mais fácil. O problema da pobreza, exposta ao olhar de todos que chegavam a Florianópolis, não podia então ser atribuído apenas ao impacto de levas de migrantes provenientes do interior do estado. Os que moravam em Florianópolis há longa data também não tinham mais o seu lugar, por haverem sido excluídos do progresso da cidade.⁷⁶ A imagem de uma ilha paradisíaca⁷⁷, localizada na rica e “europeizada” Região Sul, sem os problemas sociais típicos das outras regiões brasileiras, era a pedra de toque de um projeto das elites locais que visava à metropolização da

⁷⁶ Nadir Azibeiro, em sua tese de doutorado, traz esta informação: “De acordo com dados de um levantamento realizado pelo CAPROM em 1990, 17,3% eram naturais de Florianópolis, 6,7% vinham de Imaruí, 5,5% de Criciúma, 6,7% vinham de Francisco Beltrão, 5,3% de Pato Branco e 14,7% eram de outros estados. No entanto, apenas 5% residiam fora da Grande Florianópolis à época da ocupação e 65% já moravam em Florianópolis há pelo menos dez anos” (2006, p. 178).

⁷⁷ É desse período o surgimento do slogan “ilha da magia” (FANTIN, 2000). No entanto, a alternativa de desenvolvimento econômico a partir do turismo era um projeto que já vinha sendo gestado pelas elites locais desde os anos 1950-1960, como demonstrou Lohn (2002), em estudo que enfoca a cultura urbana e os projetos de modernização de Florianópolis nas décadas de 1950 e 1960.

capital, e tinha como base sua vocação turística. Assim, as conquistas da Nova Esperança representavam uma vitória na disputa não apenas por seus direitos, mas também sobre os significados da cidade.

Deste modo, o movimento dos sem-teto contestava e redesenhava as fronteiras do político na cidade, no sentido que David Slater (2000) reconhece como uma das potencialidades dos movimentos sociais.

3.3 O que fazer depois de realizado o sonho?

A trajetória dos moradores, nos anos seguintes à ocupação e ao mutirão foi bastante reveladora dos processos de segregação da cidade. A rica dinâmica de sociabilidades, marcada por um claro componente político e utópico (como o emprego do termo *comunidade* expressava), não era mais ali encontrada no momento em que retomei contato com os moradores no final da década passada (anos 1990). Ao contrário, as sociabilidades estavam então marcadas pela desarticulação coletiva e pela privatização do cotidiano. Não havia mais uma associação de moradores ativa e representativa da coletividade. Também não se percebia qualquer outra contrapartida associativa, mesmo que não-política, como, por exemplo, em momentos festivos ou de lazer que reunissem um coletivo maior da comunidade, ou qualquer outro espaço que articulasse os moradores em alguma forma de vivência coletiva. Ao contrário, predominava o encerramento dos moradores em suas vidas privadas. A associação (ou o que sobrara dela), ao invés de agregar, tornava-se espaço de poucos (muitas vezes reduzida à figura de seu presidente) e reproduzia relações de tipo clientelista com políticos e com o poder público (transformando-se, inclusive, em espaço de promoção de políticos que visavam a se candidatar em eleições). Emblemático disso foi o fato de que, após alguns anos, a casa que era espaço da sede comunitária acabou ruindo.

Quando ocorreu a ocupação dos 50 lotes em que foi dividida a área para o assentamento das famílias, um deles foi reservado à construção da casa comunitária, que serviu, durante vários anos, para as reuniões da associação e a outras atividades de cunho comunitário (como a Oficina do Saber, um trabalho de reforço pedagógico mantido por uma ONG). No período em que retomava o contato com os antigos ocupantes (em 1999), a associação estava sem diretoria, pois não havia sido realizada a eleição. Além disso, as

práticas comuns de sociabilidade coletiva, como festas e celebrações religiosas, também se tinham esvaziado. Como consequência, a casa deixava de ser um ponto de referência da organização comunitária. Aos poucos, foi sendo abandonada pelos moradores. Bastante deteriorada, foi destelhada em razão da promessa de um funcionário da prefeitura (e candidato a vereador) de que seria reformada. Anos depois, acabou sendo totalmente destruída. Mais do que uma metáfora, a situação da casa traduzia uma trajetória coletiva. Seus usos revelavam as mudanças ocorridas: primeiro, ela deixou de aglutinar em razão de finalidades políticas, passando a servir para missas mensais e para a realização de algumas oficinas que, aos poucos, se foram esvaziando. A entrada na comunidade de pastores evangélicos (os “crentes”) – cujo discurso não guarda qualquer familiaridade com o discurso mobilizador dos setores da Igreja Católica – também deu à casa um novo uso: os cultos ali se realizavam, vários na semana, e, ironicamente, perturbavam principalmente a casa da primeira presidente da comissão de moradores.

Vítimas de uma promessa eleitoral, vários dos antigos moradores que lideraram a comunidade abandonaram a pretensão de rearticular a associação. Em suas avaliações, tomar tal iniciativa poderia resultar em conflitos com os vizinhos. Em nome de um cotidiano tranquilo, abdicaram do espaço político. É neste sentido que afirmo aqui que o cotidiano se despolitizou. É como se a comunidade ficasse politicamente “destelhada”: a política não oferecia mais um abrigo seguro aos moradores; ao contrário, os sujeitava ao desconforto dos conflitos com a vizinhança.

Sem representação e coletivamente desarticulados, os moradores da Nova Esperança enfrentavam problemas com a gestão municipal conservadora. As cobranças de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e das prestações pelas casas eram suas principais reclamações no plano político. Não havendo quem os representasse politicamente, as soluções eram tomadas no plano individual, até mesmo as decisões que mereceriam respostas coletivas (e aqui, mais uma vez, a casa comunitária), como a questão do IPTU, que a prefeitura resolveu cobrar judicialmente de quem não se enquadrasse na categoria de isento. Tal cobrança recaiu, inclusive, sobre o prédio da casa comunitária. Como foi construído no lote localizado junto à casa da primeira presidente da Comissão de Moradores, a prefeitura não hesitou em cobrar dela as referidas dívidas. A moradora, antiga liderança do movimento, não recebeu qualquer apoio ou solidariedade dos seus vizinhos. As mudanças eram particularmente inclementes: não havia, para ela, qualquer cobertura legal, política ou comunitária. No referido artigo de minha autoria, analisei a situação pelo recurso a uma

metáfora, afirmando que os antigos sem-teto estavam, então, novamente destelhados. A perda do valor coletivo ficava evidenciada na solução pensada por alguns moradores para o problema da casa comunitária. Outrora símbolo da união coletiva, a alternativa proposta para ela era, nos novos tempos, estritamente individual. Alguns moradores tentavam colocar parentes e/ou amigos seus naquele lote.

Assim, encontravam-se os moradores em uma situação distante do ideal comunitário sonhado anos antes. Nos relatos dos moradores e moradoras, passaram a ser cada vez mais presentes as referências ao medo, à violência e à criminalidade. Ao contrário do período da ocupação, recuperado em suas memórias como um passado mítico, essas referências têm reforçado uma autoimagem negativa. Mais recentemente, constata-se, de modo cada vez mais visível, a deterioração de muitas das casas. O processo de luta coletiva que havia garantido habitação digna - a ponto de, em seus depoimentos, se orgulharem de não carregarem o estigma de favelados - não proporcionou mobilidade social, não alterando, para a maioria deles, indicadores como nível de renda e grau de escolaridade. Os antigos sem-teto continuaram a viver numa cidade cujo crescimento não evitou exclusões. Aliás, o aumento da atividade turística, ao contrário do que havia sido preconizado pelos defensores do projeto de metropolização da cidade, não se traduziu em melhoria das condições de vida para a população empobrecida. No caso da localidade aqui analisada, a população prosseguiu convivendo com elevados índices de desemprego, informalidade e empregos temporários.

Um novo lugar político foi destinado às localidades pobres: as “comunidades”, que ao longo dos anos 1990 se tornaram objeto de políticas sociais de inclusão, muitas vezes, na forma descrita por Joanildo Burity, como “*políticas sociais focalizadas, compensatórias, cheias de condicionalidades e focadas no indivíduo e na família*” (2006, p. 43).

Em nosso caso, foram desenvolvidos muitos projetos voltados à juventude e à geração de renda. Em lugar da luta, na qual “*precisavam estar unidos*”, o atendimento a demandas focalizadas passou a ocupar a cena e reforçou a desarticulação coletiva. A união coletiva, nesse contexto, não encontrou mais razão de ser, e o sentido de comunidade se enfraqueceu. Enfraqueceu-se também o capital simbólico (BOURDIEU, 1989) das lideranças que o

representavam⁷⁸. Os moradores voltaram-se, portanto, para a solução de seus problemas no plano individual, o que é bastante visível no segmento jovem da comunidade.

3.4 Lembranças do passado e sentidos do presente

Mesmo passados quase vinte anos, permanecem nas falas de muitos moradores as recordações das lutas e todo o conjunto das experiências vivenciadas coletivamente. Chamam bastante a atenção de todos os que chegam à localidade as constantes referências de seus moradores ao tempo da ocupação. Ouvir formulações do tipo “nós éramos felizes e não sabíamos”, ou, “naquela época era difícil, mas era bom”, “era melhor que hoje porque éramos unidos”, tem sido bastante comum nas conversas cotidianas, ou nos relatos dos ex-ocupantes para quem chega de fora e quer saber sobre a Nova Esperança. A época da ocupação é sempre recordada com saudade. Havia um entendimento consolidado entre eles de que aquela época, embora de grandes dificuldades, era melhor do que a atual. Os vizinhos “se ajudavam”, “havia união”, enquanto “hoje é cada um por si”.

Quando veio pra cá muita gente começou a pensar muito em si. Aí teve muita divisão, todo mundo... Lá em cima não parecia que você gostava do que era dos outros. Eu pra mim, eu achava que lá em cima todo mundo era igual, sabe? Mas depois que vim pra cá, não... muita divisão, é aquele que mais pode, que pode mais chora menos... é cada um por si e Deus por todos (JANETE, 2009).⁷⁹

Assim Luís Carlos comenta a ocupação: “*O (tempo) da Coloninha [...] o pessoal foi muito unido, diferente depois do tempo daqui*”.

Outra senhora, hoje já idosa⁸⁰, lembrar com saudades do tempo “debaixo da barraca”:

Foi maravilhoso, ali até hoje eu sinto... foi tão bom que eu não esqueço até hoje...foi legal pra gente, a gente aprende muita coisa, convive com as pessoas. (..) A gente se junta com o povo, assim, a gente morava perto das pessoa, mas era tudo numa hora só, né? Vim morar tudo num dia só, com as pessoa, né? Ficar naquela ocupação ali, ficar ali, a gente sentia assim que debaixo da barraca, assim, pra gente sentir bem o que é a vida né? O Manuel [filho da entrevistada] tinha uns 3 anos na época. (..). Eu tinha assim vida debaixo de barraca, da lona, eu na roça também, muitas vezes na roça a gente....a gente trabalhava na roça é...a gente fazia

⁷⁸ Dada a importância que a mobilização dos sentimentos teve no contexto do movimento dos sem-teto em Florianópolis, é possível pensar nos mesmos termos propostos por Márcia Leite (2004), que mostra como, no âmbito do movimento de mães de vítimas de violência, um sentimento como o de perda pode ser transformado em capital simbólico.

⁷⁹ Em 2009 Janete estava com 58 anos.

⁸⁰ Na época da entrevista, em 2004, estava com 58 anos.

muita coisa assim, aprendeu muita coisa assim, cozinha na roça. Sabe, nesses outros lugares, que as pessoas assim entraram e ocupou, não foi tão legal quanto a nossa, não foi, né? (LOURDES, 2004)⁸¹

Nos mais variados contextos (em reuniões políticas, em entrevistas, em conversas informais), desprende-se das falas dos moradores um passado que a todo momento é acionado em contraposição a um presente depositário de todas as mazelas e problemas. O período em que viveram “embaixo de lonas” vai assumindo contornos de um passado mitificado, em contraposição a um presente marcado pela falta de união e pelo interesse individual.

Assumi, então, como desafio dessa nova fase de pesquisa, investigar a relação dos moradores com seu passado, tentando elucidar como, pelo ato recorrente de rememorar os tempos iniciais da comunidade, conseguiam conciliar o passado com o presente. Dessas investigações, considero importante destacar três aspectos que aparecem nos relatos dos moradores: dois referem-se à seletividade de seus procedimentos narrativos, enquanto o outro é relativo à autoidentificação.

Os procedimentos narrativos são altamente seletivos. Existem elementos mais autorizados da memória da comunidade. Ao mesmo tempo, os elementos conflitivos desse passado são eliminados. Duas situações são particularmente ilustrativas.

Uma senhora que teve participação bastante dinâmica na história da comunidade, procurada para que me concedesse uma entrevista sobre a ocupação na Coloninha, me disse que era o seu marido quem sabia responder sobre isso. “Ele tava lá, eu não... eu recém tinha ganhado meu filho”. De fato, no dia da ocupação, e nos primeiros tempos “sob a lona”, ela não estava lá. No entanto, ao procurar seu marido, ele disse que achava melhor falar com sua esposa, pois ela é que “sabia” sobre a ocupação. Ou seja, a ocupação, por ser um importante acontecimento público, da história comum a todos, deveria ser relatada não por ele, que nunca teve participação pública destacada na comunidade (embora tenha presenciado a ocupação), mas por sua mulher que, embora não tivesse participado da ocupação, tivera atuação pública na comunidade.

A segunda situação refere-se à eliminação dos elementos conflitivos da narrativa sobre o passado. O próprio fato de haver um emissor autorizado e outro desautorizado traduz uma relação conflitiva.

⁸¹ Cfr. Entrevista concedida a André Vinicius Prado Pitta. Florianópolis, jul. 2004.

É o que pode ser percebido pela turma da “*fuzarca*”. É o termo que Luís Carlos emprega para denominar o grupo do qual fazia parte, conhecido entre os ocupantes por consumir álcool em excesso, se drogar e constantemente se meter em confusões. Luís Carlos admite, sem qualquer constrangimento, que naquela época “não tinha muito interesse nessa coisa comunitária” – mesmo com todo o discurso que mobilizava o grupo de sem-teto baseado na união coletiva e no compromisso com a transformação social. Hoje ele se autocritica, mas não se envergonha nem relata seu passado sob o prisma do arrependimento. Recorda que durante o período da ocupação havia mais união, mas, pelo fato de ser usuário de droga, alguém que consumia muita bebida alcoólica, era “quase que excluído. A própria comissão, que se dizia comissão, era aquela panela”. Cita o nome das lideranças que lembra como “essa panela.” “O resto era excluído, né.” “O resto era..., porque não sabia falar, porque era ignorante, porque bebia, porque fumava...” Conta que certa vez foi a uma reunião e tentou colocar suas ideias, mas não foram aceitas por causa disso. Indaguei sobre a época do mutirão, Luís Carlos disse que, tirando as mulheres, “que trabalharam um monte”, tinha a turma da betoneira, que eram os excluídos, que, na hora do “pega pra capar”, foram os que mais trabalharam. Na hora de escolher as pessoas para aprenderem a fazer as casas (o que aconteceu na fábrica), foi uma minoria, “mas quem não foi fez as casas melhor do que quem foi, acabou trabalhando melhor”.

De seu depoimento emerge a lembrança de que eram muito desprezados nas reuniões. Mas depois, já na Nova Esperança, quando “o pessoal começou a pisar na bola”, ou seja, começou a apresentar falhas na organização coletiva, conseguiram “colocar umas ideias”, tal como fazer churrasquinho (faziam na casa comunitária), atividade que congregava as pessoas e dava lucro, coisa que Luís Carlos pretende retomar (“fazer comida no final de semana, um dominó, reunir o pessoal, mesmo que sem bebida alcoólica”) assim que a casa comunitária esteja pronta, para que a comunidade volte a ser unida. Quanto ao porquê da falta de união, vacila na resposta: acaba dizendo que foi por conta das pessoas não se interessarem mais, estarem mais preocupadas com o seu particular, e também ao “diz-que-me-diz”. Daquele tempo pra cá, a comunidade não evoluiu muita coisa. Em sua avaliação, “a comunidade acabou regredindo”.

Mesmo que houvesse esforços em incluí-los, mesmo existindo a necessidade de manter a ordem, as exclusões aconteceram no plano da memória. Somente após muitos relatos é que fui ouvir referência a acontecimentos que contradiziam práticas de solidariedade. Um desses acontecimentos foi a tentativa de alguns ocupantes fazerem com que parentes seus

entrassem nas casas feitas por mutirão, quando essas estavam prontas, mas ainda não ocupadas, “roubando”, desse modo, a casa daqueles que haviam participado da ocupação desde seus primórdios. Tais fatos, que comprometeriam o sempre lembrado sentimento de união, são esquecidos de seus relatos, que tanto idealizam o passado difícil vivido embaixo das lonas da ocupação.

Perguntei a algumas pessoas se foi difícil para elas continuar morando na Nova Esperança depois do ocorrido. Deram de ombros, talvez por não querer falar mal dos que até hoje são seus vizinhos. Janete, por exemplo, sem deixar de ser evasiva, disse que, “como tudo na vida, o pessoal esquece muito rápido”. Além do mais, muitos saíram da comunidade. Dos que colocaram pessoas nas casas, só estão vivendo na Nova Esperança duas famílias.

O convívio, o contato cotidiano com os moradores foi revelando outra narrativa sobre o passado, na qual, à narrativa hegemônica de um movimento vitorioso e de uma vivência coletiva bem-sucedida, se entremeava uma série de outras situações conflituosas. Várias mulheres, e mesmo alguns homens, se referem ao fato de que as mulheres foram as que mais trabalharam. Também ouvi de muitos a queixa de que a coordenação era muito rígida: fazia as pessoas perderem o dia de trabalho por quinze minutos de atraso (como aconteceu com o filho de uma das lideranças). Há ainda os que recordam daqueles que dormiam dentro das casas, ao invés de trabalhar, enquanto outros reclamam que os coordenadores das atividades cobravam muito de todos, mas pouco trabalhavam.

O terceiro aspecto a ser comentado refere-se à noção de comunidade como categoria de autoidentificação dos moradores. Tal noção foi ressignificada, assumindo novos contornos. Ao longo dos anos, foi sendo naturalizada no uso cotidiano dos moradores, sem que necessariamente remetesse ao antigo significado: eles são a *comunidade Nova Esperança* – assim consta no nome oficial da associação de moradores. A forma mais comum de mencionar a localidade é “*aqui na comunidade*”. Mesmo sem aquele sentimento de união e toda a carga política que trazia consigo, seu emprego tem sido feito em contraposição ao termo *favela* – falar em *comunidade* constitui uma forma de proteger-se do estigma da favela. Assim, uma palavra que compunha no passado o idioma de ação do movimento atualiza-se, no novo contexto, associando-se a um sentimento de medo (“da polícia”, “das drogas”, “da violência”) e de reação ao citado estigma.

No presente caso, o ato de rememorar passa pela contraposição de um passado de lutas e de união a um presente marcado pelo individualismo, pela desunião e pela falta de

solidariedade. Se essa operação revela o desejo de superação de uma situação presente, ao mesmo tempo denuncia um sentimento de impotência para mudar: as críticas feitas pelos moradores têm sempre um tom de autocrítica, pois se referem à localidade como um todo. Ao identificarem o mal-estar atual na situação de “violência”, na “droga”, nos novos tempos, atribuem a origem do problema a um “outro generalizado”, não particularizando pessoas ou conjunto específico de atores, visto que, mesmo os que poderiam ser responsabilizados, os jovens da Nova Esperança envolvidos em atividades ilícitas, são tratados em seus relatos como “filhos da comunidade”, isto é, são percebidos como vítimas, não como sujeitos ativos do processo. A noção de comunidade, no modo como tem sido empregada, remete a uma memória coletiva.

É possível dizer que as dificuldades cotidianas enfrentadas pelos moradores numa cidade que exclui e segrega suas áreas periféricas faz com que o retorno do passado constitua uma captura - no sentido afirmado por Beatriz Sarlo (2007, p. 10) - de um presente marcado por poucas perspectivas de futuro. Tarefa da memória é recompor a imagem do passado a partir do desejo presente de superar a falta de união coletiva e o individualismo reinantes.

Desse modo, ao constatar uma memória que positiva o passado, a análise identificou um ponto comum no conjunto de avaliações dos moradores. Mas, sob uma aparente unidade, atestada por depoimentos que muito se assemelhavam, obedecendo aos mesmos procedimentos narrativos, foi possível perceber rupturas. Uma escuta mais atenta de seus relatos do que foi consensualmente avaliado pelos moradores como perda, permitiu constatar diferentes sentimentos. O caráter provisório dessa unidade fica mais claro se distinguirmos, nos mesmos atores, embora em diferentes temporalidades, a condição de integrantes de um movimento diferente da condição de morador plenamente estabelecido. Afinal, se, na condição de participantes de um movimento constituíram um ator coletivo⁸², o movimento dos sem-teto, a condição de moradores em pouco tempo desfez o ator coletivo e fez emergir um conjunto bastante diversificado de atores, evidenciado pelo modo como as trajetórias se diferenciaram ao longo de duas décadas. As diferenças devem, portanto, ser buscadas nos sentidos atribuídos às práticas e às formas singulares de sentir esses processos vivenciados, ancorados nas suas diferentes experiências de vida. O recurso às histórias de vida possibilita

⁸² A análise do movimento sob a noção de ator coletivo encobre as fissuras, os dissensos e as discontinuidades, reforçando uma narrativa mítica do período de ocupação. A análise mais criteriosa de suas lembranças, tal como fizemos a partir dos depoimentos dos moradores, permitiu a compreensão dessas discontinuidades.

uma melhor compreensão da diversidade desses sujeitos, evitando homogeneizá-los sob a rubrica de grupo, com *uma* identidade e uma história comuns.

O histórico até aqui reconstruído ou, no mínimo, repensado, sugere uma série de indagações, que assim podem ser formuladas:

Que aconteceu com as condições de vida de seus moradores?

Quais são os fatos que permitem o afloramento dessas lembranças?

Se a realidade passou a ser resignificada, isto se relaciona à vivência de novas experiências, talvez a uma nova realidade que teria conduzido a uma nova percepção?

Alteraram-se tão significativamente as condições materiais ou seria apenas uma forma de lamentar um momento perdido (agora passado mitificado) de felicidade coletiva marcado pelo sentimento de união coletiva?

Tais questões serão respondidas no próximo capítulo.

4 A NOVA ESPERANÇA HOJE

O objetivo do presente capítulo é compreender as transformações que produziram a Nova Esperança ao longo de duas décadas. Pretendo tanto por em evidência alguns dados acerca da sociodemografia dessa microárea encravada no bairro Monte Cristo, como trazer alguns elementos acerca da relação dos moradores com as instituições locais e suas práticas no âmbito local, do bairro e da cidade. Sem a pretensão de encontrar nesses dados a chave explicativa para todo processo que se busca aqui elucidar, a aposta é que a análise desses elementos possibilitem uma melhor compreensão de como as novas experiências tem sido vivenciadas pelos antigos e novos moradores e moradora da Nova Esperança.

4.1 Localização e topografia da nova esperança

A Nova Esperança localiza-se no bairro Monte Cristo, na parte continental da cidade, muito próximo da principal ligação entre a ilha e a BR – 101, a Via Expressa. Até a ponte, percorre-se cerca de três quilômetros, totalizando quatro quilômetros até o centro da cidade. Por conta disso é considerada bem localizada pelos seus moradores. Para muitos florianopolitanos, Monte Cristo é sinônimo de lugar de favelas. Na verdade, muitos sequer sabem do nome do bairro, identificando-o com o nome da principal “comunidade” do bairro, a Chico Mendes – ou: a “favela Chico Mendes”.

O Monte Cristo está localizado no limite com o município vizinho de São José. Mais a oeste, onde está a prefeitura de São José, faz limite com uma área de comércio, nas adjacências de um grande shopping center, que por sua vez está às margens da BR –A Via Expressa separa o Monte Cristo dos bairros Campinas e do agitado Kobrasol, do vizinho município de São José. Repleto de comércio, escritórios, bares e restaurantes e muitos prédios residenciais, esse bairro surgido de um empreendimento imobiliário dos anos 1970 acabou por se tornar o centro dinâmico da vida econômica e social do município de São José. Por conta disso, muitos dos moradores de bairros pobres da parte continental, localizada na zona limítrofe entre os dois municípios, buscam ali alternativas de trabalho. Pelo outro lado, a leste e a sul estão, respectivamente, o bairro da Coloninha, predominantemente residencial, e o

antigo e tradicional bairro de Capoeiras, lugar de residência de classes médias e populares e também área de comércio.

A Nova Esperança encontra-se encravada nessa área identificada como uma das três principais concentrações de favelas de Florianópolis. O Monte Cristo encontra-se bem mais adensado que a área de pobreza constituída pelas localidades adjacentes ao centro da cidade, conhecidas como “comunidades do Maciço do Morro da Cruz”. Para chegar até a Nova Esperança é necessário tomar a via vicinal BR 282 (a Via Expressa) e em seguida uma rua transversal. Nessa rua encontra-se um grande conjunto residencial construído pela COHAB durante os anos 1970 (ou 1980). Seguindo adiante por essa mesma rua, está a Nova Esperança. Do outro lado da rua há um grande supermercado, ao qual se chega após se atravessar alguns terrenos baldios.

A área que as casas ocupam é de aproximadamente 0,811 hectares (8.110 metros quadrados). Tem um formato triangular, delimitada externamente por duas ruas e pelos muros do conjunto residencial Panorama. Ao total, seis ruas formam a localidade. A sensação de quem chega é de *entrar*: o espaço é bem circunscrito, a “comunidade” “fecha-se sobre si mesma”. A partir de uma rua central, um pouco mais larga, e toda pavimentada com lajotas (como as demais), duas ruas mais estreitas, além de uma pequena travessa, cortam latitudinalmente a Nova Esperança. Os lotes são amplos, o que permitiu a ampliação das casas (as casas, em seu projeto original têm área construída de 40,6 metros quadrados). Por conta das ruas calçadas, cujo traçado seguiu um desenho urbano previamente planejado, sua aparência em nada se assemelha com as tradicionais favelas, com suas ruas tortuosas e uma alta densidade de áreas construídas, cuja distribuição logo denuncia uma ocupação espontânea, marcada pelo improvisado e pela precariedade.

4.2 Os moradores e as moradoras da nova esperança

Atualmente a Nova Esperança é habitada por 230 moradores/as, distribuídos em 58 domicílios⁸³. Das famílias fundadoras, remanescentes da ocupação, tem-se ainda vivendo lá 25 famílias – ou seja, metade das que estiveram no movimento de vinte anos atrás. Por conta

⁸³ De acordo com o levantamento da Associação de Moradores da Comunidade Nova Esperança e Programa Circulando – UDESC, 2009.

desse passado comum marcado pelas lutas, há uma divisão entre as famílias fundadoras, que participaram da ocupação, e as famílias que vieram depois. No senso comum criado na localidade, aqueles que participaram da ocupação são os que mais atuam em espaços coletivos.

No início da década de 1990, eram aproximadamente 180 ocupantes. Destas cerca de 97 crianças e adolescentes. Muitas jovens famílias, com crianças pequenas, algumas sem filhos ainda. Uma década depois, estavam com 253 moradores. O número manteve-se constante até 2005, quando o número de moradores estava em torno de 245 moradores. No entanto, em 2010 o número de moradores reduziu-se para 230 moradores. Mesmo não sendo uma redução significativa, é interessante observar que ela é acompanhada do aumento do número de domicílios, ocorrendo portanto uma redução da média de moradores por domicílio: em 1990, a média ficava em 3,7 moradores por domicílio. Em 2000 temos 5,0 moradores por domicílio; em 2005, 4,8 e, em 2010 a média volta a descer, com 3,9 por domicílio⁸⁴.

A construção de mais casas significou uma melhoria nas condições de moradia (pois passaram a viver menos moradores por domicílio) e não se traduziu em maior adensamento populacional da área. Também é perceptível a melhoria em parte das casas. Algumas progrediram, muitas casas tornaram-se maiores, outras ficaram mais ajeitadas, com boas e embelezadas. No entanto, há a deterioração de muitas casas. Mas a dinâmica de empobrecimento convive com uma melhoria nas condições de vida de uma parcela de seus moradores. Na mesma vizinhança é possível perceber as casas que ao longo dos anos vão ficando deterioradas. A tendência que parece predominar é a dos mais pobres acabarem vendendo e indo morar mais distante, nas periferias dos municípios vizinhos, cedendo lugar àqueles que chegam motivados a morar num bairro mais próximo do centro da cidade. A vinda de novos moradores está relacionada a esse processo.

Já sabemos quantos são e onde vivem esses moradores. Mas é necessário, diante dos propósitos desse trabalho, descrever como eles vivem, que arranjos familiares ali existem e que relações estabelecem entre si os diversos domicílios.

⁸⁴ É interessante comparar esses dados com os apresentados por realidades como a da favela carioca de Acari, que apresenta uma média de 800 habitantes por hectare (ALVITO, 2001): a Nova Esperança apresenta uma média de 284 habitantes por hectare. O bairro do Monte Cristo, por sua vez, apresenta uma média de 215 habitantes por hectare.

4.2.1 As famílias da Nova Esperança – a chefia feminina

Um dos primeiros pontos sobre o qual se deve atentar é aquele que se tornou uma espécie de “marca registrada” da Nova Esperança: ser uma *comunidade de mulheres*. São dezessete domicílios chefiados por mulheres. Houve uma redução se comparados com outros períodos: eram vinte famílias quando da ocupação. Quando do cadastramento, foi dada a preferência para que o registro fosse feito no nome da mulher, pois se considerava como situação comum que nos casos de separação os filhos ficassem com a mulher. Dez anos depois, eram vinte e duas famílias, permanecendo o número estável até 2005. Em 2010, o número de famílias de chefia feminina caiu para dezessete.

Pelo sistema de classificação do CELADE – CEPAL, a chefia do lar feminina, quando acompanhada da presença no domicílio de menores de 15 anos, constitui-se como um indicador de vulnerabilidade sociodemográfica⁸⁵. Seguindo tal sistema de classificação, dos dezessete domicílios chefiados por mulheres, treze são domicílios de chefia feminina que estariam, por esse motivo, inclusos na categoria de vulnerabilidade sociodemográfica.

No entanto, é importante o que observa Elisabeth Bilac quanto à identificação da mulher com situações de vulnerabilidade. Segundo a autora, as estratégias femininas nos domicílios em que estão na chefia são diversificadas, permitindo a compensação dos diferenciais de renda por meio de estratégias como a mobilização da rede de parentesco (Bilac, 2006: 56). Tal tendência em associar vulnerabilidade à presença feminina na chefia do lar relaciona-se com o tipo de olhar normalmente direcionado à família, que privilegia a dimensão econômica na análise dos fenômenos.

⁸⁵ Tal sistema de indicadores surge da crítica à distinção radical entre processos demográficos e processos sociais. Mas tais indicadores, como bem observa Elisabete Bilac (2006), trabalha com a unidade domiciliar (coincidindo família censitária com o conceito de família) mas não incorpora a relação entre os domicílios. Em nossa pesquisa, classificamos os dados de acordo com as unidades domiciliares, o que não significou não levar em conta essas limitações apontadas por Bilac, pois a pesquisa de histórias de vida buscou justamente suprir essas lacunas, ao buscar a elucidação de outros vínculos estabelecidos fora do domicílio mas que acionam a rede de parentesco. Nesse sentido, a presença de idoso na casa pode não se constituir como fator de vulnerabilidade, mas como suporte para os membros de uma família, na medida em que ele contribui com rendimentos fixos, isso em realidades de instabilidade e informalidade no trabalho. A presença de um membro com um rendimento regular, proveniente de uma aposentadoria ou pensão, adquire grande relevância num contexto de instabilidade generalizada entre outros membros do domicílio, em razão da informalidade ou do desemprego. Cabe ainda destacar a dificuldade dos mais jovens obterem uma fonte estável de renda no contexto atual do país – razão pela qual os projetos têm tanta receptividade entre os moradores da Nova Esperança e das outras localidades – tanto que o termo projetos já se popularizou entre os moradores, tornando-se inclusive uma demanda local. Da voz de muitos moradores é comum se ouvir: “o que está faltando aqui é mais projeto”.

Na análise da família, é fundamental a referência a lógicas que não a puramente econômica. Neste caso particular, resulta inegável que afetos, sentimentos, interesses não econômicos – ou a racionalidade com relação a valores, como colocado por Weber – são de fundamental importância na definição dos objetivos e na condução da ação. É pouco produtivo pensar a vida familiar em termos exclusivos de ‘escolhas racionais’ (BILAC, 2006, p. 54)

A autora observa que por muito tempo se acreditou que o trabalho feminino remunerado, no caso da mulher-mãe, embora complementasse a renda familiar, poderia gerar outras vulnerabilidades, como no cuidado com os filhos. Nas últimas décadas, a ampliação de ofertas de trabalho para as mulheres, bem como a crise dos anos 80 e o combate ao trabalho infantil, favoreceu o trabalho feminino fora do lar (BILAC, 2006, p. 54). A presença feminina mais intensa no mercado de trabalho converteu-se em fator de pressão sobre as políticas públicas, ampliando a rede pública de suporte às famílias com a proliferação de creches.

Na Nova Esperança não existe uma creche da prefeitura. No entanto, lá se verificou durante muitos anos aquele tipo de solução que surge como resposta à ausência do poder público. Ocorreu algo próximo a uma institucionalização da “mãe crecheira” (que constituía um tipo de solução privada para a equação trabalho-família), quando uma fundação municipal voltada para assistência social, a Associação Florianopolitana de Voluntários - AFLOV (normalmente coordenada pela primeira dama), resolveu estabelecer uma política de apoio a essas práticas cotidianamente verificadas nas comunidades populares de Florianópolis, criando então os Núcleos de Atendimento à Criança (NAC), consideradas pela legislação entidades conveniadas da Prefeitura. Mediante um pequeno pagamento, as famílias mantêm seus filhos numa das casas da localidade (de uma antiga fundadora da Nova Esperança), enquanto a AFLOV fornece alimentação de acordo com o número de crianças atendidas.

As limitações dessa alternativa ficam evidentes quando se verifica que muitas famílias locais sequer dispõem dos poucos recursos para manter seus filhos ali, restando apenas o apoio familiar ou de vizinhos para o cuidado dos filhos. Não foi à toa que quando a associação de moradores realizou uma consulta aos moradores sobre o destino que deveria ser dado à casa comunitária, o item mais votado foi a creche.

Nesse sentido que é pertinente no caso da Nova Esperança considerar o que observa Bilac quanto à tendência de hegemonização da família nuclear no Brasil contemporâneo. Mesmo que se verifique nos domicílios da Nova Esperança uma maioria de casos de famílias nucleares, há que se considerar dois fatores: (1) constata-se uma tendência à ampliação dessas famílias, acolhendo outros membros da família (um idoso, um irmão, sobrinhos); (2) tais

famílias contam em suas estratégias de sobrevivência com o apoio de muitos parentes, mesmo quando esses não moram no domicílio.

Se considerarmos as unidades domiciliares, na última década diminuiu o número médio de membros por domicílio na Nova Esperança. Como foi colocado acima, no início da década de 1990 a média era menor, por conta de serem muitas jovens famílias. Ao longo da década houve um crescimento, e um conseqüente adensamento da população. Tal situação manteve-se estável até meados da presente década (2005), para apresentar, no final da década uma queda tanto do número de moradores como da média por domicílio. Isso se deveu não só à diminuição do número de moradores na localidade, mas também ao aumento do número de unidades habitadas, com a construção de novas casas dentro dos lotes já existentes. De 50, em 2000-2001, para 51, em 2004-2005, até atingir 58⁸⁶ em 2010. Normalmente são casas construídas no próprio lote para abrigar algum parente. Isso reforça a importância de considerar as relações de interdependência entre os domicílios, dado o papel que a ajuda entre parentes parece ali desempenhar. Vários dos jovens que trabalharam nos projetos, por falta de recursos para comprarem uma casa própria, acabaram por construir suas casas junto a de suas famílias.

É o caso de Renato⁸⁷, que teve um filho aos 20 anos (não planejado) com sua namorada. A peça que tinham construído para alugar foi então por ele melhorada para abrigar sua mulher e o filho que chegava. Separou-se mais de uma vez de sua companheira, que sempre retorna com o filho para morar na casa de seus pais, mas Renato prossegue morando ali, ao lado da mãe. Constituiu uma nova unidade domiciliar, mas as relações de dependência com a casa de sua mãe prosseguem, especialmente nos períodos em que está separado de sua companheira. Mas tais relações de dependência não servem para caracterizar o domicílio construído por Renato como uma mera ampliação da casa. Além da separação física das construções, sem portas internas de comunicação, e da completa autonomia doméstica (tem banheiro e cozinha), que já permitiu que a casa fosse alugada para estranhos, é importante considerar o modo como Renato se refere ao espaço construído:

Eu sempre passei e até algumas eu não quis. Eu sou muito ambicioso, entendeu? Eu penso já no amanhã, “pô, se amanhã eu gastar tanto”, sou bem assim, sou muito ambicioso, não sei se é, se é defeito, se é... Não gosto também de ter coisa, eu gosto de comprar coisa boa para amanhã ou depois pra não se incomodar, também sou assim. Eu adquiri as coisas *muito*

⁸⁶ Houve também uma casa que passou a alugar cômodos, o que explicaria um acréscimo de mais quatro unidades - mas ainda assim, descontando esses cômodos, surgiram mais cinco casas.

⁸⁷ Cfr. entrevista a Francisco Canella, Fplis, 8 abr. 2008.

rápido. Eu tenho uma casa, uma moto, os bens que eu tenho, vale hoje sete, cinco, doze, né? Tenho doze mil... com 19 anos. Não é muita coisa, mas eu vejo assim (RENATO, 22 anos).

Renato agora tem as suas coisas, seu espaço, sua autonomia. Mantém os vínculos com o lar materno sabendo que precisa ter *suas* coisas.

Com Gilberto⁸⁸ (23 anos) também aconteceu uma gravidez imprevista de sua namorada. Como um de seus irmãos e a sua irmã já moravam cada um com seus respectivos filhos num puxado construído junto à casa de seus pais, não havendo, portanto, mais espaço para uma nova família, Gilberto comprou uma pequena parte do lote de um terreno na frente da casa de seus pais, no outro lado da rua, e ali passou a construir sua própria casa, onde irá viver com o filho que aguarda e sua companheira.

Jane⁸⁹ (19 anos) morou um tempo fora com seu namorado, mas ainda no bairro do Monte Cristo. Ocupou a parte de baixo da casa, onde mora também com seu irmão. Forma um lar de tipo intermediário entre a autonomia e a dependência paterna e materna. Revelador disso é a presença de seu irmão, que poderia estar vivendo na casa de seu pai e sua mãe, no andar de cima. Mesmo não estando na mesma unidade domiciliar de seus pais, mas na nova família formada por sua irmã e seu cunhado, continua mantendo estreitos laços com o andar de cima da casa.

São várias situações intermediárias, que tornaram bastante difícil a tarefa de agrupar as pessoas nas respectivas unidades domiciliares. O caso de Gilberto é ilustrativo. Sua irmã não foi morar com o pai de sua filha, diferentemente de seu irmão, que durante um período viveu com a mulher e as duas filhas na casa, até que se separou, mas continuou com as filhas na casa de seus pais. Na época em que finalizava a pesquisa de campo, Gilberto esperava um filho, tal como aconteceu com seu irmão e sua irmã. Já fazia a avaliação de que a casa não comportaria mais dois novos membros (sua mulher e o filho). Seu caso, que é similar ao de seus irmãos, acabou conduzindo a uma solução diferente, que foi a de fundar uma nova unidade domiciliar – no entanto, até que ponto irá estabelecer uma relação de autonomia (qualitativamente diferente de seus irmãos, pois ainda dependentes dos pais), é bastante questionável, pois estará morando a poucos metros da casa de seus pais, numa espécie de extensão desse domicílio. Tudo leva a crer que, caso tivesse espaço, construiria no mesmo

⁸⁸ Informações extraídas da entrevista concedida a Francisco Canella. Florianópolis, mai. 2009.

⁸⁹ Informações extraídas da entrevista concedida a Francisco Canella. Florianópolis, jun. 2009.

lote que os pais, trazendo mulher e filho para morar junto a sua família – como já fez no passado seu irmão (que hoje está separado).

O mesmo acontece com Jane e com Renato, que se valem o tempo todo da proximidade para continuar compartilhando espaços, vivências, refeições, conflitos, ajudas, etc. Também é o caso de Letícia⁹⁰, que casou aos 18 anos após gravidez não planejada. Pouco tempo depois de ter o filho perdeu o marido, mas continuou morando na casa que tinha no terreno da família de seu marido. No entanto, permanecia o dia todo na casa de sua mãe, que lhe dava o apoio fundamental nos cuidados com seu filho pequeno. Acabou voltando a viver com sua mãe. Em seguida, saiu da casa da mãe e voltou a viver com um novo companheiro, mas foi morar nas imediações, numa área conhecida como Grota, distante menos de quinhentos metros da casa de sua mãe, que continuou lhe apoiando na educação do seu filho. Quando finalizava a redação da tese, encontrei Letícia (então com 21 anos), novamente grávida, e contou-me que estava construindo no terreno de sua mãe.

Geórgia tem uma relação igual à que Letícia mantinha com sua casa enquanto morava fora. Vive casada numa localidade vizinha da Nova Esperança, mas vem todos os dias na casa de seus pais. Mantém uma relação de troca de favores: recebe o apoio deles, por vezes faz lá suas refeições, mas também contribui com ajuda financeira quando necessitam.

Esses casos ressaltam a importância do parentesco nas famílias analisadas. Como observa Bilac: “No Brasil, ao que tudo indica, a modernização da família não significa a passagem de um modelo ‘extenso’ para um modelo ‘nuclear’, mas o *predomínio de um padrão de residência nuclear com recorrência sistemática à ampliação*”. Além disso, apontam para as limitações de modelos analíticos que se baseiam em sistemas classificatórios que priorizam a família nuclear. As famílias que foram aqui analisadas, tomando por base o domicílio, observadas mais de perto revelam uma diversidade de arranjos, corroborando a posição de Bilac:

Em suma, famílias reais não são organismos absolutamente funcionais, formados por papéis de sexo e de geração complementadores que se combinam harmonicamente para garantir que o todo (a família) persista. Famílias reais são configurações complexas de relações de gênero

⁹⁰ Cfr. informações extraídas de entrevista concedida a Francisco Canella. Florianópolis, 10 jun. 2009.

e de geração, envolvendo poder, interesses pessoais oposto e também, mas não apenas grande dose de solidariedade, expressa em obrigações e direitos recíprocos, porém nem sempre simétricos e na mesma quantidade (BILAC, 2006, p. 58).

Como vimos, são as mais variadas situações que produzem os arranjos familiares encontrados, onde nem sempre o que se encontra corresponde ao desejo ou ao interesse dos atores que produzem tais arranjos. Em alguns desses casos que analisei existe o desejo de sair da localidade, mas a dificuldade em obter a independência financeira os faz ficarem. Em outros há o interesse em permanecer, onde a comodidade de morarem em um bairro bem localizado, embora estigmatizado, é mais forte que o desejo de sair. Em outros ainda, o desejo de fugir do estigma é maior, e preferem mesmo sofrer as dificuldades de ir viver longe, mas viabilizar o projeto de ter sua autonomia e a possibilidade de criar novos laços. Em outros, distância e estigma se somam no que pode ser considerado uma “mobilidade decadente”, mas cuja matemática de perdas e ganhos tem como resultado a conquista da autonomia. Na maioria dos casos, independentemente da coabitação, continuam mantendo estreitos laços com seus pais e irmãos, em relações regidas por todo um sistema de obrigações e reciprocidades.

4.2.2 A nova geração da Nova Esperança

A presença dessa nova geração, mais escolarizada, e buscando outras inserções no mercado de trabalho, em profissões mais qualificadas, fugindo de trabalhos braçais, contribui para a elevação do perfil social da área. Se considerarmos a escolarização das novas gerações, perceberemos que é em muito superior a de seus pais. A maioria hoje se vincula a um mercado de trabalho de profissões mais qualificadas⁹¹, saindo do universo de trabalho braçal que caracterizava grande parte das ocupações da geração de seus pais. Mas muitos também se encontram desempregados, numa trajetória marcada por idas e vindas, por saídas e retornos da casa materna. Há que se considerar que o desemprego tem sido uma realidade constante entre os jovens da Nova Esperança.

Isso explica em parte porque aumentou do número de casas. Muitos, que tinham planos de sair da comunidade (como Gilberto, por exemplo), por limitações de recursos, permanecem e constroem por ali mesmo. No entanto, esse dado aliado à informação de que o

⁹¹ No caso do grupo pesquisado, um caminho comum a eles é o trabalho no comércio, por vezes como representante comercial, quando é exigido que tenham meio de locomoção próprio (automóvel ou moto).

número de moradores decresceu ao longo da última década, revela que ao contrário da tendência geral de adensamento, na Nova Esperança o processo foi inverso: houve a diminuição do número de moradores por domicílio.

Acompanhando tendências gerais da população brasileira, a Nova Esperança envelheceu. Hoje, constata-se a diminuição significativa do número de crianças na localidade.

Tabela 3 - População até 18 anos.

	0 a 6 anos	7 a 11 anos	12 a 18 anos	Total
2000	38	42	57	137
2005	55	38	55	148
2010	22	28	28	75

Fonte: levantamento da Associação de Moradores da Comunidade Nova Esperança e Programa Circulando – UDESC, 2009.

Mesmo considerando que houve uma diminuição no número absoluto de moradores, há um decréscimo proporcional na população mais jovem, como mostra a tabela acima. A maioria da população tem 19 ou anos mais, o que não acontecia nos outros períodos. Houve uma diminuição bastante significativa do número de moradores com idades entre 12 e 18 anos, ou seja, do segmento que envolve os adolescentes, alvo preferencial da maior parte dos projetos socioeducativos. É comum entre as famílias do bairro o entendimento de que é nessa fase da vida que é feita a escolha entre ser trabalhador, seguir uma vida honesta, ou ingressar na marginalidade e virar bandido. Tal referência cronológica parece bastante consolidada entre eles. É o que nos diz um dos mais assíduos participantes dos projetos desenvolvidos pela universidade na localidade. Embora lamenta o final das atividades, se conforma com o seu final, pois coincidiria com o final da juventude.

- Isso daí foi... foi se acabando. Um fazia uma coisinha aqui, outro fazia lá, e aí se acabou. Onde uns já tão sendo pai, outros já tão... Ainda bem que ninguém do grupo não caiu, assim, nas drogas, ou coisa pesada, assim...
 - Ninguém entrou nessa...
 - Não. Tão tudo trabalhando. Das equipes de tutor tão trabalhando. Pra tu ver como o projeto teve importância na – pode ter acabado, mas acabou assim, na hora que era para acabar, ele acabou, entendeu?" (RENATO).

Tabela 4 - População acima dos 18 anos

	De 19 a 30	Acima de 30 anos	Total
2000	34	81	115
2005	44	64	108
2010	67	82	149

Fonte: levantamento da Associação de Moradores da Comunidade Nova Esperança e Programa Circulando – UDESC, 2009.

De todo modo, no comportamento da nova geração constata-se uma tendência à privatização das relações. O grupo aqui analisado, cessada a fase em que os grupos de

amizade confundiram-se com os projetos socioeducativos, onde tinham intensa convivência coletiva, ingressaram na idade adulta, onde então foram rompidos ou enfraqueceram-se os laços de amizade e convivência. Somado ao fato de que nas novas famílias que foram habitar a Nova Esperança alguns anos após a ocupação, essa nova característica do comportamento da nova geração tem seus efeitos mais evidentes no esvaziamento dos espaços coletivos de participação e convivência. Em contrapartida, constata-se a presença de práticas políticas clientelistas (algo impensável nos primeiros anos que se seguiram à ocupação). Igualmente verifica-se o crescimento de igrejas pentecostais, que desestimulam o desenvolvimento de sociabilidades coletivas nos espaços que não os da igreja. De qualquer forma, essas novidades na localidade podem ser vistas como conseqüências que acompanharam o esvaziamento dos espaços onde se desenvolviam as antigas sociabilidades. Para compreender melhor essa nova tendência, passemos então a uma descrição das instituições coletivas e a prática dos moradores em seu bairro.

4.3 As instituições locais e os espaços de sociabilidade dos moradores

4.3.1 As instituições públicas: a escola

O bairro ainda convive com muitas instituições para o tratamento da pobreza: fruto da atenção que as “comunidades” passaram a receber de instituições vindas do terceiro setor. É interessante que essas instituições têm origem entre atores sociais organicamente e historicamente ligados a eles. É o caso do CEDEP, com o padre Wilson Groh, e da Casa Chico Mendes, com Donizete. Tais instituições têm em comum a forte presença de pessoas ou da igreja ou com ligações com a igreja. São antigos militantes de movimentos sociais, nos quais atuavam a partir das CEBs ou das pastorais, que se articulam com desenvoltura entre os moradores dessas localidades empobrecidas de Florianópolis. Com toda uma legitimidade conquistada nas lutas que marcaram o passado recente da cidade, hoje atuando em espaços formalizados - como ONGs ou associações do terceiro setor – esses agentes têm tido papel fundamental na articulação de algumas das demandas da população dessas localidades (relativas à educação e formação profissional) com órgãos governamentais e instituições do Terceiro Setor. As atividades desenvolvidas por essas instituições envolvem boa parte do

tempo livre das crianças e jovens da localidade e são bastante aceitas e valorizadas por suas famílias. São estimulados à participação por suas famílias por conta da necessidade de mantê-los afastados das drogas e da criminalidade. Não se cansam de repetir o bordão: “cabeça vazia, oficina do diabo”. A outra demanda que os pais acreditam ser suprida nesses espaços é por trabalho: apostam numa possibilidade de profissionalização de seus filhos a partir de cursos, oficinas e vagas em estágios oferecidas por esses agentes externos à localidade.

A preferência das famílias Nova Esperança, quando se trata da educação infantil, é encaminhar suas crianças ao Lar Fabiano de Cristo, uma instituição de caridade bastante presente e bem acolhida pelos moradores. Quanto às escolas, a escolha da maioria das famílias recai sobre o Aníbal Nunes Pires (escola estadual, que oferece todas as séries escolares, da educação infantil até o ensino médio, incluindo curso noturno) e o Pero Vaz de Caminha (municipal, que oferece o ensino fundamental). Tem sido uma trajetória comum a eles iniciar a educação infantil no Lar Fabiano (ou mesmo no Pero Vaz), seguir para o Pero Vaz e realizar o ensino médio no Aníbal. A localização próxima sem dúvida define a preferência por essas escolas. No entanto, poucas famílias fazem a escolha de colocar seus filhos no América Dutra, na vizinha Chico Mendes. Pesa nessa escolha a rivalidade entre as “comunidades”. É comum não frequentarem o espaço uma da outra. Pesa também uma ideia difundida de má qualidade da escola. O América Dutra é popularmente conhecido entre os moradores como o “vai quem quer”.

O mesmo prestígio gozado pelos espaços educativos extraescolares não se verifica na relação dos moradores com a instituição educativa por excelência, a escola. Se pensarmos a função social da escola de intermediação entre a esfera pública mais ampliada da cidade e a esfera local, a escola parece perder terreno (as análises apontam para a perda de terreno da escola com relação a esses projetos e iniciativas do Terceiro Setor). O desprestígio fica explicitado na alcunha conferida à escola América Dutra⁹², o “vai quem quer”. Em tal apelido jocoso, revela-se uma crítica à incapacidade da escola cumprir uma função tão cobrada pelas famílias de classe popular, que é a imposição da disciplina e da obediência a seus filhos. Qualquer um entra, se quiser. Se não quiser, não vai. Está tudo centrado no desejo e na vontade do estudante, não na definição de normas pela instituição⁹³.

⁹² Escola estadual localizada na localidade Chico Mendes.

⁹³ Embora haja essa crítica explícita ao América Dutra, as outras escolas públicas que atendem ao bairro, Aníbal Nunes Pires e Pero Vaz de Caminha, assim como o América, ficaram nas últimas colocações entre as escolas públicas de

No entanto, existe envolvimento das escolas com o bairro. Num dos casos constatei uma participação intensa nos assuntos comunitários. Isso acontecia de diferentes formas, seja cedendo o seu espaço para reuniões e eventos comunitários, seja com a participação direta de seus membros (professores e funcionários) em atividades. Durante a minha pesquisa de campo, presenciei ao menos três situações que atestam esse envolvimento.

A diretora da escola América Dutra Machado participou ativamente da organização do evento de Integração do Monte Cristo, organizado pelo CARMOCRIS. Os portões da escola foram abertos para o apoio atividades (guardar o material, fazer a alimentação, uso dos banheiros) e por ela circulavam com desenvoltura e intimidade muitas das lideranças e mães de estudantes, tanto no dia da atividade como nos dias que antecederam o evento.

A mesma escola, América Dutra, cedia seu espaço para reuniões comunitárias e para atividades como a organização das demandas comunitárias visando o PAC, ou para atividades de uma rádio comunitária desenvolvida por jovens militantes estudantis da UFSC. A convite de lideranças da Nova Esperança, acompanhei algumas dessas reuniões, e nelas foi possível com clareza o quanto a diretora da escola, assim como alguns outros professores e funcionários da escola desenvolvem um bom diálogo, resultado de um longo convívio em atividades envolvendo a escola e lideranças da localidade (especialmente da Chico Mendes e da Novo Horizonte), além de outros atores externos (caso dos jovens da UFSC que organizavam uma rádio comunitária).

A diretora da escola Pero Vaz de Caminha⁹⁴ aceitou integrar a direção da organização fundada por Luís Carlos, o Conselho dos Moradores do bairro. Para fundar essa associação, um conjunto de lideranças insatisfeitas com o CARMOCRIS (Conselho de Associações da Região do Monte Cristo) tentou articular um conselho alternativo. Para tanto, buscaram o apoio de diversas figuras que eram referência no bairro – entre elas a diretora da escola.

Em todas essas ocasiões pude perceber a proximidade existente entre esses diretores e as lideranças e moradores comuns do bairro, e a intimidade que tinham com seus problemas cotidianos, mesmo não sendo eles moradores do bairro. O contato direto e pessoal dos

Florianópolis no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) de 2010. O Ideb, criado pelo Ministério da Educação, mede a qualidade das redes pública e privada de ensino básico fundamental e médio, com base nas notas obtidas na Prova Brasil/Saeb e em informações sobre fluxo escolar encaminhadas pelos Estados e municípios, por meio do censo escolar.

⁹⁴ Escola pública municipal, oferece educação infantil e ensino fundamental, localizando-se no bairro Monte Cristo, nas imediações da Nova Esperança.

moradores, de suas lideranças, trazendo até a escola problemas locais, mesmo que não diretamente relacionados à educação de seus filhos, é bastante constante. Tal relação pode também ser evidenciada quando Janete reclama das interferências político-partidárias nos “assuntos comunitários”, ou mesmo do trabalho eleitoral feito pelos seus adversários políticos, as quais se efetivam valendo-se da influência de alguns membros da direção ou do corpo docente das escolas da região. Tal potencial de busca de votos está, evidentemente, relacionado a algum nível de inserção.

Tal relação é mais evidente no caso da escola América Dutra, do Lar Fabiano de Cristo e do Pero Vaz. A escola Aníbal Nunes Pires⁹⁵, dada a sua localização e principalmente a abrangência de seu público (envolvendo muitos estudantes, provenientes de diferentes bairros) já é tomada como um espaço institucional mais distante e impessoal ou, em outras palavras, *mais pública*.

Alguns dados anteriormente coletados em pesquisa na Nova Esperança sobre a relação entre as famílias e a escola revelaram que é impossível estabelecer qualquer relação entre supostos “modelos familiares” e o desempenho escolar. Na medida em que havia (e há) uma forte presença de famílias monoparentais com chefia feminina, esta não foi em tal pesquisa comparações entre o desempenho escolar dessas famílias com os filhos das outras famílias (conjugais) e com a escola. Ao conduzir a análise dividindo as famílias entre as que apresentavam filhos com defasagem escolar e as que não apresentavam filhos com defasagem, o estudo revelava que não havia nenhuma diferença significativa⁹⁶. A baixa escolaridade na geração dos pais era generalizada. Se considerarmos que se constitui um fator explicativo do baixo rendimento escolar dos filhos, não pode ser considerado um fator exclusivo: a pesquisa revelava que outras famílias com o mesmo perfil de baixa escolaridade apresentavam filhos com bom desempenho escolar. O mesmo raciocínio valia no que se referia à renda: embora grande parte das famílias fossem de baixa renda não por isso os resultados escolares eram os mesmos. (CANELLA, VIDAL ; PITTA, 2004, p. 8). Finalmente, é importante observar ainda que a pesquisa constatava uma tendência que permanece, referindo-se a uma mudança recente

⁹⁵ Escola estadual, localizada no bairro Capoeiras, mas também nas imediações da Nova Esperança.

⁹⁶ Transcrevo aqui uma parte dos dados do relatório. “Das 45 famílias com filhos da comunidade, 46,6% são famílias monoparentais. Destas, 57% (12 casos) apresentam defasagens na escolaridade dos filhos. Com relação às famílias conjugais (53,4%), a diferença não é significativa: 50% (12 casos) com defasagens na escolaridade dos filhos”. (Canella, Vidal e Pitta, 2004: 7); cfr. Tb. entrevista concedida a Francisco Canella e André Vinicius Prado Pitta. Florianópolis, jun. 2004.

no comportamento com relação à escola, que é a de maior longevidade escolar⁹⁷. Essa tendência talvez explique a valorização dada pelas mães à instituição escolar. mães quando perguntadas sobre a importância da escola, foram unânimes em afirmar que valorizam a escola. No entanto, não possuem o repertório de práticas familiares que possam garantir uma mudança na vida escolar de seus filhos.

Já com relação aos filhos a pesquisa constatava que para a maior parte dos entrevistados a escola estava em segundo plano, vindo "à reboque" da vida social, tal como o foi para a geração anterior, onde os depoimentos das mães eram marcados pela ausência de lembranças escolares mais significativas. Nesse contexto, a família acaba por não desempenhar um papel motivador, mesmo que reconheça a importância dos estudos: não existem cobranças quanto ao desempenho escolar dos filhos e muito menos ajuda nas dificuldades escolares. Além disso, outras dificuldades se somam, tais como o espaço domiciliar precário, que não apresenta condições físicas para constituir-se em espaço de estudo.

Sintoma dessa fraca vinculação com a escola era o fato (constatado principalmente entre aqueles jovens com maiores defasagens escolares) de que seus círculos de amizade eram construídos na sua maior parte na própria localidade. Nos casos em que existiam vínculos fortes fora da comunidade, estes eram com parentes ou antigos vizinhos que se mudaram para outros bairros. (CANELLA, VIDAL ; PITTA, 2004, p. 9). Escola e vizinhança são mundos sociais que pouco se comunicam no caso desses jovens com problemas de mau desempenho em suas trajetórias de vida escolares. De que modo essa relação se configura entre os jovens investigados nessa tese será discutido no capítulo 5, através do exame atento de suas trajetórias.

4.3.2 As instituições públicas: o posto de saúde

O posto de saúde localiza-se muito próximo da Nova Esperança. Numa população onde grande maioria não tem recursos para atendimento médico particular e/ou planos de

⁹⁷ A pesquisa constatava que entre os que à época estavam acima de 19 anos, apenas 14,3% tinham concluído o ensino fundamental, enquanto a nova geração (jovens que então se encontravam com idades entre 15 e 17 anos) 28% (ou seja; o dobro) haviam concluído ou estavam concluindo o ensino fundamental sem defasagens escolares.

saúde privados, o posto de saúde municipal torna-se uma instituição de visibilidade no bairro, referência importante da vida coletiva de várias localidades. Mais do que isso, também se converte em espaço de participação. Várias associações de moradores se fazem representar no conselho de saúde local, o que é revelador da sua importância, pois promove articulações comunitárias num contexto de esvaziamento de espaços de participação coletiva. A urgência das questões de saúde num contexto de precariedade do atendimento explica porque a questão de saúde constitua-se em fator de mobilização coletiva, diferentemente do espaço escolar, limitado em seu alcance, pois é restrito àquelas famílias que possuem filhos freqüentando. As questões de saúde atingem a todos, mesmo que não em todo tempo. Além disso, ao contrário da dificuldade de comunicação entre pais e escola, onde os pais têm dificuldade em encaminhar suas demandas, em razão da pouca compreensão de seus mecanismos de funcionamento e do descompasso entre suas expectativas e os objetivos da instituição escolar, no caso da saúde, todos têm muito claro qual é a sua demanda, que é o bom atendimento ou, na verdade, o próprio atendimento. Dificuldades em marcação de consultas, falta de médicos e de infraestrutura acabam por mobilizar os moradores, que muitas vezes encontram nos próprios agentes oficiais seus aliados: médicos, enfermeiros, atendentes compõem as comissões locais de saúde e articulam suas reivindicações por melhores condições de trabalho. Acompanhando algumas reuniões da comissão, pude observar as dificuldades que sofrem com um tratamento discriminatório por parte do poder público.

Durante o período de trabalho de campo pude acompanhar algumas dessas mobilizações. A maior envolveu a luta pela melhoria do atendimento de um hospital público, o Hospital Florianópolis. Culminou com uma passeata pelas ruas centrais do bairro Estreito (região continental de Florianópolis), finalizando no hospital. Ao longo do trajeto, percorrido de forma ordeira e pacífica e com o acompanhamento da Polícia Militar, foram distribuídos panfletos contendo o “Manifesto das Comunidades Atendidas Pelo Hospital Florianópolis”, no qual os direitos à saúde da população (onde se evocava a LOAS), a situação de precariedade do hospital e as reivindicações do movimento⁹⁸ eram explicitadas num texto de uma página A4.

No entanto, em que pese a questão da saúde mobilizar mais as lideranças comunitárias, isso não chega a propiciar a superação da situação de isolamento que a maioria

⁹⁸ A principal reivindicação ao governador do estado (Luiz Henrique da Silveira – PMDB) era a contratação imediata de dez médicos, mesmo que em caráter temporário, como contrapartida a uma situação de extrema precariedade, onde apenas um médico prestava plantão por noite.

das lideranças enfrentam cotidianamente em suas localidades. A passeata ilustrava isso: mesmo mostrando força ao congregar representantes de várias localidades atendidas pelo Hospital Florianópolis, ali se encontravam participando da mobilização quase que exclusivamente os presidentes e membros mais ativos das respectivas localidades.

No entanto, isso não significa uma apatia da população frente a essas instituições. Escola e posto de saúde, não raramente tornam-se foco dos conflitos locais: são comuns os relatos de agressões sofridas por funcionários dessas instituições, o que pode ser entendido como reação ao descaso do poder público com essas instituições, as quais normalmente recebem poucos investimentos. E, o que é importante, tais reações, mesmo que traduzidas em comportamentos agressivos espontâneos, revelam a existência de expectativas da população com relação a essas instituições.

4.3.3 O comércio

Vários pequenos comércios espalham-se pela região do Monte Cristo: farmácias, lotéricas, pequenas lojas de roupas, presentes ou calçados, muitos pequenos bares, que por vezes se confundem com mercearias, pois além de servirem em suas poucas mesas bebidas alcoólicas, em seu exíguo espaço vendem também pão, salgadinhos, doces e alguns artigos de necessidade doméstica. São ocasionais, e não raro, fecham suas portas após poucos meses de funcionamento. Foi o caso, na Nova Esperança, de uma improvisada banquinha de sorvetes artesanais, instalada um pouco a frente do muro da residência onde a própria moradora fazia os sorvetes, ou de uma carrocinha de cachorro-quente, que funcionava apenas a partir do final de tarde, horário em que acontece um forte fluxo de transeuntes, moradores chegando do trabalho ou da escola.

Na casa de uma antiga moradora, que já havia começado a ampliação da residência construindo o andar de cima, a nova proprietária ampliou um pouco mais o imóvel (até os limites máximos permitidos pelo tamanho do lote) e colocou quartos para alugar no andar de cima. Embaixo além de sua própria moradia, abriu uma loja de roupas e alugou para uma *lan house*. Para lá se dirigem jovens e adolescentes da vizinhança. No entanto, a partir de um determinado horário da noite, o ambiente fica “pouco recomendável”, segundo alguns

frequentadores diurnos da *lan house*, por conta da relação pesada existente entre usuários dos *games* e daqueles que acessam pornografia.

Na rua que separa a Nova Esperança da Santa Teresinha existe também uma serralheria, onde várias casas da mesma família compartilham do terreno onde está a oficina, e no qual um pátio comum serve também de depósito para as grades, barras de ferro e toda sorte de materiais do negócio familiar.

Havendo poucos espaços de lazer o comércio acaba cumprindo esse papel no bairro. Ir às compras, buscar algo que falta passa a ser um pretexto para a circulação descompromissada. É comum encontrar as mulheres, que por vezes mandam os filhos, percorrendo o trajeto entre as suas casas e o supermercado Big. Antecedido por um grande hall com cafés, lotéricas, bancas de revistas, é também espaço escolhido por jovens para sua circulação descompromissada. Lá passam o tempo, se distraem, têm seus encontros com namorados, paqueram – é comum ver as meninas bem vestidas se dirigindo para lá. .

No mesmo sentido, os bares também cumprem seu papel no lazer dos mais velhos, especialmente dos homens. No final de semana as ruas do bairro ficam movimentadas, especialmente as principais, a Joaquim Nabuco e a professor Egídio Ferreira. Sábados à tarde reúnem muitas pessoas, tanto no seu interior, ou mesmo bebendo em pé, nas calçadas, com som muito alto (de caixas de som do bar, de suas *juke box* ou dos aparelhos dos carros estacionados na sua frente), compondo um cenário alegre, espontâneo e muito ruidoso. A Nova Esperança não foge à regra: há o bar do Leonório, cuja casa serviu no passado para as oficinas de informática, na parte de baixo ficam as mesas e o balcão. Além de uma recente *juke box* instalada o bar também conta com uma mesa de sinuca e uma TV de tela grande onde passam jogos de futebol pelo sistema *pay per view*. Cuidado também por sua esposa e pelo seu filho, quando Leonório se afasta para realização de outros serviços (trabalha também como pedreiro). É o maior da área, freqüentado pelos moradores da Nova Esperança mas também por moradores das ruas vizinhas. É comum também ser feito um churrasquinho pelo dono do bar, normalmente nas sextas-feiras à noite⁹⁹.

⁹⁹ Quando encerrava a redação do trabalho, Leonório havia fechado o seu barco. Alegou as dificuldades em conciliar o trabalho do bar com outros trabalhos dos quais depende para sobrevivência (especialmente na construção civil) e a “incomodação” e a “falta de sossego” que é “tocar um bar”.

Eventualmente surge algum pequeno bar, voltado apenas venda de bebidas. Um deles, tocado por um morador com fama de ser muito sério, fechou por que cansou de se incomodar com o comportamento de bêbados que, entre outras confusões, não respeitavam as mulheres que passavam pela frente do bar – algo intolerável para seus padrões morais.

4.3.4 Os espaços de lazer

Os bares ocupam os espaços numa localidade onde o lazer é restrito. Confundindo-se com os bares, ou estendendo-se dos bares o lazer encontra nas calçadas das ruas, um dos seus principais pontos de reunião das pessoas. Cena típica de muitas cidades brasileiras, o churrasquinho na calçada, acompanhado da cerveja mais barata comprada no supermercado, reúne amigos, familiares e vizinhos, que se espalham pela frente da casa, sentados no chão, em cadeirinhas de praia ou no muro, num movimento espontâneo de chegadas e saídas de várias pessoas das horas que vão gastando o dia nos finais de semana.

São poucos equipamentos coletivos, como parques e praças. No bairro Monte Cristo existem alguns campos de futebol e quadras de esportes, algumas poucas praças (normalmente pequenas e carentes de equipamentos que atraiam as crianças e viabilizem a prática de esportes pelos jovens e adultos, ficando portanto subutilizadas). Segundo o arquiteto Lino Peres, a região continental da cidade, onde se inclui o bairro do Monte Cristo tem uma média de 0,5 metros quadrados de área de lazer por habitante, quando os próprios índices recomendados pelo município são de 5 metros quadrados por habitante¹⁰⁰. Em fase de finalização se encontra o Parque Metropolitano, resultado da luta empreendida pelo CARMOCRIS, da qual trataremos mais adiante.

Nas imediações, ao lado da Nova Esperança, está o Panorama e suas quadras, onde costumam ir jogar futebol, mas ali se encontram fora da sua área, mesmo que tenham nesse espaço amizades e relacionamentos. Quando finalizava a redação desse capítulo, conseguiram que a prefeitura limpasse o terreno baldio que separa a Nova Esperança do pátio do

¹⁰⁰ A Prefeitura de Florianópolis toma como parâmetro o critério do Instituto Brasileiro de Administração de Municípios (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2009: p. 29). No entanto, em audiência pública, Lino Peres, o arquiteto que projetou o parque para a região e que defendia a proposta encaminhada pelo CARMOCRIS, reivindicava como medida ideal 10 metros quadrados de área de lazer por habitante.

supermercado e instalasse duas traves. Com isso, a prática do futebol tem sido constante entre os jovens e adolescentes da comunidade.

Na Nova Esperança, a casa comunitária, que permitiria algum tipo de atividade coletiva, como a realização de festas, na época em que iniciei a pesquisa estava aguardando reforma – faltavam recursos para a mão-de-obra.

4.3.4.1 Nos vazios do lazer...

O bairro como um todo é conhecido como área de tráfico de drogas, e nisso reside uma das fontes de seu estigma. Como muitos estudos já demonstraram, a proliferação do tráfico de drogas relaciona-se com o seu enraizamento na vida da população das áreas onde o tráfico se desenvolve (GUIMARÃES, 1998, p. 11). No contexto do tráfico na cidade, os traficantes da área desenvolvem um comércio pouco significativo. Isso pode ser explicado pelos fatores apontados por Marcelo Lopes de Souza (2000) como sendo decisivos para o sucesso do tráfico: mão de obra, localização, organização espacial.

Na juventude desocupada existe sem dúvida uma farta mão de obra disponível. Mas como já foi dito, na Nova Esperança houve uma diminuição do número de jovens entre 12 e 18 anos. Entre 2000 e 2005, período marcado por uma maior violência na área, o número de moradores entre 12 e 18 anos era praticamente o dobro. No entanto, se considerarmos as idades entre 12 e 30 anos, os números mostram-se estáveis em 2000, 2005 e 2010: são respectivamente 91, 99 e 95 moradores nessa faixa etária. Mas o fato de ter se reduzido quantidade de jovens naquela “idade-problema” (que mencionamos anteriormente) se reflete inclusive na forma como muitos moradores das áreas vizinhas se referem à Nova Esperança: como uma comunidade pacata, com maior presença de idosos do que as outras, sem tantos jovens.

A organização espacial peculiar, embora não seja a de íngremes encostas com suas tortuosas e labirínticas ruas, vielas e becos, também favorece a atividade. Seu fechamento (o desenho das ruas) cria um “dentro” e um “fora” da localidade, facilitando a visualização de qualquer aproximação de viaturas no local. Uma moradora comentou inclusive de que teria sido informada de um projeto de setores da polícia para que sua casa cedesse lugar a uma rua, evitando assim esse fechamento ao permitir uma melhor e mais eficiente circulação de

viaturas policiais. Mas mesmo considerando essa vantagem do fechamento, a área ocupada pelas casas está relativamente próxima de uma avenida mais larga, que permite que uma ação policial penetre rapidamente no local. Nessas circunstâncias, a vantagem conferida pelo desenho que permite o controle das entradas na localidade, converte-se numa desvantagem, pois espremidos pelos muros do condomínio Panorama, ficam com suas possibilidades de fuga dificultadas, especialmente depois que os vizinhos, cansados de ter seus lotes invadidos pelos jovens em fuga e pelos policiais em seu encalço, passaram a erguer muros mais altos.

A localização parece ser um fator que contribui para o insucesso comercial do tráfico na área. Encravada em área pobre e estigmatizada da cidade, não tão próxima do centro, perde para as bocas do Maciço, vizinhas às áreas centrais, restando a essas áreas um pequeno tráfico. Acresça-se a isso a concorrência do tráfico das áreas vizinhas, mais consolidado e organizado, onde a quantidade de pontos de vendas, espalhados em vielas de traçado tortuoso que derivam das ruas principais, realmente impressiona.

Assim, dedicam-se a um tráfico de pequena circulação. Os moradores reclamam dos *casqueiros*, usuários do *crack* e autores de pequenos furtos que só causam problemas, como brigas, barulho e arruaças na noite. Sofrem os moradores com um tráfico oscilante. Em outras épocas, desencadeava uma dinâmica de violência interna. A disputa com outras áreas de tráfico produzia medo na comunidade. Em alguns períodos houve traficantes mais fortes, produzindo por vezes uma dinâmica de maior violência. Em contrapartida, mais armados, defendiam moradores, eram respeitados por outros marginais. Uma jovem moradora contou que, em certa ocasião, tendo sua casa roubada, os traficantes recuperaram o roubo indo atrás dos ladrões, moradores das imediações. Hoje em dia, “*uns bundões*”, comentam rindo duas jovens que moram na Nova Esperança desde que nasceram. Mas ainda assim “*tráfico de drogas*” é um tema que é sussurrado entre os moradores, o sendo os termos “*tráfico*” e “*droga*” raramente pronunciados. Quando se toca no assunto, atitude generalizada entre os moradores: falam sussurrando, mesmo que não tenha ninguém por perto. Mesmo que pouco respeitados ou temidos, o código que impõe silêncio ainda prevalece.

4.3.5 A circulação

Com relação à circulação dos moradores pelo bairro, os anos de convivência e as entrevistas realizadas com muitos moradores contribuíram para desconstruir uma imagem que se procura veicular quanto ao bairro na cidade. Quando retomei o contato com os projetos na Nova Esperança imaginava encontrar uma realidade daquela produzida pela grande mídia nacional, de uma área corroída pela violência de gangues de criminosos que impedia a circulação livre dos moradores. Em períodos mais violentos, as pessoas ficavam confinadas em suas casas, com medo dos tiroteios entre policiais e traficantes. Segundo vários depoimentos, atualmente o risco e o impedimento da circulação existiriam apenas para aqueles que estariam envolvidos diretamente com as atividades criminosas. “*Só tem medo quem deve alguma coisa. Se tu não deve nada, não tem o que temer*”. Vários outros relatos de moradores desconstróem o perigo. Sem dúvida, em alguns momentos a situação de violência já esteve particularmente difícil em alguns momentos. Por conta disso, tornam-se parte do noticiário. Assistem com frequência programas policiais que retratam esses lugares como extremamente perigosos e violentos, em matérias sensacionalistas. Há uma espetacularização do crime e da violência, onde tomam parte, passam a ser protagonistas do espetáculo. Os moradores tinham sua circulação afetada pelos constantes riscos de tiroteios ente gangues rivais ou contra a polícia. No entanto, não ocorre o tipo de territorialização que impõe limitações entre as áreas, tal como verificado em algumas metrópoles brasileiras.

O que existe, porém, é um sentimento de pertencimento que faz com que os jovens procurem reforçar os seus vínculos no plano local. No caso dos jovens, vários dos que colocaram que, por não deverem nadar, podiam circular livremente por diferentes espaços do bairro (citando inclusive os amigos que têm em outras áreas), ao serem perguntados por que não freqüentam cotidianamente essas áreas, colocaram que não gostam de ir lá, que não se sentem bem fora da Nova Esperança¹⁰¹.

Questionei-me se nessas falas que enfaticamente retratavam o bairro como sendo seguro se não havia da parte deles uma tentativa de positivar o lugar. Acredito que não. Observando atentamente a circulação no plano local, as características das atividades

¹⁰¹ Tal aspecto será aprofundado no capítulo 5, onde será analisada de modo mais atento a circulação dos jovens.

criminosas, vendo a inter-relação entre os moradores de várias localidades, consolidei a impressão de que se trata muito mais de relatos no sentido de evidenciar a realidade de um bairro que, embora com problemas de violência e criminalidade, tem características de muitos outros bairros “comuns”, que não sofrem o estigma de favela. Ressaltar essas características parece ser um esforço no sentido de superar estigmas e preconceitos.

No entanto, há uma violência real que está na polícia contra os moradores. Eles conhecem alguns pelo nome. O mais temido é o Índio. Fazem os “atraques” - as revistas nos jovens - de modo agressivo, muitas vezes com violência física, sequer distinguindo se são menores de idade ou não. Em tal violência, na arbitrariedade policial, há uma manifestação clara do estigma.

Constatei muitos contatos entre os moradores das diferentes áreas do bairro Monte Cristo. Circulam calmamente pelas ruas centrais do bairro, se cumprimentam, se reconhecem como vizinhos de longa data. Existe uma rede de contatos, envolvendo amizade, parentescos e relações de interesses os mais diversos (contatos políticos, compra e venda, contratação de serviços) bastante intensa entre as diferentes áreas do bairro, revelando uma realidade bastante distante daquela de territórios segmentados e atomizados.

No entanto, do bairro para fora, a situação já é outra: a circulação dos moradores que é possível observar constitui-se num indicador de segregação. Confrontado com as características da cidade, as já citadas dificuldades de transporte coletivo parecem ser um fator inibidor, numa cidade que coloca cada vez mais a ênfase no transporte individual. Recentemente, os moradores comemoraram a melhoria do transporte entre o bairro e o centro: foi implantado um transporte mais ágil e mais barato, de tarifa social, baseado em microônibus, o “Chiquinho”. No entanto, ele não circula aos finais de semana e, mesmo em dias de semana, seu horário é apenas até as primeiras horas da noite. A finalidade explícita é para o trabalho e para os estudos.

Um outro fator a ser destacado é a crescente compra de automóveis motocicletas por parte dos moradores, fenômeno crescente nos últimos anos com a ampliação do acesso ao crédito para classes populares. Nos finais de semana, muitos fazem visitas a parentes que moram em outros bairros da cidade. No entanto, para aqueles que dependem do transporte coletivo tal hábito não é tão freqüente: essas visitas são inibidas pelo alto preço das passagens do transporte coletivo.

Para alguns, freqüentar a igreja é também ocasião para circular pelo bairro. No entanto, mesmo nesses espaços sofrem discriminação. Uma moradora narra um fato que ajuda a elucidar o porquê da preferência em circular pelo seu próprio bairro. Em razão da proximidade, ela freqüentava a igreja do bairro da Coloninha, a mesma cujo padre lhes deu suporte quando da ocupação de duas décadas atrás. No entanto, numa confraternização onde participariam de uma votação para escolha de dirigentes para instituições paroquiais, alguns moradores levantaram objeção à sua participação, colocando que sua área de moradia deveria estar circunscrita a outra paróquia. Em seu depoimento, o que mais destacou foi o profundo sentimento de humilhação por não desejarem em sua paróquia a participação de vizinhos de um bairro marcado pela pobreza. O estigma, proveniente das reminiscências de um ódio plantado no passado, também limita a circulação e a apropriação dos espaços da cidade pelos seus moradores.

Ao mesmo tempo, no plano local, a religião não mais agrega. Nos primeiros tempos, missas católicas, com as místicas típicas da teologia da libertação, ou então celebrações ecumênicas, normalmente seguidas de almoços festivos. Hoje não se encontra mais essa dinâmica. Contrastando com o passado, na rua central da Nova Esperança, uma casa que um antigo morador cedeu para a Assembléia de Deus continua ainda hoje acolhendo os seus fieis todas as terças e finais de semana. Embora não tenha muitos praticantes entre as famílias da Nova Esperança, os ruidosos cultos da igreja são também frequentados por moradores das localidades vizinhas. Na Nova Esperança, os crentes, como são chamados os adeptos das igrejas pentecostais, são pouco vistos nos espaços de convivência coletiva. Não participam da vida social que ali existe, os filhos pouco brincam com as outras crianças¹⁰².

De qualquer modo, o que se quer destacar é que antigos espaços onde o político e o organizativo se confundiam com o religioso, hoje não mais agregam a coletividade da área.

¹⁰² Essa é a imagem que se popularizou entre os moradores da Nova Esperança. Apegam-se ao caso de um jovem muito introspectivo, muito conhecedor de informática, fato que ele mesmo atribui à sua dificuldade de relacionamento com outros jovens. No entanto, tal comportamento não pode ser generalizado. Há o caso de Diego, um jovem que apesar de ter problemas mentais, se relaciona bem com muitos outros jovens da comunidade, e que encontrou numa dessas igrejas um bom espaço de sociabilidade com outros jovens de sua idade.

4.3.6 Espaços associativos

As associações encontram-se bastante reduzidas em seu papel agregador. Na maioria dos casos, são poucos a assumir a tarefa. Aqueles que se dispõem a assumir o encargo de dirigir uma associação de moradores, encontram dificuldades até em montar uma chapa. Muitas vezes, na base do compadrio, da relação de amizade, algum favor devido. Exemplo: Luís Carlos ajudou a retelhar uma casa. O retorno, a gratidão, foi compor sua nominata. Após a composição da nominata, apenas um pequeno grupo e, não raro, uma única pessoa (normalmente o presidente) encarrega-se do trabalho da associação. No caso da Nova Esperança é isso que tem acontecido. Mas tais associações e suas lideranças, em muitos casos verdadeiros “exércitos de um homem só”, vocalizam as reivindicações, ou melhor, traduzem muito daquilo que “sua base” sente e deseja (mas não se mobiliza) em reivindicação. Podem não representar, mas vocalizam.

Há uma tendência reclamada por muitos de uma privatização das relações: o “cada um por si”. O que pode ser imputado aos “laços fracos”, típicos da territorialização de uma nova pobreza, é passível de ser interpretado como um novo padrão de sociabilidade que se instaura na área, trazida por novos moradores sem qualquer vinculação com algum passado de lutas coletivas. Mas também parte da escolha de muitos que participaram dos movimentos de ocupação de terras. Das 25 famílias remanescentes do período da ocupação, apenas seis estão representadas com algum de seus membros participando em espaços coletivos. A maioria tem contado com suas próprias iniciativas para solucionar os seus problemas. Na verdade, já há algum tempo essa tendência tem prevalecido, como o episódio da cobrança de IPTU (dez anos passados) já demonstrou. Não recorrem à associação de moradores: com isso os problemas individuais jamais são traduzidos na forma de uma demanda coletiva (tal como faziam na época do movimento dos sem-teto). Quando buscam algum apoio, este outro é alguém ou de sua rede privada de relacionamentos ou de algum órgão público ou cargo político, que se vale de sua posição para estaJaneecer então uma troca de favores, na melhor tradição clientelista.

Ao mesmo tempo, as associações perderam espaço para ONGs. No âmbito da CARMOCRIS, é comum ouvir reclamações quanto a isso. As alternativas não têm sido criadas pelas organizações dos moradores. Buscam questões para poderem se manter atuantes. Dentre elas, têm priorizado a luta por espaços de lazer. Em torno dessa questão, condensam-se

outras: discutem a distribuição de recursos na cidade, encaminham propostas para ocupar a juventude, oferecendo alternativas e combatendo a criminalidade.

4.3.6.1 A luta pelo Parque Metropolitano

Um exemplo de um processo que envolveu as lideranças da Nova Esperança e das localidades vizinhas foi a luta pelo Parque Metropolitano. Por conta das questões relativas ao lugar dos espaços associativos no contexto do bairro, cabe aqui proceder a um breve histórico das mobilizações em torno do parque e tecer algumas considerações sobre o que elas suscitam. Mobilizou lideranças locais num longo processo de negociações onde, no final, conseguiram reverter a venda de um terreno da COHAB. Metade de um imenso terreno localizado entre a rua que separa a Nova Esperança e conjunto Panorama do supermercado Big, e estando na frente da Novo Horizonte, seria então destinado à instalação de um parque. Tal ideia, no entanto, nem sempre foi bem recebida pelos moradores, que viam a proposta com desconfiança. Isso, por dois motivos: ficaria restrito apenas ao uso de moradores de uma área específica (precisamente: a Novo Horizonte e o Conjunto Panorama); relegada pelo poder público (como acontece com tudo ali), poderia se converter em mais um território de traficantes.

O movimento em prol do parque foi desencadeado quando os moradores viram uma placa anunciando a venda do terreno numa de suas margens. Como já existia anteriormente um projeto de autoria do urbanista Lino Peres criando um parque na região, as lideranças resolveram se mobilizar e solicitaram uma audiência com a presidência da COHAB. A reunião evidenciou que havia um interesse da companhia na venda. Diante da reação dos moradores, a estratégia empregada pela presidência foi, por um lado, de apresentar a situação como irreversível diante das decisões já tomadas (as quais eram atribuídas a processos cujo desenrolar era anterior à gestão atual da companhia e sobre os quais não tinham mais qualquer controle e responsabilidade)¹⁰³. Por outro lado, a companhia procurou manter as lideranças afastadas dos detalhes do processo, alegando sigilo judicial imposto à transação de venda do terreno.

¹⁰³ A venda do terreno acontecia por determinação judicial, como parte de uma ação movida contra a companhia por dívidas.

As lideranças propuseram então fazer uma audiência pública. Após uma longa negociação a COHAB acabou por ceder metade da área do terreno para a construção do parque (diante da desistência do comprador), que deveria ser implementado e executado por meio de recursos da Prefeitura. Além da pressão organizada de várias lideranças do bairro Monte Cristo (e na qual moradores da Nova Esperança tomaram parte), contribuiu para o êxito das negociações a proximidade política entre o secretário estadual de Desenvolvimento da Região da Grande Florianópolis (escalado pelo governador para fazer a mediação do conflito entre os moradores e a COHAB) e o prefeito de Florianópolis. Houve o interesse mútuo em não se desgastarem em ano eleitoral contra uma reivindicação de apelo popular. Durante as negociações as lideranças valeram-se do conhecimento da legislação, evocando o fato de que aquela área é classificada como Área de Interesse Comunitário (AIC), que não permite a construção de estabelecimentos com finalidade comercial, e que se mobilizariam para evitar qualquer alteração na legislação municipal.

O acompanhamento dessas mobilizações e negociações proporciona a discussão de algumas questões relativas aos espaços associativos na Nova Esperança e no bairro Monte Cristo. Uma delas diz respeito à capacidade de mobilização. Ao contrário do que uma primeira aproximação possa sugerir, as lideranças não são tão frágeis como aparentam ser. No episódio em questão é importante destacar que souberam com quem se assessorar, empregaram boas estratégias para pressionar nas negociações e demonstraram capacidade de mobilizar suas bases. No dia do ato de lançamento do parque, os moradores compareceram ao evento, no qual políticos locais (prefeito, secretários estaduais, vereadores) se fizeram presente. Dirceu, antiga liderança da época das ocupações dos sem-teto, quando das primeiras tentativas de negociação, falava, em tom ameaçador “*ah! Eles não sabem com quem estão se metendo*”. Repetidas vezes disse: “*eles vão ver o que vai acontecer [se o terreno for vendido]...*” enquanto aguardávamos nas salas de espera de reuniões com a direção da COHAB. Mais que um simples saudosismo, esse tom de ameaça revelava uma aposta na capacidade de ainda mobilizarem o conjunto de moradores em ações coletivas, com impacto na mídia e podendo perturbar as autoridades pelas suas denúncias. Assim interpretei sua fala. Sua avaliação era que havendo problema, os moradores comuns, aqueles que não são lideranças, viriam e participariam. E agora havia um problema, um sério problema. E nisso reside uma segunda questão a ser discutida.

A certeza de Dirceu em sua ameaça, que primeiro interpretei como uma possível ilusão, motivado por um saudosismo da época em que o movimento dos sem-teto era

fortemente organizado, na verdade se assentava na centralidade que a questão dos espaços de lazer adquiria no idioma de ação dos moradores. Toda uma discussão sobre violência e criminalidade, presença das drogas e seus efeitos sobre o cotidiano dos moradores, dirigia o seu foco a um segmento específico, a juventude. Não foi à toa que uma semana após a primeira reunião com a presidência da COHAB, uma audiência pública chamada pela Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa teve lugar na Escola América Dutra Machado. Para minha surpresa, constatei uma ampla presença de moradores de várias localidades do bairro. Maior ainda foi a surpresa com a quantidade de moradores da Nova Esperança - moradores comuns, aqueles que não são nem pretendem ser lideranças, estavam lá, numa noite chuvosa de inverno, acompanhando a audiência.

Assim, a luta pelo parque suscita reflexões sobre as demandas dos bairros da periferia. Os discursos em torno das crianças e dos jovens conquistavam maior apelo público entre os moradores. Vinha articulado à denúncia da discriminação sofrida por parte do poder público, onde a condição de seu bairro e o tratamento recebido pelo poder público eram constantemente confrontados com a atenção dispensada à “Beira-Mar Norte” (essa avenida simbolizava em seus discursos toda a riqueza da qual se encontram excluídos). Destacavam então o quanto isso afetava o cotidiano de seus jovens, que não tinham as mesmas oportunidades dos filhos dos moradores de outros bairros da cidade¹⁰⁴. No contexto dessa construção discursiva a contrapartida se traduzia na reivindicação por áreas de lazer no bairro. Juventude e infância em situação de risco, discriminação periferias e ausência de investimento do Estado, tudo isso era incorporado ao idioma de ação daqueles que se mobilizavam no ou pelo bairro.

Assim, no episódio do parque havia uma questão com potencialidade de mobilizar uma coletividade, tal como nas décadas passadas. E isso explica a forma a forma como as lideranças colocaram-se em cena na luta pelo parque: motivadas, buscando articulações e buscando mobilizações efetivas que garantissem o sucesso da reivindicação. O ímpeto com o qual se dedicaram à esta luta relaciona-se com a escassez de demandas com forte apelo de mobilização a serem encaminhadas pelas associações locais. Mostraram poder de decisão, conseguiram visibilidade, ocuparam o espaço político nessa questão (pequeno espaço, sem

¹⁰⁴ Para a questão específica do parque, por exemplo, o urbanista e professor Lino Peres trazia dados argumentando em torno da necessidade de dez metros quadrados de área de lazer por habitante. A parte continental (bairro do Estreito) teria em torno de 0,5 metros quadrados por habitante. O critério empregado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis segue o defendido pelo Instituto Brasileiro de Administração de Municípios, que considera ideal cinco metros quadrados de área de lazer por habitante (PMF, 2009).

dúvida, se comparado com as conquistas do passado). Assim, avalio que não perderam a capacidade de mobilizar, não se tornaram frágeis, nem se distanciaram de suas bases, mas perderam espaço. A cidade mudou e os espaços para o encaminhamento das demandas passaram a ser outros. Passou a exigir outro perfil de lideranças, tal como foi colocado no segundo capítulo, quando apontava a partir do estudo de Edaléa Ribeiro, a dificuldade do movimento de bairro em espaços que exigem outras habilidades (discurso bem articulado, capacidade associativa, tempo disponível à participação, o diálogo constante com autoridades).

Um exemplo desse tipo de espaço que pude presenciar foi o que envolveu o plano diretor participativo. Nelas os representantes dos bairros mais pobres pouco participavam, ou não tinham participação destacada em suas reuniões e plenárias. Nelas, o debate era pautado pelo conhecimento técnico de questões urbanísticas, pelo domínio da legislação, pela capacidade de agir e pensar estrategicamente os encaminhamentos políticos do plano diretor. Tudo isso, em negociações com o corpo de especialistas da prefeitura. As informações eram intensamente trocadas na internet, via listas de e-mails e grupos de discussão. Nesse contexto, as antigas lideranças dos bairros mais pobres, como é o caso do Monte Cristo, ficavam às margens do processo. Os protagonistas principais eram de bairros de camadas médias, muitos deles de nível universitário e, não raro, profissionais das áreas de urbanismo, direito e ciências humanas.

Alguns acontecimentos revelaram como essa perda de espaço foi sentida pelas lideranças do movimento. Numa reunião que discutiam a escolha de nomes para compor a mesa de uma audiência pública na assembléia legislativa exclusivamente para discutir a questão do parque, rejeitaram de forma unânime a proposta de colocar à mesa o presidente de uma ONG, mesmo sendo ele ligado ao passado de lutas do bairro e com grande prestígio junto a seus moradores (pois ainda hoje desenvolve projetos voltados para crianças e jovens de áreas empobrecidas da cidade). Nas justificativas: *“porque só para aparecer já tá cheio de gente”*. Em outros momentos, ouvi em reuniões do CARMOCRIS reclamações pelo fato de que os interlocutores das questões sociais passaram a ser as ONGs, e não mais os representantes das associações de moradores ou outras lideranças locais. *“Tudo agora é resolvido com ele”* (referindo-se ao diretor de uma ONG com forte trânsito entre empresários e políticos de todos os partidos), reclamava com forte ressentimento um antigo presidente de uma associação local.

O “aparecer” também merece algumas considerações. Expressa a resistência a possíveis instrumentalizações do movimento, mas também espaço de disputa entre as lideranças. Instituições supralocais como os partidos, ONGs e a universidade, são vistos como potenciais ameaças à autonomia das instituições locais. Não foi à toa que a luta pelo parque passou a dividi-los. Aqueles ligados ao DEM passaram criticar a proposta pela qual cederiam apenas metade de toda a área para o parque¹⁰⁵. Os políticos dos diferentes partidos ligados às lideranças locais procuravam também ocupar o seu espaço quando das audiências. Embora o projeto do parque fosse de autoria de (Lino Peres, ligado ao PT), a lei que o criou era de autoria de Ptolomeu Bittencourt, antigo vereador ligado ao DEM. O candidato desse partido a prefeitura, César Souza Júnior pronunciou-se também na defesa da proposta de que a área inteira do terreno da COHAB fosse cedida para o projeto original do parque.

A forma como a reivindicação do parque metropolitano conquistou apoio entre diferentes partidos corrobora com as reflexões que desenvolvi em minha dissertação de mestrado, quanto ao caráter circunstancial e sujeito à natureza do jogo político pelo qual se deve analisar a relação entre Estado e movimentos sociais. As audiências públicas, o modo como os políticos foram escolhendo suas posições, como os órgãos estatais envolvidos no processo foram cedendo à reivindicação reforçava o entendimento de que não há uma lógica pré-determinada (estabelecida, por exemplo, pela dinâmica da luta de classes), mas um jogo onde a ilusão do público assume contornos de realidade, por ser uma representação que se faz valer pela sua legitimidade, pelos valores que suscita e exige coerência de seus membros. César Souza Jr (assim como muitos políticos tido pelos movimentos sociais como sendo conservadores) defende interesses populares desde que esses não firam a interesses de grupos lhe dão apoio direto, ou a questões exigidas pelo seu partido. Até porque seu eleitorado, diretamente vinculado à audiência do programa televisivo de seu pai, está diretamente vinculado aos moradores destas áreas periféricas da cidade. Mas, em coerência com o que coloca Claus Offe, é possível afirmar que ele é “capitalista sem ser burguês”¹⁰⁶: assume o jogo democrático, para além dos interesses imediatos da burguesia (ou de qualquer outro

¹⁰⁵ Essa crítica serviria posteriormente para justificar a proposta de formação de uma nova entidade no bairro. Para não ser acusada de promover a divisão, alegavam representar não as associações, mas o cidadão. Outra crítica seria a de aparelhamento partidário (especialmente pelo PT: embora não nominassem os partidos, era com pessoas ligadas a este partido que rivalizavam na disputa por espaço.

¹⁰⁶ A esfera política incorpora o conjunto de interesses da sociedade, incluindo das classes dominadas, mas os interesses que se colocam dentro da esfera dos interesses capitalistas.

particular), representando os interesses de todos (ou da maioria), mas dentro dos limites da estrutura capitalista.

4.3.6.2 A Cooperarte

Outro espaço organizativo criado na comunidade foi o da Cooperarte: projeto de geração de renda, por iniciativa da universidade, cujo papel nem sempre foi entendido por todos. Sua história revela significativos aspectos acerca da dinâmica associativa na área. Observei o processo *in loco*, participando de suas reuniões, na qualidade de colaborador. Houve uma série de dificuldade de implementação pela pouca iniciativa dos cooperados. Esperavam para se reunir quando chegava o “pessoal da universidade”. Quando havia iniciativa local, não raro desembocavam em conflitos que paralisavam as atividades até que chegassem os mediadores externos, guindados à posição de verdadeiros juízes de paz. Um dos grandes desafios tem sido superar os conflitos internos, traduzidos na forma das fofocas¹⁰⁷. Reclamam do “diz-que-me-diz”, outras se referem frequentemente ao fato de que se sentem desestimuladas à participação porque “tem muita *falação* na cooperativa”. E a mediação dependeria sempre da presença dos universitários.

Todas as iniciativas em torno da associação de moradores e da cooperativa de artesanato evidenciam o fato de que a dificuldade em articular espaços coletivos tem sido constante. As pessoas têm optado por evitar as disputas e conflitos inerentes a esses espaços recolhendo-se para suas vidas privadas. Prova disso é que a fofoca ganha centralidade e toma conta da cena local, servindo de argumento para que o espaço público seja secundarizado ou mesmo abandonado. Embora a fofoca seja instrumental à definição dos limites do grupo, como bem observa Fonseca - pois ser objeto de fofoca representa integração ao grupo, fazer parte de um coletivo (2000, p. 42) - nesse caso, no modo como a crítica dos moradores à fofoca é colocada, ela tanto é tomada como sintoma de uma cena coletiva negativa como serve como justificativa para a retirada das pessoas desses espaços de sociabilidade, enfraquecendo mais ainda os laços coletivos.

¹⁰⁷ Incorporo aqui a definição para a fofoca feita pela antropóloga Cláudia Fonseca a partir de seu estudo com grupos populares urbanos em Porto Alegre: “A fofoca envolve, pois, o relato de fatos reais ou imaginados sobre o comportamento alheio. Ela é sempre concebida como uma força nefasta, destinada a fazer mal a determinados indivíduos. Ninguém se considera fofocueiro, mas todo mundo concorda em dizer que há fofoca constantemente na vizinhança” (FONSECA, 2000, p. 41).

A mediação dessas situações deveria ser feita por aqueles que estavam fora das relações de pertencimento afeitas à fofoca. Ou seja: dependiam de um mediador externo à “comunidade” - como colocado anteriormente, normalmente personificado na figura dos universitários. Como observou uma participante externa, era como se ficassem à espera de um patrão. Por mais críticos que fossem os universitários a essa situação de dependência, não encontraram mecanismos para reverter o quadro. No olhar dos universitários, o ideal comunitário frustrava-se, pois a perspectiva era da autonomia dos integrantes da cooperativa, e não da dependência: como se colocava na reunião, a ideia era “ensinar a pescar, e não dar o peixe”. Visto sob esse ângulo, a Cooperarte apenas sobrevivia. As iniciativas autônomas eram insuficientes para a demanda de manter uma cooperativa de artesanato ativa.

O grande agravante era a deterioração da casa comunitária, necessitando de uma reforma urgente para que pudesse abrigar equipamentos obtidos por um edital do MEC via universidade. Após conseguirem os recursos para a compra do material para a reforma de parte do A situação foi resolvida com a obtenção de recursos para finalizar a reforma (pois edital não previa mão de obra) via Secretaria Municipal do Continente. Com a ajuda de um professor com conhecimento de engenharia, houve quem então assumisse os encargos tanto de acompanhar a obra como de articular os encaminhamentos práticos da execução da obra com a secretaria. Com a casa concluída a aposta era de que poderia assim agregar mais pessoas, transcendendo o pequeno grupo (a “panela”, como muitos vizinhos se referem ao grupo de mulheres envolvidas com a cooperativa) e a domesticação dos conflitos. Ao mesmo tempo, a conclusão da reforma da casa possibilitaria a criação de uma rotina, de uma organização do tempo e espaço, pré-condições para a realização de uma atividade profissional baseada no trabalho coletivo.

Mas havia dificuldade na relação com agentes externos. Existiam diferentes perspectivas entre universitários e demais agentes externos, de um lado, e as moradoras, de outro lado: enquanto os primeiros apostavam na autonomia, as mulheres buscavam reforçar os laços de dependência. Na perspectiva das mulheres cooperadas, o que os de fora colocavam como autonomia era percebido como abandono. A dependência era, na perspectiva delas, o apoio necessário para a realização de atividades para as quais não tinham conhecimento. Havia uma dificuldade, por exemplo, em organizar a secretaria e a contabilidade da associação. No entanto, o grupo contrapunha o fato de que havia entre as cooperadas uma técnica de contabilidade, e que faltava, portanto, iniciativa no sentido de querer tomar as iniciativas. No entanto, algumas dificuldades eram consensuais. Tal como a de realizar

articulações externas, buscando espaços de vendas em feiras ou entre comerciantes (para colocar produtos em vendas consignadas) ou fazer acordos com fornecedores.

Mas se de um lado faltava esse capital social, de outro lado sobrava capital simbólico. Nas articulações com órgão estatais, na busca de apoios junto ao terceiro setor, o fato de estarem sob um projeto de geração de renda e sob a rubrica da inclusão social, e o fato de contarem com figuras que foram no passado emblemáticas dos movimentos sociais da cidade, efetivamente abria muitas portas.

Acostumaram-se com muitos apoios: primeiro, na época da ocupação; depois com as múltiplas atividades do Programa Entrelaços do Saber. Posteriormente, houve um esvaziamento das atividades do programa da universidade, permanecendo uma equipe menor de universitários atuando na localidade. Embora os principais agentes que atuavam no programa Entrelaços do Saber tenham se deslocado para outros trabalhos de inclusão social, de maior abrangência, mesmo que beneficiando os filhos dos moradores, tal fato foi visto por muitos como um abandono. O mesmo ocorria quando finalizava a pesquisa na localidade, em 2010: a anunciada saída da coordenadora do projeto de geração de renda que dava apoio à Cooperarte, mesmo que já previsto, também foi interpretado como “abandono”.

4.4 A Nova Esperança na cidade

Os fluxos e trocas com a cidade são muito presentes. Longe de serem guetos, longe de poderem ser pensados numa dinâmica pura de segregação, pensar localidades como a Nova Esperança desafia as ideias consolidadas e definitivas sobre favelas, periferias ou como quer que se denomine essas áreas empobrecidas das cidades brasileiras. Segundo a observação de Wacquant (tal como já apontado no capítulo 2), é necessária a precaução metodológica no uso dos termos, evitando o emprego de “conceitos folclóricos”, que podem vir a interferir na própria análise. Assim, tem-se evitado a utilização do termo *favela*. No caso de realidades como as de muitas localidades do Rio de Janeiro, seu emprego é justificável para designar tais espaços de pobreza. A categoria de sistema-favela, por exemplo, como se refere Marcelo Burgos, não se aplica no presente caso. De acordo com esse autor, historicamente os moradores pobres do Rio de Janeiro tiveram a partir da favela acesso aos bens públicos fundamentais (água, luz, saneamento básico); a partir dela também extraíram uma identidade

coletiva para negociar no espaço público o acesso a direitos sociais (saúde, educação e urbanização) (BURGOS, 2002, p. 27). Mas ao mesmo tempo em que o sistema-favela garantiu, e continua garantindo, a incorporação social dos seus moradores (ao mercado de trabalho local e ao mercado de bens públicos), reduziu a autonomia política, obstruindo sua participação na polis (BURGOS, 2002, p. 28).

Tal separação não parece acontecer de modo tão intenso no caso da Nova Esperança. A localização, com proximidade do centro e de outras áreas comerciais e de equipamentos de uso coletivo, como shoppings e supermercados, parques não os deixam confinados. Ao mesmo tempo, a debilidade do crime organizado e dos mecanismos de controle político e social, dada a sua recente história na cidade, não permitem considerar a existência de um sistema local pré-jurídico.

No entanto, alguns elementos podem ser incorporados à análise. A forma como negociam sua entrada na esfera pública da cidade, valendo-se de uma identidade coletiva (e atribuída pela mídia e por intelectuais) e constituindo um idioma de ação, aproxima essa realidade do *sistema-favela* descrito por Burgos. Os jovens, como será analisado mais adiante, resistem a essa identificação, que se constitui um idioma de ação para aqueles que estão efetivamente na *ação*. Passam a ser contestados por aqueles que buscam por meio de estratégias individualizadas a inserção na sociedade de consumo que, em razão dessa identificação, acaba por estigmatizá-los.

No caso da Nova Esperança, a rigor uma microárea dentro da localidade Monte Cristo¹⁰⁸, não é possível se pensar num sistema, ou num microssistema institucional. Os traficantes locais, pequenos, não garantem proteção, aos moradores, são vistos mais como perturbadores da paz local, da ordem, com o agravante de que estão armados. Embora tal conceito parece ser pertinente para as favelas cariocas. Em Florianópolis, sua operacionalidade talvez se aplique na análise das localidades do Maciço do Morro da Cruz, mais antigas que as do bairro Monte Cristo. Outra possibilidade talvez seja uma abordagem de acordo com o sistema de classificação proposto por Ruben Kaztman (2007, p. 303-313).

De acordo com sua tipologia, o primeiro tipo seria o de comunidades surgidas a partir de migrantes internos, a maioria proveniente do campo. Pelas suas origens rurais, onde

¹⁰⁸ Se tomarmos no sentido estrito o sistema de categorias proposto por Anthony Leeds e Elizabeth Leeds (1978).

predominavam relações de dominação patrimonial, tais localidades apresentariam uma frágil capacidade de articular demandas individuais em coletivas.

O segundo tipo é constituído por bairros operários tradicionais onde as oportunidades de mobilidade coletiva são maiores do que as oportunidades de mobilidade individual. A homogeneidade social dos bairros operários colocou-se historicamente como uma poderosa força de integração social, onde as atitudes e valores que emergiam da comunidade trabalhadora tinham forte incidência nos padrões que regulavam as relações entre os moradores.

O terceiro tipo é formado pelas comunidades populares urbanas, que apresentam heterogeneidade maior que os tipos anteriores. Seus moradores são na maioria trabalhadores assalariados e informais de baixa qualificação, além de trabalhadores autônomos e donos de pequenos empreendimentos. De acordo com Kaztman, estes bairros inscrevem-se num contexto favorável à mobilidade individual e, em alguns casos, à mobilidade coletiva.

Por fim, os guetos urbanos constituem o quarto tipo, onde a proporção de pobres em relação ao total de residentes e a homogeneidade dos perfis das moradias é maior que nos tipos anteriores. Seu crescimento está associado às mudanças no mundo do trabalho, marcado pela extinção de postos de trabalho, aumento da disparidade entre salários de qualificados e não-qualificados. Kaztman observa ainda que se verifica nesses espaços uma desarticulação entre participação simbólica e material, advinda da revolução das comunicações e expectativas de consumo. Tal contexto não favorece nem a mobilidade individual nem a coletiva.

Surgida numa época em que a cidade crescia com migrantes das áreas rurais, mas ao mesmo tempo a partir de intensos processos de mobilização coletiva, acabou por proporcionar uma mobilização ascendente. Sua localização, somada às condições de infraestrutura e serviços e ao acesso a empregos favoreceu uma mobilidade ascendente para seus moradores. Forma um tipo misto, pois não chega a ser o que é caracterizado como um gueto, embora concentre pobreza (a qual tende a diminuir ao longo dos anos), mas reúne algumas das características de bairros populares.

Em comum com as favelas cariocas, o estigma¹⁰⁹. Para além da discussão acerca da classificação da localidade em distintos sistemas, este é um inegável ponto que mereça aqui maior atenção, uma vez que o estigma sofrido por esses moradores marca sua experiência. Tal dimensão tem sido incorporada ao discurso e à prática das lideranças. Permeou, por exemplo, a luta pelo parque citada acima. Há uma luta não organizada, invisível, que talvez se traduza melhor como um desejo de mudar a “cara do bairro”. Isso se revela também nas sociabilidades ali existentes, especialmente nas mudanças que têm ocorrido desde sua fundação até hoje.

No entanto, enfrentam dificuldade com suas formas organizativas em tempos de mudanças de parâmetros da organização dos movimentos sociais. São cada vez mais escassas as oportunidades de conquista de suas reivindicações a partir de mobilizações seguindo os padrões pelo qual conquistaram as suas casas. Tendo que atuar em redes, enfrentado processos de negociação no interior de espaços estatais, encontram dificuldades, tal como explicitado no capítulo primeiro. Deixam de ser eles, os moradores, os diretores de associações, os efetivos protagonistas do processo. Exceção àqueles que se tornaram *atores instituídos*¹¹⁰, quem acaba por fazer a intermediação das demandas dos moradores e o poder público são instituições como o CEDEP e outras ONGs. CARMOCRIS esvaziado, com papel ofuscado pela proeminência de padre Vilson e reforçada com a presença do PT no governo federal, PAC, Aroeira.

Uma das conseqüências disso é que as associações do Monte Cristo, por serem mais fracas, tornaram-se mais independentes: por pouco agregarem, por perderem o papel intermediador entre o plano local e o poder público, deixaram de ser alvo privilegiado da disputa de partidos e de políticos com suas práticas clientelistas. No caso da Nova Esperança, o passado de lutas, no entanto, deixa como legado um conjunto de lideranças com capital

¹⁰⁹ É possível incorporar para fins analíticos, as noções de *discriminação e preconceito*, muito empregadas nos discursos das lideranças, sob o conceito de *estigma*, na acepção de Goffman (1982). Segundo esse autor, o estigma estabelece uma relação impessoal com o outro; o sujeito não surge como uma individualidade concreta, mas como representação circunstancial de certas características típicas da classe do estigma, com determinações e marcas internas que podem sinalizar um desvio, mas também uma diferença de identidade social. O estigma é um atributo que produz um amplo descrédito na vida do sujeito; em situações extremas, é nomeado como “defeito”, “falha” ou desvantagem em relação ao outro; isso constitui uma discrepância entre a identidade social virtual e a identidade real. Para os estigmatizados, a sociedade reduz as oportunidades, esforços e movimentos, não atribui valor, impõe a perda da identidade social e determina uma imagem deteriorada, de acordo com o modelo que convém à sociedade.

¹¹⁰ Casos como os de Badeco, que conseguiu eleger-se vereador nas últimas eleições, mas que também já desenvolvia um trabalho com os jovens da região a partir do cargo que ocupava como funcionário da prefeitura. Ou de Seu Jair, da Chico Mendes, que hoje trabalha na Secretaria do Continente (municipal), pois o partido ao qual é filiado (e pelo qual já foi candidato em mais de uma ocasião – todas sem sucesso) faz parte da coligação que elegeu o último prefeito.

simbólico cujo reconhecimento lhes favorece na obtenção de apoios para suas iniciativas, o que não tem sido difícil em época de políticas compensatórias voltadas para os excluídos da cidade. No entanto, essa mesma dinâmica onde o reconhecimento pelo passado de lutas os favorece na obtenção de alguns recursos e projetos, os enfraquece nas relações locais de poder com outras instituições externas à localidade. O novo contexto quando retira a iniciativa das instituições locais parece comprometer aquilo que Éder Sader vislumbrava como potencialidade dos novos personagens que entravam em cena, que era o poder de criar novas relações, estabelecendo espaços e direitos. Quem institui as novas relações? Há uma perda autonomia, na medida em que quem estabelece as novas relações e novos significados, tal como colocado por Castoriadis, deixam de ser os moradores: deixam de ser atores centrais do processo.

É o que ocorre com uma série de projetos provenientes de instituições do Estado como a Universidade do Estado e o Corpo de Bombeiros e que tiveram como público-alvo os moradores. No entanto, é isso que tem permitido a resistência à tendência de privatização das relações. O propósito dos próximos capítulos é compreender como moradores de duas gerações se movimentaram nesse novo contexto. Não há a pretensão de desenvolver um estudo dos resultados de tais projetos, mas sim analisar a trajetória de duas gerações da Nova Esperança, dirigindo o olhar para a forma como vivenciaram suas experiências nesses espaços de interação coletiva, tanto no passado como no presente.

5 AS TRAJETÓRIAS DA PRIMEIRA GERAÇÃO

Neste capítulo, o objetivo é examinar as trajetórias de vida de moradores da Nova Esperança. Por meio delas, é possível compreender a complexidade da dinâmica urbana de Florianópolis na sua relação com os espaços de pobreza e, em particular, como os moradores desenvolveram suas estratégias de inserção nos espaços da cidade. Primeiramente, faço uma retrospectiva, focalizando especialmente os moradores da geração que fundou a localidade: suas vidas, como viviam antes de ir morar na Nova Esperança, o que mudou, seus testemunhos sobre a cidade, como vivem hoje, estabelecendo, enfim, uma comparação dinâmica entre os tempos passados e o cotidiano atual. No outro capítulo, focalizarei especificamente a nova geração.

5.1 A cidade, o local e suas heterogeneidades

Um estudo recente, encomendado pela prefeitura de Florianópolis sobre as 64 áreas classificadas como Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS)¹¹¹, mostra que, malgrado o forte crescimento dessas áreas entre o início dos anos 1980 e o final da década de 1990 (quando o número de moradores dobrou: de 20 mil para 40 mil pessoas habitando nessas áreas), na última década tal tendência não teve continuidade. Entre 1997 e 2007, o número de moradores em áreas de interesse social subiu de 40 mil para 50 mil. Isto se deve ao fato de o crescimento ter ocorrido em áreas de municípios vizinhos de Florianópolis. Loteamentos como o Frei Damião, no município de Palhoça, passaram por rápidas transformações; este loteamento, especificamente, de mil famílias em 2000, subiu para 5 mil em 2009, e converteu-se na estrela principal de muitos dos acontecimentos violentos noticiados em programas de TV sensacionalistas e nas páginas policiais dos jornais.

No entanto, no âmbito do presente trabalho, interessa perguntar: o que aconteceu às áreas mais antigas, surgidas ao longo dos anos 1980? Houve maior inserção dos seus moradores na vida da cidade? É possível confirmar melhoria nas condições de vida?

¹¹¹ Nesse estudo, desenvolvido pela Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos (Cobrape), foram levados em conta aspectos como saneamento, coleta de lixo, água tratada e material das casas.

No capítulo anterior procurei responder parcialmente a essas questões, mostrando que, sob uma série de aspectos, houve melhorias nas condições do bairro e de seus moradores (em particular no caso da Nova Esperança), embora ainda seja uma área estigmatizada e com sérios problemas urbanos – fazendo parte, portanto, dos espaços de pobreza da cidade –, parte do poder dos protagonistas do passado perdeu espaço na esfera pública da cidade, embora outras instituições, supralocais, como organizações ligadas ao terceiro setor (caso de muitas ONGs), tenham conquistado espaço e legitimado sua atuação nessa esfera.

A legitimidade da “comunidade” é um testemunho dessa mudança, acompanhada de outras modificações. Uma reportagem publicada em jornal local, referindo-se aos resultados dessa pesquisa encomendada pela prefeitura, procurava retratar a nova realidade das “comunidades”. Nela encontrei o seguinte depoimento: *“Mudou tudo, até o comportamento dos moradores. Cheguei a ver dois rapazes baleados dentro da minha casa. Eles aproveitaram a porta aberta e entraram para escapar de outro. Não adiantou, foram atingidos”*.

A reportagem prossegue, contando ao leitor um pouco mais sobre as mudanças na vida de Rosa. Ela mora em uma das casas de um projeto habitacional e garante não trocar a comunidade por bairro nenhum. O sentimento de segurança está entre os fatores que fizeram com que a comunidade obtivesse o melhor conceito na pesquisa encomendada pela prefeitura.

Além da Novo Horizonte, a reportagem destacou a Nova Esperança. As duas localidades, vizinhas e ambas surgidas do Movimento dos Sem-Teto, foram as que apresentaram as melhores condições. Em que pese a nítida preocupação da reportagem em produzir uma nova visibilidade, é necessário observar que o bairro vem produzindo uma nova imagem. Mesmo que em pontos isolados, é visível o aumento de casas que vêm sendo reformadas, assemelhando-se mais com o padrão de casas de classe média. Seria então possível aventar a hipótese de dessegregação? Poderá a argumentação em torno dessa hipótese ser relacionada a um passado comum de participação em movimentos sociais?

As mudanças operadas na região desafiam o olhar do pesquisador. Muitos dos dados apresentados (como os do relatório da Cobrape, descritos acima) teriam de ser *“varridos para debaixo do tapete”* em muitos estudos, por não se encaixarem nas categorias analíticas adotadas, criadas para dar conta de realidades conflitivas, de segregação extrema, de isolamento social, de violência.

A Nova Esperança talvez se situe nesse espectro intermediário¹¹², por vezes incômodo para o analista: não é uma localidade miserável, mas convive com uma evidente concentração de pobreza. As referências à localidade situam-se entre favela e comunidade (nos termos oficiais, no linguajar técnico da prefeitura é ZEIS; na linguagem da imprensa, ao sabor dos noticiários, é comunidade ou favela, dependendo das circunstâncias). Não apresenta maiores problemas de violência, a ponto de não garantir espaço na mídia, apesar de a grandeza do tráfico de drogas ser suficiente para incomodar os moradores, comprometer o futuro dos jovens e, por vezes, acionar a violência (que, como foi demonstrado, é cíclica, ou melhor, circunstancial). Entre os moradores, encontramos um sentimento ambíguo com relação ao seu lugar de moradia: ora dizem gostar da “comunidade”, ora reclamam da situação.

O presente caso sugere cautela no emprego de categorias que possam conduzir a análises polarizadas da realidade. Embora isolamento social e pobreza sejam elementos constitutivos dos territórios pobres das grandes cidades (e certamente o é no caso da Nova Esperança), no presente estudo, uma série de indicadores tem sugerido aprofundar uma hipótese contrária, a de que não são tão isolados, nem tão pobres, nem tão destituídos de capital social como a maior parte das teorias indicam que deveriam ser, nem que este deveria ser o ponto de partida de onde deveriam analisados. Para o caso que pretendo aqui analisar, vale prestar atenção, de modo cuidadoso, à seguinte observação de Ruben Kaztman: “enquanto as novas modalidades de crescimento favorecem a fragmentação urbana, as diferenças nos perfis dos bairros pobres refletem diferentes capacidades de resistência a essa fragmentação” (KAZTMAN, 2007, p. 310).

Neste sentido, e guardando similaridades com o caso da Nova Esperança, o sociólogo norte-americano Mario Small (2004) analisou a resistência às reformas urbanas por moradores de um bairro porto-riquenho em Boston, onde, após anos de intensa mobilização coletiva, a localidade passou a sofrer os problemas de desmobilização e desarticulação das instâncias de organização coletiva. Para além das similaridades com o caso da Nova Esperança, o interessante é que o autor, preocupado em desenvolver uma reflexão crítica sobre as teorias que discutem os efeitos da concentração da pobreza, analisou o bairro como caso empírico

¹¹² Pensar não só na pobreza extrema, mas nos lugares intermediários, tal como observou Bourdieu em “A miséria do mundo” (2001).

central para compreender a heterogeneidade e as diferenças entre seus moradores. No Brasil, convencionou-se designar pesquisas dessa natureza de *estudos de efeitos de vizinhança*. Em um diálogo com tais estudos nos EUA, Small admite que conclusões como as de William J. Wilson sobre o efeito pobreza são bastante plausíveis. Segundo esse autor, uma pessoa, por viver em um bairro pobre, teria suas chances de vida negativamente afetadas, independentemente de seu próprio nível de pobreza. No entanto, Small aponta como limite desses estudos o fato de que, embora essa correlação tenha sido bem demonstrada, os mecanismos pelos quais os efeitos de vizinhança operam - o *como* isso acontece, os processos que conduzem a determinados resultados têm sido relativamente pouco pesquisados. Sua resposta, e neste sentido converge com o interesse de meu trabalho, o encaminhou na direção da pesquisa etnográfica e do exame das trajetórias de vida dos moradores. Pelo exame atento das relações dos atores sociais com o espaço local e com a cidade, e pela compreensão da dinâmica temporal, torna-se possível compreender os mecanismos que operam no bairro, produzindo segregação (ou não), isolamento social (ou não), criando no bairro melhores ou piores oportunidades de integração ao mundo da cidade e ao seu *mainstream*.

É nesses dois procedimentos que ancorei metodologicamente a investigação junto aos moradores da Nova Esperança: por um lado, nas trajetórias, de cuja observação direta me vali, dado o longo período de contato com muitos deles, mas principalmente pelas entrevistas; por outro lado, nas observações etnográficas. Quanto a estas, permitiram-me transcender uma análise circunscrita aos atores sociais de uma de suas condições, a de morador (termo que, sintomaticamente, emprego de forma recorrente quando me refiro às pessoas aqui pesquisadas), evitando compreendê-los de modo parcial, restringindo-os, ou melhor, limitando-os à dimensão local. Tal como observa Magnani, os atores produzem a cidade. Isso é feito nas mais diferentes esferas, no uso cotidiano que fazem da cidade. Daí a opção metodológica por examinar também sua circulação, evitando reduzir a observação de suas experiências à dimensão local - ao que pode induzir o uso descuidado da categoria *morador* (que, afinal, remete aos conceitos de moradia, bairro, localidade em que habita). Assim, o trabalho orientou-se pelas pesquisas de Magnani, que se indaga sobre as redes de sociabilidade estabelecidas em outros espaços, além dos da vizinhança, como o centro da cidade, lugares de lazer, de trabalho, espaços em que convivem e interagem com outras regras e onde também a própria presença constrói lugares. Além desse tipo de abordagem - conceber a cidade como produto da ação dos atores sociais -, busca-se transcender o local (embora não

o ignorando, mas incorporando-o ao conjunto mais amplo de relações que o envolvem) e superando aquilo que se designa por “tentação da aldeia” (2003, p. 11)¹¹³.

As trajetórias de vida tornam possível examinar as mudanças da localidade, como foram vivenciadas pelos atores sociais em diferentes momentos da cidade e do local, proporcionando o cruzamento entre as histórias individuais (incorporando suas especificidades, mas também o que elas revelam como elementos comuns) e as transformações na cidade e no âmbito local. As histórias de vida, no âmbito desse trabalho, foram incorporadas levando em consideração a crítica de Bourdieu, que nos alerta para os riscos de se “enclausurar a existência [...] em busca de uma improvável unidade de sentido”. Mesmo admitindo a crítica, escolhi trabalhar com a reconstituição das histórias de vida. O entendimento que perpassa essa pesquisa, e que motivou o recurso às trajetórias pessoais, é que elas permitem, como bem observou Sabina Loriga (1998), “se interrogar não apenas sobre o que foi, sobre o que aconteceu, mas também sobre as incertezas do passado e as possibilidades vividas” (1998, p. 246), sempre considerada a crítica de Bourdieu. A contextualização não deve ser confundida com “homologação de uma amostra estatística”, que Jean-Claude Passeron designava como a *experiência dóxica*, ou a busca da normalidade (LORIGA, p. 247). Relacionar uma história de vida com um contexto não requer reconstituí-la como unidade (tal como no gênero literário da biografia, criticada por Bourdieu¹¹⁴). De acordo com Loriga: “não é necessário que o indivíduo represente um caso típico”, pois as “vidas que se afastam da média” permitem perceber melhor “o equilíbrio entre a especificidade do destino pessoal e o conjunto do sistema social” (248-9)¹¹⁵. Nessa especificidade do destino pessoal, dá-se aqui relevância à dimensão da escolha. A busca desse equilíbrio parece ter sido a preocupação de Gilberto Velho ao trabalhar com as noções de

¹¹³ Leeds, em sua crítica ao uso do termo comunidade como unidade socioestrutural, já alertava para o risco de se estabelecer homologias entre o plano micro e o plano macro, como se fossem estruturados do mesmo modo. Para ele, isso estaria relacionado aos estudos antropológicos voltados a investigação de tribos, em que as amostras serviam para descrever a sociedade total.

¹¹⁴ Para Bourdieu, a ilusão biográfica consiste na organização como linearidade histórica do que antes eram traços isolados. (LINS-DE-BARROS, 31)

¹¹⁵ “*Campo de possibilidades* trata do que é dado com as alternativas construídas do processo socio-histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura. O *projeto* no nível individual lida com a performance, as explorações, o desempenho e as opções, ancoradas a avaliações e definições da realidade” (VELHO, 1999, p. 28). “*Projeto*, nos termos deste autor [Schutz], é a *conduta organizada para atingir finalidades específicas*. Para lidar com o possível viés racionalista, com ênfase na consciência individual, auxilia-nos a noção de *campo de possibilidades* como dimensão sociocultural, espaço para a formulação e implementação de *projetos*. Assim, evitando um voluntarismo individualista agonístico ou um determinismo sociocultural rígido, as noções de *projeto* e *campo de possibilidades* podem ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro socio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades”. (Id. 40).

projeto e campo de possibilidades, extraídas de Schutz. “*Projeto*, nos termos deste autor [Schutz], é a *conduta organizada para atingir finalidades específicas*” (40), enquanto “*campo de possibilidades* trata do que é dado com as alternativas construídas do processo sócio-histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura” (28). Com isso, Velho evita concentrar a análise das biografias em extremos como o “voluntarismo individualista agonístico”, de um lado, e o “determinismo sociocultural rígido”, pensando as biografias tanto como singularidade quanto como expressão de um quadro sócio-histórico (40).

Com relação ao campo de possibilidades, ele é concebido como a dimensão do que é dado (SCHUTZ, 1979), isto é, as disposições preestabelecidas, e que se fazem sentir nas ações do sujeito, mesmo que não sejam determinações conscientes. Neste sentido, uma primeira instituição “*encompassadora*”¹¹⁶, como diria Gilberto Velho (1999), seria a família, pois cria todo um sistema de disposições com o qual o indivíduo teria que lidar.

Não se pretendeu abranger a totalidade dos aspectos da vida dos biografados, nem encontrar uma representatividade a partir da análise de seu conjunto, mas valer-se das trajetórias vividas pelos diferentes atores sociais para compreender a temática em questão¹¹⁷, que diz respeito à compreensão da mudança nas sociabilidades e na forma como os moradores significam essas mudanças. No entanto, para além da representatividade, os moradores selecionados têm em comum um mesmo traço em suas biografias: participaram de iniciativas coletivas ocorridas no âmbito do espaço da comunidade. Mesmo que não tenham estado todos juntos nos mesmos momentos da história da localidade, mesmo que suas participações tenham ocorrido em diferentes momentos, em diferentes espaços, eles compartilharam experiências comuns, e muitos deles ainda compartilham um mesmo espaço comum de moradia, o que me permitiu chegar a algumas conclusões de caráter mais geral sobre os atores investigados.

¹¹⁶ Uma instituição *encompassadora* seria aquela que limita o movimento na direção da liberdade de estilos de vida preconizados pelo individualismo moderno (VELHO, 1999).

¹¹⁷ Nesse sentido, busco respaldo em trabalhos como os de Amanda Dias (2009), num em cujo capítulo sobre as biografias de seus principais interlocutores no qual a autora interroga as trajetórias individuais sem se preocupar em construir um padrão representativo, nem um tipo de padrão de medida de todas as diferenças estudadas. Ao contrário, em seu estudo, as biografias servem como porta de entrada para uma reconstrução microsociológica dos dois conjuntos sociais escolhidos: uma favela do Rio de Janeiro e um campo de refugiados palestinos.

5.2 As trajetórias da primeira geração

5.2.1 A história de Elisa¹¹⁸

Elisa vive na Nova Esperança desde a ocupação. Quando a entrevistei, em 2009, Elisa estava com 44 anos. Trabalhou muitos anos como doméstica – sua principal ocupação ao longo da vida. Era como doméstica que trabalhava na época da ocupação, quando, com um filho pequeno, enfrentou grandes dificuldades. Atualmente, trabalha como cozinheira de um projeto social que atua junto a jovens infratores. Chegou a esse emprego por conta das relações que cultivou ao longo dos anos em que participou ativamente na organização comunitária local.

A sua trajetória é exemplar¹¹⁹ do processo enfrentado pelos que chegam diretamente do campo à cidade e do modo como se inserem ou se iniciam no âmbito da política. Filha de agricultores do meio oeste catarinense, sua família era composta por seis irmãos. Por morar em região afastada do núcleo urbano, não teve condições de pagar o transporte escolar – na época não havia transporte gratuito. Quem se beneficiou dessas novas e modernas condições, a de transporte escolar gratuito, foi seu irmão mais novo, que deu prosseguimento aos estudos.

Nenhum de seus familiares continuou no campo. Sua família é um retrato do declínio do trabalho rural em muitas regiões de Santa Catarina. Trabalhadores empobrecidos do campo (nunca tiveram a propriedade das terras), seus irmãos hoje atuam em serviços na cidade. Sintoma da dificuldade enfrentada pelo trabalhador rural é a afirmação de Elisa de que nunca se identificou com a “lida do campo”.¹²⁰ Mesmo quando vivia no campo, evitava trabalhar

¹¹⁸ Entrevista concedida a Francisco Canella. Florianópolis, abr. 2009.

¹¹⁹ Mesmo que tenhamos, nas trajetórias aqui selecionadas, alguns “casos exemplares”, esclarecemos que esse não foi o critério que orientou a seleção, até porque, se em uma trajetória encontramos algum aspecto que possa ser exemplar, em outras, o mesmo biografado não será exemplar, não corresponderá a um “caso típico”, caso em que sua biografia não terá qualquer representatividade.

¹²⁰ Aqui cabem as análises sobre as desigualdades no Brasil contemporâneo de Nelson Silva e Carlos Hasenbalg (2003). Segundo eles, mesmo com renda baixa, há uma melhoria nas condições de vida, o que está relacionado com a maior urbanização brasileira. A ida para a cidade, por parte de Elisa, que foge do trabalho manual no campo, que queria estudar mas não podia em razão das distâncias e da falta de estrutura do lugar onde vivia, pode ser interpretada como parte do processo assinalado pelos dois autores.

nos serviços de que se ocupavam os outros membros de sua família, que trabalhavam na colheita da maçã. Mas vivendo no meio rural, chegou a fazer pequenos trabalhos no campo: *“Oh, desde os doze anos que eu sempre trabalhei. Correndo atrás das vacas, como diz o outro. Daí eu trabalhei em supermercado, daí engravidei, daí eu vim pra cá”* (ELISA, 2009).

Assim, de modo breve, sucinto, resumiu sua trajetória até chegar à cidade. A brevidade de seu depoimento sobre o período em que vivia no campo parece traduzir a pressa em sair de lá e ir para o mundo da cidade. Resistiu ao trabalho no campo, assim como foi resistente em falar sobre ele. Insistindo nas perguntas, Elisa revela que tal resistência implicava enfrentar a autoridade paterna:

Uma vez o pai pegou uma empreitada, e eu disse: ‘não’, sabe aquela história? ‘Não, eu vou ajudar o pai, pra mim ganhar um dinheirinho’. Hum! Cheguei lá, o pai tava vindo e eu sentada no meio do milho, meu pai me procurando e eu sentada!
 - Tomou uma bronca ...
 - Huhmm. ‘Porque tu vai ganhar uma sova, tu (...) vai ganhar sova (...), tu tá pensando o quê?’ Nunca me esqueço. Eu não era muito de roça. Até agora, uui!’ (ELISA, 2009)

Tal recusa parece estar na origem de seu processo de migração do campo para a cidade. Sobre isso, é interessante como, em seu depoimento, enfatiza a escolha: deixa claro que não gostava da lida do campo: *“Saí de lá por causa do emprego. Eu não sou muito de andar, de trabalhar ... lá é mais roçar, colher maçã, então não é comigo essas coisas”*.

Trabalhava então como doméstica. Além de doméstica, também trabalhou em supermercado. No entanto, relata que foi morar junto (*“se ajuntar”*) e que, tempos depois, engravidou. Mas a união trouxe problemas: *“É, eu me ajuntei com um cara, lá. Só que ele não era daqueles, que não era de não assumir muito as mulher, aí pra mãe e os meus irmãos não arrumar confusão vim me embora pra cá.”* (ELISA, 2009).

Para evitar conflito entre seu companheiro e seus irmãos, preferiu sair da cidade, diretamente para Florianópolis. É exceção à estatística – a maioria não vai diretamente para a capital. Aceitou um convite de seu tio para ir trabalhar em casa de família.

É interessante que num primeiro momento relaciona a sua saída de Lebon Régis à questão do trabalho (emprego), e que sua saída seria uma escolha relacionada ao trabalho. Por não gostar de trabalhar no campo, buscou um novo projeto de vida, indo para a cidade. Na entrevista, porém, aparece também o problema do conflito da família com seu companheiro, assim que migrar foi a solução encontrada para evitá-lo.

No entanto, ir para a cidade só foi possível em razão da oportunidade:

Daí... eu não me lembro¹²¹, daí eu fui pra mãe, daí eu tinha um tio que morava aqui, foi, o Renato tinha um ano, ele foi pra buscar a mãe. Daí ele disse “não, eu vou levar a tua filha. Posso?” Daí ele disse, “tu quer ir?” Aí, eu assim, “quero”. Daí eu vim com o Renato, o Renato tinha um ano e pouco”. (ELISA, 2009)

As escolhas só foram possíveis quando havia oportunidade, mas o que é relevante em seu relato é que a saída está relacionada a uma oportunidade que apareceu sem que ela tivesse procurado por ela, “*como que por acaso*”. A chegada do parente foi decisiva para sua escolha. Por trás de sua escolha, encontramos um misto de desejo de sair (por não se adaptar ao trabalho no campo), pressão (as circunstâncias decorrentes de sua união e gravidez não planejada) e oportunidade (o convite inesperado de um parente para vir trabalhar em Florianópolis): “*Sai de lá por causa do emprego. Eu não sou muito de andar, de trabalhar lá é mais roçar, colher maçã, então não é comigo essas coisas*”.

Observe-se, também, que a sua saída do interior está relacionada ao parentesco. Veio por conta da relação com o tio. As relações de dependência, pois está relacionada com contatos, aproximam. Esses contatos parecem ter sido importantes em sua vida, como veremos mais adiante. Demorou a se ajustar ao trabalho doméstico. Pulou de casa em casa. Mas sempre tinha emprego. Branca, do interior, tal fato pode ser pensado como uma vantagem étnica.

Ficou sabendo, por acaso, da organização da ocupação, visitando uma amiga que lhe apresentou Ivone, líder do movimento. À época, morava na casa de seus tios: “*mas não tava bom lá com eles*”. Nas ações que culminaram na ocupação, teve papel destacado na sua organização. Foi uma das lideranças que ficavam à frente de um dos quatro grupos em que foram subdivididas as famílias na noite da ação de ocupação do terreno.

No entanto, anos depois da ocupação, findo o período de maior mobilização coletiva, a participação na organização local não pareceu mais motivar muito Elisa. Com relação à sua liderança, não é positivamente avaliada por seus pares: ao tempo em que é tida como pouco decidida e de pouca iniciativa, é criticada por seu jeito explosivo, que costuma vir à tona quando contrariada pelas pessoas ou pelas circunstâncias. Assim é percebida a sua liderança pelos outros moradores. Como ela mesma diz com relação à sua última gestão, “*fui colocada na presidência da associação de moradores*”, ocupando o cargo durante um vazio de

¹²¹ Nessa passagem da entrevista, tive a impressão de que Elisa não desejava falar sobre algo cuja lembrança não lhe era agradável.

articulação coletiva, tendo sido incentivada pelos extensionistas da universidade a assumir o cargo.

Na época da entrevista, participava ativamente das reuniões da cooperativa local (que é resultado de uma ação de extensão da universidade, com financiamento do MEC). Mas essa participação também pode ser tomada como resultado da sociabilidade de um grupo de mulheres da comunidade, que constituía talvez mais como espaço de encontro do que de geração de renda. Fruto da época da ocupação, Elisa tem, ao longo dos anos, procurado manter uma prática associativa.

Em 2008, trabalhava numa organização não-governamental que atendia a menores infratores. Esta oportunidade surgiu de seus contatos nos espaços de participação coletiva. O mesmo aconteceu com relação ao seu emprego anterior, no qual permaneceu durante muitos anos, trabalhando como empregada doméstica. Neste caso, o contato inicial com seus futuros patrões deu-se nas reuniões que organizavam a ocupação, com apoiadores do Caprom. O espaço político do movimento a favoreceu profissionalmente. No seu novo emprego, seguia fazendo as mesmas atividades, embora concentrada no serviço específico de cozinha da casa.

Muito cedo, pegava ônibus até o centro, e do centro seguia mais 20 km até um bairro do sul da ilha, onde se localizava a casa de atendimento aos infratores. Chegava em casa no final da tarde, em torno de 18h30. Nos finais de semana, quando liberada da rotina estafante do trabalho, quase não saía. Diz não gostar de *shopping*, nem de ir ao centro, nem à praia. Embora vivendo há quase três décadas na cidade, conheceu muito pouco as praias e os lugares turísticos da cidade. Quando sai, é para visitar sua tia, que mora também num bairro popular da área continental de Florianópolis.

Seria um caso de isolamento social? Talvez não: há que se considerar a facilidade de deslocamento para o centro da cidade, a poucos quilômetros do Monte Cristo. Ao mesmo tempo, é preciso considerar também a proximidade com o BIG, um hipermercado, e com a Havan (complexo atacadista de produtos têxteis), espaço de comércio em que circulam muitos moradores da Nova Esperança. Em seu caso, a circulação restrita está mais relacionada com a indisposição em circular e com o estar satisfeita com o que o bairro lhe oferecia: não compunha seu horizonte de expectativas usufruir de outros espaços da cidade.

O que, no entanto, merece maior reflexão é o quanto sua indisposição em circular provém de uma falta de hábito relacionada às poucas oportunidades oferecidas pela cidade e à

quase inexistência de espaços de lazer na proximidade. A disposição em circular, em seu caso, acontece dentro da segurança da rede de pessoas com quem estava acostumada a conviver. Como já se informou, uma das dificuldades em manter a cooperativa em funcionamento residia na pouca efetividade da participação e na indisposição de assumir a condução dos trabalhos. A impressão que deixava junto aos que com ela se reuniam era de que a cooperativa, suas reuniões, cursos e atividades pareciam adquirir um sentido que ia além da geração de renda, e que se situava nas relações de sociabilidade proporcionadas pela participação neste espaço. A motivação era realmente muito grande em qualquer atividade que envolvesse saídas para outros espaços, fora do bairro, principalmente as viagens. Apesar da preocupação com que a cooperativa efetivamente gerasse renda, o espaço de encontros, amizades ou fofocas (a tal da “*falação*”) parecia motivar um grupo que tinha por hábito reclamar do tempo perdido da “*comunidade unida*”. Entre essas pessoas estava, sem dúvida, Elisa.

5.2.2 A história de Luís Carlos

Uma das principais lideranças atuais da Nova Esperança, Luís Carlos, tem uma história recente de militância no movimento comunitário. Seu ingresso no movimento tem menos de uma década. Na época em que ocorreram as mobilizações, ele não fazia parte do grupo que liderava e organizava as ações. Ao contrário, compunha o grupo dos que não só eram liderados, mas discriminados por serem da “*turma da fuzarca*”, dos que bebiam, usavam drogas, dos que não tinham a disciplina e o comportamento esperado de um sem-teto disposto a lutar contra as injustiças. Seu engajamento foi produto de uma ruptura em sua vida. Na verdade, sua biografia se apresenta como uma sucessão de muitas rupturas, termo que aqui adotado para indicar as escolhas que alteraram de modo repentino e radical um determinado projeto de vida.

O fato de ter sido morador de rua, de pertencer ao grupo considerado “problema” no movimento, pode sugerir, no entanto, um olhar distorcido sobre quem é Luís Carlos. O exame atento de sua trajetória de vida é que nos permite evocar a imagem estereotipada que o encontro com tipos como ele na época da ocupação (e mesmo anos depois dela) produziria em quem lá chegasse: um excluído, inclusive por ser negro, alguém sem oportunidade de acesso a

meios de vida, sem escolarização, com experiências que se reduziam ao universo da pobreza e ao submundo do crime.

Sua trajetória, ao contrário, permite perceber alguém que realizou escolhas ao longo da vida, muitas delas até surpreendentes. Tem uma curiosa história familiar. Adotado ainda bebê, muito pouco conviveu com sua mãe adotiva, que faleceu quando ainda era criança. Acabou sendo criado pela irmã adotiva, bem mais velha do que ele, a quem chama de mãe. Morando no interior do Rio Grande do Sul, transferiram-se para a capital, Porto Alegre, ainda na infância.

Sua mãe adotiva foi trabalhar na casa de uma família de um bairro de classe média alta de Porto Alegre. Foi praticamente adotado por essa família, que passou a tratá-lo como filho. Segundo Luís Carlos, era o filho homem que não tinham tido. Este fato, como se verá mais adiante, terá consequências marcantes em sua vida, em suas escolhas futuras. Passou a receber uma educação que não seria proporcionada por seu meio social. Passou a ser levado aos programas familiares e ficou morando com a família (o que não aconteceu com sua mãe adotiva); recebia presentes, tinha a educação acompanhada pela família, cuja mãe era professora.

Houve uma mudança de direção na trajetória que seu destino de classe lhe reservava. Em sua infância, teve a oportunidade de conviver com outro meio; teve acesso a espaços aos quais normalmente não teria se tivesse permanecido no próprio meio.

A adolescência testemunhou uma trajetória também marcada pela inserção em muitos espaços de diferentes bairros da cidade. Frequentava desde espaços noturnos tradicionais, de bairros populares de Porto Alegre, como o Clube Gondoleiros, até espaços da juventude universitária, como o bairro Bom Fim, com seus bares e festas estudantis. Estudou em muitas escolas: desde escolas públicas, passando por internatos, até a disputada ETA (Escola Técnica Agrícola, instituição federal de nível secundário, bastante prestigiada no Rio Grande do Sul). Praticou esporte em clubes de classe média da cidade, como atletismo e judô, embora admita que não prosseguiu em razão do racismo num desses clubes. Jogou futebol nas categorias de base de clubes como o São José e o Internacional. Em sua narrativa, sempre descreve a si mesmo como talentoso, bem-sucedido nas atividades em que se envolvia, e bem-aceito. Não dava prosseguimento a essas atividades por uma característica sua - ser muito irrequieto -, algo que irá influir em muitas de suas outras futuras escolhas. Na adolescência, esse traço de personalidade traduziu-se em festas, em andar em grupos de jovens, procurando confusão e

cometendo pequenos delitos, fatos que narra de modo bem-humorado, como algo da idade. “*Desviou-se um pouco do caminho*”, coisa não só de que irá se orgulhar como retomar posteriormente. Não concluiu os estudos (interrompendo-os no meio do secundário). Após o serviço militar, resolveu seguir uma vida errante, sem se fixar em nenhum lugar ou emprego. Trabalhou por um tempo em sua cidade natal, no interior do estado, mas viajava muito para outros lugares, sem destino fixo. Por muito tempo, “*seguiu os trilhos do trem*”, por ser um transporte muito econômico e cujas viagens proporcionavam belas paisagens, ficando em muitas cidades dessa rota que ligava a capital à fronteira. Assistia a muitos festivais de canção nativista, bastante disseminados nos anos 1980 no Rio Grande do Sul.

Algum tempo depois de encerrar o serviço militar decidiu mudar de cidade e escolheu Blumenau, em Santa Catarina. De forma aventureira, seguiu com poucos recursos, e logo foi morar nas ruas. Adaptou-se bem à nova situação: trabalhou em obras, fazendo bicos, cometeu pequenos furtos (“*sempre de gente rica*”; orgulha-se de nunca ter roubado pobres nem de ter cometido atos de violência). Essa era a sua estratégia de sobrevivência.

Num final de semana deslocou-se para Florianópolis: queria conhecer, todo mundo falava. Veio com a roupa do corpo. Gostou; ficou; não voltou nem para buscar os documentos. Dava, assim, sequência a uma trajetória errante, aventureira, a qual, pelo modo como conduz seu relato, parece ter deixado saudades. Saudades das experiências vivenciadas, mas também de uma Florianópolis que (Luís Carlos faz questão de frisar) não existe mais.

A cidade era tranquila; podia dormir na rua. Andava em grupos; dormia em baixo da ponte. Havia muitos *hippies* e não havia mendigos. Com o grupo, bebia, fumava maconha, mas havia um clima de respeito e de organização entre eles.

Sempre, sempre em grupo, sempre naquele grupinho, mas assim aquele grupinho organizado: existia regra, as pessoas respeitavam as regras. Até inclusive uma cena muito engraçada, assim, a gente marcava os ambientes embaixo da ponte como se fosse a casa, só com um risco, né? E ali todo mundo respeitava. “Esse aqui é o meu quarto, esse aqui é a sala, esse aqui é a cozinha”, então o pessoal respeitava, e era só o riscado assim. Ninguém roubava nada de ninguém, entendesse? Até porque ninguém admitia isso aí. Então, assim, não era uma vida ruim. Mas, devido à necessidade, até pela minha própria criação, de ter aquela coisa de ter uma residência, de ter uma vida melhor da que eu tinha, que não era uma vida ruim, mas eu queria ter uma vida melhor. Aí onde eu comecei a conhecer a cidade e ver que a cidade oferecia outras coisas, né? Aonde foi que eu comecei a trabalhar no cachorro quente e depois na lanchonete (LUÍS CARLOS, 2009).¹²²

Na rua conheceu sua mulher, que já tinha uma filha. Por um tempo, oscilou entre a rua e as habitações precárias. Vai morar num quatinho na Forquilha, localidade da vizinha

¹²² No ano da entrevista, Luís Carlos havia completado 44 anos.

São José, quando arruma emprego num cachorro-quente. Depois volta ao centro; trabalha como flanelinha, faz muitos contatos. Arruma um terreno onde, com restos de demolição, constrói uma casinha para si.

Interessante que sua estratégia de sobrevivência se viabilizou em razão de seus múltiplos contatos.

A Jane hoje tá com dezenove anos. Ela nasceu ali, né? Aí, nessa época eu trabalhava no estacionamento ali na passarela, em frente à rodoviária. Eu já trabalhava ali, antes da prefeitura arrendar aquele terreno [...] aí a prefeitura arrendou, como eu já conhecia a malandragem toda do centro [...] Graças à Deus, devido a esse conhecimento eu nunca fui roubado [...] nunca roubaram carro, nunca roubaram tapete [...]. E naquilo ali eu conheci advogado, dono de loja, dono de restaurante, sabe, eu conheci um monte de gente [...] e eu sou assim: “tu quer a chave do carro? Toma”.[...] E assim eu adquiri uma confiança tremenda que tudo que eu precisava eu tinha ali. Ah, eu precisava de uma roupa: “eu tô precisando de uma roupinha”, o pessoal da loja trazia. “Ah, tô precisando de advogado: tá na mão”. Tudo que eu precisava eu tinha ali. E fora o dinheiro que eu ganhava, eu tinha um negócio milionário na mão e eu não sabia. Eu anoitecia com trezentos real na mão, amanhã eu não tinha um real (LUÍS CARLOS, 2009).

Conhece Ivone Perassa e começa a participar do movimento dos sem-teto. Tem início aí uma reviravolta em sua vida, longa, com retrocessos, mas, ao menos na construção discursiva de Luís Carlos, definitiva. Com o nascimento de sua filha, Jane, percebe a necessidade de mudar de vida. Já quando fora para Forquilha, deixando de morar na rua, tinha essa percepção: disse que precisava “*tipo, me concentrar numa coisa, ter um objetivo na vida. Eu deixei muitas falcatruas de lado, pelo fato de ter casado*”. Não parou totalmente, ele explica, mas tendo um objetivo na vida, não mais roubou, traficou, etc. Assim, a participação nas reuniões relaciona-se a uma nova ruptura que pretendia operar em sua vida. Como disse, começou a pensar mais na família; aí, menos falcatrua, mais trabalho: “*vou botar a cabeça no lugar e vou começar a ganhar dinheiro*”.

Mesmo assim, continuou usuário de drogas. Na época em que estavam acampados na Coloninha, era da turma que não era muito bem-vista pelas lideranças da ocupação. No relato de alguns dos moradores da ocupação, está bem viva a lembrança do incêndio que ocorreu no seu barraco, por conta da negligência dele e de sua mulher. Eram os que bebiam, os que promoviam confusões, os que precisavam estar sob vigilância, uma vez que seu comportamento punha em risco a ordem do acampamento. Tinha consciência disso, de que eram discriminados. Em muitas reuniões, suas falas, bem como de outros que não eram do grupo principal de lideranças (que não eram da “*panela*”, nas palavras de Luís Carlos), não eram bem-acolhidas ou simplesmente desprezadas. De todo modo, trabalhou com afinco nos mutirões para construção da casa, e se orgulha de seu trabalho braçal, prático, de virar a

massa, de pegar na betoneira, ele e outros do seu grupo (os “*da fuzarca*”), de terem produzido muito mais que muitas das lideranças.

Na época da ocupação, quando morava na Coloninha, sobrevivia trabalhando na feira. Em sua estratégia de sobrevivência, a criatividade sempre contava, junto com sua capacidade de estabelecer vínculos com as pessoas. Luís Carlos relata que todos os dias, à meia-noite, dirigia-se ao centro da cidade (a pé), ajudava a descarregar os caminhões e a fazer a montagem das barracas da feira. Ficava até cedo da manhã, quando retornava para dormir. À tarde, em torno das quatro ou cinco horas, voltava para ajudar a desmontar as barracas. Começou, então, a revender os restos aproveitáveis da feira para os seus vizinhos. Com o tempo, conseguiu que os feirantes o deixassem com o caminhão na Coloninha, não precisando mais tomar ônibus, podendo, assim, revender maior quantidade de produtos.

Depois passou a trabalhar numa empresa privada, que prestava serviços à Comcap, empresa municipal de economia mista encarregada da limpeza urbana. Acabou se tornando funcionário efetivo da empresa, trabalhando como gari. No interior da empresa, também não se acomodou. Transferia-se constantemente de um setor a outro, ou então a diferentes áreas geográficas da coleta de lixo na cidade. A sua personalidade irrequieta parece explicar essa trajetória de muitos trabalhos diferentes.

Aí dentro da COMCAP já fiz várias coisas: trabalhei na cozinha, trabalhei na roçadeira, trabalhei na remoção, já fui chefe da equipe do pessoal, da equipe do veneno, já fui chefe da capinação, já fui encarregado do veneno de rato. Já trabalhei no motorhome em Canasvieiras na cozinha, trabalhei no aterro, trabalhei de vigia, já trabalhei num monte de coisa. Na realidade eu digo assim pro pessoal, que eu tô em fase de adaptação na COMCAP. Faz quinze anos que eu tô tentando me adaptar à COMCAP, e ate agora não [...]. Eu sempre troco. É aquela coisa de ser irrequieto, né?” (LUÍS CARLOS, 2009)

Mas tais mudanças constantes no seu cotidiano de trabalho acabaram por abalar seu projeto de encontrar uma estabilidade familiar. Isso ocorreu quando foi deslocado para o Morro da Caixa. Começou a trabalhar nas chamadas “áreas críticas”, em localidades pobres do bairro, onde o caminhão do lixo não tinha condições de entrar em razão do arruamento estreito e sem calçamento. Nessas áreas a coleta era feita então através da Tobatta, conduzida por apenas um gari. Assim trabalhou no Mocotó, na Chico Mendes (“*aqui no Monte Cristo*”), no Morro do Horácio e, por fim, no Morro da Caixa, onde foi a sua desgraça, pois estava cheirando um monte, e lá se vinculou aos patrões, limpava a casa deles e eles lhe davam cocaína de graça; ainda pegava um pouco para revender, o que o ajudava a sustentar o vício. Foi há seis anos, fase que durou uns dois anos. Detalha suas peripécias no morro, onde fez de

tudo, “*só não fui homossexual*”. Foi intimado pela Comcap, mas como era “*arregado*” do patrão, pediram para ele voltar, mesmo os outros moradores da comunidade.

Depois de passar por esse período difícil, “*de vício*”, começou a se dedicar cada vez mais ao lar. Retomou o projeto de ter um objetivo na vida. Com algumas recaídas, o seu projeto foi gradativamente se consolidando. Ao mesmo tempo, foi cada vez mais voltando ao projeto de participação comunitária e, daí, para a política partidária. Atribui isso ao pessoal com quem conviveu na infância, que sempre teve envolvimento nessa parte comunitária, humanitária, sua mãe ajudando os outros; acabou “*influenciado por isso*”.

A partir do momento em que parou com uso das drogas, o envolvimento com a parte comunitária foi, “*inconscientemente*”, seu tratamento. Esta foi a maneira que encontrou de superar o vício, de “*ficar limpo*”, através da dedicação comunitária que tinha aprendido na infância. Sua mãe sempre ajudava os outros; era uma referência no bairro São João, por sua vez herança da avó: sempre ajudava e dava orientação. “*Se tinha um pão, dividia o pão. Isso, sendo uma pessoa analfabeta que não conhecia nada*”.

Eu acho, assim, que toda essa bagagem que eu trago, que eu trago hoje em dia, eu devo muito a eles (refere-se aqui à família que o acolheu em Porto Alegre). À minha mãe, e eu devo muito a eles. Tudo que eu ponho em prática, seja em minha vida pessoal, ou na vida da comunidade, tudo que eu aprendi com eles. Tudo que eu aprendi foi aquela coisa que eu cresci desde pequeno aprendendo a fazer isso, né? Mesmo tendo assim desvirtuado do caminho, partido pro caminho da droga, assim da malandragem [...] e fazer algumas falcatruas, mas aqueles ensinamentos, aquela base que eu tive, eu nunca me esqueci daquela base (LUÍS CARLOS, 2009).

Interessante observar, na forma como ele constrói sua narrativa, que o voltar-se para a vida doméstica não está desvinculado do seu envolvimento comunitário, que durante muitos anos recusou. Sua mudança pessoal está intrinsecamente vinculada à experiência de cidade, vinculada à base educativa que teve. Assim se refere à época em que vivia nas ruas, ao modo como o seu grupo se organizava:

Sempre em grupo. Sempre, sempre em grupo, sempre naquele grupinho, mas assim aquele grupinho organizado: existia regra, as pessoas respeitavam as regras. Até inclusive uma cena muito engraçada, assim, a gente marcava os ambientes embaixo da ponte como se fosse a casa, só com um risco, né? E ali todo mundo respeitava. “Esse aqui é o meu quarto, esse aqui é a sala, esse aqui é a cozinha”, então o pessoal respeitava, e era só o riscado assim. Ninguém roubava nada de ninguém, entendesse? Até porque ninguém admitia isso aí. Então, assim, não era uma vida ruim. Mas, devido à necessidade, até pela minha própria criação, de ter aquela coisa de ter uma residência, de ter uma vida melhor da que eu tinha, que não era uma vida ruim, mas eu queria ter uma vida melhor. Aí onde eu comecei a conhecer a cidade e ver que a cidade oferecia outras coisas, né? Aonde foi que eu comecei a trabalhar no cachorro quente e depois na lanchonete (LUÍS CARLOS, 2009).

Nessa sua mudança, passou a criticar o que percebe como modelo de vida consumista, estimulado pela cidade, muito vivo entre seus vizinhos e invadindo até mesmo sua casa.

Acho que acontece muito. Eu digo isso até na minha própria casa mesmo. Na minha própria casa. A minha filha compra uma calça de setenta, oitenta real, mas não investe numa cama melhor pra ela, não investe numa alimentação mais saudável pra ela, entendeu? Então, ela acha que tá com uma calça de oitenta real que tá na moda, mas não tem um fogão bom, não tem uma geladeira boa. Então o ambiente, eu acho que o ambiente que eu acho que a gente tem que ter de bom, que é a casa da gente, sabe? O que tu puder de bom na tua casa é ótimo, que é ali que tu, sabe, a roupa pode ser muita coisa. Mas na realidade eu sempre achei o seguinte: eu tenho que ter na minha casa um lugar sagrado. Tem que ter o máximo conforto dentro da minha casa, porque não adianta tu querer andar com uma roupa de marca, um tênis de marca, mas tu chega em casa e não tem nada pra comer (LUÍS CARLOS, 2009).

A prioridade que Luís Carlos confere ao lar e à vida doméstica me recordou muito a vizinhança que eu mesmo vivi até minha juventude em Porto Alegre. Morando num bairro de classe média, que se avizinhava de uma área pobre, de malocas (ou vilas), era comum ouvir, entre os meus vizinhos, a crítica aos moradores dessa vila de que eles não sabiam investir nas casas, que moravam em casas muito ruins, mas tinham automóvel, televisão colorida (quando isso ainda era um luxo para poucos) e faziam churrascos aos finais de semana. A mesma lógica de priorização do lar, de estabilidade doméstica e de crítica ao consumo desnecessário ouvia agora de Luís Carlos, algo aparentemente improvável provindo do estereótipo no qual ele se encaixa: negro, pobre, ex-morador de rua, morador hoje de uma área estigmatizada da cidade. Perguntei, em vista de sua trajetória (afinal, nada mais avesso ao lar e à estabilidade do que um morador de rua), se isso teria sido uma mudança recente nos seus projetos e na sua forma de pensar as coisas. Sua resposta:

Não, não, eu sempre pensei, eu sempre pensei. Na realidade eu sempre quis isso, entendeu? Então, mesmo quando eu morei na Forquilha [...] que eu morava na Forquilha, lá, que eu comecei a trabalhar na lanchonete do cara, que eu tinha o meu quartinho, o meu quartinho era super limpo. Eu não comia em casa, mas na minha casa tinha de tudo. [...] É como eu tava falando pra ti. O meu quartinho era acarpetado, a geladeira tinha tudo que eu quisesse. Não comia em casa, mas tinha tudo que eu quisesse. Eu tinha aquela lata de bolacha, tinha a lata de bala, então sempre... Então eu podia... ficasse o que tempo que quisesse na rua, mas dentro da casa, quando eu voltasse pra casa, as minhas coisas tinha que tá tudo organizado. Embaixo da ponte, quando eu morei embaixo da ponte era a mesma coisa: as coisas organizadas. Eu ia sair para rua fazer o que quisesse, mas dentro de casa tinha que ter aquele conforto, aquele mínimo de conforto possível tinha que ter em casa (LUÍS CARLOS, 2009).

Questionei então de onde vinha esse apego ao conforto do lar, ao que Luís Carlos respondeu:

É aquela coisa: o filho pródigo sempre retorna à casa. Por mais que eu andasse na rua, mas não adianta: eu vou voltar pra dentro da minha casa. Então eu tenho que voltar pra dentro da minha casa, e tem que fazer com que dentro da minha casa, eu tenho que fazer que eu tenha o prazer de ficar dentro da minha casa. Eu tenho que ter prazer de ficar dentro de casa. E abrir a porta da minha casa e... pô, agora eu tô na minha casa. Eu tenho o meu fogão, eu tenho a minha geladeira, eu tenho as minhas coisas que eu almeje ter. E hoje em *dia, graças a Deus*,

eu consigo ter coisa que na realidade eu até nem preciso. Mas eu tenho que entrar na minha casa (LUÍS CARLOS, 2009).

Sua crítica ao consumismo abarca duas dimensões. Numa, identifica o consumismo como um traço do comportamento da juventude. Na outra, é uma característica generalizada de sua vizinhança.

Com relação aos jovens, pergunto como vê os que hoje estão na situação em que se encontrava no passado, com suas falcatruas, etc. Então ele diz que hoje é diferente, pois na sua época se *“fazia por aventura, por desafio mesmo; hoje a galera faz por necessidade”*. Que hoje a cidade cresceu muito, não tem programas sociais, *“o espaço pras pessoas é muito reduzido, tu tem que suar muito a camisa pra tu poder ter o teu espaço legal”*, e hoje em dia as pessoas não querem isso, *“as pessoas não querem passar trabalho, querem que venha tudo de bandeja”*. As pessoas não querem ter sacrifício, até porque a vida não ensina isso. Relaciona ao capitalismo, *“ele te leva a querer ter dinheiro, não interessa como, tudo tem que ter dinheiro”*, *“aí, tu passa numa loja, vê um tenisinho lá de 600 real [...], só que tu não tem”*. *“Mas a juventude não quer isso, por quê? Porque a TV que ensina que tens que ter o melhor. Tem aquela coisa da moda e da marca”*. *“Quer andar igual aos outros”*. *“Eles não querem ir ao shopping de chinelo de dedo”*: descreve os gostos e hábitos dos jovens.

Quando se refere ao consumismo de seus filhos (ver citação na página anterior), justifica-o relacionando a um problema geracional:¹²³

Eu digo no caso, de exemplo eles, mas é no geral. A galera no geral. Isso é muito forte. Até porque a mídia nesse sentido é muito maciça: você tem que ter o melhor computador, o melhor celular, entendesse? Então muitas vezes a gente vê que as pessoas, assim, pô, né? Compra um celular de 800, 900 real, e vão lá... tá certo, hoje em dia tu pode pagar em até setenta vezes. É que nem um carro, tu tem um carro zero, tu pode pagar em 72 vezes um carro zero. Tu pode não ter o que comer, cara! Tu vai ficar sem comer, mas tu tá andando de carro zero. E tu não quer andar com carro pior porque tu vai pruma festa... nem que tu sai de carro uma vez por mês, mas tem condições de abastecer o carro. Mas não interessa, tu tem um carro zero ali. E eu acredito que seja uma grande ilusão. Uma grande ilusão mesmo, porque eu acho que a pessoa tem que pensar em adquirir bens, mas bens que realmente lhe proporcionem felicidade. Eu não acredito que uma pessoa que pague oitocentos, novecentos real por um carro por mês aí, e de repente se prive de algumas coisas, eu acho que essa pessoa na realidade ela tá vivendo pros outros, não tá vivendo pra ela. Por que o meu vizinho tem uma moto 125 eu vou comprar uma 250.”

FC – Tu acha que isso rola aqui? Como é que tu vê: a maioria tá investindo na melhoria das casas ou a maioria tá mais preocupada com outras coisas?

CL – Eu acho que a maioria tá mais preocupada com outras coisas do que investir em benfeitorias. A maioria [...] “ah, porque eu fui a tal festa em tal lugar. Ah, eu comprei tal camiseta assim, ah, eu comprei tal tênis assim”, entendesse. É essa tal coisa, assim de, “ah, eu fiz tal coisa assim”. Eu fui em tal festa, eu andei de táxi, eu fui em tal lugar. Eu acho que na realidade... Tu vai ver, o que... o que... o que ela tá adquirindo pra ela ano futuro? O que que ela tá proporcionando pros filhos, pra família? E a maioria que tem isso, assim, já é do *tráfico*.

¹²³ A indignação de Luís Carlos pode ser relacionado aos processos analisados por Angelina Peralva (2000) sob a noção de individualismo de massas.

E é uma coisa que eu posso dizer assim, no futuro vai sair muito caro. Caríssimo (LUÍS CARLOS, 2009).

A coisa da “*moda e da marca*” tem a ver com as modernas relações, com o consumismo, por sua vez ligado à questão de ter dinheiro e que alimenta a criminalidade.

Esta articulação de uma dimensão privada com a percepção política da cidade fica clara no modo como registra os problemas da cidade. Vê dois principais problemas. O da malha viária, com toda a dificuldade de mobilidade. Mais do que o transporte coletivo, seu discurso se volta à melhoria da malha viária urbana. No entanto, identifica a segunda ordem de problemas na ausência de programas sociais e, dentro destes, a ausência, em especial, de programas voltados aos jovens. Acha que o consumismo exagerado e a mídia são as responsáveis pelo desvio dos jovens para o caminho da violência.

Diz sentir-se bem com isso, mesmo que se incomode um pouco (de ser tachado de metido, de chato, etc.). Mas diz que não ajuda quem não se ajuda, não se esforça, quem não toma iniciativa, aí, apenas uma palavra amiga. “*Ao fazer pros outros, tô fazendo para mim [...] Se meu vizinho estiver bem, vou me sentir bem... e seguro. Eu sei que se ele tem as coisas que eu tenho, ele não vai me roubar*”.

Luís Carlos vincula sua preocupação com a cidade à preocupação com o futuro. “*Eu tenho que pensar a cidade, tenho que pensar a minha comunidade. Como é que será daqui a dez anos? Será que eu vou ter que viver trancafiado?*” Comenta sobre Porto Alegre, que as pessoas não saem mais, as cercas elétricas, etc. Observa que isso não é bom pra ninguém, que isso torna as pessoas superficiais, sem calor humano; as pessoas não podem ir a uma festinha de igreja. Só se pensa a cidade no momento político das eleições. “*Eu sou um cara que circulo por tudo quanto é lugar*”. “*Posso tomar um tiro numa favela, numa favela não, porque aqui não tem favela, só tem comunidade [...] mas o conhecimento que tenho é enorme*”, mostrando que domina tanto as condições práticas reais que fazem o bairro (pois circula), como o idioma de ação daqueles que se colocam na posição de interlocutor do local com a cidade (corrige-se imediatamente ao empregar o termo favela). Tem condições de andar na Chico Mendes, na Novo Horizonte, etc. Por toda parte tem pessoal conhecido. Pergunto de onde os conhece: “*Conheço da Comcap, conheço da rua, eu conheço de reuniões que a gente frequenta, entendesse? Conheço o pessoal das antigas, do tempo da droga, né?*” Mas ao mesmo tempo positiva os seus contatos: “*Sou uma pessoa de referência, um cara que tá sempre disposto a ajudar as pessoas*”, ressaltando que sempre tem disponibilidade em levar alguém ao hospital, buscar na cadeia, dar o auxílio que for necessário a quem precisar.

De sua capacidade de articulação e de contatar as pessoas, seguiu para a política, aproximando-se do PFL. Apesar de ter consciência da fama de partido impopular, conservador, de direita, procura se justificar dizendo que é um espaço para tentar fazer as coisas. “*No dia em que não for mais [espaço para mudar as coisas], caio fora*”. Sua adesão é explicada por terem sido os únicos que lhe deram apoio quando decidiu iniciar-se na política.

Seu projeto político articula-se à sua visão de mundo, pautada por uma crítica às experiências de vida anteriores, em que a família adquire centralidade. Não é à toa que faz a vinculação de sua estabilidade pessoal com o problema da cidade: “*se seu vizinho estiver bem, ele estará bem também*”. Do mesmo modo pensa a segurança, a mobilidade e investe seus esforços na participação comunitária. Mas nesse seu projeto é a família aparece como principal motivação.

Eu acho, assim, que toda essa bagagem que eu trago, que eu trago hoje em dia, eu devo muito a eles. À minha mãe, e eu devo muito a eles. Tudo que eu ponho em prática, seja em minha vida pessoal, ou na vida da comunidade, tudo que eu aprendi com eles. Tudo que eu aprendi foi aquela coisa que eu cresci desde pequeno aprendendo a fazer isso, né? Mesmo tendo assim desvirtuado do caminho, partido pro caminho da droga, assim da malandragem [...] e fazer algumas falcaturras, mas aqueles ensinamentos, aquela base que eu tive, eu nunca me esqueci daquela base (LUÍS CARLOS, 2009).

Legitima seu projeto atual, que organiza sua vida, a partir de elementos que recupera de seu passado: o hábito da poupança, os esforços voltados para o lar. É interessante que esses elementos organizaram sua narrativa acerca de seu passado, depurando-o dos aspectos mais degradantes da vivência que teve na condição de sem-teto. Ao longo das entrevistas, sempre procurou destacar em sua trajetória a influência de um *habitus* familiar. A “*volta do filho pródigo*” expressa a prevalência dos valores da família, do trabalho, da economia doméstica, a “*base*”, podendo a malandragem ser entendida como momento de liminaridade – aspectos que poderiam ser tomados como degradantes são retomados sob o signo da aventura, em relatos muitas vezes bem-humorados.

Mesmo nesses momentos, sobressai a base educativa. Sua segurança em se afastar do mundo da família em que foi criado talvez possa ser atribuída à capacidade que desde cedo demonstrou de “se virar”, de fazer as escolhas mais improváveis e em contextos de dificuldades. Nas cidades em que viveu, sua passagem parece ter sido sempre um tracejar bastante rico de espaços e convívio com diferentes tipos sociais.

5.2.3 A história de Janete

Janete foi uma das principais lideranças do movimento. Com experiência anterior de participação comunitária, teve papel decisivo em diferentes movimentos do processo de lutas que tornou a Nova Esperança uma realidade. Mostrou seu valor nas situações de conflito aberto, de enfrentamento com as autoridades e na motivação do grupo. Ainda hoje, essa senhora, cuja idade a aproxima da casa dos sessenta anos, é, entre os moradores, quem mais se empolga com a organização comunitária. Janete continua apostando na luta coletiva – lamentando o pouco envolvimento das pessoas da comunidade. Os anos de luta pela comunidade Nova Esperança converteram-na em militante dos movimentos sociais. Até hoje participa ativamente de associações comunitárias, pastorais, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), além de contribuir nas campanhas em época de eleições, sempre apoiando candidatos de alguma maneira vinculados aos movimentos sociais. Mais recentemente, filiou-se ao PT. Goza do reconhecimento e do prestígio por parte de muitas importantes lideranças político-partidárias.

No entanto, não se pode dizer que foi o movimento de ocupação que a iniciou na participação política e comunitária, caso de muitos de seus vizinhos. Sua trajetória revela que sempre teve intensa participação comunitária. Filha mais nova de uma família de cinco irmãos, em um município rural localizado a 80 km de Florianópolis, muito cedo, aos sete anos de idade, veio morar com sua tia nessa cidade. Diz que, por não se adaptar aos mosquitos, pois era muito alérgica, foi morar próximo ao Mocotó, ou na Prainha, como muitas vezes me disse ao longo da entrevista e em conversas informais (“*na Prainha, na boca do Mocotó*”), onde sua família possuía casa e terrenos.

Outro aspecto que chama a atenção em sua história de vida é o ter convivido de perto com a pobreza, mas de não vir de uma família pobre. Sua mãe, por quem não foi diretamente educada, era professora primária. Sua tia era enfermeira, e bastante exigente quanto à educação de sua sobrinha, a quem tomou como filha. Isso para dizer que Janete teve uma socialização diferenciada da de muitos de seus vizinhos, que não puderam ou não quiseram estudar. Teve uma escolarização que pode ser considerada razoável para os padrões de sua época, além de uma forte preocupação com a educação moral. Não concluiu o nível secundário, por escolha própria, e não por imposição de seus pais: “*não foi porque ele [seu*

pai] *não quis, foi porque eu não quis*". Contrariando a vontade de todos, foi trabalhar, começou a namorar e abandonou os estudos.

Tais escolhas demarcaram uma ruptura com a família. Todos eram contrários ao namoro. Janete recorda as palavras de sua tia: "*Não estudou, como é que vai namorar? Não estudou, tem que estar às seis horas em casa*". Por conta disso, seu pai recusou-se a vir em seu aniversário de quinze anos.

Mais do que uma interdição moral ao namoro de uma jovem, o problema maior parece ter residido no abandono dos estudos. Mesmo depois de casada, a família prosseguiu rompida com Janete. Assim, ao fazer suas escolhas, ela rompia com o projeto familiar. Recorda que naquela época estavam construindo a Assembleia Legislativa, e que sua tia sempre lhe dizia que era ali que ela iria trabalhar depois de concluídos os estudos.

O histórico familiar, somado ao exame das trajetórias escolares e profissionais de seus irmãos, parece corroborar essa idéia. Embora não fossem ricos, sua família tinha boas condições – o que atribui também ao fato de ter muitas coisas em São Bonifácio. Os produtos da terra garantiam bem-estar na cidade. Foi a mais nova de quatro irmãos (além de uma irmã de criação, bem mais velha, professora aposentada). Depois veio um irmão, uns quinze anos mais velho (fez engenharia elétrica e se aposentou na siderúrgica de Tubarão; hoje mora em São Bonifácio, nas terras da família); depois dele, mais duas irmãs, uma que foi do Banco do Brasil, depois foi para a Prodasc.¹²⁴ Esta, segundo Janete, "*tá muito bem*". Tem casa alugada em Capoeiras, na Praia da Daniela, no Morro da Cruz, e mora na Palhoça (município da Grande Florianópolis), e também tem sítio em Paulo Lopes. A outra é enfermeira, com formação superior.

No entanto, mesmo rompendo com o projeto familiar que lhe era reservado, não rompeu com as regras sociais de seu meio. Casou-se, e continuou em sintonia com os laços que a uniam ao mundo social de seu convívio. Deu continuidade ao trabalho comunitário, pois, muito jovem, já tomava parte na comunidade, por conta da escola e da igreja. Deu catequese, curso de batizado. Precisavam também de pessoas para preencher fichas quando passavam nas casas. Na entrevista, Janete descreve a pobreza, que na época era muito grande. Lembrou quando tinha 12 anos e chegou muito chateada, depois de passar nas casas, preenchendo fichas, ocasião em que teve a oportunidade de conhecer melhor suas condições

¹²⁴ PRODASC: Companhia de Processamento de Dados do Estado de Santa Catarina, criada em 1975.

de vida: *“é diferente quando encontra um na rua, toma um café, cumprimenta, mas não vai na casa de todos”*.

O aprendizado do convívio comunitário, durante a infância e juventude, foi nessa região de morros que circundam a cidade, hoje conhecidas como comunidades do Maciço do Morro da Cruz. Foi junto a essas comunidades que desenvolveu seus principais laços de sociabilidade. Constantemente, ao longo de nossas entrevistas, ao conversar sobre sua infância e juventude, sobre seu passado, seu relato vinha acompanhado de uma comparação do Mocotó com o seu lugar de moradia atual. Era-lhe quase irresistível não falar do passado, destacando as positivities de viver na Prainha, ou no Mocotó, em contraposição às dificuldades da vida na Nova Esperança. Mas as comparações referiam-se sempre ao aspecto da convivência cotidiana, das sociabilidades lá desenvolvidas.

Quando pergunto sobre como foi sua infância, ela compara o pessoal do Mocotó com os vizinhos atuais. Lá, eram amigos; na Nova Esperança, não. Iam à escola de samba juntos, a jogos de futebol, aos eventos na praça. Todo mundo se protegia. Seu filho ia ao clube Palmeiras, no Roçado.

Pergunto se essa solidariedade, de as pessoas se ajudarem mais, se é da época ou se é do lugar. Acha que é do lugar, mas relaciona isso à composição étnica do lugar: *“o açoriano do Mocotó é mais solidário”*, enquanto *“o pessoal do oeste catarinense, do Paraná, contam vantagem, de histórias de violência, e são ‘olho grande’”*. Conta das festas no morro, natal, ano novo, a canjica que faziam coletivamente lá no Mocotó, demonstrando saudades.

Referindo-se à sua terra natal, no interior, também diz não sentir maior identificação. Por ser bem mais nova, era sempre culpada de tudo em casa. Tem certidão lá, mas não gosta de lá. Prefere o Mocotó, porque ninguém cuida da vida do outro. Janete segue seu relato; conta do Ceasa, quando, num dos momentos de solidariedade que existem hoje na Nova Esperança, buscam coisas, restos de feira. Vai com Berna (vizinha bastante pobre). *“Pega de caixa, divide com todo mundo”*, e *“ainda assim mesmo [o povo] comenta”*. *“Ficam espiando na janela quando você chega, ou quem chega na tua casa, e não servem nem pra te dar um recado”*, queixa-se de seus vizinhos. Reclama de dona Alice, a antiga vizinha, que sempre ia à sua casa quando chegava alguém, para ver quem era. Era de Lages, *“lá ninguém tem defeito”*, ironiza. Como os crentes, que não têm defeito. Assim, assumindo uma identidade local, ironiza dizendo que prefere *“comer um peixinho”*. Relembra quando, morando no

Mocotó, saía com os vizinhos para juntos irem à praia pegar berbigão. Também ressalta o quanto gosta do tradicional e simples *cardoso* (a sardinha).

Em suma, o relato de Janete é repleto de saudades do tempo em que vivia no Mocotó. É um passado positivado, quase romantizado, até mesmo o que hoje critica como problema. Quando nos anos 1970 se inicia o comércio de droga nessa área da cidade, até nisso os laços fortes se faziam sentir.

Janete carrega consigo a experiência de um lugar em que a união dos moradores, a presença forte da Igreja Católica remete a uma ideia de uma comunidade articulada em torno de laços fortes, que se comunicam com os laços hegemônicos na cidade.

Na sua relação com a cidade, o Mocotó, ou mesmo a Prainha, constituem territórios que sofrem o estigma na cidade, mas não poderiam ser considerados excluídos ou isolados. As conversas com ela têm reforçado em mim a ideia de um estatuto de ambiguidade na relação entre a cidade e os territórios constituídos pelo Mocotó e demais morros adjacentes ao centro da cidade. A começar pelo modo como ela denomina o lugar onde morava. É sua primeira ambiguidade: “*Prainha, na boca do Mocotó*”. Tal ambiguidade já era percebida em diversas conversas informais. Muitas vezes dizia que morava na Prainha. No entanto, quando se tratava de ressaltar um histórico de participação comunitária, de envolvimento em lutas sociais, em conhecimento dos problemas da cidade, falava com orgulho: “*porque eu sou do Mocotó*”, como que apresentando uma credencial que lhe conferia autoridade e experiência. Nessas circunstâncias, identificar-se como pertencente a um território de longa data associado a pobreza, a lugar de pobreza, mas tradicional, de descendentes de escravos, é positivo.

Interesso-me então pela questão das denominações dos territórios. Didaticamente, explica-me utilizando para comparação um lugar bem conhecido dos dois: “*eu sou da Nova Esperança que fica no Monte Cristo*”. Pensei então: “*ok! Uma microárea dentro de uma localidade*”. Janete então prossegue na sua explicação: “*lá no Mocotó, não: ‘eu sou da Prainha’*. [...] Prainha era tudo, no comércio, quando perguntavam onde entregar, colocavam Mocotó – Prainha [...] o Mocotó era só uma referência”. “*Tudo ali, até lá em cima, a gente dava como endereço Prainha*”.

Por essas referências, Janete morava na Prainha, mas não exatamente no Mocotó, pois morava no “asfalto” (segundo as referências cariocas), e o Mocotó envolveria as ruas que sobem o morro, partindo da principal avenida. Como sua casa era de esquina e tinha dois

portões, um na avenida outro na rua lateral, Janete brinca e diz que estava na Prainha e no Mocotó. Assim, seriam várias microáreas: “*Vindo do Hospital de Caridade, para o lado direito: Mocotó, 13 de maio, Morro do Bode*”.

No entanto, com a presença de um novo padre, vinculado ao que se convencionou chamar de *clero progressista*, e à Teologia da Libertação, essas identificações mudam: “*O Wilson não queria de jeito nenhum que dissesse que era Prainha: Mocotó, Mocotó, e pronto! Não faz parte da Prainha*”. Embora discordassem: “*‘Não, Wilson, mas a gente é da Prainha!’ Aquela área toda ali era conhecida como Prainha. O padre Wilson Groh, quando começou disse que a gente era do Mocotó, até achava estranho. Mas tudo ali, até lá em cima a gente dava como endereço Prainha*”. Sendo do clero progressista, tal necessidade de homogeneizar as denominações dos territórios expressava sua preocupação em que as diferentes comunidades se emancipassem e afirmassem uma identidade própria, em oposição aos outros bairros e à cidade que as exclui.

Tento então investigar em que medida eram essas áreas estigmatizadas na cidade, perguntando se chamavam de favela. “*Comunidade*”, a resposta é imediata. “*Mas, e a cidade separava a Prainha do Mocotó? Havia preconceito?*” Janete diz, com relação à Prainha, que Prainha não havia, mas o Mocotó sim. Era o bairro mais pobre, mais violento, onde a polícia mais buscava drogas, conta Janete. Está muito presente em sua memória, e na de seu filho também, a polícia chegando de ônibus para fazer operações de revista nos moradores.

Quando compara a Nova Esperança com o Mocotó, é da diminuição do senso de comunidade que Janete reclama - aquilo que Wacquant identifica como “a lógica estrutural que abastece a nova marginalidade”. Aplicar o raciocínio desse autor a Florianópolis, à configuração assumida na sua morfologia urbana recente, é uma operação que merece a maior cautela do ponto de vista teórico e metodológico, visto que sua referência é a pobreza em sociedades de capitalismo avançado. Mas há, no relato de Janete, o sentimento de perda por ele identificado, de não se sentir protegida pelo bairro, de não encontrar nele a “paisagem familiar e reconfortante, assim como propósitos coletivos e formas de reciprocidade” (WACQUANT, 2005, p. 195-6).

Outros estudos sobre os morros da área central de Florianópolis chegam a uma conclusão similar. Maria Conceição Copette (2003), em sua pesquisa no Mont Serrat (morro vizinho ao Mocotó), registra vários depoimentos de moradores que rejeitam o rótulo de favela, muitas vezes destinado ao seu bairro por quem vive em áreas mais urbanizadas (da

“cultura do asfalto”, segundo Copette). Segundo uma de suas entrevistadas, favela é “como um lugar desprovido de recursos públicos básicos e ocupado por casas pequenas e muito próximas” (COPETTI, 2003, p. 32). A mesma distinção entre a área central e a região continental aparece nos depoimentos colhido pela autora. “O que ainda sobra de favela em Florianópolis acredito que esteja lá na Via Expressa”, diz uma de suas informantes. Quanto ao sentimento de perda de Janete (na transição da pobreza da área central para o continente), as análises também convergem, pois muitos dos depoimentos também apontam para aquilo de que reclama, que é a ausência de uma cultura da solidariedade (COPETTI, 2003, 35), ou, nos termos de Wacquant, de laços fortes, bastante presentes nos morros da área central. Para uma das principais vozes do bairro, o padre Vilson Groh, são as relações solidárias nesses processos de pobreza que identificam esses lugares com a expressão *comunidade*.

Mas se tal sentimento de perda for contextualizado na biografia de Janete, há que se observar que a sua saída da região do centro da cidade tem a ver com a falta de possibilidades de prosseguir vivendo nesse lugar que, em seus relatos mais recentes, aparece como o lugar em que amava viver. Como vimos, foi a menos escolarizada da família. Trabalhou no Hospital de Caridade assim que abandonou a escola. Depois, como telefonista numa empresa estatal, mas, como o trabalho com cozinha pagava melhor, resolveu se dedicar mais a essa atividade. Em outro momento de nossa entrevista, ela disse que é o de que gosta. No entanto, seu marido morre após três anos de casados. Fica viúva, com um filho recém-nascido (seu filho único, com apenas quatro meses quando o pai faleceu em acidente automobilístico). Foi aí que as dificuldades econômicas apareceram. Sua situação se agravou quando, com o falecimento de seus pais, os irmãos e irmãs decidiram vender as propriedades que tinham em Florianópolis. Na partilha, Janete ficou sem condições de adquirir uma casa própria e, segundo suas palavras, “*foi pro aluguel*”. Mesmo como trabalhadora, não tinha mais condições de prosseguir pagando aluguel.

Mas a necessidade de mudança, de ter que “*fugir do aluguel*”, lhe proporcionaria compensações. Seus contatos com Vilson Groh, com agentes da igreja (nesse período, da Igreja Progressista), renderam-lhe o ingresso no movimento dos sem-teto. Ingressou como uma das principais lideranças. Teve uma atuação marcante. Foi peça fundamental em muitas das negociações. Em seu relato, conta com orgulho que não se intimidava diante das autoridades. Além disso, soube, em muitos momentos cruciais das negociações, ter a astúcia necessária para driblar autoridades que procuravam desorganizar o movimento, por estratégias de cooptação e de repressão. O fato de ter sido escolhida para ficar com a casa-modelo, a

primeira a ser feita (e considerada por todos como bem-localizada), pode ser lido como uma espécie de distinção a ela conferida.

Tais momentos são lembrados como momentos de união coletiva. No entanto, relata que entre as moradoras é quem hoje ainda mais aposta na organização comunitária. Não esconde os conflitos, as brigas de casais, que resultavam em violência doméstica; as tentativas de “ocupação” das casas construídas durante o mutirão; os homens que não trabalhavam.

Nada, porém, é maior que a decepção que teve quando percebeu o gradativo abandono das práticas comunitárias e de organização coletiva. Embora, por alguns anos, a organização e as práticas de uma sociabilidade comum tenham prosseguido, observa que as pessoas foram ficando mais individualistas, mais voltadas para o seu próprio interesse.

O fato de a comunidade Nova Esperança começar a sofrer dos problemas de que outras localidades pobres sofriam, como os ligados à criminalidade, e a consequente repressão policial, é outro motivo de frustração de seus ideais. Durante uma das entrevistas, recorda que seu filho Roberto comentou com ela quando chegaram a Nova Esperança, vindos para morar, que eles agora não veriam mais a polícia chegar de ônibus para levar todo mundo preso, inclusive as crianças, tal como muitas vezes haviam presenciado nos tempos de Mocotó. Não demorou muito para isso começar a acontecer ali também.

Talvez dessa decepção venha a postura que ela e seu atual companheiro tenham firmado em defesa da legalização das drogas. Avaliam que os bairros pobres, as comunidades, sofrem o problema de modo injusto, pois não prendem “*os grandes da política*”, empresários da cidade (Janete cita, inclusive, o nome de alguns grandes comerciantes, associados pela população de Florianópolis aos traficantes). Fala da sua revolta por nunca prenderem quem traz a droga, mas apenas “*os nossos filhos*”, ou seja, os jovens das localidades pobres (e lamenta não ter estudado Direito para poder ajudar nesses casos). Ou seja, reconhece, na prisão dos jovens, a discriminação de que é alvo a localidade em que vive. Sabe que o fato de estarem vivendo junto ao bairro do Monte Cristo, conhecido como a área da Grota, é motivo de discriminação, o que não sofreriam se permanecessem na Coloninha – daí ter sido essa a preferência da maioria na época da ocupação: além da valorização maior de seus terrenos, fugiriam ao estigma da pobreza e da criminalidade. Mesmo assim, reconhece a violência que emerge dos próprios “*filhos da comunidade*”, admitindo que não se trata apenas de discriminação, ou que a criminalidade e a violência na localidade seja apenas um resultado

das injustiças, tanto que se refere de maneira bastante pejorativa aos que se envolvem na atividade (violência, tráfico, pequenos crimes).

Sua narrativa vem do passado aos dias de hoje para colher os frutos dessa discriminação. Conta a experiência de não ter sido aceita como parte da paróquia da Coloninha, enquanto os vizinhos do Conjunto Panorama, localizado imediatamente ao lado de sua comunidade, o são. Sentiu-se publicamente recusada, humilhada.

Contrapõe os dias de hoje aos tempos da ocupação, quando não havia essa dinâmica de violência. Acredita que a união, na época da Coloninha, tinha a ver com a necessidade: iam mais às reuniões, porque “*o pessoal precisava mais*”. Não reduz, porém, a este aspecto a posterior desagregação dos espaços de articulação coletiva. Janete relaciona essa desagregação também às diferenças culturais, mais uma vez comparando as sociabilidades da Nova Esperança com as que existiam na sua época no Mocotó. Os costumes, a cultura, era tudo muito diferente. Conta que veio saber o que é *vanerão* na Nova Esperança, que “*lá, no Mocotó, era samba, carnaval. Chimarrão não tinha lá*”. Dançava samba, saía no carnaval, na escola; enfim, na sua avaliação, a cultura, os costumes são muito diferentes do oeste catarinense. Aí conta do terno de reis, do boi de mamão, “*era coisa que não perdiam*”, “*o pessoal da rua ia todo mundo*”. Sua descrição das diferenças não é neutra: a cultura do morro agregava. Quando do terno de reis, as pessoas esperavam nas portas de suas casas com o dinheiro e com a cachacinha. Faziam até de manhã. Acha muito estranho que nas festas no Monte Cristo tenham dificuldade de arrumar pessoas para trabalhar, pois no Mocotó tinha fila de pessoas pra trabalhar na festa junina. “*A gente sorteava gente, de tanta gente que tinha*”. Lá não precisava chamar: “*chegou o tijolo da igreja, vamo lá*”. Na Nova Esperança, só ajudam se podem ser favorecidos; se não, ninguém aparece.

A sua crítica aos moradores se estende também a outros aspectos. Questiona a falta de vontade de muitos deles, o que explicaria a situação de pobreza e as dificuldades enfrentadas por muitos. Aqui, a crítica já não se direciona somente aos do oeste. Tomando como exemplo uma de suas vizinhas, Janete se questiona:

Será que a Marisa tem condições de arrumar emprego? Ela tem pressão alta, é gorda, semi-analfabeta, tem idade... olha até na cozinha, vai ser um louco quem dê trabalho pra ela. Por que não dão, não dão, nem pra limpeza não dão, tem dez melhor. (JANETE, 2009)

Em sua avaliação, a maior parte dessas pessoas “*não teve muita vontade na vida*”.

Foi dessa avaliação que incorporou como uma de suas prioridades de liderança comunitária a realização de cursos focados nessas pessoas, com projetos como os de geração de renda, tal como a cooperativa de artesanato, com o qual estava diretamente envolvida na época em que a entrevistei.

Ao mesmo tempo, percebendo a possibilidade de a nova geração ter um destino similar ao de seus pais, sua outra proposta está relacionada à educação, especialmente à educação que forme para o trabalho. Preocupa-se com o futuro dos jovens, e sabe, por ser mãe, que eles deverão estar preparados para enfrentar um mercado de trabalho desfavorável aos pobres. Costumava sempre dizer ao seu filho que *“filho de pobre não pode ser bom, tem que ser ótimo, porque filho de rico sempre tem padrinho, tem dinheiro”*. Diz que sempre controlou suas notas na escola e percebe que a escola falha em seu papel de incorporar os jovens ao trabalho. Acha que instituições como o Cedep deveriam ajudar a superar as dificuldades que as crianças têm com a escola, evitando que fiquem na rua. A própria gravidez precoce, em sua avaliação, depõe contra as lideranças, que não conseguem educar os seus adolescentes. Mesmo nos casos de jovens que hoje estão presos por conta do tráfico de drogas, considera que se a escola tivesse sido mais efetiva talvez não tivessem tido o destino que tiveram. É assim que avalia o destino da filha de uma antiga vizinha (não mais vivendo na localidade, com vários filhos e na prisão), ou dos filhos de Tina, vizinha envolvida com o tráfico, cujo filho, já adulto, Janete não compreende como, hoje em dia, consegue ser analfabeto, *“com tanta escola por aí”*.

Em sua percepção, a escola falha como instituição. Mesmo que falhem os próprios vizinhos em sua responsabilidade sobre seus destinos, ela assume uma lógica segundo a qual tais instituições - a escola, os programas sociais, a universidade, os cursos de formação para o trabalho - teriam por função evitar que os jovens se desviem do caminho da marginalidade. Tanto é verdade que considera positivo o toque de recolher para menores de dezoito anos de idade.

A percepção desses mecanismos que operam em mão dupla permitiu que ela recuperasse em seu filho o destino que a sua família lhe havia reservado, de atuar na direção da mobilidade social. Se as instituições falham, tem que haver uma reação sua (*“filho de pobre não basta ser bom, tem que ser ótimo”*), a mesma que falta em muitos de seus vizinhos. Se o meio é culpado, tem que saber evitar a contaminação de seu filho. Pergunto por que

Roberto¹²⁵ teve uma trajetória diferenciada. Responde que, embora permitisse que ele tivesse as amizades dele no Mocotó, onde foi criado, sempre o advertiu quanto às drogas, e que ele teria que se virar caso acontecesse alguma coisa. Via em seus vizinhos e amigos do bairro onde cresceu uma ameaça ao futuro de seu filho.

Ela estende preocupação a outros jovens e crianças e se dirige, numa motivação que parece ter surgido de uma vivência em meio a práticas de caridade religiosa, também a outras pessoas em situação de extrema necessidade. A participação política (que já havia sido no passado uma participação principalmente religiosa) relaciona-se ao compromisso em ter de dar uma resposta a essas situações. E é esse compromisso com o coletivo que fez dela uma das pessoas de vida mais pública na localidade. A sua casa, em estado constante de desorganização e sem que faça melhorias (fato inclusive criticado pelos seus próprios vizinhos e amigos), pode ser interpretada como uma expressão dessa entrega às questões coletivas – o que é também comentado por sua vizinhança, que sua dedicação às causas comunitárias é tanta que faz com que se esqueça de si mesma. O seu envolvimento está relacionado não a um desejo ou a um gosto de vivenciar os espaços públicos como espaços de sociabilidade, mas à reelaboração que faz de suas experiências de passado e à preocupação com a forma como percebe os problemas dos mais jovens, tal como percebeu com o de seu filho.

5.2.4 A história de Marta¹²⁶

Marta nasceu em São Paulo, capital. Como muitos paulistanos de sua geração, é filha de migrante. Seu pai veio da Bahia, tornando-se alfaiate em São Paulo. A mãe é paulista, e trabalhou como professora primária. Teve uma educação conservadora, com mãe professora.

Em São Paulo, foi criada num típico bairro popular da cidade, numa localidade de Santo Amaro. Marta vem de uma pobreza integrada à vida da cidade, de classe operária tradicional, vivendo em um bairro que oferecia educação, até hoje habitada por muitos trabalhadores, que sofre com problemas de violência, mas integrada à vida da cidade. Segundo seus relatos, os pais cumpriam seus papéis de provedores e educadores. O lar em que

¹²⁵ Cfr. entrevista concedida a Francisco Canella, Fplis, 2008.

¹²⁶ Cfr. Entrevista concedida a Francisco Canella. Florianópolis, 28 out. 2009.

foi educada a protegida; havia emprego estável; seu pai tinha um dos inúmeros pequenos negócios que proliferavam nas vizinhanças dos bairros operários. Sua família lhe deu uma educação à qual nada faltava. Assim descreve esse quadro de uma pobreza estável:

Olha, que eu me lembre minha mãe me criou como pobre na medida do possível. Por que era só eu dentro de casa, de menina. Tinha um menino. Mas ela dava, eles davam tudo que podia. Hoje em dia é que tem muita escolha. A criança vai na loja e pede o que quer. Antigamente não: você tinha o que os pais queria te dar. Então eu, na medida do possível, eu tinha tudo. Eu e o meu irmão, a gente tinha tudo”. Não era rica (a sua família), mas a gente tinha tudo que a gente queria, assim, nas nossa necessidade, assim, a gente tinha tudo que queria. Desde os nossos brinquedos aos nossos estudos, que era muito exigente com os nossos estudos. (MARTA, 2009)¹²⁷

A educação que recebeu em sua família seguia padrões que predefiniam seu futuro. Criada num ambiente austero, em que as escolhas individuais não tinham muito espaço, Marta foi bem-escolarizada (estudou até o secundário, “segundo grau”, mas não o concluiu), preparada para o casamento, mas também para ter uma profissão. O aprendizado na cozinha, parte do cotidiano, do *aprender fazendo* típico do mundo doméstico, pode ser visto como parte da formação feminina para o casamento, assumindo o papel de mãe e esposa. Em seu caso, foi também base para aprender algum tipo de trabalho. Para além do aprendizado no âmbito doméstico, procurou arrumar uma profissão.

Fiz, fiz curso de enfermagem, trabalhava, aí depois casei, vim pra cá, mas toda vida me interessei em cozinha. Sempre fui muito de cozinhar. Com sete anos, a minha mãe colocava um banquinho, assim, em frente ao fogão pra mim ficar mexendo as panelas pra não queimar. Então, desde ali eu comecei a gostar de cozinhar, de gostar de inventar prato. Quando ela me deixava [...] na cozinha era uma desgraça, sabe? Quando ela chegava a bagunça tava [...] Aí vim pra Florianópolis, aqui fiz curso de telefonista, trabalhei como telefonista, mas depois me interessei totalmente pela cozinha, fiz vários cursos. (MARTA, 2009)

Além da iniciativa individual, há que se considerar a disposição cultural presente no âmbito familiar como uma preparação para o trabalho. Seu único irmão também sempre teve emprego e, até hoje, segundo ela, ganha bem – é funcionário de uma empresa ferroviária no Paraná.

É neste contexto que deve ser entendida a educação que recebeu: moralmente conservadora, exigente, e voltada a reproduzir o modelo da geração dos pais. Muitas exigências, poucas escolhas, numa sociedade em que o mercado de consumo não exercia a atração que hoje exerce. “*Eles davam o que podia*”: a satisfação das necessidades era o prioritário, e encontrava o limite na definição dos pais, que concentravam os meios de decisão, a autoridade. “*Hoje em dia é que tem muita escolha. A criança vai na loja é pede o*

¹²⁷ Em 2009, quando a entrevistei, Marta estava com 50 anos.

que quer”: há espaço para a legitimidade do querer da criança, para a sua escolha; a autoridade é deslocada, e a definição passa pela escolha, não pela necessidade.

Do mesmo modo deve ser entendido o controle que a família exercia sobre os filhos (ou sobre a filha), zelando por uma moral que não permitia maiores liberalidades nos costumes, no comportamento feminino, nas vestimentas. Tais controles estão muito presentes em sua memória.

Hoje em dia tá mais junto Deus me livre se o pai visse brincando junto comigo. “Tu é menina”. Então era bem separado. Hoje em dia é que tá bem liberado. Eu acho melhor hoje em dia o modo de criar filho do que eu fui criada. Quando chegou as modinhas de mini-saia, saíngas acima do joelho... Deus me livre! Uma mulher abaixo do joelho...

– Ele não deixava?

– Não. Eu com 14, 15 anos, Deus me livre! Meu vestido era maria-mijona.

– E pra namorar, não era difícil? Como é que era?

– Pra namorar, então, Deus me livre. Com dezoito anos que eu conheci o primeiro namorado. [...] Sentava minha mãe, meu pai, eu e o Luís aqui. Aí ele marcava tal hora, tal hora ele tinha que ir embora. Não podia nem pegar na minha mão [risos]. Então... hoje em dia, meu Deus, hoje em dia é tudo tão estranho, que eu estranho, né? Eu, até que criei uma filha mulher, dois filho homem. Eu tentei dar pra eles a liberdade que eu não tive. (MARTA, 2009)

No entanto, o conservadorismo da família encontrou um limite nos projetos de Marta, especialmente quando esbarraram no lado afetivo de uma jovem apaixonada. O pai se opunha ao casamento com um homem branco. Como negro de classe subalterna, acreditava que o casamento com um branco traria sofrimento à filha – proibia com vistas a proteger o futuro de sua família. “*Ele achava que não ia prestar, que ele nunca ia me respeitar. Ah, o meu pai era todo cheio de nove hora*”. Marta então resolveu fugir com seu namorado, mudando-se para Florianópolis.

Com o seu casamento, rompeu os vínculos com a família, confrontando o tipo de educação da geração de seus pais, o qual visava à continuidade de um padrão de família. Até hoje carrega consigo a crítica à educação que recebia, que se traduz, não sem ambiguidades, na educação que dispensa aos filhos. É interessante como avaliou a educação recebida com relação à sexualidade, e como reagiu com relação à educação dos seus filhos.

O que eu sabia era por alto, [...] não era bem explicado como é hoje em dia. Aula de sexo, aula de saúde daquilo – quando o Rodrigo chegou dentro de casa falando de aula de sexo, eu queria matar ele. Porque pra mim era um absurdo. [...] Então, por essas coisas, eu preferi soltar mais um pouco, dar mais liberdade pra eles, mais liberdade pra amigo [...] Até hoje, eu ainda tomo muito cuidado com os amigos deles. É que eu tenho, tinha e tenho [...] passar por essa experiência, ficou pior pra mim os amigos deles. E a minha infância foi isso aí. [...]

– Tu não achou legal essa coisa deles, por exemplo, dele começar, o Rodrigo, aprender sobre sexo na escola? Tu ficou chocada?

- Eu fiquei chocada. Eu fiquei, ele... ele nem lia os livros na minha frente. [...] Depois que eu comecei a estudar mais, fazer curso, [...] que foi abrindo mais a minha memória. Que eu, até os quinze anos, Deus me livre, que eu nunca me esqueço que eu cheguei da aula, e perguntei pra minha mãe, na maior das inocências - que eu nunca me esqueço do tapa que ela me deu – como que a mulher ficava grávida! Eu com quinze anos...!

- Não sabia ainda?

- Ela me deu o maior tapa no pé do ouvido que eu fiquei três dias surda. Então tudo isso, pra mim, hoje em dia eu olho pra trás e vejo que não parecia uma professora, parecia uma ignorante, uma pessoa ignorante... Mas não era, era o jeito que ela foi criada. O jeito que ela foi educada, de não saber tal coisa, de não falar tal coisa. (MARTA, 2009).

Ao mesmo tempo em que critica o modo como lhe ensinaram (ou melhor, como não lhe ensinaram), diz ter-se sentido incapaz de superar e assimilar uma nova forma de lidar com a sexualidade, trazida pela escola. Embora tenha reconhecido a boa educação que recebeu (assim é que ela a classifica), percebeu a necessidade de mudança. Vê que a educação de sua mãe não cabe no mundo moderno, não tendo como ensinar os saberes necessários: “*não parecia professora*”. No entanto, manteve alguns traços da educação recebida na educação dos filhos, mas tratando logo de superá-los. Fez autocrítica; percebeu a necessidade de mudar, “*abrir a memória*”, o que fez estudando e concluindo o nível médio.

Assim, a saída de casa e a vinda a Florianópolis devem ser entendidas como novo rumo em sua trajetória, uma ruptura com o que lhe estava prescrito. Rompe com os padrões tradicionais em prol de um estilo de vida que caminha na direção do individualismo. Mas não sem ambiguidades. As possibilidades, as escolhas, podem ser negativas, como vai se ver no caso de seu filho. Veremos que a ruptura com a família, o questionamento da autoridade paterna, foi apenas uma (a primeira) entre muitas ao longo da vida de Marta.

Quando chegou a Florianópolis, surpreendeu-se com o tamanho da cidade. Quis voltar. Pensou que nunca se adaptaria. Demorou a se acostumar com a pequenez de Florianópolis. Foi morar em bairro popular, na Vila São João. Depois, na Ângelo La Porta. Nesse período, trabalhou em diversas atividades: como doméstica, telefonista, auxiliar de cozinha. Separou-se quando estava grávida de seu terceiro filho (filha, no caso, Letícia). Seu marido era “mulherengo”. Reclamava que ele não assumia as responsabilidades de casa, não fazia poupança. Após a separação, deixou de ver os filhos por muitos anos. Seu marido acabou agindo da mesma maneira que o pai (o sogro de Marta), que também abandonou a família e não mais os procurou. Com poucos recursos e três filhos para sustentar, foi morar na “favelinha”, lugar muito ruim e pobre, no bairro do Monte Cristo.

Nesse momento, operou-se mais uma ruptura: assim como não aceitou as imposições da família, nem a irresponsabilidade do marido para com ela e os filhos, resolveu também dizer não à indignidade que sofria. Saiu da casa que alugava e foi morar na rua. Mas não sem fazer uma promessa a São Cosme e Damião. Sua trajetória em Florianópolis foi em direção à exclusão social, a bairros de pobreza recente (KAZTMAN, 2007). Ter ido para a Nova

Esperança significou mobilidade social. Estava em situação de rua. Saiu do morro (Ângelo La Porta), num bairro popular, para morar na favelinha (Dona Inácia), um bairro de pobreza recente e dali para a rua, no terreno onde hoje é a escola América Dutra (a do “*vai quem quer*”). Embora preparada para ser trabalhadora, relativamente qualificada, pois tinha uma profissão, ficou vulnerável, “vulnerabilizou-se” (ou foi “vulnerabilizada”).

É neste contexto, de trabalhadora que percorreu uma mobilidade descendente, que deve ser compreendida sua inserção no movimento dos sem-teto. A participação no movimento parece ter sido a oportunidade para reconquistar sua posição social anterior. Marta ingressou no movimento enquadrada na categoria dos moradores da cidade que não tinham mais condições de pagar aluguel, embora anteriormente tivessem tido emprego e morado em condições dignas.

O modo como ela interpreta seu passado nos depoimentos é bastante peculiar, muito diferente dos que tiveram alguma experiência de participação política ou comunitária anterior. A começar pelo relato dos seus primeiros contatos com o movimento, em que sempre prevaleceu o registro místico: recebeu da promessa a Cosme e Damião o convite para participar das reuniões. Quando estava vivendo na rua, uma amiga sua, que morava nas redondezas de onde havia feito sua barraquinha de lona, apresentou-a à irmã Ivone, líder e organizadora dos sem-tetos, que então a convidou a participar das reuniões do movimento.

Fez questão de ressaltar o quanto é agradecida à luta: o modo como se refere à irmã Violeta é repleta de termos de reciprocidade, chamado, dádiva, missão. Foi por esse caminho que explicou sua trajetória. Em suas falas, podem ser identificados como momentos liminares tanto o momento de viver na rua como o da ocupação. Seu relato é permeado de sentimentos de medo, de aventura e dificuldades. Claro, há também o sentimento de gratidão – no caso, destinado à irmã Violeta. E aos santos. Quando da entrega das casas, entrou com a santa à frente, numa pequena e concentrada procissão. Até hoje essa santa ocupa um pequeno e discreto espaço (um oratório) na frente de sua casa.

Marta reconhece a importância da luta, de enfrentar seus medos, mas isso é individual, não submetendo sua experiência a uma leitura política. Evita a participação nos espaços de articulação coletiva. Assim justifica a sua escolha: “*Não gosto porque dá muita fofoca, muita intriga. Então, eu não sou de confusão. Não gosto de confusão, não gosto de fofoca. Então eu já não participo por causa disso*”. (MARTA, 2009).

Talvez pelo peso das escolhas individuais que teve de fazer, sua história não seja relatada pelo olhar político. Embora individualmente mística, passou para sua filha a valorização da luta: Letícia quer ter sua própria casa. Do mesmo modo que sua mãe lutou para ter a sua própria casa, ela também quer lutar por seu espaço.

Isto evidencia a forte carga simbólica presente no contexto da trajetória de vida de Marta – lutar por uma casa. De uma classe trabalhadora (pobre, porém estável), de uma situação de pobreza, porém em que nada faltava, não só em termos materiais, mas também simbólicos (um pai “*cheio de nove hora*”, por exemplo), para uma condição de pobreza em que faltava tudo, do básico, material (não poder fazer a poupança, não ter as coisas), ao moral (foi abandonada pelo marido), sua trajetória é a transição de um padrão de pobreza urbana, que se inicia em um bairro de uma classe operária integrada à ordem social e a encaminha para a um bairro produto do novo tipo de exclusão. Na Nova Esperança, por fim, encontra a possibilidade de recuperar a dignidade perdida.¹²⁸ A entrada na casa carregando a santa, com tudo de mais sagrado e significativo que ela pudesse representar para Marta, depois de todo o sofrimento vivido, parecia ser o coroamento desse processo.

A educação dos filhos talvez traduza com mais exatidão o projeto de Marta, que é de integração ao mundo do trabalho. Escolarizou bem os filhos, mas, por sua ótica, as escolhas deles apresentaram problemas. Dois não concluíram o ensino médio. Para piorar, um de seus filhos envolveu-se com o tráfico de drogas – algo que não consegue entender - um projeto individual, no contexto de uma sociedade marcada pelo individualismo. Tal como a maioria de seus vizinhos, nenhum deles incorporou o projeto de um curso superior. No entanto, elogia a trajetória da filha mais nova, que se dedica aos estudos e luta por uma futura vaga na universidade

Atualmente, Marta circula pouco pela cidade. Por um lado, explica o comportamento pelo seu forte código de privado. Reclama, como todos os entrevistados, da fofoca entre os vizinhos. Não vai à casa das pessoas, mas recebe muitas visitas, pois vende produtos cosméticos por encomenda. Aliás, sempre foi uma pessoa bem-relacionada: conheceu a cidade, trabalhou em restaurantes, trabalhou em casas de família, frequentou escolas de samba (a Consulado, localizada num bairro da ilha); sempre saía no carnaval. Da experiência como

¹²⁸ Parece aqui caber a reflexão de Janice Perlman (1977): o popular como não tão diferente das classes médias, seguindo, ou perseguindo, em alguma medida, o padrão hegemônico e médio (tal como o que Kaztman (2007) descreve como características de bairros operários).

doméstica, intensificou seu contato com outra classe, a ponto de ter o filho de um médico como padrinho de um de seus filhos.

Pra trabalhar como cozinheira. Comecei trabalhando em casa de família [...] na doutora Laura Carriço, que já faleceu. Ela era juíza, o marido dela era médico da Assembleia. O filho dele, o doutor Hamilton, é os padrinhos do Rodrigo. Até na época que eu fiquei grávida, eu já trabalhava com ela há dois anos, de cozinheira, e o filho dela chegou na cozinha – bem doidão, assim, sabe, embora seja tão rico, assim, advogado [...]; “Marta! Marta!”, me abraçou, me rodando “tá doido, Hamilton?” “O bebê é homem”. (MARTA, 2009)

No entanto, a informalidade dos contatos, que num dado momento pode ser lida como expressão de intensidade de contato, não parece ter prosseguido. No episódio em que seu filho foi preso, chamou-me a atenção o quanto ela ficou na dependência de pessoas externas à família e à própria comunidade para obter assistência jurídica. Mesmo com todos os conhecimentos e contatos, estes pouco lhe valeram naquela situação. Precisamos, eu e alguns colegas envolvidos em trabalho de extensão na localidade, estabelecer contatos para arrumar um advogado. Ao fazermos isso, sentimos a dimensão do isolamento social por ela vivenciado.

Hoje, não mais trabalha. Por conta de um acidente (atropelamento), que lhe custou lesões num dos braços, aposentou-se por invalidez. Com poucos rendimentos, circula pouco pela cidade. Visita pouco as pessoas: “*não sou muito da casa dos outros*”. Mesmo com o problema que tem em um dos braços, costuma fazer a feira a pé: “*Ah, não, eu vou à pé. Eu adoro andar à pé. Eu vou aqui por dentro, é cinco minutinho. Porque os ônibus é muito caro. Ou tu leva o dinheiro pra comprar as frutas e verduras, ou tu leva o dinheiro pro ônibus*”. A precariedade a limita.

Hoje, ocupa seu tempo cuidando dos netos. Diz não gostar muito de sair, embora sua história o pareça desmentir. Circula mais pelo bairro. Mesmo assim, gosta da Nova Esperança, entre outras coisas, porque é muito perto do primeiro lugar onde morou.

Sobre o efeito de vizinhança cabe ainda uma reflexão. Embora tenha procurado educar seus filhos para serem trabalhadores, preocupando-se com a sua escolarização. A escolha deles (um deles envolvido com o tráfico) a aproximou da realidade de tantas famílias da sua localidade. Alguns meses antes, Letícia dizia que ali não era ambiente para criar um filho; sentia-se ameaçada pelo que acontecia nas ruas. Com certa razão: mais que o bairro, a própria casa fora invadida por essas ameaças. Marta também fala das drogas sussurrando. As escolhas individuais superaram o padrão de educação familiar, e isso, de que tanto Marta quanto Letícia têm consciência, se deve às transformações sofridas pela localidade. Mesmo assim,

prevalece nela um forte sentimento de pertencimento ao local onde vive e de gratidão pela luta que o construiu e da qual se orgulha de ter participado ativamente.

5.3 Sobre a primeira geração

No final deste capítulo, interessa indagar três ordens de questões. Primeiro: o que as biografias revelam de comum, para além do fato de viverem numa mesma área (que, por sua vez, é resultado de uma mobilização que envolveu a coletividade). Segundo (e desdobramento da primeira questão): em que medida suas trajetórias revelam buscas de alternativas coletivas entre os moradores? Terceiro: o que elas elucidam acerca do lugar da Nova Esperança na cidade?

5.3.1 Vidas em comum?

Com relação à primeira questão, é possível dizer que Marta, Janete, Elisa e Luís Carlos foram pessoas que operaram, ao longo de suas vidas, muitas rupturas, ou no âmbito da família, do trabalho (Luís Carlos e a vadiagem), ou da moradia (Luís Carlos e Marta, que efetivamente passaram a viver na rua).¹²⁹

Os conflitos familiares, no caso das mulheres aqui analisadas, estão relacionados ao casamento. Em alguns casos, a cisão familiar está relacionada ao desejo de casar, mas fora das regras familiares. São conflitos em torno do casamento, ou em razão do casamento (Janete e Marta, que rompem com a família para poderem casar), ou como ruptura dele (Marta, que se separa e assume todo o ônus de viver e educar os seus filhos sozinha), ou, finalmente, no caso de Elisa, o próprio casamento, em razão de conflito familiar, pois a impossibilidade de casar a faz mudar de cidade. Janete estava, já havia muitos anos, sem o marido, mas a ruptura familiar já era história de sua vida, o que parece culminar na última cisão, por conta da partilha da herança após a morte dos pais. Tais situações revelam as dificuldades de escolha para as mulheres no interior de uma instituição como a família.

¹²⁹ O reforça o entendimento da questão a partir da noção de liminaridade: suas vidas eram como anti-estruturas, vivenciando situações limites, num estágio que havia se iniciado com a ocupação.

Assim, as afirmações de seus projetos conduziram a rupturas constituídas por enfrentamentos com instituições *encompassadoras*, tais como a família, o casamento e o trabalho. Em alguns casos, a ruptura foi menos traumática, no sentido de cobrar menos consequências negativas na vida de seu ator. Janete não deixou de participar de instituições como a Igreja (e nos múltiplos espaços articulados a ela, como os cursos que se desenvolviam nos salões paroquiais). Em outros casos - Marta -, a ruptura implicou mudança de cidade (no de Elisa também) e no rompimento dos laços familiares por longo tempo. A segunda ruptura (a do casamento) acabou conduzindo-a a viver. Em Elisa, embora a saída de sua cidade não a tenha conduzido a uma ruptura com a família, foi quase um exílio, pois foi tomada para evitar consequências mais negativas, embora também possa ser interpretada como um misto de oportunidade, fruto de seu desejo de fuga da “lida do campo”.

Em outros termos, ou nos termos de Gilberto Velho (1999), ocorreram muitas metamorfoses nas vidas desses personagens. Ou tiveram projetos que os distinguiram dos projetos familiares. Também se registram recuperações. Se há rupturas, e isso faz parte da modernidade, como observa Gilberto Velho, há também a recomposição de laços a partir dessas instituições *encompassadoras*, ou, no caso aqui analisado, o retorno a elas. Nesses casos, há que se pensar que as escolhas ocorreram no interior de famílias muito conservadoras, cujos constrangimentos tornavam bastante restrito o campo de possibilidades de escolha para os filhos.

As rupturas, portanto, não necessariamente implicavam escolhas definitivas, ou negação de uma instituição – estavam ligadas a uma situação, não à afirmação de uma nova condição. Como vimos na história de Luís Carlos, sua fase atual é explicada como retorno aos valores familiares, à *base* educacional recebida. Do mesmo modo, a ida de Marta para as ruas foi acompanhada de uma promessa a um santo, para que um dia retornasse a um lar para criar seus filhos – tarefa para a qual havia sido educada pela família.

5.3.2 Sobre a vida no coletivo

A história de Luís Carlos nos introduz na segunda questão. O outro lado que evoca na sua recomposição de laços foi a inserção no movimento coletivo que, em igual medida, teve um papel fundamental na recomposição dos laços com o social, especialmente nos casos mais dramáticos, ou mais extremos, como os de Marta e Luís Carlos. Foi por essa via que Luís Carlos, após a recaída, por conta de vícios, também retomou um caminho de reintegração (o movimento foi a sua terapia, como me disse certa vez). Mas se Luís Carlos encontrou no movimento coletivo uma alternativa para suas questões individuais - para se livrar dos vícios e recompor seus laços familiares -, com os outros moradores a relação com o movimento coletivo foi diferente.

O movimento coletivo foi a saída encontrada por muitos para responder a uma necessidade pontual, que era a da moradia. E obtiveram sucesso: o reconhecimento da importância da ocupação para as suas vidas traduz-se na forma de agradecimento ao movimento e àqueles que os apoiaram. O que, anos depois, para muitos passou a ser interpretado como uma crise do movimento, ou das sociabilidades internas à localidade (“uma crise da comunidade”), está, na verdade, relacionado a uma transição em que as estratégias coletivas, não mais proporcionando melhorias nas condições de vida, foram substituídas por estratégias individuais. A perda de uma sociabilidade marcada pela solidariedade e cooperação mútua, que proporcionava momentos de prazer, foi o preço pago por essa opção.

Houve multiplicidade de escolhas. Os caminhos é que foram diferentes. O traço comum encontrado nessa diversidade foi a busca de alternativas que já não passavam por articulações coletivas. Muitos, aliás particularidade do grupo aqui pesquisado, acionaram individualmente contatos de fora da localidade, embora estabelecidos a partir dos espaços de participação coletiva. É possível dizer que alguns colheram benefícios no plano pessoal, como Elisa, que se arrumou junto a uma ONG. O companheiro de Janete arrumou um trabalho numa ONG que trabalha em projetos educativos, mas com baixo salário. Mas também obteve a oportunidade de realizar um curso superior a distância, que frequentava desde a época em que realizei as entrevistas (2007 a 2009). Embora não proporcione mobilidade social, constitui acionamento de capital social, na medida em que os benefícios provêm de contatos estabelecidos por aqueles que procuram organizar demandas coletivas (e a eles se destina),

mesmo não atendendo a demandas coletivas. Ao atenderem a necessidades de trabalho de pessoas que se propunham liderar a comunidade, favoreciam o prosseguimento da militância coletiva. Assim, constituem um capital social coletivo, pulverizado no atendimento de demandas particulares, na resposta *sistemática a demandas não organizadas de forma coletiva, mas colocadas como necessidades individualizadas*.

Talvez esteja aí o legado do passado militante. Nenhuma liderança da Nova Esperança se consolidou no cenário político ou social da cidade, embora muitos gozem do respeito e reconhecimento (em alguns casos, dependendo das circunstâncias, até da reverência) da parte de políticos, lideranças e autoridades. As lideranças locais limitam-se à função de interlocução, a estabelecer ligações/contatos entre o local e a cidade e seus espaços institucionais, especialmente em épocas eleitorais, mas nenhum deles tem maior inserção em tais espaços, como nos quadros político-partidários. Mesmo que o passado não tenha legado capacidade de articulação social aos seus moradores, nem se tenha traduzido em maior poder político, o reconhecimento e o prestígio conferem um poder simbólico. A Nova Esperança, assim como o Monte Cristo, não estão no mapa político-partidário (e eleitoral), o que indica uma descapitalização social e política do lugar. Na verdade, houve um capital político no momento em que protagonizaram as mobilizações na cidade. Em uma conversa com lideranças que já se haviam candidatado em eleições a vereador, comentava-se que a grande quantidade de eleitores cujo domicílio eleitoral não era no próprio bairro (fato explicado pela alta rotatividade de moradores), desestimulava os partidos a procurar candidatos ou a investir em campanhas na região do Monte Cristo¹³⁰.

Mas restam alguns espaços coletivos, como a participação em torno da Cooperarte, que ainda mobilizam um capital social coletivo. Algumas mulheres participam ativamente das reuniões da cooperativa local, resultado de uma ação de extensão da universidade, com financiamento do MEC. Esta participação, porém, pode eventualmente ser tomada como resultado da sociabilidade de um grupo de mulheres da comunidade, que vê nesses momentos de reuniões e de atividades comuns um espaço privilegiado de encontro, mais talvez do que espaço de geração de renda. Este grupo de mulheres, talvez como legado da época da ocupação, mantém uma prática associativa.

¹³⁰ O que ajuda a explicar a ausência dos principais candidatos a prefeito (à frente das pesquisas eleitorais) no debate promovido pelo Carmocris quando das eleições de 2010. Apesar de uma forte presença de moradores, apenas os candidatos dos partidos de esquerda compareceram.

Os contatos anteriores tinham maior participação deles próprios, como atores, o que fazia deles um movimento. Hoje, os contatos passam a ser cada vez mais institucionais, dependendo de instituições (as pessoas, seus contatos, representam instituições) que os atendam. Sintomática a passagem em que Luís Carlos coloca como mérito de sua gestão à frente da associação de moradores os projetos encaminhados pela Udesc: eles aconteceriam independente de quem fosse o presidente. Há uma postura passiva, de recepção dos projetos, cuja origem, bem como sua execução, depende quase exclusivamente de agentes externos. Embora tenhamos que considerar as relações de dependência existentes na época da ocupação, sob a forma do que denominamos *movimento*, é impossível não reconhecer como diferencial que a ação tenha tido como peça fundamental, condição *sine qua non* de sua existência, os próprios atores sociais, mesmo que com algum apoio ou grau de dependência de agente externos. Não eram apenas *receptores*, mas *executores* de uma ação.

O que se quer ressaltar é que não se trata de uma escolha única. Há os que prosseguiram na aposta coletiva, sendo Janete o exemplo mais radical, que deixou de investir no seu próprio bem-estar, na sua casa, não acionando mecanismos que a pudessem favorecer no sentido de sucesso individual. Luís Carlos também prosseguiu nesses esforços, mas todos esbarravam na indiferença do conjunto maior de moradores.

Houve um abandono generalizado de aposta na articulação e mobilização coletiva. Os projetos coletivos não encontraram mais, por conta das condições políticas locais das mudanças na política da cidade, possibilidades de serem bem-sucedidos. Os movimentos sociais e as instituições que emergiam de suas iniciativas, ou são acionadas por eles, perdem espaço como interlocutores que negociam com o poder público, ou setores privados, as condições que podem conduzir a melhorias em suas vidas. A exceção se encontra nas mobilizações em torno do Parque Metropolitano, mas ainda assim congregando apenas as lideranças. Não há nas formas consagradas nos anos 1980 e 1990 - acionamentos coletivos - um campo de possibilidades factível, ao menos não na percepção dos moradores e das lideranças que esperam recuperar a dinâmica de participação comunitária.

Compreende-se, assim, que tais acionamentos (ou tentativas de articulação e mobilização coletivas), feitos na matriz discursiva (ou idioma de ação) da comunidade, na medida em que não mobilizam mais o coletivo, migram para a esfera político-individual, em tentativas de inserção na esfera político-partidária. No caso da Nova Esperança, e mesmo nas microáreas adjacentes, as iniciativas individualizadas, sem o impacto de uma mobilização

coletiva de classes populares, têm sido frágeis. Mesmo como cabos eleitorais, a inserção tem sido inexpressiva na localidade. A Nova Esperança está praticamente fora do mapa político-partidário da cidade. Por mais natural que seja o assédio às antigas lideranças em época eleitoral, há poucos cabos eleitorais profissionalizados, fiéis a um mesmo candidato. Os poucos que o são têm fraca influência. O fato de a área ser de ninguém, se evidencia por um lado uma independência, por outro denuncia sua fragilidade no jogo político de barganha da cidade.

5.3.3 Da Nova Esperança para a cidade

Outro ponto bastante comum no cotidiano, não só desses entrevistados, mas de boa parte dos moradores, é que muitos pouco circulam por outros espaços da cidade. Em conversas informais, pude perceber que, embora vivendo há quase três décadas na cidade, muitos dos mais antigos conhecem pouco da cidade, das praias, dos lugares turísticos, ou da localização dos bairros mais distantes do entorno em que vivem ou já viveram. Elisa, por exemplo, quando sai, é para visitar a tia, que mora também num bairro próximo. A situação de Marta, segundo muitos sociólogos, pode ser caracterizada como isolamento social. No entanto, há que se empregar tal categoria com cautela neste caso específico. Em relação aos casos analisados, há que se considerar a facilidade de deslocamento para o centro da cidade, dada a proximidade geográfica. Para além dos gostos e preferências pessoais, ou de limitações financeiras à mobilidade, o centro é uma possibilidade constantemente acionada. Também se deve considerar o que o bairro oferece: a proximidade com o BIG, um hipermercado, espaço onde se veem circular muitos jovens da Nova Esperança, e onde ocorrem contatos com pessoas de outros bairros, clientes do supermercado, moradores principalmente de bairros do continente. Assim, o espaço comercial se transforma em espaço de contato, algo para o que, para citar um exemplo, a Igreja não se prestou.

As saídas dos moradores parecem revelar algo da cidade. Uma moradora, por um lado, diz que não gosta de ir ao centro, nem de ir a *shopping*. Por outro, Marta louva a proximidade com o grande supermercado: “o BIG pra mim é tudo”. Em comum, críticas explícitas ao consumismo. A circulação próxima, a não-circulação em lugares vinculados ao consumo situados um pouco mais distante parece indicar que circulam onde podem circular, e isso por

uma questão de ordem econômica, numa cidade cada vez mais voltada ao consumo e restrita a espaços públicos de lazer.

O processo, aqui também, não é homogêneo. Em Luís Carlos, o que sempre se virou, encontramos uma atitude diferenciada. Tornou-se funcionário público, trabalhando na coleta, circula pela cidade. Conhece seus personagens na sua diversidade. Assim, a seu modo, usufrui dela, criando seu próprio estilo de vida. Tem um terreno afastado, num local campestre, onde vai com a família aos finais de semana. Tem um pequeno caiaque para se divertir em muitas praias de Florianópolis. Tem seu próprio carro; costuma sair para acampar.

Gostam de morar na Nova Esperança. Têm sentimento de gratidão e de conquista, apesar de denunciarem problemas de fofoca e violência, mais particularmente o primeiro, relacionado à perda da sociabilidade comum, dos espaços coletivos de encontro. Ao contrário do passado, a convivência comum, o contato com o outro se traduz em reclamação pelos problemas criados pelos vizinhos, traduzidos em expressões como “*muita falação*”, “*botar o olho*”, o “*olho grande*” o “*se meter na vida do outro*”. O outro é sentido como interferência, como incômodo. O coletivo, algo imbuído de positividade, como o vizinho com quem se compartilham espaços prazerosos, ficou perdido em algum lugar do passado. Ou melhor, na memória, somente atualizada em razão de questões postas pelo presente.

6 AS TRAJETÓRIAS DE VIDA E A CIDADE (II) – OS JOVENS

Vimos, no capítulo anterior, como as trajetórias individuais elucidam os mecanismos que operam temporalmente na localidade. No entanto, cabe ainda incorporar à análise dessa dimensão o componente geracional das relações que se desenvolvem na Nova Esperança. A temporalidade se manifesta nas diferentes gerações existentes na localidade: diferentes grupos sociais possuem distintas vivências em razão dos diferentes momentos históricos, ou do ciclo de vida em que se encontravam quando compartilharam dos mesmos momentos. Pela comparação entre as gerações, evidenciam-se formas distintas de inserção dos atores no mundo da cidade, relacionadas a estratégias de reprodução cujas variações podem ser imputadas ao fator temporalidade. Ao analisar o novo tempo, consideramos, nos marcos analíticos aqui adotados, tanto o campo de possibilidades quanto os projetos desses atores sociais.

Incorporar esse componente geracional à análise local, num estudo que busca fugir às homogeneidades e simplificações, implica trazer à reflexão uma dimensão que traduz muitas das tensões das sociedades contemporâneas. Cada vez menos pertencer a uma das categorias etárias socialmente reconhecidas - como velho ou jovem - implica um padrão único de comportamento e em atitudes que correspondam à idade cronológica, de acordo com Myriam Lins-de-Barros (2006):

A complexidade da sociedade contemporânea apresenta aos indivíduos um espectro amplo de possibilidades para vivenciar os momentos da vida e as passagens de uma etapa para outra do curso da vida. [...] Essa própria pluralidade, captada pelas ciências sociais, é concebida também como um valor social contemporâneo. As idades deixam de ser concebidas como referências cronológicas fundamentais para a inserção dos indivíduos na sociedade moderna, cuja organização social regulamenta direitos e deveres segundo as idades. Estas passam a ser compreendidas na contemporaneidade como estilos de vida, que podem ou não ser adotados e que definem fronteiras entre indivíduos e segmentos sociais, como se pode ver ao se tratar a juventude ou a 'terceira idade' como um modo de ser e de estar no mundo (LINS-DE-BARROS, 2006, p. 21).

Com relação a esses modos de “ser e de estar no mundo”, é importante observar que a pluralidade de estilos de vida não implica relação de equivalência entre eles: a sociedade moderna valoriza mais o estilo de vida associado à juventude. Como observa Guita Debert, “a característica marcante desse processo é a valorização da juventude, que é associada a valores e a estilos de vida e não propriamente a um grupo etário específico”, pois “a promessa da

eterna juventude é um mecanismo fundamental de constituição de mercados de consumo” (DEBERT, apud PERALVA, 1997, p. 23).

As idades deixam de ser referência cronológica e implicam ruptura com padrões e atitudes da geração anterior, afirmando estilos de vida que se referem a mudanças entre as gerações. Nesta perspectiva, os conflitos geracionais podem ser entendidos como a defesa de padrões únicos de comportamento por instituições que Gilberto Velho denomina “*encompassadoras*”, que limitam o movimento na direção da liberdade de estilos de vida preconizados pelo individualismo moderno.

É possível, assim, analisar como individualização os processos segundos os quais os jovens reduzem, nas suas sociabilidades e projetos de vida, a presença da família e das instituições que os vinculam ao plano local. Este processo está presente entre os jovens de periferias, como o grupo aqui investigado¹³¹. Não apenas entre eles. É possível pensar essa individualização também no conjunto dos moradores da Nova Esperança. Tal como em outras localidades urbanas pobres, existe fofoca entre os moradores, e a reação pode ser interpretada como uma demanda por maior privacidade. Como observa Elias, o processo de individualização se ampliou ao longo dos séculos, de grupos bastante seletos e restritos da sociedade para um conjunto maior da sociedade.

E, à medida que os indivíduos deixam para trás os grupos pré-estatais estreitamente aparentados, dentro de sociedades nacionais cada vez mais complexas, eles se descobrem diante de um número crescente de opções. Mas também têm que decidir muito mais por si. Não apenas podem, mas devem ser mais autônomos. Quanto a isso, não têm opção (ELIAS, 1994, p. 102).

No entanto, a explicação do autor deve ser tomada, no caso presente, não como fato, mas como tensão. Se olharmos, por exemplo, os casamentos e a forma como muitos dos jovens se relacionam com os papéis sociais que o meio lhes atribui, as referências cronológicas da geração anterior aparecem com muita força entre eles. Mas percebi também que existe, introjetada nos jovens, a expectativa de serem mais autônomos, e nisso talvez esteja a chave para compreender muitos conflitos.

¹³¹Como observa Angelina Peralva (1997, p. 23), tanto o papel de integração cultural dos meios de comunicação como o crescimento do consumo de massa têm importância na *juvenização* da sociedade, fazendo com que a análise da juventude apenas sob o prisma de classe encontre limites: “O tema das subculturas juvenis, ancoradas em experiências de classes, tende a ser relativizado e cede em parte lugar ao dos estilos, gêneros e cenas numa representação da sociedade enquanto espetáculo (ABRAMO).

Alberto Melucci, quando discute a experiência do tempo como um problema central nas sociedades complexas, argumenta que pessoas jovens, em especial os adolescentes, “são atores-chave do ponto de vista da questão do tempo” nessas sociedades (MELUCCI, 1997, p. 5). Suas biografias são cada vez menos previsíveis, dependendo das escolhas individuais, num contexto em que a incerteza “é multiplicada por outros tipos de incerteza e derivam simplesmente dessa ampliação de perspectivas: a disponibilidade de possibilidades sociais, a variedade de cenários nos quais as escolhas podem ser situadas” (Id., p. 9). Para os jovens, objeto da presente análise, a disponibilidade de possibilidades sociais não se coloca da mesma forma que para os de classe média, e os cenários em que se movem parecem bastante restritos se comparados aos dos jovens de outros segmentos sociais. É importante fazer essa observação porque a tematização da juventude está diretamente relacionada à emergência nas sociedades de capitalismo avançado de estratos médios com maior disponibilidade de tempo livre¹³².

No entanto, essa questão precisa ser contextualizada para realidades como as aqui analisadas. Embora Florianópolis tenha construído a imagem de capital com boa qualidade de vida, e isso se expresse em dados como um Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ) bastante elevado¹³³, alguns dados estatísticos revelam uma outra face do problema no que toca à questão juvenil. Para os jovens de pele negra ou parda e para os que moram na zona rural, o IDJ em nada difere de Alagoas, estado com a pior classificação dessa pesquisa:

Existem duas realidades para os jovens catarinenses: uma para os brancos da cidade e outra para os negros, pardos e os que estão no campo. O resultado do tempo menor no banco da escola tem reflexo direto na renda. Os alunos brancos e da cidade ficam, em média, 8,6 anos na sala de aula e, segundo a pesquisa da Unesco, têm renda familiar entre um e dois salários mínimos. Já os pretos, pardos e os que vivem na roça estudam em média 6,4 anos. Resultado: dificilmente têm renda familiar superior a meio salário mínimo. Quanto menor a renda, menos condições de saúde e, conseqüentemente, maiores as chances de morrer por causas internas, como doenças decorrentes da falta de saneamento básico, inexistência de água tratada para o consumo e condições de moradia inadequadas (RIBEIRO, 2004).

¹³² Ver Eisenstadt (1976) e Groppo (2000).

¹³³ Segundo dados do Relatório de Desenvolvimento Juvenil – 2003 (WAISELFISZ, 2004), o estado de Santa Catarina teria o melhor IDJ nacional.

A pesquisa da Unesco revelou que quase 38% dos jovens de Santa Catarina entre 15 e 24 anos só trabalham, tendo já parado de estudar. Esse índice se eleva a 56,2%, o maior do país, quando o recorte é feito na faixa etária entre 20 e 24 anos.

Assis e Miguel (2011), em pesquisa em localidades do bairro Monte Cristo, revelam que, no ano de 2010, apenas 7,3% da população na faixa dos 18 aos 39 anos estudava. Considerando que 54,4% da população do bairro se situa nesta faixa, chama a atenção o fato de 39,8% não estar trabalhando, mais especificamente entre 18 e 24 anos. A informação é de que 18,7% dos jovens estão estudando, o que não deixa de se preocupante se confrontado com dos 43,1% (de jovens) que não estão trabalhando, ou seja, muitos deles não trabalham nem estudam.

Assim, o elemento incerteza, ao qual Melucci atribui grande importância para a análise das biografias (pois instaura outra temporalidade), no caso de jovens pobres como os da Nova Esperança passa pela insegurança quanto ao futuro, pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho, agravada pelo estigma (violência e perigo) da área em que vivem. Como evidenciam os dados, a “suspensão de um compromisso estável” deriva mais de uma falta de alternativa do que propriamente da variedade de possibilidades e cenários.

É a reflexão que emerge quando nos deparamos com a inserção dos jovens nos projetos socioeducativos: há, da parte deles (o que corresponde também à expectativa de suas famílias), uma busca por se tornarem socialmente maduros, a partir de outros espaços, além da escola e da família, atendendo à exigência de autonomia da sociedade. Ao mesmo tempo, assumir papéis sociais prescritos pela geração anterior, tomando como marco as suas referências cronológicas, acaba constituindo uma forma de evitar os riscos da sociedade contemporânea, presente, no caso aqui investigado, na criminalidade, na violência, no tráfico de drogas. A compreensão de como se resolve esse dilema depende da análise das trajetórias de vida, do modo como, ao longo de suas vidas, teceram estratégias a partir das possibilidades a eles disponíveis.

É o que me proponho discutir nas trajetórias de vida que exporei seguir, reconstruídas a partir dos relatos dos jovens, alguns deles filhos dos moradores entrevistados no capítulo anterior.

6.1 As trajetórias dos jovens

6.1.1 Renato: a autoestima elevada

A história de Julieta pode ser contraposta à de seu filho Renato. Ele tinha apenas quatro anos de idade à época da ocupação. Em sua infância, participou dos projetos oferecidos à comunidade por ONGs comprometidas com o combate à exclusão social. Em que pese esse vínculo com a história de lutas sociais e enfrentamentos políticos da localidade em que nasceu, não só Renato, como toda a sua geração terá uma trajetória bastante distinta da de seus pais. A comparação da dimensão política oferece elementos interessantes para refletir sobre as mudanças geracionais na localidade. Estes são os elementos que pretendo destacar no presente capítulo, a partir das histórias de todos os jovens de sua geração, com os quais compartilhou experiências comuns.

Renato, assim como a maioria de seus colegas, é bem menos articulado que a mãe em termos políticos, se tomarmos como parâmetro a participação política convencional. Não teve participação em espaços como os grêmios estudantis, mas teve forte protagonismo em sua escola. Em seus relatos, ressaltou o quanto exercia de liderança na turma, nos momentos em que era necessário questionar os professores, seus critérios de avaliação, ou sua autoridade disciplinar. Tinha por hábito colocar-se à frente e falar por todos os colegas. Renato orgulha-se disso.

Esta característica se destaca também nos projetos dentro da comunidade. Espírito carismático, sempre soube cativar os que estavam à sua volta. Nos bombeiros juvenis, recebeu apoio dos coordenadores das atividades. Era incentivado para que prosseguisse nos estudos. Recordo, durante uma das entrevistas, que um deles chegou à sua casa pra entregar-lhe apostilas para um concurso. Em outra ocasião, mostrou-me um equipamento para escaladas, que ganhou de presente de um dos instrutores.

A sua trajetória aponta para a reflexão de muitos analistas do tema da juventude brasileira contemporânea e da participação política. Tal reflexão se faz necessária porque havia, da parte daqueles que implantavam os projetos na Nova Esperança (grupo no qual me incluo) uma preocupação, com a participação na associação, em os incorporar ao projeto. Fruto de outro momento do País, a participação política desses jovens deve ser pensada em outros termos. Este é o pressuposto que orienta Paulo Krischke em suas análises sobre cultura política e participação política no Brasil: o tipo de participação que esperamos (ou cobramos)

dos jovens está relacionado a outro modelo de participação e de juventude, extraído, muitas vezes, de outras realidades sociais.

Muitas vezes os pesquisadores e as lideranças investem na juventude expectativas de mudança extraídas de outros contextos, que não condizem com a trajetória histórico-cultural do país nem com os incentivos e condições abertos à sua participação (KRISCHKE, 2005, p. 323-4).

Na mesma direção desta crítica, Spósito (2005) observa que se assume como parâmetro de análise o modelo de participação observado em outras décadas, como a da participação estudantil. Destacando a motivação dos jovens com relação aos temas culturais em oposição ao seu afastamento das formas tradicionais de participação política, o autor (2005, p. 219) arrola toda uma diversidade de práticas coletivas, ainda pouco visíveis e escassamente investigadas - produção e circulação de meios de informação, como fanzines, rádios comunitárias, produção de vídeos e de redes via Internet; agrupamentos partir do local de moradia como interesses em lazer, entretenimento e esporte, perceptíveis em atividades como passeios de bicicleta, caminhadas, grupos de skatistas, escalada em viadutos e pontes; associativismo em torno de ações comunitárias, voluntárias ou de solidariedade, voltadas ao combate à exclusão, ao meio ambiente, à qualidade de vida e saúde, à aglutinação juvenil a partir do mundo do trabalho, em experiências como empresas juniores e cooperativas de autogestão solidária.

No caso de Renato, pode-se pensar que as características que o tornaram líder entre os jovens de sua localidade não são as mesmas que o conduziram, em outro contexto, a se transformar em liderança de um movimento político: bem-falante, articulado, confiante, com magnetismo pessoal (carismático), corajoso no enfrentamento das autoridades. Junto com Gilberto (cuja trajetória será exposta nas páginas seguintes), foi liderança do grupo Ação Radical, o qual, a partir do apoio da universidade, realizava atividades de rapel, escaladas, trilhas, além da formação nos bombeiros juvenis, que envolvia uma formação bastante prática, incorporando as habilidades dos esportes radicais e testes de sobrevivência.

No entanto, sem o apoio da universidade e dos bombeiros, o grupo não teve continuidade. Por outro lado, o final dessas atividades e a dissolução do grupo coincidiram com a entrada na vida adulta, quando muitos começaram a assumir responsabilidades próprias dessa idade. Observa-se, aqui, um componente classista em suas trajetórias. Em outros segmentos sociais, tanto a idade como a existência de recursos financeiros, ou de recursos sociais para mobilizar os recursos financeiros (a capacidade de articulação social), talvez

permitissem uma continuidade do grupo. Nesse caso, teríamos então o que se convencionou chamar de prolongamento da juventude.

Assim, alguns elementos que não corresponderiam ao estilo de vida jovem (no modo como tem sido veiculado tanto pela mídia como pela literatura sociológica) se fazem presentes muito cedo nas trajetórias desses jovens. No caso de Renato, marcante em suas falas é muito a busca por ascensão social, processo no qual o trabalho e o comportamento de poupança, no contexto de uma família bem-organizada, são meios importantes para chegar a essa meta. Mais do que reprodução de um padrão familiar (lembro que na família de Julieta faltavam estes elementos), a defesa dessas práticas por parte de Renato pode ser interpretada como ruptura de um ciclo que aprisiona os jovens a uma dinâmica de violência.

Sua afirmação dos valores da família também sugere considerar a observação de Gilberto Velho de que os projetos individuais, no contexto de uma sociedade marcada por uma ideologia individualista, não significam necessariamente afirmação de um estilo de vida que rompa com as configurações de valores e instituições tradicionais, as “*unidades encompassadoras*”. A ruptura com o passado de militância política e a participação comunitária da geração anterior não têm que se traduzir obrigatoriamente, na trajetória de Renato, em um estilo de vida individualista. A afirmação de estilos de vida, em oposição às referências cronológicas, não ocorre sem ambiguidades. Segundo Gilberto Velho, tais ambiguidades seriam a própria marca da vida na sociedade moderna:

Existem várias maneiras de lidar com essa ambigüidade. A adesão vigorosa e militante a uma ordem de valores, religiosa ou não, é uma alternativa possível, dentro de uma trajetória de vida, podendo ser provisória ou definitiva. A circulação entre vários estilos de vida e uma participação limitada ou, mesmo, um certo grau de sincretismo pode ser um outro caminho, bastante comum (1999, p. 98).

No caso de Renato, há uma clara limitação na sua circulação por estilos de vida. Na verdade, há uma afirmação de juventude como referência cronológica, pois para ele o encerramento da participação nas atividades do projeto relaciona-se com o assumir os compromissos de adulto. Assim se refere ao final das experiências de participação coletiva nos projetos, coincidente com o final da juventude:

Isso daí foi... foi se acabando. Um fazia uma coisinha aqui, outro fazia lá, e aí se acabou. Onde uns já tão sendo pai, outros já tão... Ainda bem que ninguém do foco não caiu, assim, nas drogas, ou coisa pesada, assim...

– Ninguém entrou nessa...

– Não. Tão tudo trabalhando. Das equipes de tutor tão trabalhando. Pra tu ver como o projeto teve importância na – pode ter acabado, mas acabou assim, na hora que era para acabar, ele acabou, entendeu?” (RENATO, 2008)

Outra dimensão por ele destacada tem a ver com a questão do isolamento social, que parece ser menor do que a da mãe. Em sua trajetória, a inserção nos espaços da cidade é maior. A experiência de trabalho na Assembleia Legislativa pode ser tomada como experiência de reconhecimento de outro espaço social, de contato com outro universo social – e da percepção das habilidades necessárias para enfrentar esse meio. Mais do que a declarada experiência de conhecer a política, o importante é que Renato destaca que viu, presenciou, incorporou ao seu rol de experiências o contato com um mundo que até então lhe havia sido sempre bastante distante. Parece não ter aprendido muito de política, mas aprendeu do convívio com o ambiente dela:

Tu aprende, assim, tu aprende, porra, nós tamo que nem os governador aqui, nós tamo ganhando, o dinheiro era pouco, assim, mas tinha que fazer muita coisa pra ganhar... Daí a gente precisava, assim, pô, o governador ganha mais de ... ???? Daí a gente pegava amizade com os caras, a gente ia lá almoçar, a nossa conversa era... podia ser deputado e trazer a turma pra lá pra trabalhar, entendeu? [...] A gente trabalhava com Assembléia, só que ganhava pouco, entendeu? Mas se chegava um feriado que pegava na quinta, a gente trabalhava até na terça, folgava quarta, quinta, sexta. A gente vê que a gente tinha esses arregos da Assembléia, mas a gente vê também que eles tinha mais do que nós, entendeu? Se nós que era estagiário já folgava tudo isso, já tinha um pouco de, um pouco de... de folga, imagina os grandão lá de cima, entendeu? Um trabalhava lá... tinha um policial que se dava bem com a gente, ele cuidava do César Souza lá, ele falava que fazia tempo que o deputado César Souza não aparecia na Assembléia, a vaga dele acho que tava até... Quando o César Souza aparecia na Assembléia...(RENATO, 2008)

Mais adiante, durante a entrevista, prosseguiu em seu relato, que é também avaliação da experiência de que participou e da importância para sua vida:

*Era a conta do mês, pô, dois mil e pouco no almoço, era muita coisa, pra duas, três pessoas. Tu via as pessoas assim, uma vez no mês, na Assembléia...
- ... que trabalhavam lá?
- ... que trabalhavam lá, que não apareciam... Tu via muita coisa, assim... e, 'pô, eu não posso fazer nada...'
- Mas foi interessante assim, pra ver a coisa...
- Não, mas a Assembléia foi uma coisa, o projeto Antonieta de Barros foi totalmente diferente, entendeu? Pô, parabéns mesmo, o que eu aprendi, eu tô levando agora pra vida toda, saber falar... Isso aí, tu aprender a falar com as pessoas, tu aprende em casa, ninguém vai te ensinar: 'ó, a gente tá te ensinando a falar com as pessoas', isso não tem lógica...(RENATO, 2008)*

Também a inserção em projeto de iniciação ao trabalho pode ser entendida como superação do *habitus precário* descrito por Jessé Souza. Sua trajetória revelou-se um caminho de inserção diferenciada na estrutura ocupacional. Diferentemente da geração de seus pais, e da grande maioria dos trabalhadores que vivem e viveram na Nova Esperança, Renato não realiza mais trabalho braçal, e se sente bem com isso. Resultado da sua experiência em projetos das mais variadas naturezas, aprendeu a procurar emprego, a enfrentar entrevistas.

Assim, mais de uma vez ressaltou a importância de aprender a falar bem e as habilidades para enfrentar uma entrevista:

- Aham.. Daí eu fiz a entrevista também, fiz a entrevista, pô, o cara chegou , tomamos um café e tudo. O cara chegou assim... Eu tenho uma facilidade de... não ficar assim: “ah, não eu trabalhei...” (Renato, fala em tom de voz baixinho, imitando uma pessoa muito tímida e insegura), entendeu? Eu fui aprendendo, assim, na Assembleia, fui aprendendo, entendeu? Todas as entrevistas que eu fiz assim eu passei, graça à Deus, sempre, sempre, sempre, sempre.... [...] Que eu fui, eu fui selecionado, eu fui chamado, não teve nenhuma que eu fui assim, sabe, “eu ligo depois”, nunca ela falou “eu ligo depois”. “Então eu pego o teu número, compareça aqui tal dia”... Isso que eu aprendi bastante, que era o foco do projeto, era esse, de tu saber se relacionar com as pessoas, e tu crescer na vida. Eu acho que eu peguei bastante o foco do projeto, assim, o objetivo do Antonieta de Barros era ensinar pras pessoas, tu saber escolher o que tu quer trabalhar, não o que... a pessoa tá lá trabalhando, pô, mas nem gosta de trabalhar, se levanta... Tu se levanta pra trabalhar todo dia tem que lá fazer uma coisa que tu não gosta ou que tu não... entendeu? Daí, não, o foco é trabalhar o que tu gosta, tu saber se relacionar com as pessoas” (RENATO, 2008).

Sente-se mais parte da cidade onde vive. No entanto, sua trajetória não significa apenas adesão ao individualismo de massas (PERALVA, 2000). Diferencia-se dos outros jovens destacando esse aspecto, posicionando-se criticamente com relação ao consumo. Isso relativizando a análise de Peralva, pois, em sua percepção, há uma séria crítica ao consumismo de muitos outros jovens, embora essas atitudes estejam também presentes no comportamento de Deivisson, em sua fixação, por exemplo, em ter automóveis ou motocicletas. Mas, na percepção que tem de si mesmo, sua relação com o consumo é moderada, e explica muitas das suas escolhas em relação à de outros jovens. Criticando muitos dos que se inserem no mundo da criminalidade, Renato diz:

Eles quiseram ter as coisas e não quiseram trabalhar. Quem vem dizer pra mim, hoje, assim, “ah, eu uso droga e não como”. Não, aí, ele... eu sei, eu vivi, eu sei, os meus amigos têm a mesma idade que eu, estudamos nove anos, estudamos quase a mesma coisa, porque eu consegui e eles não conseguiram? Entendeu? Eu acho assim, ó, não me bota na cabeça “ah, por causa da educação, não sei o que...” não é porque tu tem que entender o que tu quer... entendeu? “ah, eu quero um carro”, então, pô, então trabalha... trabalha, entra um dinheirinho, compra um carrinho, depois vai indo, entendeu? Não, eles já querem um Golf...(RENATO, 2008)

Traça caminhos que o distanciam da geração anterior: muito mais voltado para sua ascensão individual, não desenvolve práticas associativas, ao contrário de sua mãe, que fez da participação política e comunitária um modo de vida. Sua ruptura com relação ao comunitarismo, aos laços locais, seu processo de individualização (nos termos de Elias), pode ser pensada como a escolha que o afasta do risco comum aos jovens de seu meio. Por outro lado, pode ser pensada como a presença elementos de continuidade com relação à geração anterior, ao assumir as referências cronológicas de seu meio, tornando-se pai, trabalhador, adotando uma ética do provedor (ZALUAR, 2000). Seu projeto, se rompe com o

comunitarismo e o militantismo da geração anterior e com os laços sociais locais, reafirma os valores da família. Por trás da ética do provedor, um projeto.

6.1.2 Letícia: entre sair ou ficar

Na época da ocupação, Letícia ainda era uma criança de colo. Eu a conheci quando tinha onze anos, no início da década, lá pelos anos 2000/2001. Hoje, aos vinte anos, já é mãe de um menino de dois anos (completados em setembro de 2009). É uma jovem cuja beleza, aliada a uma grande simpatia, chama a atenção de quem a conhece, aparentando muita segurança e autoconfiança. Casou-se por conta de uma gravidez não planejada, mas recentemente ficou viúva em razão de um acidente (atropelamento) sofrido pelo marido.

Quando a entrevistei, numa tarde de junho, no frio inverno de 2009, na casa de sua mãe, fazia apenas quatro meses que seu marido havia falecido. Ao contrário do que esperava, essa nota trágica em sua vida não centralizou a entrevista, nem parece ter interferido no sentido de desviar sua atenção para outros temas de sua vida.

Recordo que ela, junto com sua vizinha e inseparável amiga, Jô, participava intensamente dos projetos, e sobre esse ponto pretendia me debruçar na entrevista. Assim, iniciei com uma pergunta sobre os projetos que a Udesc havia desenvolvido na Nova Esperança, indagando de quais havia participado. Disse que havia participado de muitos, que estava em todos. Dos que mais gostou, destacou o de trilhas, que fez com Halis, jovem estudante que compunha a equipe de extensionistas da Udesc. Das pessoas que trabalhavam nos projetos, foi com ela que teve a melhor relação. Sobre os projetos considerados importantes para a sua vida, apontou o projeto de informática, no qual trabalhou como monitora. Foi importante para ela (é o que continua usando); faz amigos por internet. Tem amigos pela internet. Mas não se profissionalizou em informática.

Também mencionou o curso (“*as aulas*”) de educação sexual. Disse que foram as que mais ficaram, mas comentou que, apesar delas, engravidou sem ter planejado. Sobre isso, disse que não queria ter filhos, que nunca se imaginou mãe, que era do tipo que detestava a idéia de educar crianças. Ficou desesperada quando o resultado do exame de sangue deu positivo; fez novo exame, pensou em tirar, mas acabou tendo o filho e casando com o namorado, pai de seu filho.

Ponto de convergência das trajetórias dos jovens aqui investigados: os projetos socioeducativos de que participaram são unanimemente reconhecidos da parte dos que foram importantes para suas vidas, mesmo que os benefícios práticos não tenham aparecido de modo direto, explícito, evidente. Mesmo quando suas práticas aparentemente recusavam de todo os “ensinamentos” das oficinas – o caso de Letícia e sua gravidez não planejada (caso em que não é a única) -, elogiam de modo sincero os projetos; reconhecem sua importância e não veem contradição entre isso e suas práticas aparentemente contraditórias com o discurso. Utilizo, no caso das oficinas de educação sexual, o termo “aparentemente” porque, segundo os professores, a ideia não era redirecionar as práticas e as condutas, mas fornecer informações e proporcionar reflexões que contribuíssem com a reflexão sobre as suas próprias práticas, respeitando, com isso, a autonomia dos participantes das atividades.

A trajetória de Letícia pode elucidar um pouco a aparente contradição. De um lado, os projetos preencheram a juventude, demarcaram um momento de convivência coletiva. Coincidiram com uma etapa de vida. De outro, o reconhecimento diz respeito à aquisição de um novo *habitus*, de um conjunto de disposições que proporcionam maior segurança social e abertura para outros contatos sociais (o que Nadir Azibeiro, 2006, muito bem destacou como desconstrução de subalternidades). Oportunizaram experiências que a conduziram ao exercício dessas habilidades.

Letícia, filha de Marta, foi criada sem a presença do pai. Filha caçula, cresceu na Nova Esperança com mais dois irmãos, homens. Entre os filhos, foi a mais aplicada na escola, pois sempre gostou de estudar.

Ao lhe fazer a pergunta com relação aos estudos, fazia uma clara diferença entre escola (as pessoas, a convivência social) e estudos (os conteúdos, as matérias escolares). Ela respondeu que gostava de ambos. Disse que não teve reprovações, mas que também não estudava em casa, pois prestava atenção em aula, que o importante era compreender bem o que estava sendo ensinado, aí não existia a necessidade de estudar depois em casa. *Habitus* diferente (talvez) da classe média, “os campeões da escolarização”, segundo Maria Alice Nogueira. Mas, ainda assim, diferencia-se de seus irmãos, fato reconhecido também por sua mãe: “*Eles são mais velhos*”. E ela: “*Meu Deus*”. Ela ainda fala pra eles [...] “*vocês aí que não terminaram nem o segundo grau [...] já tá formada, daqui a pouco já vai pra uma universidade*”. *Só que eles não ligam, eles não são muito de estudar*”.

Adaptou-se bem aos projetos que se iniciaram quando era ainda criança - estava então com dez anos. Desde então, passou a se integrar às mais variadas atividades que aconteciam na Nova Esperança. Embora de caráter educativo, essas atividades se misturavam com o lazer, preenchiam o tempo livre, com o que não era ocupado pela escola, aspecto nunca descuidado por sua mãe, e ao qual igualmente se adaptou bem, em tudo sempre considerada boa aluna.

Letícia parece ter tido as possibilidades de vivenciar o lazer intensamente. No início da adolescência, já começava a fazer suas saídas noturnas, em grupos de amigas da vizinhança. Vivência de um lazer de classe, sem dúvida, pois se restringia mais ao continente. Seu grupo não frequentava, por exemplo, a região do centro ou a Lagoa, bairros preferidos pelos jovens de classe média da cidade. Mas circulou para além dos limites locais, enfrentando a falta de recursos. Conta as aventuras, como ficar sem dinheiro, por gastar muito na noite e ter que voltar a pé de uma boate muito distante de sua casa.

Não reclama de dificuldades de relacionamentos, mesmo quando mudou de área - foi morar em Barreiros. Demorou um pouco para se acostumar. Sentiu falta das amizades que tinha na Nova Esperança, mas fez novas amizades, montou, junto com seu irmão, um grupo de dança (de axé).

Com o casamento, seu cotidiano sofreu muitas limitações, especialmente no que toca ao lazer, mas continuou vivenciando a juventude: saía uma vez por mês, por falta de recursos, e restringia a sociabilidade aos encontros em casa – “*mas tudo certo*”. Letícia parece ter gostado bastante dessa alternativa, ligada a uma nova fase de sua vida.

Praticamente, a gente ficava mais em casa, né, quando a gente não tinha dinheiro pra sair. Reunia todo mundo quando não tinha dinheiro ‘ôpa, vamo lá pra casa, a gente faz um churrasquinho’, aí juntava todo mundo, o dinheirinho que tinha, a gente ia no mercado, comprava uma carninha, fazia um churrasco, jogava dominó, uma canastra”...(LETÍCIA, 2009)

A gravidez, seguida do casamento, e a mudança da Nova Esperança parecem ter demarcado uma fase posterior à da juventude. Saía com os amigos de seu marido, não mais com as amigas, com as quais “aprontava”, se aventurava (tal como no relato sobre a volta a pé da New Time). Após o casamento, e com a maternidade, ficaram as saudades de um tempo. Em seu relato biográfico, demarcou uma etapa de vida: “*Aí pegamo e viemo andando...mas era uma época tão boa*”. - “*Tu sente saudade disso*”? “*Muita, muita, eu sinto muita saudade de quando eu era mais nova*”. Ganhou novos amigos. Diferenças entre os lugares. Conquistou seu espaço, contra interferências familiares.

Com relação às amizades, disse que agora, após a morte de Fábio, não tem mais amigos. Mesmo Jô, que andava sempre com ela, não é mais o mesmo: ela trabalha o dia inteiro; estuda à noite, e quando se veem, é “oi e tchau”. A saída da Nova Esperança comportou uma grande mudança no círculo de amizades. Mais que uma questão geográfica, parecer ter a ver com uma fase da vida. Foi o que sua fala me sugeriu. Seus amigos passaram a ser os amigos do Jorge. Hoje, está sem amigos. Tem o problema de eles serem homens, e ela *a mulher de seu amigo*, não amiga deles. Em seu meio, não é comum amizade entre homens e mulheres. Quando a indaguei sobre ter amigos na Nova Esperança, disse que era porque eram adolescentes. Mas aos poucos foi recompondo o seu círculo de amizades. Contou-me que está saindo com umas amigas, aos poucos.

Se a morte de Jorge a conduziu a uma nova etapa de sua vida, forneceu-lhe novas percepções de seu passado. As dificuldades de não ter tido pai, o sentimento de vergonha que isso lhe gerava na escola, a faz lamentar que seu filho tenha que enfrentar as mesmas dificuldades. Pensa também no papel assumido pelo irmão mais velho, que cumpriu em sua educação muitas das funções esperadas de um homem numa família. Digno de nota: há aqui um ciclo que se reproduz, geração após geração. Seu pai sofreu a ausência da figura paterna, que abandonou o lar muito cedo, quando tinha seis anos. Ele, por sua vez, também se ausentou ao ser expulso de casa por Marta, que não suportava mais sua omissão no casamento e suas traições. Quando Letícia nasceu, o pai já não estava mais no lar. A ausência da figura paterna manifesta-se também na terceira geração, agora por um motivo trágico: o filho de Letícia sofre com a morte prematura do pai, vítima de um atropelamento, ocorrida quando estava com apenas um ano e cinco meses. Letícia tem essa consciência, mas se consola com o fato de que seu filho não vai passar a vergonha que ela passava na escola por não ter o pai, pois a ausência, nesse caso, não está relacionada a qualquer falha de ordem moral. No entanto, disse amar seu pai, ao contrário de seus irmãos. Sua atitude com relação a ele pode ser traduzida com maior clareza em atitudes como a de o convidar ao seu casamento, embora não lhe permitisse conduzi-la ao altar.

Revelando maturidade, talvez forçada pelas dificuldades que tem enfrentado ao longo da vida (pobreza, ausência do pai, maternidade precoce e indesejada, morte recente e prematura do marido), quando fala do trabalho tem muito claro que deseja conquistar estabilidade. Pensa em fazer concurso para o Estado, e seu sonho, dentro disso, é ser policial, o que passa também por um curso de Direito. Mas isso parece estar afetando outros projetos que já havia revelado em outros tempos, quando adolescente. Foi nesse sentido que lhe

perguntei sobre ser modelo. Na época em que fizeram curso no Ceart¹³⁴, declarou que era seu sonho - dela e de Jô. Parece que ainda tem isso como sonho, mas o considera hoje impossível, ou muito difícil, a ponto de não se sentir encorajada para tomar qualquer iniciativa. Embora não o tenha mencionado espontaneamente, quando perguntada, percebi que se sentia lisonjeada ao lhe sugerirmos (eu e outras pessoas que ela contou que a incentivam a tentar como modelo) que deveria tentar. Também deixou escapar um “*já estou quase desistindo*” da carreira de modelo. De qualquer modo, parece que a maturidade é sua marca, pois, ao invés do deslumbramento, tem a percepção das dificuldades inerentes à imersão nesse campo, totalmente estranho para ela.

Com relação aos projetos do futuro, enfatizou que seu sonho é o de fazer faculdade de Direito e ser policial, ou, mais que isso, delegada. Embora sua mãe lhe tenha dito que não precisa ter diploma de Direito para ser delegada, ela diz que quer estudar Direito. Perguntei como se imaginava atuando, ao que respondeu que queria trabalhar na área criminal, que sempre quis algo mais envolvido com ação. Falamos também sobre o sonho de ser modelo, mas disse que é algo em que não investiria atualmente, mesmo após o curso de modelo oferecido pela Udesc. Atualmente, está se preparando para o exame do Enem. Pensa em fazer curso pré-vestibular.

Entre seus projetos, está o de comprar uma casa (já deu entrada nos papéis para um financiamento). Ao contrário do que me havia dito em outra ocasião, não pretende mais construir atrás da casa de sua mãe. Perguntei por que, e ela respondeu que quer uma casa que seja sua, resultado de sua luta. Como sua mãe lutou pela casa que tem, ela também quer ter uma casa que seja sua, que venha de seu esforço. Também disse que não acha que a Nova Esperança seja um bom ambiente para educar o seu filho, pois ele não pode crescer vendo coisas erradas, referindo-se ao tráfico comum nas ruas da comunidade.

Não quer educar os seus filhos na Nova Esperança, não é ambiente para eles. Acha que, por conta da violência, mudou muito. Quanto ao “*pessoal vendendo essas coisas*” (como muitos outros moradores, hesita antes de falar; sua voz quase some quando se refere ao tráfico ou às drogas e, como outros moradores, até evita mencionar essas palavras). Perguntada, atribui essas mudanças ao pessoal de fora. Mas também “*ao pessoal daqui mesmo, que se juntou*”.

¹³⁴ Centro de Artes da Udesc, que também participava dos projetos da na Nova Esperança

Tudo que indica que o bairro onde foi morar guarda algumas diferenças com relação à Nova Esperança. Há um respeito maior à privacidade, cujo desrespeito na Nova Esperança parece ser reclamação geral. O que explicaria isso? O passado comum, e o conhecimento mútuo, em uma situação de vivência coletiva partilhada entre todos? A disposição das casas, voltadas para dentro de si, com a vista recíproca de um morador para com o outro?

Olha... o bom de morar lá em Barreiros é que é um bairro quieto. É um bairro que tu faz o que tu quer e ninguém se mete na tua vida, entendeu? Agora, aqui se tu faz alguma coisa, todo mundo já tá sabendo, todo mundo já tá falando, todo mundo vê, todo mundo sabe. Então, lá em Barreiros não, lá é diferente: tu faz... por exemplo: eu vou fazer uma reforma, ninguém se mete, ninguém quer saber se tu tá fazendo alguma coisa ou não tá, se deixa de fazer alguma coisa. Agora, aqui, não: se tu faz alguma coisa todo mundo já tá comentando, todo mundo tá falando isso e aquilo, e fica aquele comentário, assim, sabe, no ar. Eu gosto lá de Barreiros por causa disso: porque ninguém se mete na tua vida. Tu faz o que tem que fazer, tu não faz, então, é um bairro muito bom, muito quieto..." (LETÍCIA, 2009)

Com essas palavras, junta-se ao coro dos que reclamam da falta de privacidade. No entanto, não reclamava dessa invasão, mesmo morando num terreno compartilhado, entre familiares, embora tenha reconhecido a existência de alguns problemas. Reconheceu-os após eu perguntar: *“Mas aqui, a interferência se familiar, é tolerada, faz parte da família.” “O problema é a interferência de vizinhos.”*

Com relação à discriminação racial, não fez espontaneamente qualquer referência a situações em que tenha sofrido algum tipo de preconceito – não se diferenciando, a esse propósito, em nada de meus outros entrevistados negros, que só falavam sobre situações de preconceito quando perguntados. Na verdade, constrói positivamente o olhar sobre si mesma e por isso talvez não me permita trazer essas lembranças. No entanto, quando conversávamos sobre a sua relação com a família de Jorge, Letícia disse que alguns dos parentes dele a evitavam (a ela, sua mãe e irmãos), por vezes não a cumprimentavam.

No entanto, Letícia parece ser sempre bem-aceita, o que tem a ver com sua simpatia e segurança: bem-aceita pela família do marido; nos projetos; na escola (disse ter sempre feito muitos amigos na escola); nos trabalhos que teve (na Tractebel, onde gostou muito de trabalhar no protocolo; disse que também saía muito, para entregar correspondências; seguidamente visita os colegas e eles lhe pedem para ir vê-los). Só não tentou universidade em razão da gravidez, mas ainda mantém esse objetivo.

Chama a atenção sua segurança, o que não constatei em outros jovens, como, por exemplo, Beto¹³⁵, muito tímido. Aqui dá para fazer uma correlação: o inseguro Beto pretende ficar, enquanto a autoconfiante Letícia pretende sair, porque deseja algo melhor para si. Beto não apresenta projetos de futuro, enquanto Letícia aparenta até ser ambiciosa; persegue seu sonho de ser policial, quiçá, até delegada. Beto, que está atrasado nos estudos, não pensa numa futura profissão, embora já esteja com 20 anos.

Mesmo que Letícia esteja hoje passando por momento de instabilidade, algo inerente à juventude ou à condição de classe, vive o momento com uma disposição que a diferencia de muitos jovens de seu meio.

6.1.3 Roni: uma nova mentalidade¹³⁶

Roni foi um dos participantes mais ativos dos projetos implantados na comunidade. Sua trajetória de vida foi marcada por essas participações. Desde criança, a época “de pés descalços”, já participava de projetos. Vem de uma família pobre, que participou da ocupação desde os seus primórdios. É o sexto filho de um total de oito irmãos, educados pela mãe e pela tia, pois seu pai deixou a casa quando ele era ainda criança. Estava com 21 anos em 2009. A família de sua mãe é natural de Florianópolis, enquanto a de seu pai é do norte do estado.

Tem lembranças da invasão (é o termo que usa). Nessa época, com quatro anos, já se encontrava em projetos, lá na casa das freiras, onde “*tudo começou*”. Ao longo de toda sua infância e adolescência, seguiu participando de projetos, dos quais gostava muito. Na primeira casa comunitária, recorda que era só brincadeira: “*brincava muito, não tinha muita preocupação, o máximo que tinha de cobrança era fazer o dever de casa... e festa*”. Embora as lembranças da ocupação sejam tênues, é de lá que recorda as primeiras relações de amizade com muitos de seus vizinhos. Embora o relato de muitos enfatize que as amizades se criaram quando do início dos projetos da Udesc, a percepção de Roni situa ainda na infância a origem

¹³⁵ Embora tenha entrevistado esse jovem, que integrou o grupo Ação Radical, sua história de vida não foi incluída na tese. Bastante tímido e muito econômico nas palavras, evita falar em projetos de futuro e sobre seu não-desejo em sair, em procurar outros espaços (seja de moradia, seja profissional). Parece resignado ou impotente diante das dificuldades da vida.

¹³⁶ Cfr. Entrevista concedida a Francisco Canella, Fplis, 7 jul. 2009.

dos laços que uniam o grupo: “*a época de pé descalço*”. “*Na época que era barro aqui ainda*”. Talvez essa diferença de ênfase tenha a ver com o lugar que as amizades parecem ocupar em sua vida.

O gostar da escola teve a ver com as amizades. Quando indagado sobre a infância, seu relato sempre enfatiza os amigos e o quanto gostava de brincar. O destaque aos relacionamentos revela a importância da escola para ele como espaço de sociabilidade. Isto ajuda a explicar as reprovações, pois fazia muita festa. É nesse contexto que revela ter sido bagunceiro. Ressalta que era mau, mas ressalva que não se tratava de uma rebeldia contra os professores; aliás, destaca sua boa relação com a diretora. Também conta que foi líder de turma várias vezes, o que pode ser relacionado à lealdade ao grupo e à sua capacidade de liderança.

Participou intensamente dos vários projetos oferecidos na Nova Esperança. Foi professor (monitor) no curso de informática. Integrou o grupo de esportes radicais. Fez o curso de bombeiros. “*Fui o único homem a fazer o curso de massoterapia*”. Também foi guia e, posteriormente, professor no curso de guarda de parque.

Recebeu uma bolsa para trabalhar no apoio aos projetos da Udesc. Trabalhou também no Mont Serrat, como contratado do projeto Aroeira. Diz que já conhecia muita gente lá, pois sua mãe nasceu lá; depois é que se mudou para o bairro de Capoeiras, na área continental de Florianópolis.

Foi, mais tarde, estagiário de um programa voltado à iniciação para o trabalho na Assembleia Legislativa (onde trabalhou na reprografia e chegou a operador de caracteres da TV). Ser operador de caracteres foi sua experiência mais memorável. Conta com orgulho como foi ter que lidar com responsabilidade (e a pressão) de operar em uma ocasião com quatro máquinas sozinho. Tinha então 17 para 18 anos.

De todas as experiências, a de que mais gostou, como muitos outros jovens, foi a dos bombeiros. Desse aprendizado, além da dimensão da aventura, ressalta o lado prático, além de outros aspectos: “*Mas um dos pontos fortes quando eu fiz o curso dos bombeiros, que foi lição pra vida toda, é a questão da ética, da cidadania*”.

Quando conta sobre a experiência de fazer teste de sobrevivência, ressalta a importância que teve a relação mais dura estabelecida pelos comandantes, marcada pelo autoritarismo e a submissão ao sofrimento.

A gente tinha levado salgadinho, bolacha, refrigerante, só de guloseimas, achando que era piquenique, essas coisas. Mas quando chegou na hora, eles foram lá, tomaram tudo da gente, nós com a barriga já berrando de fome, eles vinham assim com a comida na nossa frente [...]. Dava revolta, a maioria queria desistir, tudo... Mas aí ficamos até o final” (RONI, 2009)

Avalia o resultado como positivo, pois considera necessário ter disciplina na vida. E isto foi aprendizado para a vida. Assim, depois de toda essa diversificada participação em múltiplas atividades, envolveu-se mais com sua vida pessoal, acabou casando, tendo filho. Como outros jovens pais da localidade, já saiu da casa materna e voltou mais de uma vez, por conta da instabilidade dos relacionamentos.

Quando deixou a Assembleia Legislativa, foi trabalhar num grande supermercado da cidade, numa loja localizada no centro da cidade. Na verdade, trabalhava para uma empresa terceirizada que fazia entregas. Depois trabalhou de garçom na Hipopótamu's. Também trabalhou numa fábrica de blocos de cimento, trabalho duro, pesado. Dessa fase, gostou mais das entregas: “*show de bola*”, sempre num lugar diferente, não cansava. Gostava do cotidiano das entregas. No verão fazia entregas até nas praias. Eles e colegas chegaram a ir até a Ponta do Papagaio, onde atolaram. Por vezes recebia polpudas gorjetas.

Quando realizei a entrevista, em 2009, estava trabalhando com gesso. Está tentando na Back (serviços e vigilância), mas “*topa qualquer coisa*”; “*se assinar carteira, até limpo banheiro*”. Pergunto se procura mais escritório, por conta da experiência nos projetos. Diz que escritório não, pois o que procura é qualquer coisa que assine carteira, “*porque assim, ó, hoje em dia a gente trabalha não porque gosta, mas porque precisa*”. Se pudesse escolher, gostaria de ser bombeiro, que foi a atividade com a qual mais se identificou quando participou dos projetos: “*se pudesse trabalhar na área, era bom pra mim*”. Mas precisa terminar o ensino médio. Depois disso, aí sim pensa em ir para os bombeiros, ou para a polícia. Ou fazer um concurso público, “*pra Assembleia, aí me aposento*”.

Apresenta uma percepção um tanto conformista. “*Não adianta ter talento, se não tiver oportunidade. Dá como exemplo quando jogou no Figueirense; não tinha costas quentes, então ficava pouco em campo*”. Os projetos lhe deram autoconfiança, mas não lhe tiraram um profundo senso de realidade. Embora acredite em si, se sente desmotivado diante da brutal realidade que se ergue diante de quem, como ele, provém dos estratos mais baixos da sociedade.

Um comparativo da relação de Roni com a escola e com os projetos educativos dos quais participou intensamente proporciona uma boa reflexão sobre essas agências

socializadoras. Foi um mau aluno. Seu desempenho escolar (ainda não concluiu o ensino médio) permite classificá-lo como um caso de “fracasso escolar”. Não teve o apoio familiar para os estudos. Vem de uma família de sete irmãos. Quando pequenos, seu pai se separou de sua mãe e regressou ao interior. Sua mãe pouco estudou, e não se sente apta a orientar ou autorizada a exigir dos filhos: “*Se eu não estudei, como vou cobrar isso deles?*”, indagou ela em uma entrevista que realizei, manifestando um curioso senso de reciprocidade na educação dos filhos. Ou seja: projetos de ascensão social por meio da escolaridade, ou a escolaridade como parte de um repertório de estratégias de sobrevivência, isso parece ausente na vida de sua família.

Mesmo podendo ser tipificado como “fracasso escolar”, Roni não sofre de autoestima negativa, pois os projetos supriram a ausência da escola em sua educação e na preparação para o trabalho. Se olharmos para o resultado de toda essa movimentação em suas vidas, a de Roni oscila entre trabalhos pouco remunerados e o desemprego. Em relação ao trabalho tem consciência de poder mais. Evita os trabalhos pesados, foge do braçal, mas parece não se incomodar com ele quando, por força das circunstâncias, é obrigado a assumir uma dessas tarefas, em que pese toda sua rica experiência anterior. Ele não vem de uma classe média voltada à ascensão social por meio de instituições de ensino ou educativas. Assim como outros jovens da Nova Esperança, não cobrava dos projetos esse papel, mas se deu por satisfeito pela oportunidade de mudar de mentalidade. Os projetos foram educativos, não instrucionais. Para o futuro, deseja um trabalho como o dos bombeiros, mas serviria também na Assembleia, pois, em ambos, teria estabilidade. Pensa no futuro; quer estabilidade, mas enquanto isso for um horizonte distante, o objetivo imediato é a carteira assinada.

Não o incomoda não estar colhendo benefícios materiais, convertendo em oportunidades os conhecimentos adquiridos em sua diversificada experiência nos projetos educativos. Talvez por conta do horizonte de expectativas de seu meio social, Roni não tenha cobrado dos projetos esse papel, mas deu-se por satisfeito pela oportunidade de mudar de mentalidade. O fato de ter uma visão positiva dessa experiência passada nos projetos tem a ver com se sentir diferente de outros jovens de seu meio.

O positivo [...] foi pela própria mentalidade, o jeito de pensar, que foi o que mudou bastante. Que é que quando era jovem, assim, via a influência desses... a influência de amigos envolvidos com drogas, essas coisas assim, sempre achava interessante, é legal fazer aquilo. Mas aí, depois com os projetos, fui vendo que não era bem isso, que não era um mundo tão compacto pra se seguir.” (RONI, 2009)

Destaca isso em muitas falas, o que também traduz em atitudes. Pelo menos dois aspectos merecem destaque: o posicionamento coerente e constante de crítica à violência, em particular às brigas; e na atitude de liderança que reivindica para si, para a qual busca reconhecimento público.

Contrastando com o comportamento de muitos jovens de seu meio, veicula um discurso consciente de antiviolença. Pude perceber isso após muitas falas dele, em que evitava referências a violência, crítica a brigas, confusões. Por exemplo, quando comenta sobre o carnaval, conta que quando era solteiro ia, mas diz que não gosta muito. Quando ia ao centro, preferia ir ao Roma - *“é tranqüilo, não dá confusão”* – na Catedral ou no Largo da Alfândega.

Por preferir programas mais caseiros, *“comprar uma pipoca, ver um filme, melhor que ir a um show e se envolver em briga”*, também reclama de seu trabalho como segurança. Embora confira um certo prestígio, *“as garotas gostam dos seguranças”*, reclama de ter que lidar com os drogados, com a dificuldade em reprimir as situações de violência, apesar de se sentir seguro pelo treinamento em caratê.

Quando perguntado sobre futebol, declara que não o assiste, não se considera torcedor fanático e diz não ir muito ao estádio para assistir aos jogos do Figueirense porque *“sempre dá rolo; então se envolver em briga, mais vale ficar em casa”*.

A mesma referência ao problema da violência aparece quando fala sobre o futuro Parque Metropolitano. Acredita que o problema maior será quando ocorrerem eventos, como torneios de futebol, skate, festival de rap: as brigas aconteceriam porque hoje o pessoal briga por nada, *“por besteira, besteira”*, *“porque um cortou a pipa do outro”*. *“Já foi melhor”*, responde quanto à violência. Diz que o pessoal não fica na rua; *“antes estava tudo na rua, mas agora não”*.

Por trás da crítica à violência há também outra percepção da cidade. Acha que vai ficar legal; conhece a maquete, mas vai ter que ter policiamento, porque o pessoal de diferentes áreas não se dá entre si: *“gente daqui que não pode ir lá, tem gente de lá que não pode vir aqui”*, mas é por conta de rixa de drogas. Pergunto se as pessoas não envolvidas no tráfico, por serem moradoras de áreas inimigas, sofrem também esse tipo de problema. Responde que existe isso, apesar de não poder generalizar. Diz que não vai a determinadas áreas, não por não poder ir, mas por opção. Por exemplo: na Chico Mendes, não vai à noite. Durante o dia

vai, porque não deve nada a ninguém; tem amigos; conhece gente que mora lá, mas de noite não vai, porque “*confia mas desconfia, anda com um olho na frente outro atrás, um olho no padre outro na missa*”. Os territórios são demarcados, mas não em guerra. Roni parece não ir porque não se sente bem; não se sente confortável numa área que não é a sua.

Reconhece a existência de barreira entre territórios. Reconhece a territorialização das áreas do bairro pelo crime, mas não compactua com uma visão que mitifica a separação entre as áreas, atingindo a todos moradores indistintamente. Não reduz o problema à questão da violência e da criminalidade. Sente-se insatisfeito com a situação de pouca integração entre os moradores, em dinâmicas de sociabilidade em que o que prepondera é a violência e o conflito, a fofoca, a inveja, a desunião. Roni cobra uma nova atitude das pessoas: “*o pessoal tem que ter consciência, confiança e força de vontade*”.

Procura demonstrar uma atitude diferenciada dos outros jovens de seu convívio, com outros valores e formas de agir, ou, segundo suas palavras, outra mentalidade. Exemplo prático disso é o relato de um bolsista de pesquisa que testemunhou uma situação em que, para sua surpresa, Roni e outros jovens da Nova Esperança se recusaram a participar de uma briga, quando o esperado era que se misturassem à confusão geral.

Também se estabelece como liderança. Ressaltou isso quando falava da escola. Embora tenha feito quatro vezes a sétima série do ensino fundamental, sempre destacou, em seus relatos, a dimensão dos relacionamentos, orgulhando-se de ter sido líder da turma, e até amigo da diretora. Orgulha-se, igualmente, dos relacionamentos cultivados ao longo dos anos de escola. Nessa dimensão, a escola lhe foi significativa (mais do que na dimensão dos saberes escolares), pois confirmou sua capacidade de dialogar e articular, contribuindo com “subsídios socioculturais que evitem a exclusão” (CHARLOT, 2000). Aprendeu a ter atitudes que lhe permitem enfrentar o mundo. Daí, por exemplo, o orgulho por ter conseguido assumir a operação dos equipamentos da transmissão da TV da Assembleia – e também a importância que confere aos projetos em sua vida.

Em reunião da cooperativa, da qual sua mãe faz parte, teve a oportunidade de demonstrar que realmente aprendeu a pensar diferente. Fez uma intervenção sobre os rumos futuros da cooperativa que teve boa acolhida. Nas repetidas vezes em que o encontrei, fez referências a esse fato, de ter tido capacidade de dar orientação ao grupo. Ficou orgulhoso disso, e não à toa. O grupo que estava reunido naquela ocasião era composto da geração de pessoas mais velhas da comunidade, além de algumas pessoas, lideranças inclusive, de

comunidades vizinhas, dois professores e bolsistas da universidade. Roni ficou feliz de ter sido capaz, de poder ter dito coisas relevantes e de sua fala ter sido incorporada ao debate que se desenvolvia.

Esta é a questão que ele valoriza: a do aprendizado social, da “educação para a vida”. Veremos mais adiante o quanto isso é igualmente importante para outros jovens. É a criação de um novo *habitus*. Se atentarmos para essa dimensão de sua percepção, o que aparece como um dado contraditório (tantas experiências educativas, tantos aprendizados, para estar depois em ocupações subalternas e pouco remuneradas), na verdade não é: ele e os outros sentem-se preparados para muitos desafios. Estar em serviços ruins é, e sempre foi, parte de suas vidas; a diferença é que agora se sentem aptos a superar os desafios. Ele, por exemplo, tem consciência de haver conquistado reconhecimento social.

Tem consciência de poder mais. Foge do braçal, mas parece não se incomodar com ele. Ao invés de pensar em um conformismo das classes populares, a explicação pode residir na consciência das dificuldades inerentes ao seu meio. Como ele mesmo me diz: “*porque assim, ó, hoje em dia a gente trabalha não porque gosta, mas porque precisa*”.

Para o futuro, deseja um trabalho como nos bombeiros, mas poderia ser também na Assembleia, pois, em ambos, teria estabilidade. Enquanto, porém, isto representar um horizonte distante, o objetivo imediato é a carteira assinada. Além do mais, pensa um lugar próprio para morar, “*o meu canto*”.

6.1.4 A responsabilidade de Gilberto

Gilberto vem de uma família na qual os pais vivem juntos. São quatro filhos, três homens e uma mulher. É o terceiro (Wilson, que estuda Direito, é o segundo). Originários de Lages, migraram para Florianópolis no início da década de 1980. Na época em que se juntaram ao movimento dos sem-teto, moravam na área conhecida por Grota, próxima de onde é hoje a Nova Esperança, alugando um porão. Seu pai trabalhou em várias atividades - como fotógrafo, vendedor de seguros, de planos de saúde -, sempre com o apoio da esposa, até que esta foi acometida de depressão, e então decidiu ficar mais em casa.

A casa em que vivem é bem ajeitada, sempre mantida com pintura, com fachada limpa e ornamentada; revela uma alcançada estabilidade econômica. Na época da entrevista, todos os filhos ainda moravam ali, com mais três crianças (a filha e a enteada de um dos irmãos e a filha de sua irmã, Nicole¹³⁷). Para dar conta do aumento da família, construíram mais um cômodo, anexo à casa, onde dormem os irmãos.¹³⁸ Nicole fica com as crianças num dos quartos da casa original, e os pais ocupam o outro quarto.

Gilberto, assim como Renato e Roni, tem participação em projetos desde criança. Exercer um forte papel de liderança talvez se deva ao fato de ser um dos mais velhos do grupo (estava com 23 anos em 2009, quando o entrevistei). Tanto definia regras internas ao grupo (como ao do pacto antidrogas), como era um dos principais interlocutores dos jovens com o “pessoal da universidade”.

Tal como Roni e Renato, Gilberto valoriza muito a experiência dos projetos: “*O que eu aprendi nos cursos hoje é 100% de importância*”. Transcrevo um trecho da entrevista:

O que eu aprendi nos cursos, pra mim, hoje em dia, é 100% de importância. Se eu não tivesse tido esses cursos, eu nem sabia como diferenciar determinadas coisas. Foi uma aula de vida, né?

No que mais te ajudou?

Crescer na vida, pensamento, responsabilidade. Porque todos os cursos que tu tem, tem que ter um pouco de responsabilidade”.

Responsabilidade parece ser uma palavra-chave das conversas que tivemos sobre o projeto. Por meio dela, também avalia a sua trajetória escolar (Gilberto já concluiu o ensino médio, estudando em escolas públicas das proximidades). Atribui as reprovações ao fato de não ter sido responsável. Disse que ia mais para brincar, para jogar bola. No entanto, em que pesem suas reprovações, numa espécie de reavaliação crítica do seu passado escolar, não critica a escola, nem a considera “chata” (quando lhe pergunto sobre isso), e diz que tem a sua importância: “*A escola me ajudou na educação, né? Eles ensinaram, mas não ensina a viver. Mas ensina o necessário, o que tu precisa no dia-a-dia, a educação, o saber ler, escrever. [...] O resto... é a vida que vai te ensinar*”.

Ao assumir essa perspectiva, não coloca em conflito escola e projetos. Estes últimos ficariam mais na dimensão da vida, do ensinar a viver. Mais do que os benefícios de uma

¹³⁷ Outras informações: entrevista concedida a Francisco Canella, Fplis, jun. 2009.

¹³⁸ Conferir o capítulo 3 onde cito o caso de sua família para exemplificar situações em que os laços de parentesco explicam a dependência familiar.

formação profissional, cobrados por algumas lideranças (e parte da preocupação dos universitários que atuavam na localidade), Gilberto percebe a importância dos projetos na formação de outra disposição para a vida, que, em sua percepção, precede à própria formação técnica para o trabalho, que considera “*importante para a vida, educativo*”, quando se refere às oficinas de sexualidade, onde iniciou sua participação nos projetos da Udesc, com a professora Denise, a convite de sua amiga, Geórgia. Como outros jovens, valorizou muito essa experiência. Entre as atividades de que mais gostou, também ressalta a experiência do corpo de bombeiros e do grupo de rapel (o Ação Radical). Natural, penso, pois envolveu o aspecto lúdico e físico. No entanto, justifica essa preferência pela questão da responsabilidade:

Esses dois [o grupo de rapel e o corpo de bombeiros] me despertou bastante coisa. Porque daí tu tem que ter responsabilidade. Se tu vai ajudar uma pessoa tu tem que ter responsabilidade naquilo, se tu quer fazer uma coisa perigosa tu tem que ter responsabilidade, e assim em diante (GILBERTO, 2009)

É neste contexto que Gilberto pensa a questão das amizades e dos relacionamentos, tão caras à juventude.

Aquilo ali mesmo [o rapel] uniu bastante. Porque antigamente ninguém ligava pra nada, né? Ficava na rua, tudo. Não sabia o que que era fazer nada. [...] Aumentou mais [a amizade entre os integrantes do grupo]. Porque antigamente era só ‘vamos brincar, vamos correr, soltar pipa’. Aí não. Aí quando criou mais responsabilidade, aí sim. Tem que tá na hora certa, tem que ajudar, fazer um ... Aí a gente foi ficando mais unido (GILBERTO, 2009).

Ao ressaltar elementos como a responsabilidade, sua trajetória proporciona uma interessante reflexão acerca da condição juvenil em nossa sociedade e a heterogeneidade que a caracteriza.¹³⁹ Há uma clara busca por autonomia e, nesse sentido, uma preocupação com a vida que a diferencia da juventude de outros segmentos sociais, pois aponta para a necessidade de superação da transitoriedade e da provisoriedade da sua condição. Pensa em termos de futuro. Diferencia-se não só de jovens de classe média, mas de seu próprio meio, e isso é reconhecido pelo próprio: “*Crescer mesmo, virar uma pessoa. Porque antigamente não, pra mim mudou, tem gente que já não mudou. E aí vai de pessoa pra pessoa, né? Alguns criam responsabilidade, outros já não*”.

Assim vivenciou uma fase que ele reconhece como transição, momento em que fez as escolhas que o conduziram a um caminho diferenciado de seus vizinhos e até de alguns de seus amigos dos projetos. Está hoje em outra fase:

Porque pra mim agora é bem diferente, não tem? entendeu. O pensamento bem longe. Foi uma lição de vida, tudo, que me ensinou bastante coisa, só que pra mim, agora, no momento, não tinha como.[...] porque eu tenho responsabilidade agora. [...] Cada dia que passa a responsabilidade aumenta. Depois de tudo isso eu criei metas, porque antigamente não, vamo curtir, vamo fazer isso, vamo fazer aquilo. etc.. . Só que agora não, eu tenho metas. [...] Eu quero construir uma família, eu quero ter minha casa, ter um carro bom, ajudar a minha família, e isso a gente vai construindo no dia-a-dia, correndo atrás (GILBERTO, 2009).

Foi o que ficou dessa fase de transição, pois aprendeu a ter objetivos, metas. Incorpora a dimensão das metas e dos objetivos como importante, inclusive para uma futura vida conjugal. Suas escolhas o conduziram a diferenças que podem ser traduzidas nessa expressão por ele empregada: *“ter pensamento”*. Quando se refere à namorada da época da entrevista, explica que *“meu pensamento bate com o dela”*, pois ela já tem uma casa que é dela. Contrapõe à outra namorada, bem mais nova, que *“não queria sair de casa, queria ficar sempre na mãe, não queria adquirir [...] eu a convidei para sair junto comigo, morar”*. Conclui então que *“o meu pensamento é bem maior que o dela”*.

“Pensamento dela é bem mais avançado, não tem a ver com a idade, mas com ela, que tem objetivo”. Dessa vez contrapõe o ter pensamento à atitude de muitos jovens da Nova Esperança, que participaram de projetos como o dos bombeiros, mas que *“caíram no erro”*, ou seja, se envolveram com drogas.

A relação com o consumo é mediada pela noção de investimento. Ter pensamento significa também adquirir coisas, almejando um melhor bem-estar: *“Se é pra mim se arrambar, vou me arrambar, mas eu quero ter as minhas coisas [...] Isso é que é o importante pra mim hoje em dia, valorizar cada centavo que eu tenho no bolso”*.

É interessante observar que a busca por autonomia, tão valorizada por Gilberto, não implica romper com os laços familiares. Valoriza-a a ponto de, se necessário, mudar para longe: *“...a gente tem que crescer, tem que correr atrás do que a gente quer”*. Na época da entrevista, procurava terrenos em outros municípios da Grande Florianópolis, como Biguaçu, Três Riachos, onde custam mais barato. *“Porque não importa a distância, distância é o mínimo. O negócio é ter onde cair morto”*. Um ano depois, havia conseguido comprar uma pequena parte de um lote em frente à casa de seus pais, onde então construía a sua casa. Quer ter o seu espaço, como Renato e Roni, mas pode permanecer perto da família, importante ponto de apoio em sua vida. Assim descreve suas relações com a família: *“Tem que ter apoio, na verdade. Se não tem apoio... Ali é tudo... um pouco de apoio de todo mundo”*. *“É tudo um apoiando o outro: precisa, a gente vai lá, ajuda, qualquer coisa, não importa o que seja, não tem?”*

São os mesmos conceitos, as mesmas formas de pensar as diferentes fases da vida. Não há, segundo seus depoimentos, conflitos geracionais em sua família. Ao contrário, é muito evidente em Gilberto a reprodução das mesmas referências cronológicas dos pais. Sua juventude não procurou afirmar um estilo de vida de jovem. Evitou baladas, festas, quase não bebia, preferindo também programas mais pacatos e diurnos: ir à casa de amigos, sentar, conversar, rir um pouco. Também nunca usou drogas. Já ofereceram, mas nunca quis, porque *“é coisa que vai estragar a vida. [...] Se tiver a cabeça fraca, vai usar”*.

Entre as escolhas de Gilberto, chamou-me a atenção a de ficar. Além de a justificar por um projeto que comporta assumir responsabilidades, mudança de rumo dos caminhos escolhidos por boa parte dos jovens de sua geração e continuidade com os laços familiares, tem a ver com um sentimento em relação ao passado de lutas da comunidade. Quando diz que prefere ficar na Nova Esperança, explica que é porque a gente fundou isso aqui, tem sentimento pelo lugar: *“porque a gente criou raiz”*. Tal como a geração dos pais, criou uma memória afetiva com o passado de lutas: *“lembro como se fosse ontem”*. Pergunto como lembra, se como algo que deu medo, ou algo diferente. Disse que como algo diferente, *“que a gente lutou para ter”*. *“Na verdade não estariam nem aqui, hoje, estariam morando de aluguel”*.

Assim, une-se à geração dos pais não apenas pelas escolhas que faz, mas por abraçar o seu legado coletivo, reconhecendo o valor de suas lutas e compartilhando na memória o mesmo sentimento com relação a elas.

6.1.5 Nicole, o respeito e a comunidade

Nicole é irmã mais nova de Gilberto (estava com 19 anos quando a entrevistei). Como ele, participou intensamente das atividades promovidas na localidade. Igualmente, valoriza bastante a sua participação nos projetos, reconhecendo neles grande importância na sua formação. Enquanto Gilberto constrói sua narrativa em torno da noção de responsabilidade, Nicole destaca nos projetos a noção de *respeito*.

Lá no teatro, o respeito que a professora tinha com a gente, porque aqui as professoras já não tinham respeito mais nenhum, acredito, né? Eles não tinham aquele respeito, de tá conversando, ah, eles sentam, isso, isso e aquilo e ela sempre tinha um cuidado de tá com a gente e tá ‘ah, não, nunca esqueçam disso’... da educação, não tem? Não é que eram mal educados, eram isso e aquilo, mas a gente respeitava ela e ela respeitava a gente”. As várias coisas dos bombeiros, “mais o respeito que eles tinham com a gente”, e o fato deles sempre

acreditarem na gente: nunca desacreditaram: “eles diziam: ‘não! Tu consegue’. Acreditavam no potencial: ‘ah, tu pode’. (NICOLE, 2009)

Ao questionar a falta de respeito, Nicole o faz tendo como base duas referências: as relações existentes na escola e as relações locais, na *comunidade*. Mas a sua preocupação é uma só: a relação entre as pessoas, a forma como elas desenvolvem seus relacionamentos. Num momento de sua fala acerca do *respeito*, a comparação é entre as professoras e o tipo de relação pouco atenciosa que recebiam. Nesse caso, a impessoalidade é um problema. Num segundo momento de sua fala, a referência é o plano das relações locais, a *comunidade*. A falta de respeito tem a ver com todo mundo se conhecer. “*A gente era acostumado só com um e o outro aqui, aquele costume, e lá mudou*”. Seu diagnóstico é que o *estar acostumado* um com outro, o conhecimento entre as pessoas, os fez perderem o respeito, “*aquele costume*”. Nesse caso, as relações, tornadas muito pessoais, geravam problemas.

Sua experiência escolar parece atestar um movimento na mesma direção. Ao percorrer uma trajetória comum às crianças da Nova Esperança (começar o ensino fundamental no Pero Vaz de Caminha e concluir o ensino médio no Aníbal Nunes Pires), ela se diferencia por sua escola, mais acolhedora, menor, em que todos se conheciam, ao contrário de uma escola maior e “*mais avacalhada*”. O percurso foi, para ela, assim como para muitos dos seus jovens vizinhos, de relações mais pessoais, porque menores e mais relacionadas ao plano local, preferias a relações mais impessoais, com um maior número de pessoas e pessoas desconhecidas. Assim registrei a conversa entre Jane e Nicole: “*Ia pro Aníbal pode crer que ia gazejar, sempre virava vadio. [...] Era muito grande, não tem como olhar todo mundo*”. Comparando as duas escolas da região - Pero Vaz e Aníbal Nunes Pires - concorda e complementa: “*era muito avacalhado*”.

A saída para o âmbito mais público e impessoal de uma escola pública maior é vista como problema por eles. A escola, na forma como muitos dos jovens a ela se referem, parece também revelar os mesmos sintomas de uma vida pública que se enfraquece.¹⁴⁰ Se considerarmos as distinções estabelecidas por Hunter (apud ZALUAR, 2009) entre ordem privada, ordem paroquial e ordem pública, a escola Pero Vaz (a menor) tem mais as características deste universo de transição entre a esfera privada e a pública, enquanto a escola maior, o Aníbal, assume os contornos de local de encontro entre estranhos, de regras cada vez menos próximas de seu universo privado. A percepção dessas escolas como “*avacalhadas*”,

¹⁴⁰ Tal como tem sido analisado por diversos autores das ciências sociais contemporâneas - entre outros, ver Hunter, Bauman e Sennet. Sobre essa crítica, ver Zaluar e Ribeiro (2009).

“*bagunçadas*”, confirma o diagnóstico de uma esfera pública que se esvazia, especialmente quando se trata do atendimento às áreas pobres, onde os serviços públicos, em setores como os da saúde e educação, são de baixa qualidade. Na percepção de Nicole e de Jane acerca da escola, parece valer a regra de que, quanto mais público (e menos paroquial), pior a qualidade.

A participação nos projetos preencheu o tempo livre de sua juventude. Passava, com as amigas, os finais de semana fora: *A gente todo fim de semana a gente não tava em casa. Se fosse ver, sábado e domingo – até domingo a gente tinha, né? Tinha domingo que a gente tinha trilha pra ir, praia... A gente escolhia um lugar pra ir: ‘a gente vai no Campeche hoje’.*

Foi quando construíram um grupo de amizades, estreitaram laços, convivendo intensamente, principalmente nas saídas de campo.

Além da vivência da juventude, os projetos tiveram importância para sua formação. Nicole esteve presente em várias atividades. Deu aulas de informática, como monitora de oficinas, que aconteciam em espaços da própria localidade.

Após os projetos, passou a trabalhar em várias atividades. Algumas dessas oportunidades surgiram como continuidade das experiências socioeducativas. Por meio da principal articuladora dos projetos na Nova Esperança, trabalhou no projeto Aroeira. Tinha por função localizar os bolsistas faltantes do Pró-Jovem, para que retomassem a frequência das atividades e não perdessem suas bolsas. Mas também arrumou trabalho “*por sua própria conta*”, quando se empregou no comércio, como atendente de um atacado. Logo que encerrou sua participação nos projetos, também por seus próprios meios, conseguiu trabalhar como estagiária no Banco do Brasil. O que interessa ressaltar é que Nicole aprendeu a buscar, a tomar iniciativas, ao contrário de muitos outros jovens.

No entanto, o imprevisto a aguardava. Envolveu-se afetivamente com um funcionário que a engravidou. Não tinha a intenção de casar. Destaca que a gravidez aconteceu quando já estavam terminando o relacionamento. Na época em que realizei a entrevista (meados de 2009), Nicole não estava empregada, permanecendo em casa para dar conta dos cuidados com a filha pequena. O pai, bem mais velho, assumiu a paternidade, e parte do acordo de Nicole com ele era que nos primeiros anos de vida da criança ela se dedicaria integralmente ao seu cuidado. Depois, quando completasse dois anos, poderia frequentar creche, estudar (possivelmente Direito), já que o pai de sua filha se comprometia a pagar. No entanto, parada, em casa, sentiu-se depressiva. A maternidade cobrou seu preço.

Eu não sei se não caiu a ficha ainda, ou às vezes, assim, eu fico bem depressiva, assim, fico só no quarto. Por que daí tu não tá fazendo nada, imagina! Porque eu fazia de tudo, e agora

não fazer nada. Não por ela [referindo-se à filha, que está em seu colo], eu não culpo por ela. Mas aí que tu vai fazer, tu fica parada, aí, sem fazer nada, só ouvindo sempre as mesmas vozes, escutando sempre as mesmas coisas.

Pergunto o que costuma fazer durante o dia:

Televisão, às vezes só fico no quarto. Às vezes fico com ela, mas te deixa assim, depressiva. É ruim, é ruim. [...] Na verdade eu não descobri nada assim que eu tinha que ter descobrido com a idade que tinha que ter, que descobrir as coisas, nada, nada, nada [...] Aí o tempo inteiro é pra ela .(NICOLE, 2009).

Assim Nicole lamenta ter de ficar muito em casa, cuidando da menina, e não poder desfrutar mais de sua juventude. Diz que chegou a começar a sair “*com a galera do trabalho*”, indo a lugares “*mais chiques*” (segundo sua amiga Jane), na região da Lagoa ou no centro da cidade, mas engravidou e parou de sair. Diz que se isolou e não quis mais sair: “*não tem graça sair*”.

Suas relações de amizade se restringiram. Confirma a dispersão já relatada por outros membros do grupo que fazia rapel. Deste círculo, restou o convívio com Jane e Denise¹⁴¹, “*a maioria não se fala mais*”. Cada um tomou um rumo diferente. Nicole então começava a ter novos amigos, a frequentar outros espaços, sair à noite, a formar um novo círculo de relacionamentos, mas a gravidez interrompeu o que estava apenas começando. Como no caso de outras jovens da Nova Esperança, muito cedo assumiu a maternidade. Entretanto, o fato não significou passagem para a idade adulta, por mais que lhe tenha afetado a vivência de jovem. A autonomia que começara a conquistar por meio da independência financeira se perdeu com a maternidade. Isso ficou claro nas entrevistas, quando falamos sobre o projeto de permanecer ou não na Nova Esperança. Ela tem projetos de um dia sair dali. Não por considerar ruim morar na comunidade, mas para diversificar a sua experiência. “*Não que eu enjoei, mas é que o lugar já não é mais a mesma coisa. Mas é que vai ser melhor se a gente sair*”.

Interessante foi observar que sempre que mencionava o sair da comunidade, Nicole atrelava a sua saída à de seus pais, jamais pensando-a como uma decisão a ser tomada em separado.

Não pretendo ficar aqui. Não que a gente vá sair e vender a casa. A gente vai alugar a casa. Minha mãe quer um sítio, comprar uma coisa por aqui, em Florianópolis mesmo. “Ela

¹⁴¹ Pouco tempo depois da entrevista, Denise, sua vizinha de muro, mudou-se para outro bairro, localizado na ilha e bastante distante de sua casa.

sempre quis sair daquele, mas não que ela ache o lugar é ruim, que não sei o que, mas que é porque ela quer um sítio, quer morar num sítio. Meu pai já não tem tanta vontade assim de sair. Aí, é alugar: quando quiser voltar a gente volta (NICOLE, 2009).

Nesse ponto, não assume a autonomia típica da idade adulta (e não parece que a está perseguindo). Assim interpretei sua dependência dos pais (por conta do acerto que tinha com o pai de sua filha); a outra alternativa, possível no curto prazo, seria casar com ele, que estava fora de seus planos.

Assim como seu irmão Gilberto, gosta de lá. Seu caso, comparado ao de Letícia, confirma não ser possível estabelecer um procedimento-padrão, pois os atores em questão não são homogêneos em suas escolhas. A escolha de Nicole, expressando um desejo de retirada, nada tem a ver com a análise de Foote Whyte, que, em sua pesquisa etnográfica num bairro segregado de Boston, relaciona “*a deslealdade [com o local] com a mobilidade*”, algo que talvez se aplique à trajetória de Letícia, a que apresentou um comportamento de maior ruptura com o local, apesar de os desdobramentos conduzirem a uma negação disso (juntou-se de novo e foi morar na Grota).¹⁴² Mesmo assim, incorporou novos valores, outra disposição e um projeto de mobilidade social, que passava por sair do local. Nicole tem um discurso similar, ao de Letícia, mas gosta de morar ali, distanciando-se da hipotética deslealdade com o local, pois, longe disso, o afeto a une à Nova Esperança.

¹⁴² Quando terminava a redação dessa tese, num encontro fortuito com Letícia, contou-me que iria construir, junto com seu novo companheiro, nos fundos do terreno de sua mãe.

6.2 A segunda geração: articulando as trajetórias

O exame dessas trajetórias enfocou de modo privilegiado o momento em que esses personagens fizeram a transição da infância para a idade adulta. Observamos, de modo mais atento, suas experiências em espaços coletivos, onde interagiram e compartilharam experiências comuns. Tal recorte justifica-se face ao objetivo maior de compreender a dinâmica dos espaços coletivos no plano local e a inter-relação do local com a esfera pública cidadina.

Buscando integrar o exame dessas trajetórias ao quadro das preocupações que movem a presente tese, discuto, nesta parte final, três ordens de questões.

Primeiro, que mudanças essa participação no espaço coletivo dos projetos provocou em suas vidas, que impacto e significado tiveram em suas experiências de vida. Trata-se de aprofundar a discussão sobre como se deu sua formação, com especial atenção ao ponto comum de suas vidas, que consistiu na participação coletiva nos projetos. Examino também a interface dessas experiências com o processo de escolarização.

Segundo, a relação que estabelecem com o seu local de moradia e com a cidade, e como articulam a relação entre público e privado em suas práticas e percepções.

Por fim, as implicações políticas e o significado que esse conjunto de experiências teve na relação do local com a cidade.

6.2.1 Os projetos e a educação dos jovens: um novo *habitus*

Em comum nessas trajetórias de jovens, tão recentes, tão curtas, se comparadas com a geração de seus pais, é a participação em projetos educativos e, a partir deles, a inserção em novos espaços. Os projetos não lhes criaram alternativas profissionais¹⁴³, mas lhes proporcionaram uma maior inserção social. Criaram também a possibilidade, de um lado, de

¹⁴³ No sentido de preparação técnica para o trabalho: não houve, nem era essa a intenção, uma formação para uma profissão específica.

fugir a um destino comum a muitos de seus vizinhos (criminalidade ou vício). De outro lado, proporcionaram-lhes a oportunidade de uma maior inserção no mundo da cidade, dando-lhes as ferramentas para, a partir de suas individualidades, buscar alternativas para suas vidas. Por exemplo, a possibilidade de, mesmo não se profissionalizando, tentar uma profissionalização, como aconteceu com alguns deles. Ou de se permitir sonhos de romper com as amarras locais.

Os projetos trabalharam a questão do lazer (e do prazer), sem, no entanto, deixar de ser educativos. É curioso observar que normalmente apontam como atividades interessantes e de que mais gostaram o curso do Bombeiro Juvenil e o grupo de trilhas e rapel (que desembocou na formação do grupo Ação Radical). Realizavam uma série de atividades práticas, bem ao gosto daqueles jovens de fugir da rotina e viver aventuras. Também ressaltaram que um dos aspectos positivos dessa experiência consistiu no fato de aprenderem a ter responsabilidade.

Tinha um pouco... um pouco no começo foi difícil, porque é o bombeiro era... era... assim, uma educação mais rígida, né? Porque a gente tinha uma liberdade muito grande, de brincar, de fazer palhaçada, no rapel, era tudo divertido. Já no bombeiro, não, no bombeiro já não. [...] Já não tinha, entendeu? Era educação. Por isso que isso atrapalhou um pouco, mas não foi, não era que nós não queríamos, entende? A gente fazia rapel, a gente brincava, a gente fazia palhaçada – não que a gente não fazia isso no bombeiro, mas no bombeiro era mais controlado. [...] A maioria no começo não gostou, porque, a maioria, “tu gosta de fazer passeio? Gosto. Tu gosta de brincar com teus amigos? Gosto”. Mas a vontade, chegando no bombeiro, eles vão dá uma segurada. Porque eles mesmos, pra orientar... não tem palhaçada. Tem uma vez ou outra, a disciplina... e também eles não podiam... não podiam passar a idéia deles, passar o que eles tinham também, né, pra nós (RENATO, 2008).

Tive oportunidade de ouvi-los em várias ocasiões, tanto em entrevistas como em conversas informais, destacando o quanto isso os transformou e foi importante para suas vidas. Fato muito lembrado por todos foi o teste de sobrevivência, que consistiu num acampamento de final de semana. Reproduzo aqui mais um depoimento sobre essa experiência.

Chegamos fazendo festa no ônibus, pra ir pro acampamento... Aí, quando a gente chega, na hora se compara com aquele pessoal todo camuflado, aquelas viaturas esperando a gente, uma viatura assim do exército. Até algum pessoal do BOPE esperando a gente. A gente mal desceu do ônibus, já mandaram a gente ficar com a mochila, aquelas de vinte litros, nas costas... Chovendo, já mandaram cair pagando apoio (RONI, 2009).

Isto foi lembrado pelos jovens como algo positivo. É nesse sentido que pode ser entendida a valorização da disciplina que aprenderam a ter nas atividades do projeto. O orgulho de muitos pelo que se tornaram após os projetos, independentemente do uso objetivo das habilidades aprendidas, refere-se à consciência de terem o domínio de muitas dessas condições. Aprenderam a *diferenciar as coisas*, assim respondeu Gilberto, referindo-se ao

legado de sua participação. O destaque conferido ao aprendizado da responsabilidade também é exemplo disso. Algumas situações revelam o quanto essa responsabilidade era ausente de suas práticas. O relato de um bolsista de pesquisa, que se pôs a acompanhar o grupo em suas saídas de campo, revela o choque dele, universitário, e também surfista, com a falta de disciplina básica requerida em atividades esportivas.

Já na piscina, a galerinha já queria toda se jogar na água, mas antes o Dudu fez alguns comentários importantes para que as coisas ficassem numa boa. Advertiu sobre alguns cuidados devidos a se tomar para se evitar aborrecimentos e afins... Feito isso então, foi a hora do alongamento. Primeira constatação, a galera nunca se alonga, não existe tal hábito para qualquer atividade física. Todos duros! Senti que causa meio que um constrangimento a eles ficar se alongando, talvez porque não tenha noção do quão importante é um alongamento bem feito e o quanto isso melhora na sua capacidade, principalmente pro surf. Como era primeira vez, não pegamos muito pesado, alongamentos simples e os básicos... O Dudu ficava coordenando e eu de assistente. Todos pra água, mas antes uma ducha pra tirar a “craca”. Ah, antes de cair mais uma regrinha, só se pode cair de touca... Não é permitido cair sem touca. Bocas torcidas e xingamentos internos. Quando enfim puderam entrar na água, a felicidade tomava-lhes a cara. Pernadas e braçadas desajustadas, mergulhos, piruetas e firulas... Passado esses instantes de descontração, hora de atividades. De pranchas (de natação) em mão, eles tiveram que bater pernas até a outra borda da piscina. A maioria apresentou dificuldade em se manter equilibrado na superfície da água. Isso nos mostrou que eles apenas pensam que sabem nadar e numa situação de encararem um mar um pouco maior que meio metro já poderiam ter problemas...(Diário de campo de André Pitta. In: CANELLA; VIDAL ;PITTA, 2004).

Ao mesmo tempo em que ofereciam muita resistência à incorporação de novas regras (o banho, o uso de toucas) e novas práticas (o alongamento), mostravam desconhecer seus próprios limites. Imaginavam já saber o que na verdade não conheciam, tudo em nome do prazer de usufruir de imediato do prazer de entrar na piscina. Pode-se alegar que essa prepotência é típica do comportamento juvenil. No entanto, para esse meio, as possibilidades de trabalhar seus limites, reconhecer as próprias dificuldades, incorporar novas disposições, conhecimentos e habilidades não se colocam do mesmo modo que em outros segmentos. Nadir Azibeiro, em sua tese, em que discute a formação de educadores a partir da experiência desses projetos de extensão, descreve uma situação que nos proporciona uma reflexão sobre a questão da disciplina semelhante ao que foi exposto acima:

A disciplina como limite, ao mesmo tempo em que como necessidade. Um dos meninos percebia isso e o expressava magistralmente: “primeiro a gente tem de ser respeitado, pra aí poder dar um escorregão e não ser logo condenado... ‘Jonatan, no primeiro dia de surf, achou que poderia desafiar o mar e teve que ser socorrido. Neste caso, o mar iria tragá-lo, o mar foi seu adversário, seu opositor, quem ele iria ‘furar de bala’? O mar? Por que não poderíamos encontrar parceiros tão fortes assim para estes “elementos perigosos?”¹⁴⁴ Esse respeito eles conseguem ao se disciplinarem para conseguir se incluir na escola, no emprego, nos bombeiros... (AZIBEIRO, 2006, p. 272-273)

¹⁴⁴ Anotações de campo de bolsista, Ivone – 10 mai 2004, *apud* Azibeiro (2006, p. 272)

Era nas experiências práticas – e que por isso tinham significado para esses jovens, pois vinculavam-se aos seus desejos e interesses - que se desenvolviam relações educativas. Resultados eram obtidos, como no exemplo do jovem, que, quando fala sobre a questão do respeito e da disciplina, revela uma outra compreensão do problema. A elevação da autoestima, o sentimento de responsabilidade, a autonomia, tudo isso era alcançado, mas não a partir de uma relação pedagógica como as estabelecidas nas salas de aulas de suas escolas. Como bem observa Azibeiro: “*Desafiar ou subordinar? O fato é que a intenção inicial de quem coordena a atividade, não determina, mesmo, os resultados obtidos. A trama a partir da qual se tecem os envolvimento e se produzem os significados é muito mais complexa*”. (AZIBEIRO, 2006, p. 274).

Os projetos significaram uma transição para outro tipo de *habitus*.¹⁴⁵ Nesse processo de transição, as diferenças se fizeram sentir entre eles, mas mudaram as disposições internalizadas dos que continuaram nos projetos. Termo que era quase uma palavra de ordem entre os participantes dos mais variados projetos (bolsistas, voluntários e professores): o objetivo de “elevação da autoestima dos jovens”. O termo foi muito bem apropriado por eles (os moradores da Nova Esperança). Quando falam de si mesmos, como indivíduos ou coletividade, destacam como algo importante, dentro de tudo que já havia sido e do que deveria ser feito, a elevação da autoestima. Algo perfeitamente compreendido e incorporado por eles e relacionado com o reconhecimento intersubjetivo do sujeito útil e cidadão, de que fala Jessé Souza, ou da constituição do indivíduo, como menciona Velho.

É importante observar, porém, que no grupo analisado, ao contrário do comportamento típico das classes médias, ninguém buscou o caminho da universidade assim que foi concluído o ensino médio. Aumentou a autoconfiança de muitos, elevou-se-lhes a autoestima. Aprenderam a gostar do trabalho. Em suas falas, fica evidente o quanto são mais atentos em suas escolhas. O pacto antidrogas, por exemplo, traz consigo a escolha de evitar o caminho da criminalidade e, para a maioria deles, o de assumir como projeto ser trabalhador e ter uma família. Se, como nos diz Gilberto Velho, é indivíduo-sujeito aquele que faz projetos, a participação nas atividades educativas da Udesc tornou-os indivíduos.

¹⁴⁵ Embora a perspectiva de Azibeiro ao analisar essas relações dos jovens em projetos socioeducativos se articule em torno da noção de desconstrução de subalternidades, bem afinada às correntes de estudos pós-coloniais, acredito que não haja incongruência em pensar a noção de desconstrução de subalternidades como um processo de constituição de um novo *habitus*, na medida em que implica a criação de um novo sistema de disposições, que funcionariam como princípios organizadores de novas práticas e representações. Assim pode ser pensada a incorporação pelos jovens de um sentimento de autoestima e de segurança, que favoreceriam ações mais responsáveis, maior autodisciplina, maior responsabilidade e autonomia.

A escola não parece ter-se incorporado a seus projetos individuais, conclusão válida se se tomar como parâmetro a relação das classes médias com a escola. Como bem observa Charlot, referindo-se a jovens de bairros populares:

Eles têm um projeto, não um projeto de classe média, mas pretendem ter uma vida normal. [...] Para quem nasce num bairro popular francês, numa favela, aqui [no Brasil], ter uma vida normal é uma conquista, não é uma coisa dada no nascimento. O projeto é ter uma vida normal e para isso só a escola ajuda (CHARLOT, 2002, p. 27).

Entre os jovens pesquisados, não encontrei quem fosse exceção. Alguns poucos casos poderiam constituir as “razões do improvável”, das quais fala Bernard Lahire (2008) a respeito de situações de sucesso escolar nos meios populares.¹⁴⁶ As configurações familiares não favorecem a produção de casos de sucesso escolar. Suas famílias reconhecem a importância da escola, mas sem autoridade para impô-la. Vale lembrar o que certa vez uma mãe da localidade me disse: “*Como vou exigir que ele seja um bom aluno se eu não fui?*” Referia-se tanto à falta de autoridade moral para exigir, como à dificuldade em fazer qualquer investimento pedagógico na escolarização de seus filhos. Há uma grande distância entre o reconhecimento da importância da escola e o emprego de alguma forma de investimento pedagógico, se considerarmos os processos sociais que estão por trás da relação de interdependência entre a escola e a família.

A maioria dos jovens entrevistados concluiu o ensino médio, mas não deu continuidade aos estudos em direção a cursos superiores. Os que não concluíram manifestavam vontade (na verdade, mais preocupação do que vontade) de retornar. Em pesquisa sobre processos de escolarização em meios populares realizada em Florianópolis, Nadir Zago (2000) constatou, com relação a jovens evadidos de escolas públicas:

Nossa constatação é de que o retorno ou a intenção de voltar à escola não representa para o conjunto dos sujeitos estudados, conforme já assinalamos, um projeto propriamente dito. Para vários deles, essa retomada dos estudos indica muito mais a própria ausência de perspectivas de trabalho do que uma decisão que situa os estudos como parte de um plano racional e conscientemente dirigido. O esforço despendido em permanecer na escola é uma necessidade de aumentar as chances já reduzidas de acesso ao mercado de trabalho, e não a uma idealização da escola no sentido mais global (ZAGO, 2000, p. 34).

¹⁴⁶ O autor busca a compreensão dos comportamentos escolares das crianças nas inter-relações das formas escolares de relações sociais com as configurações familiares. Nelas, nas famílias, deveriam ser interiorizadas as regras do jogo escolar (que envolvem tipos de orientação cognitiva, tipos de comportamentos, práticas de linguagem, etc.). Assim, família e escola são redes de interdependência estruturadas por formas de relações sociais específicas (Lahire, 2008: 19). Os elementos que descreveriam as configurações familiares seriam: “as formas familiares de cultura escrita, as condições e disposições econômicas, a ordem moral doméstica, as formas de autoridade familiar e as formas familiares de investimento pedagógico” (Id. 20).

Pontuando o que foi dito por Charlot, a escola é parte necessária de um projeto de uma vida normal, mas não há um projeto que seja escolar, na medida em que a relação com a escola é instrumental. O retorno, a fim de concluir os estudos (o nível médio), é reativo. Mesmo para aqueles que a concluíram, foi a premência do diploma que os impulsionou. É nessa configuração que deve ser entendida a importância conferida à escola, e ao modo como ela se articula aos seus projetos.

Eles dão grande importância à escola porque sabem que não tem outro jeito para os filhos saírem das dificuldades da vida. Os filhos de classes médias também acreditam que terão um bom emprego com diploma. A diferença é que, nos bairros populares, para muitos alunos o único sentido da escola está no fato de proporcionar um bom emprego mais tarde (CHARLOT, 2001, p. 27).

A preocupação de Charlot é que nesses casos não há um vínculo significativo e pessoal com o saber (CHARLOT, 2000, apud DURAND ; TIRELLI, 2002, 172). Esta parece ser a relação predominante na Nova Esperança entre famílias e escola. Quando realizei as entrevistas para a presente tese, entre outras realizadas anteriormente com jovens e seus familiares, pude perceber que as referências à escola sempre diziam respeito às relações sociais que lá se estabeleciam, às questões disciplinares, ao controle exercido pela escola, às amizades: nunca ao saber, que entrava na pauta da conversação. Raras referências aos saberes escolares, por mais que insistisse, perguntando, por exemplo, sobre as disciplinas favoritas (nesses casos, as referências eram principalmente ao professor da matéria, não tanto ao seu conteúdo). Ao contrário, com relação aos projetos socioeducativos, o que sempre chamou a atenção foi o quanto representavam experiências significativas, parte de uma memória compartilhada por todos. Talvez seja esta a chave pela qual se possa entender o sucesso dos projetos. No caso dos jovens da Nova Esperança, deve-se considerar que não só a escola, mas também os projetos socioeducativos e o ingresso em estágios para iniciação ao trabalho desempenharam papel de integração com o mercado, com a vida da cidade e fortaleceram os laços na localidade.

6.2.2 Circulação: o local como resistência

O destino social desses jovens pode ser mais bem compreendido se se analisar a relação com o espaço da cidade, seja no nível local, seja na relação com a esfera mais ampliada da cidade. Uma primeira observação é que esses jovens, salvo poucas exceções,

apresentam maior desenvoltura na circulação por diferentes espaços urbanos. Mas há que se pensar que esta característica, a intensidade da circulação, é própria da juventude. Cessada a fase dos projetos, muitos começam a limitar suas saídas da localidade. Os que constituíram novas famílias reduziram significativamente suas saídas. Outros, por trabalharem muitas horas por dia (e muitos dias por semana), limitavam seus deslocamentos diários às idas até o trabalho e à volta para casa. A experiência com a cidade, porém, é outra: sentem-se mais seguros e desenvoltos que a geração de seus pais.

No entanto, mesmo entre os casos aqui analisados, de um grupo que apresenta características comuns, os resultados são desiguais. Posso citar como exemplo os casos de Beto e Letícia. Como argumentei mais acima, o inseguro Beto pretende ficar, enquanto Letícia, segura e autoconfiante, pretende sair para poder realizar seus projetos. Os que têm mais chances, os que desenvolveram estratégias individuais de integração ao mercado de trabalho e obtêm recursos econômicos para isso são os que mais buscam alternativas de sair, ou revelam esse desejo de modo mais evidente.¹⁴⁷

Com relação ao permanecer morando ou não na localidade, são muitas as idas e vindas desses jovens. Seus percursos são marcados por uma profunda instabilidade. Muitos saem da casa dos pais, optam por morar nas imediações, mas são frequentes os retornos para casa. Presenciei, durante o período da pesquisa, a inúmeros casos de saídas, a maioria delas motivadas por uniões conjugais, e a retornos – por separação do cônjuge e/ou por falta de recursos para se manter sozinho (por conta da perda de emprego). Na verdade, pode-se dizer que, se fazem escolhas ao sair da localidade, elas não se sustentam; ao contrário do que acontece com outros jovens, o movimento de saída de casa não se traduz em um estilo de vida, normalmente de afirmação de um conceito de juventude. Ao contrário, ao sair para assumir um casamento, marcam a passagem para a idade adulta, incorporando então a

¹⁴⁷ Poderíamos aplicar a lógica de Foote Whyte em seus estudos em bairros de imigrantes italianos em Boston, nos quais conclui que os mais ajustados à vida local estariam sendo “punidos”, pois sofreriam um duplo bloqueio no seu processo de adaptação à sociedade norte-americana: teriam dificuldade em se adaptar em razão de suas formas de organização, internas ao bairro, e por não estarem aptos a enfrentar o “mundo de fora”, não terem as ferramentas culturais para integrar-se na sociedade diferente. A deslealdade daqueles que saíram seria premiada com a adaptação e aceitação na sociedade norte-americana. Em nosso caso, guardadas algumas proporções, pois não se trata a Nova Esperança de uma comunidade étnica, é possível incorporar a mesma lógica no que se relaciona ao movimento de saída do local. Os mecanismos internos (no caso são as formas de organização, analisadas por Foote Whyte no bairro italiano, o modo de vida, os valores, princípios que organizam suas práticas) não geram o aprendizado necessário à vida da cidade; não fornecem as ferramentas para a integração ao mundo de fora (por mais que se admita que a relação dentro-fora não se coloque do mesmo modo que nos guetos norte-americanos). Com poucas alternativas locais, em termos de oportunidade de trabalho e de criação de alternativas para o seu futuro, a criminalidade cresce como possibilidade, reduzindo ainda mais a chance que outras possibilidades ali se gestem. No entanto, além da diferença acima apontada, os projetos podem ser pensados como resistências a esse processo, uma vez que correspondem também a demandas locais.

referência cronológica da geração anterior. Mas acabam retornando. A suspensão do compromisso estável, de que fala Melucci, não é sinônimo, no caso aqui analisado, de maiores possibilidades sociais. Talvez a única que se apresente para eles seja a alternativa da criminalidade, que vinham procurando evitar já desde muitos anos.

Em uma reunião de várias lideranças do bairro Monte Cristo com o comandante dos bombeiros, realizada na casa comunitária da Nova Esperança, que tentava implantar um projeto comunitário de bombeiros, ao decidirem o local da próxima reunião, que deveria contar com um número ampliado de participantes, mais uma vez ouvi de moradores sobre a dificuldade dos jovens de circular na região. A reunião chegava a um impasse, pois, de acordo com o local escolhido (e não havia muitas alternativas, já que se exigia uma sala de reuniões que abrigasse um número maior de participantes), uma liderança erguia a voz para informar que “se for lá, os jovens da minha comunidade não irão”.

Tal percepção contrasta com a de Deivisson, Roni, Jane, Nicole. Talvez por ser um olhar de fora, não de dentro, eram pessoas de uma geração mais velha, na sua maioria maiores de trinta anos de idade. Pensavam nos jovens em geral como categoria. Ao generalizar, falavam na *juventude* de seus lugares, assim como falavam de sua *comunidade*. Embora seja verdade que muitos jovens, de fato, não circulam, o olhar da geração mais velha não detalha que jovem se encontra nessa condição; não contabiliza quantos efetivamente estão impedidos de circular, talvez por ser mais interessante, na constituição de uma identidade em oposição à da cidade, que a aproxime da realidade tão destacada pela mídia das grandes metrópoles nacionais. Em lugar de contabilizar os jovens, preferem contar um drama.

Diferente das respostas que colhi nas conversas com os mais velhos, nas entrevistas gravadas com os jovens pude perceber a preferência pelas entrevistas como oportunidade de falar de si mesmos, não da juventude, mas dos jovens com quem convivem. Não estão preocupados em exibir uma imagem da situação de violência de suas comunidades para quem chega de fora, caso das lideranças, para quem tal imagem “rende”, e passa a conformar o idioma de ação das lideranças quando se referem às questões da juventude e da violência. Como já conhecia muitos deles, responderam-me de dentro, sem a mediação de qualquer categoria sociológica: problema do jovem, violência na comunidade, o dia-a-dia da população. Para os jovens com quem conversei, assim como para muitos dos que com eles convivem, não há problemas em circular nos diferentes territórios, embora escolham não conviver, não frequentar outras áreas. Não se sentem bem fora de seu espaço, mas, se necessário, não se sentem impedidos de o fazer, uma vez que *não devem*, pois não cometeram

qualquer deslize nem estão em conflito com quer que seja, e até por serem reconhecidos como moradores do bairro – diferentemente dos universitários.

Ao contrário, para os jovens que desconstruíram essa imagem, interessa menos veicular a ideia de território associada à violência. Percebem nisso a fonte de muitos estigmas, e reagem contra. Daí encontrar-se em algumas falas certa veemência na desconstrução dessa imagem, como que dizendo: “*presta atenção, você aí, que é de fora*¹⁴⁸ *deixa de pensar bobagem sobre o nosso lugar*”. Essa era a sensação (desconfortável, com certeza) que tinha quando conversávamos sobre o tema.

O falar sobre a circulação entre os territórios desestrutura a imagem que se hegemoniza acerca da juventude e seus territórios. Não são lideranças. A eles não interessa a imagem construída que “rende” política ou simbolicamente. Entre compartilhar de um idioma de ação política e fugir ao estigma do cotidiano da cidade, preferem a segunda opção.

No entanto, em suas avaliações sobre a localidade, admitem haver problemas. Enfatizam (nesse ponto, de modo muito similar ao da geração dos pais) como aspectos negativos a fofoca, a inveja, a relação que hoje predomina entre as pessoas. Dizem que já foi melhor. Reclamam que as pessoas não ficam mais nas ruas, recolhendo-se cada vez mais ao âmbito privado. A diferença é que não responsabilizam a violência por essa nova dinâmica, mas os próprios moradores. O medo seria mais um pretexto do que uma causa real do problema.

Mesmo assim, acreditam em mudança, apesar de não terem propostas concretas e de não estarem engajados em qualquer movimento para tentar essa mudança. A mudança teria a ver com a mudança nas sociabilidades, na possibilidade de transcender os limites do espaço local.

O jovem, hoje em dia, pensa que é jovem, tem que fazer as coisas no impulso, na adrenalina e não tem responsabilidade por trás disso. Não adianta fazer, não digo eu, fazer... Vamos dizer: tem um paredão ali, alto, branco, cru, pegar umas latas de spray e sair pichando. Já pensa diferente: já que tem aquele muro alto, branco, cru... se for fazer alguma coisa, trabalha num projeto de grafite, essas coisas assim. Porque ali tu aprende, ao mesmo tempo pode ensinar ou acabar se profissionalizando nisso. Mexe muito com o emocional e o pessoal da pessoa durante o projeto.

O jovem não vai ficar nesse pequeno mundinho, porque se ficar ali, só naquele ovo, só naquele ovo, uma hora ele apodrece, quebra, essas coisas assim. Tanto é que o desenho próprio da comunidade, ele é como se fosse um formato de ovo, em diagonal... acho que é em diagonal? É, em diagonal... o logo da Nova Esperança. É fixado pra frente, a ideia de crescimento, de objetivo... Isso foi uns pontos mesmo da... de ter trabalhado com cidadania”. [...] “Não querer ficar só naquela pequena redoma, procurar espaços diferentes, áreas diferentes, pessoas diferentes, ambientes diferentes. Não ficar só no mesmo quatinho. A mesma coisa te colocar

¹⁴⁸ Sabem que somos da universidade. Têm ideia de nossos estudos, e que estamos escrevendo sobre eles, suas vidas, sobre a condição de pobreza em que vivem.

com uma roupa branca, num quarto todo branco e uma pequena luz vermelha, uma hora tu vai acabar alopando, ficando doido, [...] naquele pequeno ambiente (RONI).

Este ponto, relacionado a mudanças nas relações no plano local e à busca de novos espaços, foi destacado por vários dos jovens com quem conversei. No entanto, nenhum deles identificou alguma forma de intervenção ou de atuação que passasse por qualquer das instituições existentes no bairro ou na cidade.

6.2.3 O local e a cidade: o enfraquecimento dos laços

O importante é que a percepção do local, o modo como pensam a sua relação como jovens moradores de um bairro pobre da cidade, permitem também pensá-los não apenas em termos de projetos individuais. Articularam-se coletivamente, mesmo que as iniciativas tenham sido da universidade. Revelaram-se propositivos. Havendo recursos disponíveis, passam a ter ideias, a manifestar suas vontades, a expressar desejos. Potencializam as oportunidades e buscam mudar seus destinos. Isto, segundo seus próprios depoimentos. Para tanto se organizaram coletivamente, e disso emergiu essa nova percepção da realidade, mesmo que não se tenha traduzido em ações práticas pra modificá-la coletivamente. Explicitaram, porém, um projeto em práticas coletivas efetivas e conscientemente justificadas, como, por exemplo, quando recusaram as drogas e quando evitaram a violência. A atitude de Roni e de Gilberto revela uma peculiar afirmação de uma cultura juvenil (GUIMARÃES, p. 90). No pacto antidrogas, o grupo empenhou-se na criação de um padrão de organização coletivo próprio, que os identificava como grupo. No caso, o padrão foi de recusa da criminalidade e das drogas. O que desejo argumentar é que há um importante significado em torno disso. Tais práticas, numa continuidade com as brigas, são também constitutivas da identificação coletiva de muitos jovens de áreas pobres de Florianópolis (mesmo entre classes médias, podendo considerar-se como traço distintivo do fenômeno juvenil contemporâneo).

Guimarães percebe uma linha de continuidade entre as galeras e os grupos criminosos do narcotráfico. Uma possível resposta para essa vinculação encontra respaldo nas conclusões de Alba Zaluar (2004) sobre jovens ligados ao tráfico de drogas. A autora se refere ao vínculo entre uma ideologia individualista e um *ethos* da virilidade masculina entre os valores que

movem esses jovens ligados ao mundo do crime¹⁴⁹. A recusa em brigar, em se constituir como grupo violento (leia-se: viril), é uma escolha que reveste um forte significado no contexto por eles vivenciado.

Constituem-se como grupo, mas fora dos códigos hegemônicos e dos valores predominantes entre galeras, gangues juvenis e grupos ligados ao narcotráfico de drogas que existem na área da cidade em que vivem, e que exercem fascínio sobre os jovens e compõem uma estética das periferias.¹⁵⁰ Assim, a recusa ao envolvimento com as drogas e uma postura crítica com relação à violência demarca uma ruptura com os códigos vigentes e constrói uma identificação de grupo.

Tais escolhas ocorrem sob o signo da tensão e da ambiguidade. Eles se identificam como parte de uma “área”, e assumem uma identificação de grupo juvenil, incorporando inclusive a estética própria a esses grupos¹⁵¹. A dimensão territorial perpassa suas experiências. A tensão e a disputa entre as áreas, um código marcado pela violência, por mais crítico que lhe seja, também está presente em suas práticas e parece florescer quando se sentem mais inseguros, como quando estão fora de sua área. É o que relata um bolsista de pesquisa em seu diário de campo. Numa saída para prática de aulas de surf, enquanto caminhavam por uma trilha de acesso à praia, um encontro de olhares entre o grupo da Nova Esperança e jovens nativos da praia foi o que bastou para suscitar comentários do tipo: “*Se o cara tivesse lá na área, ia ficar sem bicicleta e sem roupa*”¹⁵². A transcrição do trecho do diário segue abaixo:

Ainda no caminho a molecada se mostrou um tanto quanto folgados. Não sendo da área, na minha opinião, deveriam agir com mais cautela, mas se mostram abusados, são marrentos e não mostram muito respeito ao passarem por uns moleques na rua. Passaram de peito

¹⁴⁹ Segundo Zaluar, a “internalização de uma ideologia individualista moderna em que a ilusão quanto à liberdade da pessoa estava atrelada a uma concepção extremamente autoritária de poder” (2004). Em outra passagem, afirma tratar-se da “visão do indivíduo atomizado, sem vínculos sociais com as gerações anteriores, que se protege em bandos formados pelos seus iguais para demonstrar força bruta. Nessa ideologia, cada indivíduo e cada bando lutam sozinhos para se defender de todos os demais. Por isso mesmo a guerra é um tema constante na fala desses jovens e uma realidade tão trágica em suas vidas.”

¹⁵⁰ Em certa ocasião, em que estávamos em uma van nos dirigindo a uma saída de campo de uma das atividades de um projeto de extensão, um dos jovens, de aproximadamente treze anos, observou aos outros, com um “olha, lá...” a passagem de um grupo atravessando um terreno baldio das imediações do bairro. Eram três jovens, todos vestidos com bermudas coloridas, tênis e agasalhos com capuz, conhecidos por seu envolvimento com o tráfico. O que me chamou a atenção foi o silêncio que se seguiu ao “olha lá...”: todos pararam de falar e os ficaram observando com uma expressão que misturava curiosidade, medo e fascínio por aquele grupo que seguia caminhando com passos firmes e rápidos por uma das áreas do bairro.

¹⁵¹ Tal estética está fortemente presente, por exemplo, nos grupos de rap, em suas performances, letras e no seu vestuário. Esses grupos são bastante ouvidos pelos jovens, e mesmo pelas crianças, da Nova Esperança.

¹⁵² Diário de campo de André Pitta.

estufado demais, numa atitude que poderia ser encarada como confrontadora. Sem falar nos comentários, 'se esse cara tivesse lá na área ia ficar sem bicicleta e sem roupa' (PITTA in: CANELLA; VIDAL ; PITTA, 2004).

Há um componente de mobilização coletiva, não tão explícito, quase invisível, ou tido como invisível, pois não corresponde aos estereótipos de movimento coletivo (seja de movimentos sociais, seja das culturas juvenis) consagrados por ampla bibliografia acadêmica, pela mídia, pela literatura e pelo cinema. É nessa perspectiva que se pensam os projetos. Proporcionam a afirmação de uma cultura juvenil.

Disso se podem extrair duas conclusões: não participam politicamente, dado o encolhimento da esfera local, com menos poder na intermediação com a esfera pública. Foram dissuadidos de participar; criticam quem participa e não veem futuro na participação política – assim Jane critica seu pai e suas tentativas de se consolidar como liderança comunitária. Gilberto avalia como positivo o ter desistido de concorrer, junto com o seu grupo de jovens, à associação de moradores, pelos mesmos motivos apontados por Roni: os comentários negativos, as fofocas que aconteceriam, o fato de ficarem muito “focados” (visados), vulneráveis às fofocas que tanto execram na comunidade. Embora nesses comentários e na inveja estejam os principais problemas das sociabilidades locais, escolhem não enfrentá-los por meio de uma associação de moradores.

Pode-se dizer que os projetos os articulam coletivamente, mas não no sentido de intermediar com a esfera pública cidadina, tal como o fariam a associação de moradores e outras entidades. Mobilizam os jovens coletivamente, mas no sentido de encaminhá-los para buscas futuras que serão individuais. Assim podem ser entendidas as percepções negativas dos jovens sobre as sociabilidades no plano local, como também permitem entender o quanto frisam em seus discursos (e o quanto de fato adquire centralidade em seus projetos) o bem-estar individual, no plano privado, cujo foco se concentra em ter casa própria, trabalho e constituir família.

A segunda observação ou conclusão é que os projetos superam a escola na condição de agente de socialização (CHARLOT, 2000). Proporcionam um vínculo significativo com o saber que muitos dos jovens não encontraram na escola. É por este aspecto que é possível argumentar que os projetos ocuparam o espaço local mais do que a escola em seu papel de instituição de intermediação com a esfera pública da cidade. Tiveram significado para os jovens e, com isso, desenvolveram o aprendizado. Na escola, o aprendizado perde o sentido, ao menos para os estudantes de classes populares, em especial o aprendizado das habilidades

requisitadas para a vida que nela se impõe, a ponto de Nicole reclamar que a dimensão do respeito foi aprendida nos bombeiros e no curso de teatro, e não na escola¹⁵³. Ou de Gilberto, ao limitar a importância da escola a ensinar a ler e a escrever, afirmando que o resto é a vida que ensina. Talvez em suas percepções a escola se reduza a esse papel, não lhe cabendo outras funções, que ficarão “para a vida”, ou para os cursos que porventura venham encontrar, em razão da “*avacalhão*” da escola.

Mesmo que em suas percepções a escola não concorra com os projetos, ao ressaltarem aspectos educativos das experiências das quais tomaram parte, chamam a atenção para o desenvolvimento de aspectos formativos esperados pela sociedade da instituição escolar. Mesmo que indiretamente, suas falas apontam lacunas na escola.¹⁵⁴ De suas famílias, a expectativa é que lhes garanta o futuro, inserindo-os no mercado de trabalho e evitando que se envolvam com o mundo do crime.¹⁵⁵

A avaliação que os jovens fazem das duas escolas que mais frequentaram é também reveladora dessa limitação em seu papel como intermediadora com a esfera pública. O Pero Vaz é tido como “melhor” que o Aníbal. Os critérios pelos quais julgam a escola são o tamanho da instituição, sua impessoalidade: *Do Pero Vaz [escola que gostou mais]. Porque o Pero Vaz não é tão grande, é pequeno, tudo, mas os professores ensinam um pouco mais que o Aníbal. O Aníbal, não, o Aníbal já é um pouco mais avacalhado... bem mais avacalhado* (GILBERTO, 2009).

Na mesma direção dessa fala foram os depoimentos de Nicole e de Jane, confirmando uma lógica segundo a qual as escolas, quanto maiores, tanto piores. O mesmo pode ser aplicado ao América Dutra Machado, outra escola grande da região. Quanto mais se amplia, devendo então transcender o plano local e assumir uma posição de intermediação com a esfera pública mais ampliada, “*menos ensina*”, mais avacalhada é a instituição escolar.

¹⁵³ O interessante é que o depoimento de Nicole não aconteceu no sentido de fazer um ataque à escola e aos seus professores, mas no sentido de reconhecer uma limitação da instituição: “não é que [*os professores*] eram mal educados, eram isso e aquilo...”

¹⁵⁴ Quando escutamos dos jovens toda uma valorização dos projetos educativos extra-escolares, e a reclamação com relação à escola de avacalhão e ao pouco respeito, a relação de indiferença com relação aos conteúdos escolares, vem a mente a afirmação de Dubet: “*O problema do aluno é fabricar o sentido de sua experiência, alguns, fazem na escola e outros contra a escola.*” (Dubet, *apud* CARRANO, p. 56).

¹⁵⁵ É o que Nadir Zago identifica como sendo os dois pilares da escolarização dos filhos para os pais das classes populares, baseada numa lógica instrumental (o aprendizado de saberes para a integração ao mercado de trabalho) e na perspectiva de socialização dos filhos (proteção contra o mundo da rua, das drogas, das más companhias) - as quais indicam “a inseparabilidade entre instrução e socialização”. (ZAGO, 2000, p. 24). Quando os filhos se evadem, não arrumam emprego ou ligam-se ao mundo do crime, a escola está, portanto, falhando em seu papel.

Cabe ainda uma última reflexão: os projetos socioeducativos em que se inseriram, assim como muitos dos programas de iniciação ao trabalho, devem ser entendidos num contexto que tenha ressonância na esfera pública e privada¹⁵⁶, por serem iniciativas conduzidas por uma perspectiva que analisa a juventude como problema social, assumindo os jovens como risco, perspectiva bastante diferente da que reconhece os jovens como sujeitos de direito (ABRAMO, 1997).

Mesmo que os projetos não encarem os jovens como problema, as condições que viabilizaram suas iniciativas estão relacionadas a esta visão. Como argumenta Abramo, o fato é que desse modo se reforça a imagem do jovem como ameaça e risco à integridade social: Podem tornar-se, assim, junto com o medo, objeto da nossa compaixão e de esforços para denunciar a lógica que os constrói como vítimas e de ações para salvá-los dessa situação. Mas dificilmente como sujeitos capazes de qualquer ação propositiva. (ABRAMO, 1997, p. 35).

A dimensão apontada no parágrafo anterior nos sugere que seria mais prudente pensar os jovens da Nova Esperança em termos não tão definitivos. O modo como se veem, a imagem que fazem de si mesmos constituem elemento fundamental para não enquadrá-los numa formulação sociológica de simples excluídos. Mesmo que os projetos não os tenham profissionalizado, e muitos permaneçam em trabalhos precários, braçais; mesmo que seu local de moradia os continue isolando ao invés de integrá-los à vida da cidade, e que a escola tampouco lhes tenha possibilitado melhores alternativas de futuro; ainda que não estejam coletivamente inseridos em qualquer ação propositiva, a disposição por eles internalizada é bem outra. Apóio-me, para tal formulação, em Jessé Souza, quando trata do *habitus* precário. Os jovens da Nova Esperança configuram um caso que pode ser enquadrado nas categorias desse estudioso: a transição de um *habitus* precário (do “tipo de personalidade e disposições de comportamento que não atendem às demandas objetivas para que, seja um indivíduo, seja um grupo social, possa ser considerado útil e produtivo em uma sociedade de tipo moderno e competitivo, podendo gozar de reconhecimento social com todas as suas dramáticas consequências existenciais e políticas”) para um *habitus* primário (as “precondições sociais, econômicas e políticas do sujeito útil, digno e cidadão [...] reconhecido intersubjetivamente como tal”) (SOUZA, 2003, p. 167).

¹⁵⁶ Incluindo aqui as organizações respaldadas por setores empresariais, identificadas como pertencentes ao terceiro setor.

É nesses termos que se afirma (como já enfatizado), que os projetos foram educativos, e não instrucionais. Neste sentido, atenderam às expectativas dos jovens, inculcando neles mais “responsabilidade”, “respeito”, “disciplina”, “elevação da autoestima”. É igualmente nesses termos que se pode entender a satisfação deles com as experiências que, por terem como base iniciativas desenvolvidas na localidade, fortaleceram seus laços no plano local (na comunidade, segundo suas palavras).

7 CONCLUSÕES

Foram vários anos em contato com os personagens dessa tese. Uma centena de páginas sobre eles, agora ressignificados como moradores, atores sociais, sujeitos, sem-teto, jovens, lideranças. Estas páginas deveriam ser traduzidas em certezas, mesmo que provisórias. É o que se espera de uma busca comprometida, rigorosa e sistemática, aliada ao conhecimento e à intimidade do pesquisador com o seu campo. No entanto, muitas limitações podem surgir, dependendo da qualidade das perguntas formuladas, das escolhas teórico-metodológicas, do rendimento analítico das categorias por ele empregadas. Mas a imersão no campo também cria dificuldades e a complexidade das questões que dali surgem pode gerar a sensação de incompletude, de um chegar ao final e ter uma obra inacabada. Difícil para quem realizou a investigação distinguir de onde provém a sensação de inacabamento: se das limitações de suas escolhas ou da própria dinâmica das descobertas, que o conduzem a novas questões ou lhe indicam possibilidades alternativas de análise do objeto pesquisado.

Os anos de acompanhamento das lutas e do cotidiano daqueles moradores e moradoras evidenciaram uma série de transformações em suas vidas. O esvaziamento das formas de articulação coletiva, que no passado haviam consolidado o seu espaço na cidade, relacionava-se claramente a mudanças nas sociabilidades ali existentes, num processo em que cada vez mais predominavam estratégias individualizadas de inserção na cidade. O que mais impressionava um pesquisador que, como eu, havia conhecido a história da Nova Esperança, era o contraste entre um presente de “privatização das relações” e um passado pleno de “articulações coletivas e projetos de transformação”. Compreender como tais mudanças ocorreram, e continuam ocorrendo, justamente numa comunidade surgida de um rico processo de mobilizações coletivas, delineou-se como desafio para a pesquisa, como questão central da investigação. Mais do que explicar *por que* aconteceu – temática bastante discutida em outros trabalhos acerca da “crise dos movimentos sociais” -, o interesse da presente tese ficou concentrado na tarefa de elucidar *como* aconteceu. Não se constituiu tarefa encontrar os nexos causais ou os fatores determinantes que explicariam as mudanças na vida dos atores; difícil foi compreender como eles lidaram com as diferentes situações com que se depararam ao longo das duas décadas delimitadas pela pesquisa. O olhar, assim, voltou-se ao exame da trajetória dos atores e suas escolhas, buscando a compreensão de suas *experiências*, pois a

intenção sempre foi a de não dissociar as práticas das formas como os atores sociais atribuíram sentido às suas ações.

As referências ao passado eram constitutivas de suas narrativas sobre o presente, construindo um novo idioma de ação, conferindo sentido às suas práticas e organizando seu discurso no tempo presente. A pesquisa incorporou então a dimensão da memória, buscando também compreender as formas como fica o passado de lutas (aquele momento liminar tão citado por eles) no ato de rememorar dos antigos moradores. As narrativas idealizadas sobre o passado, ao eliminar dele os elementos conflitivos, construía uma imagem negativa dos dramas do presente. Durante certo tempo, analisei isso como um atestado do fim da utopia e do enfraquecimento de qualquer forma de mobilização coletiva - a esperança teria ficado no passado. “*Aquele tempo lá na Coloninha*”, expressão com que muitos se referem ao passado comum, compõe um idioma de ação, do mesmo modo que a *comunidade* e o *sentimento de união* compuseram no passado. O passado é acionado como recurso que confere segurança e coesão ao próprio grupo em situações de enfrentamento: “*eles não sabem com quem tão se metendo*”. Não parece exagero concluir que o ímpeto militante que resta na Nova Esperança encontra no passado de lutas um universo de valores e sentidos capazes de mobilizar práticas e lutas sociais, constituindo então um novo idioma de ação - o passado constrói esperanças para o futuro,

Especialmente no que toca às novas sociabilidades, os antigos moradores, os que participaram da ocupação, têm dificuldade em aceitar as novas formas de viver na localidade, desprezando alternativas coletivas, preferindo buscas individuais. Daí os ataques e críticas ao “*cada um por si...*”. Quanto maior a participação no passado (ou no presente), maiores a inconformidade e a perplexidade diante das novas escolhas dos moradores.

Ancoramos a análise da compreensão dessas escolhas na relação entre o plano macrossocial, constituído pela cidade, e o plano local. Mais do que um contexto ou um pano de fundo, essas dimensões micro e macro do espaço urbano foram incorporadas à análise como campo de possibilidades em que os atores exercem suas escolhas e vivenciam suas experiências. Suas trajetórias vão revelando a cidade e revelando-se na dinâmica dela. Foi impossível pensar a relação da Nova Esperança com a cidade em termos polares, por pares dicotômicos: segregação x dessegregação; isolamento x integração; laços fortes x laços fracos; favela x bairro. Esta foi a tentação. No entanto, a realidade não se presta a enquadramentos tão simples. Vimos como Florianópolis produz processos segregadores:

como muitas outras cidades brasileiras, sua dinâmica de crescimento prioriza o transporte individual; sua expansão desordenada é ditada pela lógica especulativa do capital imobiliário; cria zonas de exclusividade para a riqueza e isola as áreas pobres.

Este processo, que não favoreceu os moradores da Nova Esperança, também fez surgir na cidade uma nova pobreza. Onde encaixar a Nova Esperança e os personagens aqui estudados? Foi possível perceber a diferença de densidade de relações de sociabilidade em alguns dos relatos de quem vivenciou essa experiência de morar em diferentes áreas da cidade. No entanto, não apenas os laços fracos se desenvolvem ali. A Nova Esperança não é uma área marcada pela ausência. A dinâmica aqui estudada, fazendo uso do recurso do exame das biografias, revelou que as novas áreas de pobreza locais não seguem exatamente as mesmas características do primeiro mundo, embora possamos encontrar nelas alguns de seus traços. Se comparada à de outras áreas, de bairros populares mais tradicionais, constata-se um maior adensamento populacional. Uma série de dados coloca a população do Monte Cristo em vulnerabilidade social. Existe uma criminalidade elevada, mas a pesquisa mostrou que é circunstancial. Tanto na Nova Esperança como em outras áreas do bairro, hoje os moradores vivenciam relativa tranquilidade, se comparada à de outros períodos.

Há, no entanto, uma fluidez maior na relação com outros espaços da cidade, ou seja, não constitui território tão isolado. Tem uma proximidade com o centro da cidade - ou com os centros, se considerarmos o centro de São José (ou melhor, com o bairro Kobrasol, centro comercial de São José). Seus moradores circulam; embora encontrem obstáculos para tanto, circulam, favorecidos por uma expansão que os deixou mais próximos do centro da cidade.

Mesmo com as dificuldades, não é possível falar em laços fracos. Há uma forte relação de pertencimento, que pode ser reportada a uma memória que positiva o passado. A área se produziu de um modo diferenciado, e isto faz diferença. Se há uma captura do presente, cabe elucidar qual é esse presente: marcado por perdas, mas, se confrontadas com o passado, revelam saudade das lutas coletivas, na mesma medida em que lamentam pelo individualismo atual que substituiu o sentido de coletividade de então. Mas se, ao ser acionado, o passado revela um discurso sobre um presente marcado pela negatividade, não há como não reconhecer que também atua na constituição de uma identidade e de uma autoestima positiva.

Um desdobramento disso pode ser identificado no sentimento de pertencimento apresentado pela nova geração. Foi comum entre os jovens se referirem ao passado de lutas de

seus pais. Mesmo não tendo memória da ocupação, ou apenas difusas lembranças de infância, expressaram o reconhecimento da importância do movimento por eles protagonizado.

Embora na nova geração se encontre o melhor exemplo de estratégias individualizadas de inserção social, uma série de outros pontos os une à geração de seus pais. Antes de suas buscas individualizadas, participaram de iniciativas coletivas, acatando a articulação da universidade, ainda que com a presença de antigos assessores do movimento dos sem-teto. É neste aspecto que estabelecem uma linha de continuidade com a experiência dos seus pais, tomando-as como experiências exemplares.

Seria arriscado afirmar que reproduzem um padrão familiar. No entanto, seus depoimentos e, mais importante, suas práticas revelaram as mesmas referências cronológicas da geração dos pais. O lugar em que situam a paternidade e o casamento coincide com o lugar que essas instituições ocuparam na geração que os precedeu. Não é possível, portanto, falar em conflito de gerações, pois não se verificou um estilo de vida oposição ao anterior.

O conflito parece existir nos que se inserem nos grupos marginais, que, aliás, não foram aqui investigados. O grupo aqui analisado, pelo contrário, aderiu aos projetos socioeducativos, seguindo por um caminho que evitou as drogas e o mundo do crime; reproduziram as escolhas da geração de seus pais, mantendo a ética do provedor. Cabe observar, porém, que algumas das críticas dos pais aos filhos, um dos pontos de conflito, diz respeito à adesão ao consumo da nova geração, aspecto apontado como uma das motivações da criminalidade e da violência juvenil – busca por visibilidade e adesão ao consumismo numa sociedade massificada e midiaticizada -, o que permitir afirmar de que a escolha dos jovens, neste caso específico, aconteceu no limite e na proximidade com a vida marginal dos que aderiram ao tráfico ou, de algum modo, se inscreveram numa dinâmica de violência que os aproxima do crime (caso dos que aderiram a gangues). O sugestivo emprego do termo *área* - sempre recorrente em relatos que envolvem conflito entre as localidades, em substituição ao termo *comunidade* - atesta essa convivência próxima da dinâmica de violência. Mas tal proximidade, no contexto da presente pesquisa, só enfatiza o peso da escolha e o caráter de resistência que teve a participação dos jovens em projetos socioeducativos.

Mesmo que queiramos relativizar essa percepção, por se restringir a poucos membros da comunidade (aos que participaram dos projetos), tal fato consolida a ideia da possibilidade de superação de muitos dos problemas ligados à violência e à criminalidade. Admite-se na origem desses casos uma situação que pode ser condensada no termo “abandono”. Se estes

jovens, envolvidos pelo crime ou em atividades marginais, tiverem como superar a situação de “abandono”, terão condições de fazer algum investimento diferenciado, com maiores possibilidades de integração e escolha. Isto faz diferença num contexto de profusão cada vez maior de ações provenientes tanto do Estado como de entidades do terceiro setor, voltadas a essas populações (“comunidades”), substituindo o papel que uma instituição como a escola deveria desempenhar. Não é demais lembrar o que disse um dos jovens entrevistados: “*a escola ensina a ler e escrever; o resto é a vida que ensina*”.

As entrevistas confirmaram o que as observações já indicavam: os projetos socioeducativos tiveram um papel importante na vida dos jovens que deles participaram. Se a localidade se produziu diferentemente, isso teve a ver com sua história de lutas bem-sucedidas, mas também com o fato de, anos depois, a Nova Esperança ter sido alvo de muitas dessas ações socioeducativas. A avaliação é que contribuíram para tanto a presença de lideranças e a importante imagem pública da Nova Esperança construída no passado, tornada referência do movimento popular na cidade. Há um capital simbólico, que por vezes se converte em importante capital social coletivo, como nas lutas pelo Parque Metropolitano, no reconhecimento do *status* das lideranças. Neste sentido, o exame das trajetórias de vida permitiu compreender como, em alguma medida, esses atores “fazem a cidade”, não são apenas “feitos por ela”. Se as trajetórias revelam a cidade, como já enfatizamos, elas não se limitam a testemunhar a ação da cidade, mas também são parte (muito pequena, talvez) conformadora dos destinos da cidade. É o que o olhar mais atento para vários casos, tomados individualmente, quando transpostos para um olhar de conjunto, podem revelar.

As trajetórias individuais dos jovens revelaram um *habitus* diferenciado, o de uma nova geração mais integrada. Os jovens convivem com problemas. Há uma parcela da nova geração que vive confinada, refém da criminalidade da qual eles mesmos são protagonistas, socialmente isolados, presos às fronteiras de suas áreas. O que só confirma a impossibilidade de pensar *a* juventude ou *a* segunda geração, no singular, dada a heterogeneidade das vivências daqueles que compõem esse segmento da Nova Esperança. Assim, cabe destacar a importância de pensá-los sob o prisma da ambiguidade, dada sua situação de vulnerabilidade. Coletivamente, e isso atinge a todos, sofrem com o estigma por parte da polícia, que costuma agir com uma violência desnecessária contra os jovens, indistintamente. Além do mais, os depoimentos mostraram que encontram dificuldades na busca do trabalho, justamente em razão do estigma criado em torno do bairro Monte Cristo.

A preocupação em superar o estigma, manifestada por muitos dos jovens na desconstrução da imagem do bairro como violento, contrasta com o idioma de ação das lideranças que incorporam a ideia de um bairro territorializado pelo crime e pelas gangues. Para além de uma divergência de opiniões, há neles uma motivação voltada à busca de oportunidades, em que o estatuto da igualdade (e de superação do estigma) para estar em condições de se inserir individualmente na disputa é mais importante que a denúncia de uma injustiça que, se denunciada, reforça ainda mais o estigma.

Em que pesem todas as dificuldades, o bairro adquire uma nova face (em particular, nas localidades como a Nova Esperança), cada vez mais assumindo as feições de bairro popular, distanciando-se do estigma de favela. A urbanização representa, sem dúvida, outra inserção na cidade, com as melhorias na qualidade de vida do bairro e de sua imagem na cidade, evidenciando a relação do poder público com estes setores. No entanto, os projetos que tiveram tanta importância na vida dos jovens, na constituição de atores juvenis diferenciados, não foi obra do Estado e de suas políticas públicas, mas da ação dos próprios moradores, de organizações do terceiro setor e de universidades. Por parte do Estado, apesar das melhorias citadas acima, predominam ainda o abandono e o estigma dessas áreas da cidade.

REFERÊNCIAS

- ABAD, Miguel. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil. **Última década**, Viña Del, mar, n. 16, 2002.
- ABIKO, Alex; COELHO, Leandro de Oliveira. **Urbanização de favelas: procedimentos de gestão**. Porto Alegre: ANTAC, 2009.
- ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 5/6, 1997.
- ABRAMO, Helena W; BRANCO, Pedro M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ABRAMO, Pedro (Org.). **Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras**. Porto Alegre: ANTAC, 2009. p.164. v.10. (Coleção habitare).
- ALVAREZ, Sonia F; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- ALVITO, Marcos. Um bicho-de-sete-cabeças. In: ZALUAR, Alba ; ALVITO, Marcos (Org.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- _____. **As cores de Acari**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira; MIGUEL, Denise Soares. **As trajetórias reprodutivas e as percepções sobre aborto numa comunidade de periferia urbana em Florianópolis**. - Projeto práticas contraceptivas e aborto em grupos populares urbanos. Florianópolis, 2011.
- AZIBEIRO, Nadir Esperança. **Educação intercultural e comunidades de periferia: limiar da formação de educadoras**. 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.
- _____. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BILAC, Elisabete D. Gênero, vulnerabilidade das famílias e capital social: algumas reflexões. In: CUNHA, José Marcos P. (Org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas, SP: Unicamp, 2006.
- BOURDIEU, Pierre (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.
- _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas/SP: Papyrus, 1996.
- _____. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.

BURGOS, Marcelo B. Favela, cidade e cidadania em Rio das Pedras. In: BURGOS, Marcelo B.(Org). **A utopia da comunidade**: Rio das Pedras, uma favela carioca. Rio de Janeiro: PUC–Rio, Loyola, 2002.

BURITY, Joanildo A. Cultura e identidade nas políticas de inclusão social. In: AMARAL Jr., Aécio **Inclusão social, identidade e diferença**: perspectivas pós-estruturalistas de análise social. São Paulo: Annablume, 2006.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Problemas educacionais de higiene**. Tese (Doutorado em Medicina) - Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1929.

CAMPOS, Nazareno José. **Terras comunais e pequena produção açoriana na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1991.

CANELLA, Francisco. Lembranças do passado e sentidos do presente: notas sobre o sentimento de união em uma localidade da periferia de Florianópolis (1990–2010). In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do. (Org.). **Sentimentos e ressentimentos em cidades brasileiras**. Teresina: Ética, 2010.

_____. **O que faz da Nova Esperança uma comunidade?** Trabalho Final da Disciplina Metodologia II – Prof.a. Márcia Contins. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

_____. Novas e velhas esperanças de uma comunidade em Florianópolis. **Travessia**: Revista do Migrante, São Paulo, n. 38, set-dez.2000. p.18–22.

_____. **A UFECO e o Movimento dos Sem-Teto**: práticas instituintes nos espaços políticos da cidade. 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

_____; VIDAL, Leandro ; PITTA, André. Relatório Final de Pesquisa: **A escola e a cidade**. Florianópolis: UDESC, 2004.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Os jovens e a cidade**: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

CASABRANDE, Walter. **Causas da migração rural-urbana na região da grande Florianópolis**. Florianópolis: Instituto CEPA, 2006.

CASTEL, Robert. Les Métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat. Paris, Fayard, 1995 apud KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Ed. 34, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CECCA. **Uma cidade numa ilha**. Florianópolis: Insular, 1996.

CELADE. Vulnerabilidade sociodemográfica: viejos y nuevos riesgos para comunidades, hogares y personas. **Síntesis y conclusiones**. LC/G.2170 (SES. 29/16). 8 de mar. 2002.

CELADE. **Sistema indicadores**: Vulnerabilidad demográfica en Bolivia, Ecuador, Nicaragua y Uruguay. Disponível em: < <http://www.cepal.org/cgi-bin> > Acesso em: 5 nov. 2010.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma nova teoria. Porto Alegre: Artmed. Porto Alegre, 2000.

_____. **Os jovens e o saber**: perspectivas mundiais. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CECCHETTO, Fátima Regina. Galeras funk cariocas: os bailes e a constituição do ethos guerreiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

_____. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

COPETTI, Maria Conceição. **Janelas abertas**: uma experiência de educação popular no morro Mont Serrat. São Paulo: Secretariado Interprovincial Marista, 2003.

CORADINI, Lisabete. **Praça XV. Espaço e Sociabilidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995.

CORREA, Carlos Humberto. **História de Florianópolis** – Ilustrada. Florianópolis: Insular, 2005

DEBERT, Guita Grin, (1996). A invenção da Terceira Idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20 , Caxambu, Minas Gerais.

DIAS, Amanda. **Du mouk khayam à la favela**. Une étude comparative de l'exclusion. 2009, 371 p. Tese (Doutorado - Sciences Sociales) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro.

DOLZAN, Janiane Cinara **Caminhos/Imaginário/Conquistas**. O Movimento Sem Teto e a Comunidade Nova Esperança. Florianópolis. 2000. Trabalho de Conclusão do Curso de História - FAED/Universidade do Estado de Santa Catarina – Florianópolis.

DURAND, Olga Celestina da Silva. **Jovens da Ilha de Santa Catarina**: socialização e sociabilidade. 2000. Tese (Doutorado em Educação) - USP - São Paulo.

DURAND, Olga Celestina; TIRELLI, Janice Pontes de Sousa. Experiências educativas da juventude: entre a escola e os grupos culturais. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 20, p. 163 – 181, jul/dez. 2002.

DUSSEL, Enrique. **Método para uma filosofia da libertação**. Superação analética da dialética hegeliana. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

EISENSTADT, Samuel (1976). **De geração a geração**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge, 1994.

- EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos movimentos, **Novos estudos Cebrap**, v. 2, n. 4, abr. 1984.
- FANTIN, Márcia. **A cidade dividida**. Florianópolis, Cidade Futura, 2000.
- FANTIN, Maristela . **Construindo cidadania e dignidade**. Florianópolis, SC: INSULAR, 1997.
- FONSECA, Cláudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.
- FRANK, André Gunder ; FUENTES, Marta. Dez teses acerca dos movimentos sociais. **Lua Nova**. Revista de Cultura e Política, 17, junho de 1989.
- FRANZONI, Teresa. **As “perigosas” relações entre movimento popular/comunitário e administração pública municipal na ilha de Santa Catarina**. 1993. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis.
- FREITAS, Guaciara Barbosa. A cultura na (da) periferia e a periferia na (da) mídia. **Políticas culturais em revista**, 2 (2), 2009. p. 34-49.
- GOHN, Maria da Glória (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GROPPO, Luis Antonio. **Juventude: ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000.
- GUIMARÃES, Eloísa. **Escola, galera e narcotráfico**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da libertação**. Perspectivas. São Paulo: Loyola, 2000.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, Vértice, 1990.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HENRIQUE, Wendel. A recente metropolização em Santa Catarina: Processo geográfico-territorial ou apenas um limite político-administrativo? **Geotextos**. v. 3, n. 1 e 2, 2007.
- HUNTER, Albert. Private, parochial and public social orders: the problem of crime and incivility in urban communities. In: SUTTLES,G; ZALD, M. (Ed.). **The challenge of social control**. Norwood/NJ: Ablex Publishers, 1985.
- IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico: Brasil, 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- _____. **Contagem da população de 1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.
- _____. **Censo demográfico: Brasil, 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IPUF. Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. **Política Habitacional de Florianópolis**. Florianópolis: 2002.

_____. **Perfil das Áreas Carentes do Município de Florianópolis**, Florianópolis, 1993.

IBGE. Pesquisas de áreas carentes. Florianópolis, 1987. In: MIRANDA, Rogério. **O crescimento das favelas em Florianópolis de 1987 a 2007**. Florianópolis, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai/SC. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Gerenciamento de Projetos) – Senai, Florianópolis, 2010.

JOSEPH, Isaac. **La ville sans qualité**. Paris, L'Aube, 1998.

KAZTMAN, R. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos.: **Revista de La Cepal**, 75, dez. 2001.

_____. A dimensão espacial nas políticas de superação da pobreza urbana. In: RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz ; SANTOS Jr., Orlando Alves dos. (Org.). **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2007.

KOLAKOWSKI, Leszek. **O espírito revolucionário e Marxismo: utopia e antiutopia**. Brasília: Ed. da UnB, 1985.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

_____. (Org.). **As lutas sociais e a cidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

_____. Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo. **Revista brasileira de ciencias Sociais**. v. 1, n. 3, 1987. p. 38-50.

KRISCHKE, Paulo J. Questões sobre juventude, cultura política e participação democrática. In: ABRAMO, Helena W. ; BRANCO, Pedro M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania, 2005.

_____. **Aprendendo a democracia na América Latina: atores sociais e mudança cultural**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

_____. ; MAINWARING, Scott (Org.). **A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)**. Porto Alegre: CEDEC, 1986.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável**. São Paulo: Ática, 2008.

LACLAU, Ernesto. Poder e representação. **Estudos sociedade e agricultura**. 7, dez. 1996. p. 7-28.

LEEDS, A.; LEEDS, E. **A sociologia do Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LE CORBUSIER. **Planejamento urbano**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

LEITE, Márcia Pereira. Assim na terra como no céu: entrelaçamentos entre religião e política e mediação de conflitos urbanos no movimento de mães de vítimas de violência. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 7, Coimbra/Portugal, set. 2004.

_____. Grajaú, memória e história: fronteiras fluidas e passagens. **Cadernos metrópole**. Desigualdade e governança, n. 5, 1999.

LINS DE BARROS, Myriam. Gênero, cidade e geração, perspectivas femininas. In: LINS DE BARROS, Myriam (Org.). **Família e gerações**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LOHN, Reinaldo. **Pontes para o futuro**: relações de poder e cultura urbana. Florianópolis, 1950 a 1970. 2002. Tese (Doutorado em História) – UFRGS, Porto Alegre.

LORIGA, Sabine. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Cotidiano e democracia na organização da UFECO** (União das Florianopolitana de Entidades Comunitárias). Florianópolis: UFSC, 1991.

MACHADO, Simone Matos. “O processo de formalização jurídico-institucional dos Conselhos Comunitários em Florianópolis: um caso de oposição sistemática”. 1990. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - UFSC, Florianópolis.

MAGNANI, José G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 17, n. 49, 2002. p. 11-29. ISSN 0102-6909.

_____. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Hucitec; UNESP, 1998.

MARCON, Maria Teresinha de R. Patologia urbana: favelização no aglomerado urbano de Florianópolis. **Revista Geosul**, UFSC, n. 4, 1987.

MARICATO, Ermínia. Posfácio. In: DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 209-224.

MARTINS, Carlos Benedito. A pluralidade dos mundos e das condutas sociais: a contribuição de Pierre Bourdieu para a Sociologia da Educação. **Em aberto**, Brasília, a. 9, n 46, abr./jun. 1990.

MAYOL, Pierre Morar. In: CERTEAU, Michel, GIARD, Luce ; MAYOL, Pierre (Org.). **A invenção do cotidiano 2**: morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 36-185.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista brasileira de educação**. n 5 mai./ago., n.6 set.-dez. 1997. p. 5-14.

MIRANDA, Rogério. **Habitação popular em Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José**. Florianópolis, 2001.

MIRANDA, Rogério. **O crescimento das favelas em Florianópolis de 1987 a 2007**. Florianópolis, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai/SC. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Gerenciamento de Projetos) – Senai , Florianópolis,2010.

MOUFFE, Chantal. Post-Marxism: Democracy and Identity. *Environment and Planning D: Society and Space*, 13, p. 259-265. 1995 apud SLATER, David. Repensando a espacialidade dos movimentos sociais. In: ALVAREZ, Sonia F, Dagnino, Evelina e Escobar, Arturo. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

MÜLLER, Kátia. **Organização de moradores de Florianópolis numa perspectiva das necessidades radicais**. 1992. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis,1992.

NOVAES, Regina. Crenças religiosas e convicções políticas: fronteiras e passagens. In: FRIDMAN, Luis Carlos (Org). **Política e cultura no século XXI**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2000

OURIQUES, Helton R. **Turismo em Florianópolis: uma crítica à indústria pós-moderna**. Florianópolis: Editora UFSC, 1988

PAOLI, Maria Célia ; TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, Sonia F, DAGNINO, Evelina ; ESCOBAR, Arturo (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

PEIRANO, Mariza (Org.). **O dito e o feito: Ensaio de Antropologia dos Rituais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Núcleo de Antropologia da Política-UFRJ, 2002. p. 197.

PELUSO, Jr. Victor. *Crescimento populacional de Florianópolis e suas repercussões no plano e estrutura urbana da cidade*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, Florianópolis, n 3, 1981. p. 7-54.

PERES, Lino. **Crisis de un padrón de desarrollo territorial y su impacto urbano-habitacional en Brasil. (1964-1992)**. 1994. Tese (Doutorado) - Universidad Nacional Autónoma de México, Ciudad de México,1994.

PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PIMENTA, Luiz F. (Org.). **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: UFSC, 2005.

PIMENTA, Margareth C. A. *Florianópolis como espaço público*. In: PIMENTA, Margareth C. A. (Org.). **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis, UFSC, 2005.

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista brasileira de educação**. n 5 jul./ago., n. 6 set./out./nov./dez. 1997. p. 15-24.

PITTA, André Vinicius Prado. **A apropriação do espaço urbano por jovens da comunidade Nova Esperança**: periferia de Florianópolis. 2005. Trabalho de Conclusão de curso (Bacharelado em Geografia) – FAED, UDESC, Florianópolis, 2005.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. **Relatório semestral 2009**: Relatório Consolidado de Indicadores de Desempenho e Qualidade dos Serviços Públicos do Município de Florianópolis / Prefeitura Municipal de Florianópolis. Florianópolis: 2009.

RAITZ, Tânia Regina. **Discursos plurais assessorando um movimento popular em Florianópolis**: estudo de caso de uma organização não-governamental. 1994. Dissertação (Mestrado) – PPGSP – Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis.

REDFIELD, Robert. **Civilização e cultura de folk**. São Paulo: Martins, 1949.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Relatório de desenvolvimento juvenil 2003**. Brasília: UNESCO, 2004.

RIBAS Jr., Salomão A. **O povo no poder**. Florianópolis: IOESC, 1977.

RIBEIRO, Edaléa Maria. **Movimentos Sociais em tempos de democracia e globalização em Santa Catarina**: os anos 90. Florianópolis: Fundação Boiteaux, 2005.

RIBEIRO, Jeferson. SC é o melhor Estado do País para jovens. Estudo sobre o Índice de Desenvolvimento Juvenil avalia renda, educação e saúde. **A notícia**, Santa Catarina, 16 2004.

RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz. Gueto, *banlieu*, favela: ferramentas para se repensar a marginalidade urbana. In: WACQUANT, L. **Os condenados da cidade**. Rio de Janeiro: Revan, FASE, 2005.

_____ ; LAGO, Luciana. A oposição favela-bairro no Rio de Janeiro. **São Paulo em Perspectiva**, 15 (1), 2001.

RIVIÈRE d'ARC, Hélène. O “basismo” acabou? Análise sobre a participação comunitária no Brasil (1970-90). **Caderno CRH**, Salvador, n. 26/27, jan./dez. 1997. p. 235-254.

SABOYA, Renato. Segregação espacial urbana. Site Urbanidades. Disponível em: urbanidades.arq.br/2009> Acesso em: 6 dez. 2009.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SILVA, Ana Amélia. *A luta pelos direitos urbanos em São Paulo*: representações de cidade e cidadania. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, Caxambu, MG, out. 1990.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SLATER, David. Repensando a espacialidade dos movimentos sociais. In: ALVAREZ, Sonia F, Dagnino, Evelina ; ESCOBAR, Arturo. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

SMALL, Mario Luis. **Villa victoria: the transformation of social capital in a Boston barrio**. Chicago: The University of Chicago, 2004.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SPÓSITO, Marília P. **A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade**. mimeo, 1994.

_____. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena W; BRANCO, Pedro M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2005.

STEIL, Carlos Alberto. Política, etnia e ritual: o Rio das Rãs como remanescente de quilombos. In: PEIRANO, Mariza (Org.). **O dito e o feito: ensaios de antropologia dos Rituais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

SUGAI, Maria Inês. Há favelas e pobreza na “Ilha da magia”? In: ABRAMO, Pedro (Org.). **Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras**. Porto Alegre: ANTAC, v. 10, 2009. p. 162-199. (Coleção Habitare).

SUGAI, M. I. et al. Mercado imobiliário informal e o acesso dos pobres ao solo urbano: área conurbada de Florianópolis. **Relatório de Pesquisa 1**, Rede Infosolo/IPPUR/UFRJ. Florianópolis: UFSC-ARQ, FINEP-CNPq, 2005.

TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (Org.). **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Humanitas, 2006.

THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TURNER, Victor. **O processo ritual: estrutura e anti-estrutura**. Petrópolis: Vozes, 1974.

UN-HABITAT. United Nations Humans Settlements Programme. **The Challenge of Slums**. Global Report on Human Settlements. London and Sterling: Earthscan. Earthscan, 2003

VALLADARES, Lícia. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 15, n. 44, out. 2000./

_____. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VALLADARES, Lícia. Exotismo da favela dá dinheiro. Entrevista a Carla Rodrigues. **No mínimo**: entrevista. Disponível em: <<http://nominimo.ig.com.br>>. Acesso em: 23 nov. 2006.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

VAZ, Nelson Popini. **O centro histórico de Florianópolis**: espaço público do ritual. Florianópolis: UFSC, 1991.

VIGNOLI, Jorge Rodríguez. **Vulnerabilidad y grupos vulnerables**: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2001.

WACQUANT, L. **Os condenados da cidade**. Rio de Janeiro: Revan, FASE, 2005.

_____. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. **Revista de sociologia e política**. Curitiba, 19, nov. 2002. p. 95-110.

WIRTH, Louis. O urbanismo como forma de vida. In: VELHO, Gilberto (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

ZAGO, Nadir. Processos de escolarização nos meios populares – as contradições da obrigatoriedade escolar. In: NOGUEIRA, Maria A, ROMANELLI, Geraldo, ZAGO, Nadir (Org.). **Família e escola**: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis: Vozes, 2001.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. Teoria da eficácia coletiva e violência: o paradoxo do subúrbio carioca. **Novos Estudos**, n. 84, julho de 2009.

ANEXO - A história da Nova Esperança em imagens

A ocupação na Coloninha (1990 - 1992).



Foto 1 – As barracas instaladas nos primeiros dias da ocupação, em meio a um terreno encharcado. Acervo pessoal de Loureci Ribeiro e Elisa Silva.

Fonte: Acervo pessoal de Loureci Ribeiro e Elisa Silva



Foto 2 - Tempo de dificuldades: os melhoramentos nas moradias foram lentos e nunca definitivos, em razão da repressão policial, que restringia a ação dos ocupantes.

Fonte: Acervo pessoal de Loureci Ribeiro e Elisa Silva



Foto 3 - A ocupação ocorreu numa conjuntura de intensas mobilizações coletivas. Ocupação da Câmara de Vereadores (1991).

Fonte: Acervo pessoal de Loureci Ribeiro e Elisa Silva.

O sucesso da ocupação foi atribuído ao forte componente organizativo dos moradores e à sua capacidade de mobilização.



Foto 4 – Lideranças de outras associações do Monte Cristo prestam sua solidariedade e apoio às ações da Nova Esperança (1992).

Fonte: Acervo pessoal de Loureci Ribeiro e Elisa Silva.



Foto 5 – Liderança discursando aos moradores (1992).
Fonte: Acervo pessoal de Loureci Ribeiro e Elisa Silva.

As celebrações religiosas e os encontros festivos tiveram grande importância para o sentimento de pertencimento comunitário.



Foto 6 – Celebração religiosa (1991).

Fonte: Acervo pessoal de Loureci Ribeiro e Elisa Silva. .



Foto 7 – Missa no dia da entrega das casas (1992).

Fonte: Acervo pessoal de Loureci Ribeiro e Elisa Silva.



Foto 8 – Missa no dia da entrega das casas (1992).

Fonte: Acervo pessoal de Loureci Ribeiro e Elisa Silva.

O mutirão para a construção das casas também fortaleceu o sentimento de união comunitária.



Foto 9 – Mutirão para construção das casas. Ao fundo, o Conjunto Panorama (ou “os prédios”).

Fonte: Acervo pessoal de Loureci Ribeiro e Elisa Silva.



Foto 10 – O trabalho dos moradores no mutirão (1991 ou 1992)

Fonte: Acervo pessoal de Loureci Ribeiro e Elisa Silva..



Foto 11 - Dia da entrega das casas (com a presença do então prefeito Bulcão Viana) (1992).
Fonte: Acervo pessoal de Loureci Ribeiro e Elisa Silva.



Foto 12 - Primeira Casa Comunitária da Nova Esperança (1992).
Fonte:Acervo pessoal de Loureci Ribeiro e Elisa Silva.

Na última década, os esforços dos moradores e dos projetos voltaram-se para a tentativa de reconstrução de espaços coletivos na localidade.



Foto 13 - Casa Comunitária, que abriga a Associação de Moradores e a Associação de Artesãos da Comunidade Nova Esperança (COOPERARTE).

Fonte: Programa Circulando: educação e inclusão social em comunidades periféricas da cidade de Florianópolis. (DAEx/FAED – UDESC. 2010)



Foto 14 - Evento de confraternização na Casa Comunitária da Nova Esperança (2004).
Fonte: Programa Circulando: educação e inclusão social em comunidades periféricas da cidade de Florianópolis. (DAEx/FAED – UDESC. 2010)

A partir de 2000, e ao longo de toda a década, diversos projetos voltados para a inserção social dos moradores, em especial da juventude, foram desenvolvidos na Nova Esperança.





Fotos 15 e 16 - Oficinas de sexualidade, desenvolvidas por professoras da UDESC na Nova Esperança (2003).

Fonte: Programa Circulando: educação e inclusão social em comunidades periféricas da cidade de Florianópolis. (DAEx/FAED – UDESC. 2010)



Foto 17 - Batismo dos Bombeiros Juvenis (2004.)

Fonte: Programa Circulando: educação e inclusão social em comunidades periféricas da cidade de Florianópolis. (DAEx/FAED – UDESC. 2010)



Foto 18 – A cerimônia foi acompanhada pelo olhar atento de uma viatura da PM (ao fundo), curiosos com a presença de tantas autoridades na localidade que designam como a “Grotá” (2004).

Programa Circulando: educação e inclusão social em comunidades periféricas da cidade de Florianópolis. (DAEx/FAED – UDESC. 2010)



Foto 19 - Oficinas de fotografia com crianças e jovens da Nova Esperança (2010).
Fonte: Programa Circulando: educação e inclusão social em comunidades periféricas da cidade de Florianópolis. (DAEx/FAED – UDESC. 2010)



Foto 20 – Jovens do grupo Ação Radical (2002 – 2004).
Fonte: Programa Circulando: educação e inclusão social em comunidades periféricas da cidade de Florianópolis. (DAEx/FAED – UDESC. 2010)